

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA E CIÊNCIA POLÍTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
POLÍTICA**

**CELSO FURTADO E OS FUNDAMENTOS DE UMA
ECONOMIA POLÍTICA REPUBLICANA**

Marcos Alves Valente

Tese de Doutorado
apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em
Sociologia Política do Centro
de Filosofia e Ciências
Humanas da Universidade
Federal de Santa Catarina.
Orientador: Prof. Dr. Ricardo
V. da Silva.

Florianópolis, junho de 2009

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

V154c Valente, Marcos Alves

Celso Furtado e os fundamentos de uma economia política republicana / Marcos Alves Furtado ; orientador Ricardo Virgilino da Silva. - Florianópolis, 2009.
238 f.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política
Inclui bibliografia

1. Furtado, Celso, 1920-. 2. Economia. 3. Republicanismo.
4. Ciencia politica. I.Silva, Ricardo Virgilino da.
II.Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. III. Título.

CDU: 330.101

Para Jane e nossos filhos, Vitor
e Bruno, dedico este trabalho

AGRADECIMENTOS

Inicialmente, gostaria de manifestar minha gratidão ao Prof. Dr. Ricardo Silva, orientador desta pesquisa, que construiu com os colegas do Núcleo de Estudos sobre Pensamento Político – NEPP, um precioso espaço onde o debate estimulante confere sentido aos momentos de isolamento e estudo. Ao Ricardo sou grato, não apenas pela sugestão do objeto desta pesquisa ou pela indicação dos caminhos para elaborá-la, mas, acima de tudo, pela nossa longa amizade.

Ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política (PPGSP – CFH – UFSC) e demais instituições envolvidas. Aos professores Ary C. Minella e Cécile Raud pelos valiosos comentários ao trabalho no exame de qualificação.

Aos colegas do Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Santa Catarina pelo apoio prestado, especialmente ao amigo Helton Ouriques. Outras pessoas contribuíram de variadas maneiras, seja enviando material bibliográfico, lendo e discutindo partes do trabalho ou prestando seu apoio e amizade: Arlete Prochnov, Armando Lisboa, Jaime Cesar Coelho, Nildo Ouriques, Norma Freitas, Patrícia Ferreira, Ricardo Oliveira, Silvio Cário, Sônia Lobo e Valdir Alvim da Silva. A Jussara Raitz, pela enorme dedicação na revisão da versão final do trabalho, obrigado.

Ao Centro Celso Furtado, pelo valioso trabalho de divulgação da obra intelectual de Celso Furtado.

Agradeço imensamente aos meus amigos do Núcleo de Estudos sobre Pensamento Político – NEPP: Alexandre Vieira, Ariston Azevêdo, Gustavo Althoff, pelo apoio e intercâmbio intelectual. Sou grato sobretudo a Tiago Losso, grande amigo, incansável na luta diária, que esteve muito presente durante os últimos anos. Ao velho amigo Marco Antonio de Castilhos Acco, mesmo distante, acompanhou esta trajetória. A ele um forte abraço.

À minha mãe, Ana Rodrigues Valente, e aos meus irmãos, Arilto, Leila e Sandra, pelo apoio e carinho.

À Jane, Vitor e Bruno por fazerem parte de minha vida, embora palavras não bastem para retribuir o carinho e o amor que me dedicam.

“É nos conflitos que, com frequência, estão as sementes da renovação”.

(Celso Furtado, *O Brasil Pós-Milagre*)

“Os que criticam as contínuas dissensões entre os aristocratas e o povo parecem desaprovar justamente as causas que asseguram fosse conservada a liberdade de Roma [...]. Não querem perceber que há em todos os governos duas fontes de oposição: os interesses do povo e os da classe aristocrática. Todas as leis para proteger a liberdade nascem da sua desunião, como prova o que aconteceu em Roma”.

(Nicolau Maquiavel, *Comentários sobre a Primeira Década de Tito Lívio*)

RESUMO

O objetivo deste trabalho é o estudo do pensamento político do economista brasileiro Celso Furtado (1920-2004), no período compreendido entre 1956 e 1965. No problema de pesquisa que orienta a investigação, formulou-se a seguinte pergunta: é apropriado atribuir a seu pensamento político um caráter republicano? Esta pergunta se deve ao recente interesse de estudiosos do seu pensamento em relacionar sua obra com a tradição republicana. A leitura da obra de Furtado, e dos seus interlocutores no contexto histórico descrito, confirmou tal suspeita ao revelar a presença em sua teoria do subdesenvolvimento de alguns dos conceitos centrais desta tradição: as ideias de conflito, liberdade e dominação (dependência). Estes conceitos foram utilizados pelo autor na interpretação e análise da formação do Brasil e no enfrentamento dos problemas estruturais da desigualdade regional do Nordeste, da inflação e da dependência externa da nação. Como formulador de políticas, Furtado desenvolveu um diagnóstico da crise brasileira no intuito de legitimar a visão de que os fins a serem perseguidos pela sociedade no contexto de crise devem repousar nos valores e no desejo do povo de ser livre. Definidos os fins - e ao visualizar a emergência do autoritarismo -, Furtado mobilizou a lei na política de desenvolvimento do Nordeste como salvaguarda da liberdade dos cidadãos. As reformas constitucionais surgiram como recurso a fim de dispor aos dominados os instrumentos políticos necessários para se fazer ouvir e para contestar a arbitrariedade dos dominantes. Do mesmo modo que para o republicanismo inspirado em Maquiavel, para Furtado, a origem da lei está justamente no conflito e nas desordens resultantes da oposição entre o povo e as elites. É nesse sentido que a teoria do subdesenvolvimento de Celso Furtado pode ser concebida como uma economia política republicana.

Palavras-chave: Celso Furtado, republicanismo, liberdade, Brasil, história do pensamento político.

ABSTRACT

The objective of this work is the study of political thought of the Brazilian economist Celso Furtado (1920-2004), in the period between 1956 and 1965. In the research problem that guides the investigation, it was formulated the following question: is it appropriate to attribute to his political thought a republican character? This question is due to the recent interest of scholars of his thoughts in relating his work with the republican tradition. The reading of Furtado's work, and of his interlocutors in the described historical context, confirmed this suspect when revealing the presence in his underdevelopment theory of some of the central concepts of this tradition: the ideas of conflict, freedom and domination (dependence). These concepts were mobilized by the author in the interpretation and analysis of the formation of Brazil and in the face of the structural problems of the regional inequality of the Northeast, inflation, and external dependence of the nation. As a policy-maker, Furtado developed a diagnosis of the Brazilian crisis in the intention of legitimating the vision that the ends to be pursued by society in the crisis context should rest in the values and in the desire of the people to be free. Defined the purposes - and when visualizing the emergency of the authoritarianism -, Furtado mobilized the law in the politics of development of the Northeast as safeguard of the citizens' freedom. The Constitutional reforms have emerged as a resource capable of allowing the dominated to have policy instruments to be heard and to challenge the arbitrariness of those dominant. Similarly as for the republicanism inspired by Machiavelli, for Furtado the origin of the law is precisely the conflict and the disorders resulting from the opposition between the people and the elites. It is in that sense that the underdevelopment theory of Celso Furtado may be conceived as a republican political economy.

Key Words: Celso Furtado, republicanism, liberty, Brazil, history of political thought.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
Furtado e o republicanismo	15
As ideias, o contexto e o significado: compreensão e explicação na história do pensamento brasileiro	36
 CAPÍTULO 1 – A TEORIA NEO-REPUBLICANA E O CONCEITO DE LIBERDADE COMO NÃO-DOMINAÇÃO	49
 CAPÍTULO 2 – CELSO FURTADO E O PENSAMENTO BRASILEIRO	69
 CAPÍTULO 3 – A FORMAÇÃO DE UM INTELLECTUAL REPUBLICANO: 1920-1965	87
 CAPÍTULO 4 – AS BASES DE UMA ECONOMIA POLÍTICA REPUBLICANA: A TEORIA HISTÓRICO-ESTRUTURALISTA DE PREBISCH E FURTADO	129
4.1. O contexto histórico após a Segunda Guerra e a economia do desenvolvimento	129
4.2. A Comissão Econômica para a América Latina (Cepal)	139
4.3. Ciência econômica e ideologia	158
4.4. A contribuição de Celso Furtado: o histórico-estruturalismo	161
 CAPÍTULO 5 – DESEQUILÍBRIOS ESTRUTURAIS, REFORMAS DE BASE E MUDANÇA CONCEITUAL	167
5.1. A formação econômica do Brasil.....	168
5.2. Os “antecedentes sociais da expansão lusitana”	170
5.3. O processo de colonização.....	173
5.4. A condição de periferia exportadora, latifundiária e oligárquica do capitalismo no Brasil.....	178
5.5. O governo Kubitschek: industrialização e reformas de base	185
5.6. A Operação Nordeste	187

5.7. Reformas de base e mudança conceitual.....	198
CONSIDERAÇÕES FINAIS	207
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	213
Anexo.....	229

INTRODUÇÃO

Furtado e o republicanismo

Recentemente, num artigo intitulado “Um republicano exemplar”, Francisco de Oliveira afirmou que Celso Furtado “colocou a questão da Federação no centro das suas preocupações teóricas e práticas, propondo, no fim dos anos 1950, a refundação do pacto federativo, mudando-lhe a escala e os recortes, para uma espécie de Federação regionalizada”. Segundo o autor, Furtado acrescentava à representação democrática uma dimensão regional procurando se contrapor à tendência de esfacelamento da Federação provocada pelas pressões da industrialização. Oliveira salienta que “(...) Furtado, na verdade, desloca a centralidade para a política, surpreendente num autor que é lido como economista” (OLIVEIRA, 2003, p. 119-121).

É este deslocamento da centralidade da economia para a política a preocupação principal do presente trabalho. Trata-se de investigar a obra intelectual de Celso Furtado e o seu significado como fruto da clara intenção de utilizá-la como arma de luta num contexto específico de crise política, descontrolo inflacionário e de ativação social, no período que culmina com a crise do início dos anos sessenta e o Golpe de Estado em 1964. Em outras palavras, pretende-se compreender o significado da obra de Celso Furtado no período entre 1956 e 1965 através dos usos específicos que ele fez dos proferimentos, teorias, enunciados, conceitos e categorias mobilizados nos seus textos e livros dirigidos para o debate público. É na finalidade política das inovações teóricas e interpretativas contidas em seus textos do período que está o interesse deste trabalho. Tais inovações teóricas e interpretativas surgem como resultado de seu esforço para atingir objetivos políticos e de política econômica e na sua busca da construção de um pensamento voltado para a ação transformadora de uma república oligárquica em uma república democrática. Como se sabe, esse intento não logrou sucesso, dada a mudança do regime político em 1964 em direção ao autoritarismo. Sendo assim, o significado dos textos não deve ser buscado neles exclusivamente, mas o contexto histórico do qual eles surgem, na teia de conflitos que se expressa num debate político e intelectual que se apresentou para o autor. Como se verá mais adiante, uma das mais importantes dimensões do significado da obra de Celso Furtado se encontra na intenção do autor ao escrever os textos que escreveu e ao emitir os pronunciamentos que emitiu. Para isso, deve-se perguntar

como o autor queria que fosse entendido no contexto em que se encontrava. Isso nos remeterá necessariamente para a dimensão não-econômica de sua obra.

Pode-se hoje observar entre os estudiosos um renovado interesse nas dimensões não-econômicas da obra de Celso Furtado. O economista tem sido lembrado, por exemplo, pela sua preocupação com a fundação da nação e a constituição do povo soberano, como o próprio Oliveira destaca no referido texto:

Valorizar o nacional não é nem populismo nem xenofobismo. Pois o espaço nacional é ainda a forma onde se pode construir um processo democrático, colocando a possibilidade concreta de intervenção do povo e das classes sociais dominadas ao alcance de suas possibilidades civis e políticas. Pensar em um espaço internacional ou globalizado como virtualidade democrática seria delírio se não fosse escárnio. Portanto, quando se postula a questão do Estado nacional, o que está em jogo é a soberania do povo (OLIVEIRA, 2003, p. 120).

Francisco de Oliveira eleva ao primeiro plano estas preocupações de caráter político ao valorizar na obra de Furtado a importância da relação entre a soberania popular e a independência política e econômica externa da nação. É claro que Furtado fez parte de uma geração de pensadores que se preocuparam em compreender e interpretar a nação, atribuir-lhe um significado próprio, tanto ao povo brasileiro quanto da formação do Brasil. Isso fazia parte do espírito da época na periferia do capitalismo durante o século XX, especialmente após a Segunda Guerra Mundial, período em que diversos países subdesenvolvidos, as suas elites intelectuais e mesmo parte significativa de pensadores do centro, se dedicaram a analisar os países do Terceiro Mundo. Acreditavam que tais países podiam superar aquela condição periférica e caminhar para o desenvolvimento por meio do planejamento econômico, da participação do Estado na condução dos processos de industrialização, ampliação do mercado interno e substituição de importações.

Esta vertente republicana de Furtado passou a ser explorada por outros estudiosos. Fala-se, por exemplo, em “refundação republicana” ao afirmar que Celso Furtado propõe uma “solução de nossa problemática nacional mediante um projeto que prevê a superação de nosso quadro histórico de exclusão social em um quadro de

aprofundamento dos fundamentos de nossa democracia política” (GUIMARÃES, 2000, p. 23).

O autor citado procura enfatizar que a contradição entre a afirmação nacional e a democracia foi levada ao limite no Brasil durante o Estado Novo. E que após 1945 a cultura política brasileira dividia-se entre o liberalismo e o nacional-desenvolvimentismo. Mostra que é “aí que incide a grandeza ético-moral do pensamento republicano de Celso Furtado”, lembrando que em *A pré-revolução brasileira* de 1962, ao reconhecer no marxismo, em última instância, uma forma superior de humanismo, refuta o marxismo-leninismo revolucionário e conclui que o subdesenvolvimento padece de caráter anti-humano. Pode-se complementar sua afirmação lembrando que essa grandeza ético moral também se refere à mesma contradição reposta pelo pensamento autoritário brasileiro reconstituído pelo pensamento econômico conservador que no país emerge com o processo de industrialização rápida nos anos cinquenta e sessenta do século XX (SILVA, 2004).

De fato, como em outro trabalho, Guimarães argumenta, de acordo com Celso Furtado, que em 1964 interrompia-se uma construção republicana em curso, ela não tinha fundamento claro e estabelecido no terreno democrático. Segundo o autor, no

projeto republicano em curso em 1964, era turva sua visibilidade democrática, com os vícios do estatismo, da ambiguidade frente aos direitos políticos, do cerceamento da autonomia política e sindical dos trabalhadores, com as limitações intrínsecas daí derivadas à sua capacidade hegemônica (GUIMARÃES, 2006, p. 125).

Essa tendência de atribuir a Celso Furtado as características de um pensador republicano é recente e ainda não fundamentada devidamente, como se procura aqui demonstrar, mas vem em paralelo com duas outras tendências mais acentuadas e difundidas na literatura que resultam de uma imprecisão conceitual e interpretativa na abordagem de sua obra. Tratam os autores de, por um lado, atribuir ao economista brasileiro a posição de nacionalista e, por outro, exagerar e enaltecer imprecisamente o significado de sua defesa da intervenção estatal nas economias subdesenvolvidas. É certo que sua obra fez parte de um movimento intelectual e político de busca da consolidação da nação no Brasil e isso legitima a sua abordagem a partir dos referenciais que colocam no centro das preocupações dos autores a fundação da

nação e a busca da nacionalidade.¹ Também é certo que, no mesmo período no qual Furtado teve sua carreira de economista e servidor federal em ascensão e auge, o nacionalismo na política brasileira esteve muito presente, gerando debates e conflitos de grande importância. Nessa perspectiva, procura-se apresentar aqui, num esforço de esclarecimento do que chamamos de imprecisão conceitual e interpretativa, que o pensamento de Furtado não se confunde exatamente com o nacionalismo nem com o intervencionismo estatal a qualquer custo. Afirma-se que sua tomada de posição é republicana, e essa é a característica distintiva de seu pensamento político que acaba, por sua complexidade, gerando um conjunto de referências cruzadas e contraditórias em relação ao significado de sua obra e de sua experiência na política brasileira. Tanto o nacionalismo quanto o intervencionismo estatal são fenômenos políticos muito mais ligados à tradição autoritária do pensamento social brasileiro que ele identificou e combateu em sua trajetória intelectual e política. Foi justamente essa tomada de consciência que Furtado adquiriu durante os anos cinquenta e sessenta, identificando no autoritarismo e na ciência econômica dois perigos existentes no caminho de construção da nação e no processo de luta para a superação do subdesenvolvimento. Como um refinado artífice da política, Furtado não podia entrar em confronto aberto com as forças progressistas que intencionava reunir numa força social e política capaz de garantir a construção de uma república democrática. É nesse sentido que ele se encontra do mesmo lado em que estão as forças nacionalistas, as forças revolucionárias e todos os grupos sociais que contêm interesses legítimos e motivos de contestação da ordem vigente.

Perante tais considerações, é possível conceber a obra econômica de Celso Furtado como contribuição para uma reflexão sobre a política no Brasil? Ela é dotada de conteúdo político? Comparado com a sua obra econômica, qual a contribuição que este conteúdo político representa para formação do pensamento político brasileiro? Sendo impensável falar em pensamento econômico brasileiro sem mencionar Celso Furtado, seria possível imaginar que ele figuraria entre os que deram alguma contribuição para o que veio a ser chamado de pensamento ou político brasileiro? Supondo poder responder afirmativamente, embora com ressalvas, a essas questões, pergunta-se qual o sentido preciso desse imputado republicanismo de Celso Furtado,

¹ São inúmeros os autores que identificam Celso Furtado com o pensamento nacionalista, associando ou não sua obra à discussão da construção da nação; entre outros, por exemplo: Bieslschowsky (1988), Nabuco (2000), Paulani (2001), Santos (1988), Vieira (2003).

qual sua relação com a teoria do subdesenvolvimento formulada por ele, bem como com o contexto histórico no qual está imerso?

A identificação de uma economia política republicana na obra de Celso Furtado não decorre exclusivamente da exaltação por ele feita dos valores humanistas, dos ideais republicanos da convivência democrática, da soberania popular, da sua contribuição para a busca de uma solução da nossa problemática de construção da nação; nem da atual constatação de sua contribuição para a problemática da refundação republicana e do pacto federativo, ou mesmo da demonstração em textos e ações da grandeza ético-moral do seu caráter. Estas são de fato evidências da existência no seu pensamento de um fundamento republicano, pois são valores e formas de comportamento próprios dessa tradição.

A economia política republicana decorre, sobretudo, essencialmente da mobilização por parte de Celso Furtado de três elementos centrais da tradição republicana desde Maquiavel aos nossos dias: a noção de conflito, o papel da lei (Constituição) como garantia da liberdade de um povo e o conceito de liberdade como ausência de dominação. Essa tradição é seu ponto de partida ao lado das tradições de pensamento econômico, sociológico e antropológico com as quais estabeleceu conexões temporais e conceituais durante sua formação intelectual. A partir destas tradições combinadas e transformadas em sua prática intelectual e política, Furtado modificou sua própria rede de crenças a fim de solucionar os dilemas que encontrou na luta política que se desdobrou no período que aqui será estudado (BEVIR, 1999).

Como se poderá ver neste trabalho, a economia política republicana de Furtado se deve aos usos conferidos por ele à sua própria teoria do subdesenvolvimento e aos conceitos que a acompanham. Concebida como uma arma de luta política, a economia política republicana decorre da intenção de Furtado ao desenvolver essa teorização e à forma como utiliza os conceitos dela provenientes, ou seja: a teoria do subdesenvolvimento é um recurso ou instrumento das ciências sociais que capacita o homem a agir para proporcionar ao seu povo os meios de que precisa para contestar as formas de poder arbitrário que sobre ele exercem os grupos sociais dominantes (PETTIT, 1997; PETTIT, 1999, SKINNER, 2006a).

As nações subdesenvolvidas são dependentes ou dominadas não apenas porque estão integradas de modo subordinado à economia mundial, cumprindo nesta um papel importante de fornecedoras de matérias-primas e consumidoras de produtos manufaturados. Nesse sentido elas são parte de um sistema onde o desenvolvimento de algumas nações gera o subdesenvolvimento de outras. O que significa

que não têm soberania, já que os centros de decisão que comandam o destino do seu povo se situam fora do seu controle. Mas também, e principalmente, porque internamente as relações de poder entre os grupos que compõem esse povo são muito desiguais, inexistindo mecanismos legais para salvaguardar a liberdade dos súditos diante da sede de poder e dinheiro dos ricos e dominantes. Há uma interdependência entre liberdade dos indivíduos e liberdade do Estado (SKINNER, 1999).

Nesse sentido é que o republicanismo de Celso Furtado não está nos textos somente, mas na sua conduta como homem público e, portanto, no modo como utilizou os textos para travar um debate público. Mas para empreender essa interpretação e obter uma nova compreensão do significado da obra de Celso Furtado no período selecionado, é preciso, antes de tudo, entender o que é o republicanismo e o correspondente conceito de liberdade. Esse parece ser claramente um ponto ainda não esclarecido entre os estudiosos e comentadores de sua obra. Embora se refiram a Celso Furtado como republicano, não explicitaram em que consiste esse republicanismo. É preciso, então, compreender o que é o republicanismo como uma tradição do pensamento político moderno e contemporâneo e também o que representa a recuperação dessa tradição perdida do pensamento político no contexto de crise política e econômica no qual se produz e se transforma a obra intelectual desse autor.

A essa tarefa se dedica o presente trabalho. Por ora, basta adiantar que está em curso uma renovação do interesse, entre estudiosos da teoria política e do pensamento político, no tema do republicanismo moderno. Tal recuperação da tradição republicana remonta pelo menos até Maquiavel. Procura-se mostrar as similaridades da reflexão de Celso Furtado sobre o Brasil no contexto indicado com os fundamentos do republicanismo moderno e suas vertentes atuais, sobretudo no que diz respeito ao conceito de liberdade política e ao papel do conflito político, das instituições e da lei. Estes pilares do republicanismo moderno se apresentam no embate político de Furtado no Brasil dos anos cinquenta e sessenta e como dilemas equacionados e solucionados no plano teórico e prático.

Uma análise da produção intelectual de Celso Furtado no contexto do debate econômico do período deve aqui indicar os dilemas²

² Sobre “dilema”, conforme BEVIR: “All we can say, therefore, is that a dilemma is any understanding that requires someone to modify his existing web of beliefs if only by accepting it as true. (...) When people accept na understanding as true, they come to believe it, so they

enfrentados pelo autor que o levaram a modificar a sua “rede de crenças” e, com isso, extrapolar o campo exclusivo do debate econômico brasileiro e latino-americano a partir do qual sua obra emergiu. Como esta tese procurará demonstrar, tais dilemas, ou novas formas de compreensão dos problemas econômicos do país fizeram avançar seus argumentos na direção de uma linguagem política que se aproxima daquela tradição republicana do pensamento político. A defesa que faz da institucionalidade, da liberdade e da democracia é fruto de tais dilemas, que assumem caráter essencialmente político no contexto da crise de amplas dimensões que se aprofunda no início dos anos sessenta no Brasil. Em decorrência dessa experiência, Furtado acaba promovendo transformações teóricas aqui consideradas importantes no corpo inicial da teoria estruturalista e no conceito de subdesenvolvimento, como inicialmente apresentados por Prebisch. Estas mudanças teóricas se referem justamente à inclusão progressiva de elementos não econômicos na análise e interpretação do subdesenvolvimento, particularmente de caráter político, mas também buscando na antropologia fatores explicativos para a mudança cultural como base do processo de desenvolvimento. Entre as principais inovações de caráter político introduzidas por Furtado no discurso e na teoria do subdesenvolvimento, interessa aqui, sobretudo investigar principalmente o papel e a importância do uso que o autor faz dos conceitos de liberdade e de conflito e ao papel que atribui à lei como salvaguarda da liberdade civil e da nação.

Procura-se, neste trabalho, reconstituir os debates travados pelo autor e mostrar como deles emergem seus textos e os usos que Furtado faz deles. Pois, se os homens que exerciam papel decisivo na administração pública brasileira e na política profissional, nesse momento de crise, foram coagidos a adotar posições políticas diante do curso dos fatos, as tomadas de posições determinaram o destino de muitas pessoas após o Golpe Militar de 1964. Celso Furtado, entre muitos outros, acabou sendo exilado pelo Regime Militar. Qual a relação entre o fato de alguns economistas monetaristas, críticos do desenvolvimentismo, do estruturalismo e do nacionalismo, terem sido justamente os colaboradores do Regime Autoritário? Quais as posições adotadas por Celso Furtado diante dos acontecimentos que desembocaram na crise da república? Qual o significado dessa relação

must incorporate it into their existing webs of belief. When they incorporate it into they existing webs of belief, they necessarily extend or modify their beliefs to accommodate it” (BEVIR, 1999, pp.229).

entre a teoria econômica e a história política brasileira? Estas são perguntas que Furtado responde em sua obra.

Segundo Mark Bevir, dilemas são

crenças que as pessoas adquirem ao exercitar sua razão para dar sentido a suas experiências contra um pano de fundo de uma tradição que elas herdaram. [O]s historiadores devem explicar o surgimento de um dilema através da referência ao processo de reflexão pelo qual as pessoas dão sentido a suas experiências (BEVIR, 1999, p. 233-234).

O conceito de dilema inclui cada nova crença, não importa como ela chegue ao que é e não importa quão insignificante o dilema e suas consequências possam ser. Para Bevir, “the introduction of any new belief into a web of beliefs necessarily entails some change in that web” (BEVIR, 1999, p. 233).

De acordo com isso, procura-se mostrar que Celso Furtado deixou clara sua percepção de que vigorosas transformações estruturais das mais diversas ordens estavam em andamento e, nesse contexto histórico, a liberdade e, portanto, a república estavam ameaçadas. Interessa notar que o fez através do recurso às suas crenças e convicções mais sinceras, modificando-as, adquirindo novas convicções que, não por acaso, coincidem perfeitamente com essa longa tradição do pensamento político que é o republicanismo. Para ele, estava claro que nada menos do que a sobrevivência da República era o que estava em jogo naquele momento. Essa percepção Furtado registrou em seus textos através do debate econômico, a partir de sua posição política e administrativa no governo brasileiro. É esta percepção que demarca o contexto no qual a investigação se desenvolverá. Tal contexto será delimitado então pelas próprias questões e problemas abordados pelo autor nos seus textos, os quais expressam à sua maneira, conforme suas intenções autorais, os dilemas com que se defrontou no diálogo que procurou travar com a intelectualidade de seu tempo.³ A exemplo dessa filiação republicana, deve-se lembrar que, em muitos textos, prefácios e introduções de seus livros, Celso Furtado chamou a atenção para a responsabilidade do intelectual diante dos destinos na nação. Veja-se,

³ Trata-se do contexto linguístico de que se tratará mais adiante; DUNN indica o procedimento para o fechamento do contexto: “What closes the context in actuality is the intention (and, much more broadly, the experiences) of the speaker” (1968, p 27).

por exemplo, a introdução de *A Dialética do Desenvolvimento*, redigida em janeiro de 1964, em que afirma:

A responsabilidade dos intelectuais em nenhuma época foi tão grande como no presente. E essa responsabilidade vem sendo traída pela ação de uns e a omissão de outros. Os cientistas, responsáveis pela manipulação dessa suprema criação do intelecto humano que é a ciência experimental, puseram-se a serviço de mitologias políticas contra a humanidade, transformando o destino do homem sobre a Terra em simples dado e um problema político a ser enfrentado cada dia, problema que por sua própria natureza está essencialmente constituído de elementos irracionais. Por seu lado o cientista social, a quem cabe projetar alguma luz sobre as prováveis consequências das ações dos responsáveis pela salvaguarda do interesse público – o que pode significar prevenir em tempo atos que, por terem sido praticados com inconsciência, não são menores crimes contra a coletividade –, é o grande omissor da época presente, por comodismo ou covardia (FURTADO, 1964, p. 9).

Argumenta-se aqui que essa passagem não se deve a um mero recurso estilístico ou literário para dar valor estético ou dramático ao texto, mas, ao contrário, trata justamente de procurar alertar a comunidade política para a gravidade do quadro histórico em que se encontrava a República. Como se poderá ver Furtado emitiu alertas dessa natureza muito antes, em trabalhos como *Industrialização e Inflação*, escrito em 1960, *Subdesenvolvimento e Estado Democrático e A Pré-Revolução Brasileira*, publicados em 1962, e no próprio livro clássico *Formação Econômica do Brasil*, escrito em 1957-58.

Nos referidos trabalhos, entre outros, o autor demonstrou a profundidade das mudanças em curso, a urgência com que a nação (o povo) deveria “tomar consciência dos seus problemas”, assim como a sua relação com a dimensão ideológica. Durante aquelas transformações, grandes crenças e as tradições que as abrigavam foram colocadas em confronto e em teste. As tradições, republicana, liberal e socialista, sucumbiram frente à ressurgente tendência autoritária da política brasileira. As crenças na democracia, na liberdade, nos valores humanistas foram sobrepujadas em favor da garantia da liberdade

econômica, da estabilidade, do estancamento dos movimentos pelas reformas de base, como a reforma agrária, pela redistribuição dos recursos políticos e econômicos do país e em favor da reprodução das relações de dominação então estruturadas na época colonial e consolidadas na República Oligárquica, de 1889 a 1930. Numa tentativa de evitar esse desfecho, levado a efeito em 1964 com o Golpe Militar, o economista brasileiro supera a análise estreita do subdesenvolvimento apresentada pelo debate econômico e aprimora uma interpretação da formação econômica, social e política brasileira que em muitas ocasiões denominou de visão global.

No presente trabalho, como ficou visível Furtado desenvolveu teoria e interpretação econômica do subdesenvolvimento brasileiro com o objetivo claro de extrair proposições de políticas de desenvolvimento ao afirmar, por exemplo, que o desenvolvimento dos anos trinta até sessenta não havia sido fruto de uma “autêntica política de desenvolvimento” (FURTADO, 1962a).⁴ Argumenta-se ainda, que o autor estabeleceu como objetivo a necessidade de promover uma renovação teórica de ampla magnitude, ressaltando inclusive que

Considero de grande conveniência que se inicie um movimento tendente a estimular o trabalho teórico, de natureza crítica ou criadora”, a ser realizado em cursos de pós-graduação, “(...) por pequenos grupos de jovens com autêntica aptidão para o trabalho de natureza científica (FURTADO, 1982, p. 27).

Mais que isso, Furtado faz uso da economia política como recurso retórico na luta política, chegando a declarar que “política econômica é política antes de ser economia” (FURTADO, 1982, p. 23). O uso mais importante que dá a seus proferimentos de ordem teórica e interpretativa é, portanto, político. É político no sentido de que sua clara intenção é intervir na política através do debate econômico que se desenrola ao longo dos anos 1950 e 1960 no Brasil. Numa de suas mais importantes obras do período, escrita em 1960, discutindo o problema candente da inflação e o esgotamento dos estímulos decorrentes do processo de substituição de importações, Furtado disse:

⁴ Este livro, *Subdesenvolvimento e Estado democrático*, teve sua redação concluída em novembro de 1961 e foi publicado em 1962. A edição que utilizamos aqui é a segunda e foi publicada em 1982. A obra foi ainda em 1962 republicada com modificações e adendos sob o título de *A pré-revolução brasileira* (FURTADO, 1962a).

As pequenas fricções sociais da fase das grandes ondas inflacionárias nada serão, comparadas com as tensões que advirão de uma redução no ritmo de crescimento. É, portanto, perfeitamente possível que estejamos entrando numa daquelas fases decisivas em que os problemas tipicamente políticos adquirem forte ascendência sobre os demais, inclusive os econômicos (FURTADO, 1963, p. 266).

Essa passagem denota o quanto Celso Furtado estava atento ao conflito político entre as classes sociais, tanto em termos políticos e administrativos, já que como um servidor público estava imbuído da responsabilidade de oferecer soluções e encaminhamentos para problemas práticos na administração pública brasileira; quanto em termos teóricos e ideológicos, pois não cessou de escrever e publicar por todo o período em que esteve no governo brasileiro até o golpe de 1964, demonstrando que havia relação intrínseca entre as mudanças estruturais, a emergência dos conflitos e tensões sociais e a institucionalidade do Estado. Para o autor, também, as mudanças nestas três esferas deveriam se fazer concomitantemente, ou seja, na economia, nas relações de poder entre os grupos sociais e as regiões e nas instituições governamentais.

Tal tentativa de intervir no debate político brasileiro se deu, evidentemente, através do recurso às teorias e ao debate econômico, que era a sua área de competência técnica. Mas por que essa intenção de intervir no debate econômico para, através dele, exercer alguma influência sobre a política? É na resposta a essa pergunta que se argumenta que o caráter de sua intervenção e interpretação do Brasil se afirma a partir dos fundamentos da tradição do republicanismo e do conceito de liberdade correspondente, apreendido aqui com um significado específico: como se verá, a liberdade republicana é caracterizada pela ausência de dominação tanto entre os concidadãos quanto entre os Estados nacionais.

A crise decorrente do confronto entre um processo de ativação social com instituições e estruturas de dominação rígidas herdadas de longo período de formação da economia brasileira foi provocada pelo rápido processo de industrialização e correspondentes mudanças estruturais. As tensões sociais que emergiram no contexto do fim dos anos cinquenta e início dos anos sessenta provocaram reações por parte de uma série de intelectuais ligados aos setores dominantes e

tradicionais da economia brasileira. O resultado desse processo de lutas foi uma atualização da ideologia do Estado autoritário permitindo renovar a

eficácia funcional de sua estrutura argumentativa. A lógica da argumentação política desenvolvida pelos ideólogos do Estado Novo reaparece, com outra roupagem, no pensamento de economistas conservadores, representados aqui por Eugênio Gudín e Roberto Campos (SILVA, 2004, p. 327).

Esse argumento é central para o presente trabalho, visto que Celso Furtado tem clara percepção do movimento em curso e de suas consequências de longo prazo para o país. Preservou-se o mesmo sistema ideológico legitimador das estruturas de dominação estatista, tecnocrática e desmobilizadora que emergiu no Estado Novo e suas expressões institucionais. A centralização decisória no Poder Executivo, a intensificação da violência contra as organizações populares e a violência estatal cotidiana, que expressavam uma face terrível da estatização, contradisseram o discurso de Estado mínimo defendido por e atribuído a estes economistas. Essa ideologia também reproduziu seu conteúdo tecnocrático, buscando legitimar o Estado autoritário e a si própria, pelo arsenal retórico da sociologia, no Estado Novo, e da economia, a partir dos anos 50 e 60.

Segundo tal visão tecnocrática, a aplicação do saber técnico-científico à atividade de elaboração e gestão das políticas permitiria maior eficácia e objetividade do que a deliberação pública possível nas repúblicas democráticas. Durante o Estado Novo, foi a sociologia de Alberto Torres, Azevedo Amaral, Francisco Campos e Oliveira Vianna que fundamentou o argumento tecnocrático da ideologia do Estado autoritário. Os pensadores autoritários condenavam o liberalismo político, suas instituições e métodos de tomadas de decisões considerados incompatíveis com o meio social brasileiro. O parlamento era ridicularizado e considerado fonte de “desordem” e “caos”.

A economia passou a ser mobilizada intensamente no lugar da sociologia a partir da década de 50, numa atualização daquela ideologia do Estado autoritário. As “leis sociológicas” foram substituídas pelas “leis do comportamento econômico”. O populismo foi considerado pela tecnocracia como “veículo pelo qual os elementos viciados da cultura popular ecoam nas arenas políticas, comprometendo, sobretudo, a

elaboração e execução de políticas econômicas racionais” (SILVA, 2004, p. 330).

Também o apelo desmobilizador foi reproduzido na atualização dos anos 50 e 60 dessa ideologia autoritária. A mobilização das classes populares foi apresentada como sinônimo de crise, desordem e caos. A restauração da ordem exigiria a desmobilização dos portadores da irracionalidade pelos instrumentos coercitivos do Estado autoritário.

Furtado percebeu que a “ciência econômica” poderia ser aprisionada por estas forças autoritárias, pois ela trazia consigo todos os requisitos propícios para tornar-se ideologia, no sentido negativo do termo, como legitimadora de relações de dominação estabelecidas. Por isso a sua militância frequente em torno do papel e da profissão do economista.⁵ Isso explica por que empregou a linguagem e as categorias da economia política com fins políticos, como ação, procurando intervir nesse contexto intelectual com o intuito de combater essas tendências autoritárias representadas pela força ideológica daquele campo do conhecimento técnico. Mas também trouxe para sua análise econômica elementos de teoria política, mobilizou um conjunto de conceitos, idéias e princípios próprios da tradição republicana de pensamento político. Essa tomada de posição deveu-se à percepção de Furtado de que os

⁵ Furtado escreveu uma grande quantidade de páginas ao longo de sua obra sobre o papel do economista, sobre a profissão e sobre questões metodológicas em ciência econômica bem como seu papel como ideologia e dirigiu constantemente a palavra para os jovens estudantes e os profissionais de economia. A seguir, algumas indicações de sua preocupação podem ser encontradas em publicações que abordam direta ou indiretamente essa questão, entre outras: “Em busca de uma ideologia do desenvolvimento”, Capítulo 1 de *Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina*, publicado em 1965 (FURTADO, 1968, p. 1-17); “Introdução” e Capítulo 1, “Reencontro da dialética”, de *Dialética do Desenvolvimento*, de 1964 (FURTADO, 1964, p. 9-23); “Introdução” de *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*, de 1961 (FURTADO, 1963, p. 11-16); Em *A pré-revolução brasileira* (FURTADO, 2000) publicado em 1962, capítulos 6 – “Da objetividade do economista” e 7 – “A formação do economista em país subdesenvolvido”, 8 – “Renovação do pensamento econômico”, (FURTADO, 1962, p. 80-105); por fim, ver ainda a “Introdução” de *Formação econômica do Brasil*, de 1959. Neste, dirigindo-se aos estudantes de economia e filosofia, o autor escreve: “A assimilação das teorias econômicas requer mais e mais ser completada, ao nível universitário, pela aplicação dessas teorias aos processos históricos subjacentes à realidade na qual vive o estudante e sobre a qual possivelmente terá de atuar” (FURTADO, 2000, p. XI-XII). Estas preocupações nunca foram abandonadas: “Os desafios da nova geração”. *Revista de Economia Política* (2004). São Paulo, v. 24, 4 (96), p. 483-86; “A responsabilidade do economista”, in: FURTADO (2002). *Em busca de um novo modelo*. São Paulo: Paz e Terra, p. 69-81; “Mensagem aos jovens economistas”, capítulo do livro chamado *O longo amanhecer: reflexões sobre a formação do Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, (FURTADO, 2000, p. XI-XII), p. 69-102; “A arma das idéias e seus adversários” em *Os ares do mundo*, de 1990 (1997, p.185-193); “Objetividade e ilusionismo em economia”, escrito em 1972, capítulo IV de *O mito do desenvolvimento econômico* (FURTADO, 1974, p. 111-117).

fundamentos da República estavam sendo abalados, que a possibilidade de inauguração de um regime tirânico era iminente e que as forças tecnocráticas que lidavam com sua área de influência, a economia, adquiriram recentemente uma capacidade de interferência nos negócios públicos que Furtado temia ultrapassar os limites da legitimidade.

É aí que surge uma sutil diferença entre ver sua obra e atuação, por um lado, como uma defesa da razão, do papel da *intelligentsia*, do planejamento e da função complementar do governo; e, por outro, como expressão de tecnocratismo (MORAES, 1987, 1995), gradualismo (FRANK, 1980), intervencionismo, estatismo, populismo, comunismo ou mesmo irracionalismo, como afirmou Eugenio Gudín referindo-se à lei de remessa de lucros promulgada no governo Goulart, dizendo que ela

só se explica por uma motivação emocional ou irracional (...) produto genético de nosso nacional-comunismo (...) e de um grupo de inocentes úteis cuja característica dominante é a burrice” (GUDÍN, 1965, p. 327).

Furtado dirigiu frequentemente sua palavra para os economistas atuantes ou em formação, assim como para um público mais amplo de cientistas sociais.⁶ Mas também dirigiu a palavra para o público em geral, procurando atuar como formador de opinião, sempre valorizando a organização política e sindical do conjunto da população trabalhadora. Elegeu esse objetivo, não só no campo de conhecimento que domina, mediante a publicação de trabalhos acadêmicos e técnicos, como também o fez através da busca de influência e poder pessoal pela via da inserção institucional nas carreiras públicas, na administração federal e como personagem político. Este foi o caso de sua atuação em frente da Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). Mas qual era o conteúdo político de sua mensagem?

A resposta a essa pergunta é que sua obra é uma crítica das estruturas de dominação vigentes no país, que o desenvolvimento econômico requer liberdade política e que o estudo do fenômeno do subdesenvolvimento no Brasil no contexto indicado não pode prescindir da consideração do grau de liberdade de que desfrutam os indivíduos

⁶ Ver o ensaio de Celso Furtado (1962a) *A pré-revolução brasileira*, p. 79: “Um maior entrosamento entre especialistas em ciências políticas e administrativas constitui, portanto, no momento presente, condição indispensável ao êxito da política de desenvolvimento e reconstrução do país”.

que compõem o povo brasileiro. Percebe-se que as várias e importantes tentativas de interpretar o pensamento político de Celso Furtado adquirem um novo e consistente sentido se reconsideradas a partir de uma investigação que tenha como fundamento teórico a tradição do republicanismo.

Nesse sentido, as principais conexões conceituais que permitem associar sua economia política do subdesenvolvimento com a tradição republicana são: sua interpretação do papel do conflito no processo de mudança institucional que garante o aprimoramento dos mecanismos necessários para a preservação da liberdade dos indivíduos e das classes populares contra o arbítrio dos que exercem o poder e a dominação; o uso que faz e a concepção que tem do conceito de liberdade, central na teoria republicana; o papel que atribui às instituições sociais e aos conflitos de classes como fontes de transformação nas próprias estruturas sociais e econômicas; o papel que atribui à lei e à institucionalidade governamental como aparato jurídico e administrativo capaz de dar vazão aos conflitos políticos e às transformações sociais e econômicas resultantes da industrialização; o papel das reformas institucionais para ampliar a liberdade dos dominados dentro da nação como salvaguarda e precaução contra o estabelecimento do regime ditatorial; a rejeição de todo tipo de *poder arbitrário* (SKINNER, 2006; PETTIT, 1996) por parte das classes dominantes; e, finalmente, a participação e os interesses do povo organizado e representado na estrutura do Estado como fundamento da democracia. O papel central do conflito político, da lei e da Constituição caracteriza a economia política republicana de Celso Furtado, pois, através dos instrumentos legais, “os cidadãos devem ser ‘forçados a ser livres’” (SILVA, 2008, p. 20), uma vez que são convocados a exercer suas virtudes cívicas por meio das instituições de uma *democracia contestatória* (PETTIT, 1999; SILVA, 2007a).

Como se poderá ver, conflito, lei, liberdade, as “desordens” provocadas pelo povo em protesto contra o abuso do poder pelas classes dominantes, são elementos centrais na teoria política republicana, presentes desde Maquiavel até os dias atuais.

As tradições intelectuais presentes naquele contexto de crise no início dos anos sessenta no Brasil, compartilhadas por diferentes atores ou grupos sociais que sustentavam suas posições no conflito social são, respectivamente, o pensamento autoritário, o neoliberalismo, o marxismo e o histórico-estruturalismo. Vista sob esse ponto de vista, a obra de Furtado torna-se compreensível no que diz respeito ao seu distanciamento crítico em relação às posições políticas revolucionárias

defendidas pela tradição marxista. Evidentemente, muito mais distante estava do pensamento conservador do que do pensamento da esquerda no país. Em determinado momento, quando esse tema se colocou na mesa dos debates políticos brasileiros, Furtado opôs-se às idéias de golpe ou revolução e sua argumentação era basicamente republicana, a defesa da liberdade, da democracia e do constitucionalismo.

Ao mesmo tempo e com maior ênfase, Furtado era um sério crítico do liberalismo, do monetarismo e da economia neoclássica. Afirmou inúmeras vezes que não podia conceber um problema estritamente econômico e que a economia pura era incapaz de sequer diagnosticar o problema do subdesenvolvimento e da dependência dos países latino-americanos. Por um lado, o conceito de liberdade criticado por Celso Furtado em *A pré-revolução brasileira* tem no campo da economia a sua conotação negativa em comum com a idéia liberal de liberdade na teoria política, tal qual o formulou originalmente Hobbes em *O Leviatã* e tal qual se difundiu e reproduziu por toda a tradição liberal até os dias atuais. Essa concepção negativa do conceito caracteriza a liberdade pela ausência de interferência sobre a capacidade de ação do indivíduo. Por outro lado, segundo Furtado, a liberdade pode ser definida de acordo com a tradição do republicanismo, na qual é fruto da ausência não de interferência apenas, mas da interferência arbitrária. Essa é a raiz teórica explicativa de sua oposição ao pensamento dos principais representantes do pensamento monetarista e liberal no Brasil, que eram completamente avessos não só à valorização do nacional ou ao nacionalismo, mas também, evidentemente, ao desenvolvimentismo e ao estruturalismo pelo seu intervencionismo estatal.

Distanciando-se assim das duas tradições representadas pelo marxismo e pelo liberalismo, Furtado assegurava-se de sustentar suas posições na terceira vertente, a estruturalista, fundada por Prebisch e por ele mesmo em termos das questões econômicas. Mas buscava elementos políticos para a interpretação das relações de poder e dominação interna e externa em tradições e influências diversas. O que se destaca aqui é que, no momento crucial em que a democracia estava colocada em xeque e a possibilidade de instauração do autoritarismo tornou-se uma realidade iminente, Furtado curiosamente lança mão de argumentos muito semelhantes àqueles utilizados no interior da tradição republicana, com ênfase para o uso que faz do conceito de liberdade.

É certo que muitos que se manifestavam naquele momento o faziam em defesa da liberdade. Quem seria capaz de levantar a voz contra a liberdade do cidadão, sendo essa, aliás, justamente a argumentação dos mais extremos pólos do espectro político. Quem seria

capaz de afirmar ser contrário à grandeza e potência da nação? Os economistas liberais afirmavam que a manutenção da “ordem” era essencial para a estabilidade e liberdade nos mercados, único meio de aspiração do desenvolvimento a ser perseguido pelas economias latino-americanas. Do mesmo modo, as forças revolucionárias apresentavam suas bandeiras de luta como caminho para a libertação dos povos latino-americanos.

Eis a complexidade do momento e do contexto ora em foco que nubla a visão tanto dos agentes imersos no jogo político da crise que Furtado procurava compreender e combater, como também do analista que nos dias atuais procura compreender a natureza do seu pensamento político, mas o faz destacando aspectos importantes e centrais de sua contribuição para uma interpretação do Brasil, embora na ausência de uma articulação teórica global de sua obra que integre num corpo maior seu pensamento econômico e político num contexto histórico definido pelos conflitos e debates em que estava imerso.

É essa articulação teórica que se pretende aqui fornecer para o debate existente sobre o pensamento político de Celso Furtado. É justamente o caráter específico do pensamento de Furtado que emerge de uma abordagem de sua obra a partir da teoria política republicana. Esta permite compreender e dar sentido teórico e prático para suas divergências em relação às posições tanto revolucionárias quanto liberais no debate econômico e político do contexto da crise do início dos anos sessenta no Brasil. É isso que faz a importância da obra de Furtado transcender o período em que viveu e atuou, dando-lhe um significado maior na compreensão do próprio processo de construção histórica do país.

Considera-se que fica mais visível até mesmo o alcance analítico e o grau de aprofundamento da visão de Furtado sobre os grandes dilemas da nação postos à mesa naquele momento de encruzilhada histórica. Percebe-se que sua compreensão da nação não se restringia aos limites do conhecimento econômico, mas abrangia a construção da cidadania reiteradamente limitada pela sua condição de ex-colônia. A capacidade interpretativa de seu pensamento não se restringia ao contexto ou às conjunturas em que atuou como personagem político, mas ao próprio processo de longo prazo de formação das estruturas políticas, econômicas e sociais do país. Compreende-se inclusive a dedicação com que se lançou na tarefa de diagnosticar e atuar na política e na administração pública brasileira em favor da superação do subdesenvolvimento. A clareza com que seus textos são escritos e apresentados, é expressão intelectual de uma atividade levada

diariamente durante anos a fio num ritmo intenso de trabalho que chegou aos limites da exaustão, resultado da consciência da urgência da situação brasileira.

É a observação da realidade brasileira e o desejo de agir sobre ela que o impeliu à denúncia dos riscos de reconstituição do autoritarismo e da tendência de a ciência econômica praticada pela corrente monetarista compactuar soluções autoritárias em nome da garantia da estabilidade política e econômica. Daí a permanente presença em sua obra da clara disposição de estabelecer uma luta política franca no campo das idéias econômicas e a frequente tentativa cuidadosa de evitar quaisquer percalços que o impedissem de participar do franco e aberto debate de idéias sobre os destinos da República. Acobertados pelo poder persuasivo dos argumentos liberais, se encontravam os setores oligárquicos exportadores, o capital multinacional, a prática conservadora da política econômica do Fundo Monetário Internacional, os interesses imperiais da potência hegemônica e do capital estrangeiro no Brasil e América Latina.

O que aparecia como um discurso antiestatista, antipopulista, antinacionalista e anticomunista era, na realidade, uma disfarçada e poderosa arma de persuasão encontrada pelas elites conservadoras locais para combater a agitação social que clamava por reformas de base e direitos de cidadania. Diante disso, Furtado escreveu em duas frentes. Uma na qual fazia a revisão histórica da formação econômica do Brasil. Desde sua tese de doutoramento e depois junto com Prebisch, e ainda após a sua saída da CEPAL, tratava de construir uma teoria do subdesenvolvimento que tivesse suas raízes na observação da realidade brasileira e não fosse uma mera reprodução acrítica de conhecimentos vindos de fora, de qualquer dos pólos da Guerra Fria. Sendo, por isso, inadequados para enfrentar os nossos problemas econômicos, políticos e sociais. Em outra frente, fez em seus livros, especialmente aqueles escritos no início dos anos sessenta, uma defesa da manutenção e ampliação da via institucional e democrática e uma crítica às estruturas de poder e dominação, pois estava convencido de que as profundas transformações por que a economia brasileira vinha passando provocavam tensões sociais e políticas muito fortes, capazes de conduzir novamente o país para a via autoritária.

Tais tensões eram decorrentes da rápida mudança social provocada pelo processo de industrialização e urbanização após os anos trinta, que gerou uma crescente pressão das massas trabalhadoras do campo e da cidade para participar do sistema de decisões em que já se incluíam as elites agrárias, o capital industrial nacional e internacional e

as classes médias. Tais pressões emergiram na forma de demandas pelas reformas de base, distribuição de renda e direitos políticos. Furtado procurou apontar, nesse contexto, que a abertura democrática e a modernização institucional estavam se apresentando como uma frágil tendência resultante daquelas pressões sociais, especialmente mediante a participação do povo nos sistemas de decisão. Conforme o próprio autor, a concessão dessas demandas através de reformas institucionais seria o melhor meio para superar os problemas decorrentes do surgimento dessas tensões políticas e o melhor meio para enfrentar os graves sintomas do subdesenvolvimento.

Em que medida se pode avaliar o significado político do pensamento econômico de Celso Furtado a partir da tradição republicana? Em que medida têm razão os autores que atribuem a ele a designação de republicano? Que relação com a tradição republicana tem essa sua resposta à crise política e econômica brasileira ao defender internamente a liberdade do cidadão, as instituições e a Constituição de uma república democrática como a única forma de defender a autonomia da nação na superação dos seus próprios problemas econômicos, sociais e políticos? Se for possível concordar com Skinner em sua recuperação da teoria neo-romana dos Estados livres, de acordo com a qual o indivíduo só pode ser livre em um Estado livre, pode-se, então, vislumbrar em Furtado uma possibilidade de interpretar o significado político de sua obra através desse tipo de republicanismo e responder afirmativamente a estas perguntas. (SKINNER, 1999b, p. 15-81)

Furtado, nos termos de Bevir, operou uma acomodação das suas redes de crenças (“web of beliefs”) por meio dos dilemas por ele enfrentados na política brasileira nas décadas de 1950 e 1960. E o faz mediante a mobilização e modificação da herança de uma tradição do pensamento político, seu ponto de partida, uma tradição que no Brasil sequer se estruturou para fundar suas interpretações dos nossos próprios problemas. O contexto específico em que atuou, e através do qual seus pronunciamentos podem adquirir um significado histórico específico, é aquele representado pelas linguagens próprias do debate econômico (e político) da época, com suas convenções linguísticas e significados específicos. Celso Furtado viu aí uma porta de entrada para intervir nas mais profundas estruturas de poder econômico e político na república brasileira. A cúpula decisória que passou a ser ocupada pelos representantes do discurso econômico tornou-se o núcleo estratégico e alvo direto das lutas políticas entre as classes sociais crescentemente radicalizadas. A precária democracia da era populista corria sério

de ser suprimida por uma renovada situação autoritária, como de fato acabou ocorrendo.

Frente à pressão dos movimentos populares por participação nas estruturas de poder, e percebendo o perigo de serem deslocados das posições de poder que vinham progressivamente adquirindo, ou no mínimo de se verem na situação de encontrarem maiores restrições à sua liberdade de ação como tecnocratas, os economistas liberais passaram a justificar e legitimar atitudes políticas autoritárias por parte do poder público. No sentido de garantir a estabilidade política requerida para a continuidade das políticas de estabilização monetária, começaram a não apenas aceitar a condenação dos movimentos populares pelos defensores da ordem, mas também a condenar, incorporando no seu argumento ideológico o que chamaram de atitudes políticas irracionais, as mesmas que denominavam populistas. Os populistas eram considerados membros da elite contaminados pelo espírito popular. Conforme Silva:

Gudin, Campos e seus seguidores atribuem aos populistas atitudes políticas pautadas pela ausência de objetividade, pelo despreparo técnico, pelo emocionalismo e pela completa ausência de racionalidade. Características semelhantes às atribuídas aos liberais por pensadores como Oliveira Vianna, Azevedo Amaral e Francisco Campos (SILVA, 2004, p. 281).

Isso não quer dizer que Celso Furtado partilhava ou defendia o populismo como poder-se-ia depreender de uma análise superficial de suas críticas ao Parlamento brasileiro de então como uma instância de representação do poder oligárquico. Ao contrário, para Furtado, estes economistas criaram uma “falsa dicotomia entre desenvolvimento e liberdade” (FURTADO, 1962, p. 11). Diante da iminência da crise e ruptura política, em 1962 Furtado procurou chamar a atenção da opinião pública para a inexistência de contradição entre liberdade e desenvolvimento, visão catastrófica que os economistas liberais, como Gudín, ajudaram a criar. Furtado mostrou que a redução do *laissez-faire* representada pelo aperfeiçoamento dos instrumentos de políticas públicas nos países industrializados não teve como contrapartida uma contração da liberdade individual e que isso poderia servir de exemplo para a periferia. Segundo Furtado:

A idéia tenebrosa de que o preço da liberdade de uns era a ameaça de desemprego e fome para

outros foi assim superada. E, ao ser superada, abriram-se perspectivas novas para o aperfeiçoamento das instituições políticas nas sociedades democráticas (FURTADO, 1962a, p. 75).

É nesse contexto intelectual e político que sua obra econômica representa a contribuição decisiva para uma formulação elaborada do estruturalismo da CEPAL. Furtado trouxe a História e a Política para o estruturalismo de Prebisch e com isso permitiu o aprofundamento e a transformação desse estruturalismo pela via da reinterpretação do processo de desenvolvimento industrial brasileiro e dos problemas estruturais que apresentou nesse movimento histórico de mudança cultural (FURTADO, 1961; 1964; 1984; 1985). Seus livros, artigos e trabalhos técnicos, sucessivamente, interpretaram o processo de aprofundamento do capitalismo no Brasil demonstrando a natureza estrutural dos problemas econômicos (e políticos) que caracterizam o subdesenvolvimento periférico.

A contribuição de Celso Furtado para as transformações conceituais promovidas no estruturalismo de Prebisch na segunda metade dos anos 1950 e início da década de 1960 (como ocorreu em suas reelaborações dos conceitos de subdesenvolvimento e de inflação estrutural, na análise dos desequilíbrios externos manifesto no balanço de pagamentos, no seu diagnóstico e propostas de resolução dos problemas relacionados à desigualdade no desenvolvimento regional entre as regiões Nordeste e Centro-Sul), exprime a íntima relação entre a dimensão do pensamento e os dilemas práticos vividos pelo nosso personagem.

O seu histórico-estruturalismo, suas redes de crenças, as tradições que representam tanto o seu ponto de partida quanto as suas tomadas de posição política nos diferentes momentos de crise e conflito, não são produtos de um desenvolvimento autônomo das idéias em relação à vida dos homens; também não são reflexos, epifenômenos ou expressão de uma “realidade material” fundada nas relações de produção. Tal pensamento e suas transformações são frutos da ação prática e positiva do indivíduo pensante e atuante, imerso no conflito político e intelectual e informado por tradições de pensamento que forneceram, durante sua formação intelectual e moral, os fios com que ele, Celso Furtado, compôs e modificou sua “rede de crenças”.

É preciso compreender, portanto, o conceito de liberdade e a tradição do republicanismo de que fala esta tese antes de avançar na

investigação da obra de Furtado e do contexto histórico aqui delimitado, ou seja, o período de crise que se inicia na segunda metade dos anos cinquenta até a primeira metade dos anos sessenta do século XX no Brasil.

As ideias, o contexto e o significado: compreensão e explicação na história do pensamento brasileiro

Este trabalho é uma investigação do pensamento político de Furtado no período de 1956 a 1965. O fundamento metodológico foi extraído do debate sobre a identidade e o método próprio da história do pensamento político iniciado na década de 1960 pelos pensadores ligados à chamada escola de Cambridge. Isto é, trata-se da relação entre pensamento e ação, entre teoria e prática. Investigam-se os usos e transformações dos conceitos promovidos por Furtado com fins políticos. Mais que isso, o trabalho aborda o pensamento de um autor que explicitamente escreveu sobre seu intuito de desenvolver um pensamento voltado para a ação. Procura-se investigar como o pensamento se produz e se transforma em força política a partir da experiência de um autor que escreveu sua obra num passado recente. A metodologia adotada trata justamente dessa relação, ou, como aparece no debate, entre o texto e o contexto.

A história do pensamento não é a história de tradições de pensamento, teorias ou ideologias que se desenvolvem independentes dos indivíduos. A história do pensamento aqui é vista como a história de uma atividade, a atividade do pensamento humano (DUNN, 1968).⁷

“A caneta é uma espada poderosa”, escreveu James Tully, a propósito da análise política proposta por Quentin Skinner, autor que forneceu uma das maiores contribuições metodológicas à história das ideias. (TULLY, 1988). Skinner promoveu o encontro da filosofia da história collingwoodiana (COLLINGWOOD, 1972) com a filosofia da linguagem sob a influência da teoria dos atos de fala de Austin

⁷ Para R. G. Collingwood em *A Idéia de História*, diferentemente dos processos da natureza, os processos históricos não são meros processos de eventos, mas “são processos de ações, que têm uma parte interior, consistindo em processos mentais. São esses processos mentais que o historiador procura. Toda história é história do pensamento” (COLLINGWOOD, 1972: p. 268). Faoro afirma: “Pensamento, diga-se em redução dicionarizada e simples, é o que se tem *em mente*, quando se reflete com o propósito de conhecer algo, de entender alguma coisa, e quando se delibera *com o fim de tomar uma decisão*” (Grifo nosso). Conforme Faoro (1994) “Do pensamento político”, in: *Existe um pensamento político brasileiro?* São Paulo: Ática, pp. 7-18. (pp. 7-8).

(AUSTIN, 1962) e da noção wittgensteiniana de que as palavras também são atos (“words are also deeds”). Para Wittgenstein (1979), “[a] linguagem (...) funciona em seus usos (...), não cabendo, portanto, perguntar sobre os significados das palavras, mas sobre suas funções práticas” (WITTGENSTEIN, 1979). O significado de uma palavra é seu uso na linguagem.⁸ Segundo esta perspectiva, escrever é fazer coisas com palavras, e a partir disso o historiador das idéias deve se perguntar sobre o que estavam fazendo os autores ao escreverem os textos que ele estuda. O historiador das idéias deve tentar captar as intenções dos autores ao escreverem o que escreveram no contexto em que o fizeram.

Essa abordagem da produção intelectual de autores do passado emerge no debate metodológico surgido nos anos sessenta sobre a disciplina de História das Idéias, a partir dos trabalhos fundantes de John Pocock (1962), John Dunn (1968) e Quentin Skinner (1969), integrantes da escola de Cambridge do pensamento político.⁹ O “contextualismo linguístico” emerge no seio deste debate metodológico ao procurarem, os seus protagonistas, recuperar a dimensão histórica das idéias sustentadas por um indivíduo no passado (POCOCK, 1962).

Esta dimensão histórica teria sido abandonada, em grande medida, pela teoria política que até então, durante o século XX, havia se acostumado a perseguir a dimensão intemporal das idéias (GUNNEL, 1981). Skinner critica a ênfase dada à perenidade das questões colocadas pelos pensadores políticos nas diferentes épocas e as tentativas de responder questões contemporâneas recorrendo diretamente às formulações dos autores do passado. Critica também a história das idéias centradas no estudo exclusivo dos textos dos grandes autores, desprezando autores menores e por vezes desconhecidos, mas que compunham o contexto do debate em que aqueles se encontravam. O domínio da história do pensamento político pelo pensamento filosófico levou a história das idéias a uma história de construções racionais independentes da vida do indivíduo (DUNN, 1968). A autonomia do texto em relação ao seu autor foi levada além dos limites permitidos para a interpretação histórica e contextualizada de seu significado.

⁸ J. L. Austin, em seu livro com sugestivo título de “How to do things with words”, teria sido uma forte fonte de inspiração para Skinner ao mostrar que “a emissão de um enunciado é a efetuação de uma ação”.

⁹ Para uma discussão aprofundada da perspectiva da Escola de Cambridge e especialmente a visão de Quentin Skinner, ver, além da obra de TULLY (1988) e SILVA, R.(2006): Quentin Skinner e o debate metodológico contemporâneo. Trabalho apresentado no *V Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política*, Belo Horizonte, julho 2006.

Mas não apenas o “textualismo” foi criticado pelos historiadores de Cambridge. Skinner chamou a atenção para o fato de que certo tipo de contextualismo sociológico se fazia através da determinação causal de uma *idéia*, o que, embora necessário e útil, não seria suficiente para garantir ao historiador a sua *compreensão*. Na opinião de Skinner,

pode parecer tenazmente duvidoso o fato de que um conhecimento das causas de uma ação seja realmente equivalente a uma compreensão da ação mesma. Posto que assim como essa compreensão pressupõe efetivamente uma captação das condições causais antecedentes da ação que se produz, também se poderia dizer – e completamente à margem deste fato – que pressupõe uma captação do sentido da ação para o agente que a executou (SKINNER, 2000, p. 183).

O contexto histórico em que os autores do passado produziram seus trabalhos pode ser apresentado como fonte das causas ou motivos que se relacionam com os textos em si. Mas as relações entre as idéias e os fenômenos e eventos sociais ou econômicos de maneira externa não são outra coisa senão conceber as idéias como meros reflexos ou expressões de uma realidade material externa ao mundo da linguagem mobilizada pelo autor. Isso não permite explicar com clareza por que uma mesma realidade material produz idéias diferentes, conflitantes ou mesmo antagônicas.

Para Skinner (SKINNER, 2000, p. 183), ao recorrer à filosofia da linguagem, o contexto de que se trata é o contexto linguístico, que passa pela recuperação de uma tradição intencionalista da filosofia da história que tem em R. G. Collingwood uma fonte de inspiração. A reconstrução do contexto requer a reconstituição das convenções linguísticas correntes naquela época determinada. Interpretar o pensamento de um autor do passado como Celso Furtado, por exemplo, requer o resgate de suas ações, da teia de conflitos que enfrenta. É preciso investigar a racionalização através da qual interpreta o subdesenvolvimento e aqueles conflitos, bem como os debates que trava com seus contemporâneos.

Para Collingwood, isso exige que o historiador estabeleça uma distinção entre o interior e o exterior dessas ações. Conforme este autor, os acontecimentos têm uma face externa e uma face interna. “Por exterior do acontecimento, entendo tudo o que lhe pertence, mas que pode ser descrito em termos de corpos e dos seus movimentos ...”

(COLLINGWOOD: 1972, p. 266), tal como, por analogia a um exemplo fornecido pelo historiador e filósofo inglês, a transferência de Celso Furtado para a Cepal, em Santiago do Chile, em 1949, ou sua participação em conferências em vários países durante sua permanência nas Nações Unidas até 1957, o chamado de Kubitschek para comandar a Operação Nordeste em 1959 ou ainda a sua ida para o Ministério Especial do Planejamento do Governo Goulart. “Por interior do acontecimento, entendo aquilo que nele só pode ser descrito em termos de pensamento (...)” (idem, p. 266), como por exemplo: a convicção de Furtado de que a ideologia econômica liberal deveria ser substituída por uma perspectiva teórica latino-americana; a convicção de que o subdesenvolvimento está relacionado com a desigualdade regional entre o Nordeste atrasado e o Centro-Sul industrializado; a convicção de que o fenômeno da inflação estrutural é um conflito distributivo e expressa as relações de poder entre os grupos sociais.

Como assinalou John Dunn, a história do pensamento como caracteristicamente havia sido escrita até a década de 1960 não é uma história de homens lutando para obter uma ordenação coerente de sua experiência, mas a história de ficções, de “construções racionalistas fora dos processos de pensamento dos indivíduos (...) não do julgamento plausível de como os homens pensam, mas de esforços mais ou menos dolorosos para elaborar suas idéias em um grau formal de articulação de que não se tem evidência que eles jamais obtiveram” (DUNN, 1980, p. 15). E para Skinner, no estudo de obras escritas no passado, “... a compreensão de um texto pressupõe a apreensão do que [os autores] pretendiam significar e como pretendiam que se tomasse esse significado (...) ao escreverem no momento em que o fizeram para a audiência a que tinham previsto dirigir-se” (SKINNER, 2000, p.187-188). Isso implica identificar também a audiência, o público ao qual se dirigiu o autor estudado. O fechamento do contexto linguístico implica a identificação não apenas das questões a que se refere o autor nos seus trabalhos, mas o destino, o alvo de seus proferimentos, o público a quem ele se referiu, por quem ele pretendia ser compreendido.¹⁰ Em outras palavras, a identificação do contexto histórico é obtida através da reconstituição da teia dos conflitos ocorridos na história política de uma nação. Os limites do contexto podem, portanto, ser descritos a partir da leitura destes debates teóricos travados por seus protagonistas,

¹⁰ Conforme Dunn, 1968, p.27: “The problem of interpretation is always the problem of closing the context. What closes the context in actuality is the intention (and, much broadly, the experiences) of the speaker”.

especialmente quando foram personagens relevantes na história política de uma nação em um período determinado.

Por isso o esforço que aqui se empreende é o de inserir as idéias de Celso Furtado em seu respectivo contexto linguístico. Suas ideias e as de seus adversários, são apreendidas como fruto de uma atividade do pensamento ativo, vivo, envolvido em dilemas concretos e dotado de intencionalidade positiva. Metodologicamente, o problema se orientará pela pergunta: o que estava fazendo Celso Furtado *ao* escrever seus textos no período considerado? Requer-se investigar quais as suas “intenções” ao escrever os trabalhos que escreveu e isso envolve a tentativa de compreender o que ele, o autor, queria significar ao utilizar determinados conceitos, enunciados, formulações teóricas ou interpretações da economia ou da política no Brasil, por quem e de que forma pretendia ser compreendido.

As fontes utilizadas nesta pesquisa são constituídas basicamente pela produção intelectual de Celso Furtado. Os trabalhos aqui analisados são aqueles escritos ou publicados no período selecionado, 1956-1965¹¹. Também se recorre ao conjunto da obra do economista brasileiro, além de alguns de seus adversários e interlocutores no mesmo contexto, como Roberto Campos e Eugênio Gudin; subsidiariamente a historiografia sobre o período foi consultada, além dos estudiosos de seu pensamento que hoje estão renovando o interesse na sua produção intelectual. E preciso estabelecer a relação entre o pensamento do autor e o seu comportamento político no intuito de compreender o processo de mudança conceitual. Procuramos combinar uma análise das conjunturas selecionadas com a análise do processo histórico de mudança social, tal

¹¹ Entre parênteses o ano em que os textos foram escritos:

Uma Economia Dependente (1956);
El Análisis Marginal y la Teoría del Subdesarrollo (1956);
Perspectivas da Economia Brasileira (1957);
Reunión de Economistas de Oriente y Occidente (1958);
Ideas em Torno a la Creación de una Escuela Latinoamericana de Economía (1958);
Uma Política de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste (1959);
Formação Econômica do Brasil (1959);
A Operação Nordeste (1959);
Desenvolvimento e Subdesenvolvimento (1961);
Subdesenvolvimento e Estado Democrático (1962);
A Pré-Revolução Brasileira (1962);
Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social: 1963-1965 (1962);
Dialética do Desenvolvimento (1964);
Obstáculos Políticos al Crecimiento Econômico del Brasil (1965);
Subdesenvolvimento e Estagnação da América Latina (1965).

qual sugeriu Mark Bevir (1999) e como procedeu Celso Furtado na sua obra clássica, *Formação Econômica do Brasil*.¹²

Se for possível considerar historicamente significativas as ações empreendidas por Celso Furtado, e, portanto dignas de pertinência como objeto de pesquisa histórica, para seguir estas prescrições metodológicas, deve-se procurar reconstituir o seu pensamento diante das conjunturas políticas nas quais ele enfrentou dilemas práticos. Isso requer identificar a sua intenção ao escrever as obras que escreveu no contexto descrito, concebendo-as como instrumentos de persuasão e de luta política.

Mas o que significa resgatar a intenção do autor? Não se trata, evidentemente, de entrar na mente do autor nem voltar no tempo e perguntar a ele o que ele pretendia com o que escreveu, o que não é possível. O recurso de Skinner à filosofia da linguagem de Wittgenstein e Austin visa ao resgate daquela intenção.¹³ De acordo com Skinner, Austin mobilizou a noção de significado (“meaning”) de Wittgenstein, segundo a qual palavras também são atos, para a interpretação de textos históricos, e absorveu a teoria dos atos de fala (“speech acts theory”) na história do pensamento político. Skinner recuperou as três dimensões dos atos de fala provenientes do debate promovido pelos filósofos da linguagem e da filosofia analítica, em torno das relações lógicas entre os conceitos de intenção e significado, quais sejam: a força locucionária de um ato de fala, a qual se refere ao conteúdo do proferimento e se realiza quando se diz algo; a força ilocucionária, que concerne àquilo que o autor do proferimento está fazendo ao dizer alguma coisa; e a força perlocucionária, que se refere ao efeito produzido no ouvinte e no próprio autor do proferimento por aquilo que se disse (SKINNER, 1988).¹⁴ Skinner seguirá a indicação e o esforço de Austin e se concentrará na dimensão ilocucionária dos atos de fala para procurar identificar a intenção autoral dos textos escritos no passado em um determinado contexto linguístico. É nessa dimensão que reside a força das idéias que são proferidas por um agente.

Ao procurar identificar e isolar a intenção autoral de Furtado em sua obra no período selecionado, esta tese procura realizar o esforço de

¹² Conforme Celso Furtado em *A Fantasia Desfeita* (1997c, p. 23).

¹³ Conforme Skinner, “... o significado da idéia deve ser seus usos para referir de diversas maneiras”. (SKINNER, 2000, p. 178; Ver também SKINNER, Q. “Motives, intentions and the interpretation of texts”, in: TULLY, J. (Ed.) *Meaning and context: Quentin Skinner and his critics*. Cambridge: Polity Press, 1988, pp. 68-78; Ver também SILVA, 2006, pp. 6-7.

¹⁴ Quentin Skinner discute a relação entre a intenção do autor e o significado do seu trabalho (SKINNER, 1988: pp. 68-78).

identificar prioritariamente a dimensão ilocucionária dos seus textos, e, portanto, a força de suas idéias, o caráter político de suas ações linguísticas, já que “palavras também são atos”. Mas também a dimensão perlocucionária é essencial porque os debates teórico, ideológico e político só podem ser compreendidos numa perspectiva dialética, senão dialógica, reconhecendo a existência de atores distintos digladiando na arena política por posições de poder e influência sobre o curso dos acontecimentos. O significado de sua obra poderá ser apreendido na medida em que identificarmos os interlocutores com quem Furtado digladiava e debate, os ouvintes por quem pretende ser compreendido. O contexto linguístico não está definido apenas pela delimitação do período escolhido, 1956-1965. A delimitação do contexto depende também das ordens de problemas enfrentados por Furtado no conflito político e no debate político em que se envolveu.

A primeira constatação é a de que não se trata simplesmente da produção de uma obra econômica, como tem sido correntemente analisado. Visto sob este aspecto, trata-se de ações políticas empreendidas pelo autor de uma obra econômica procurando acumular força política, porque visava intervir na estruturação das relações de poder econômico e político através da intervenção na luta ideológica e no debate público. Argumenta-se que as transformações no estruturalismo cepalino promovidas nesse período pelo autor emergiram de sua intenção política que objetivava, por seu turno, conter o avanço de idéias econômicas que deram as mãos à ideologia autoritária e que tornavam iminente o retrocesso político.

O objetivo geral desta pesquisa é interpretar a obra de Celso Furtado do período de 1956 a 1965 no seu contexto histórico, a fim de identificar nas transformações conceituais que promove no estruturalismo da Cepal um significado político específico. Graças à recuperação de elementos provindos da tradição republicana do pensamento político, Furtado promove uma transformação da teoria histórico-estruturalista em uma economia política republicana utilizada como arma para luta política e ideológica num contexto que culmina em radicalização política de classes, crise econômica com descontrolo inflacionário e golpe de Estado.

Preende-se também investigar como e por que as inovações e as transformações teóricas e conceituais promovidas por Furtado no corpo da teoria estruturalista da Cepal decorrem de seu enfrentamento, no Brasil, dos dilemas políticos e administrativos ligados à sua gestão na SUDENE e no Ministério do Planejamento, a saber: os problemas da

desigualdade regional, das reformas de base, do descontrole inflacionário e do desequilíbrio no Balanço de Pagamento.

Para isso, é preciso buscar uma compreensão da produção intelectual de Furtado inserida no seu contexto intelectual, confrontando-a com seus adversários no debate econômico e político acerca das propostas de políticas então em curso em torno das reformas de base, da inflação e do desequilíbrio externo.

Faz-se também necessário avaliar em que medida a intervenção de Celso Furtado no debate sobre a construção da nação, as reformas de base, a crise econômica, a aceleração inflacionária e a problemática da desigualdade regional e do atraso do NE podem ser analisadas à luz da retomada relativamente recente dos debates sobre o republicanismo.

Sendo assim, pode-se perguntar: Qual, enfim o significado histórico do pensamento econômico de Furtado no período de 1956 a 1965? Qual a sua intenção ao escrever os textos e travar uma luta no campo das idéias econômicas?

Preliminarmente pode-se dizer que Furtado promoveu uma transformação da economia política da CEPAL no intuito de torná-la apta a dar respostas aos problemas econômicos e políticos da crise brasileira no pré-1964. Ao fazê-lo, revelou a dimensão política do histórico-estruturalismo como uma economia política republicana, recorrendo aos valores humanistas e a uma concepção de liberdade política afeita à teoria política republicana. Furtado fez uso dessa economia política republicana como arma retórica que julgou capaz de persuadir os atores relevantes da época para a importância de reconhecer a interdependência entre a necessidade de evitar a ruptura institucional da República brasileira e o ideal de superação do subdesenvolvimento.

A concepção de liberdade política que no contexto imediatamente anterior à crise de 1964 tratou de discutir, procurando chamar a atenção dos atores que se enfrentavam no contexto político, revela uma enorme similaridade com alguns aspectos centrais da teoria republicana recuperada por Maquiavel no contexto do humanismo renascentista. Furtado estabeleceu, por um lado, uma relação de interdependência entre a superação do subdesenvolvimento no plano externo, ou seja, a constituição de um Estado livre da dominação estrangeira, com a superação das relações de dominação e subjugação internamente estabelecidas e cristalizadas desde o longo processo de formação econômica do Brasil a partir da era colonial. Por outro lado, vinculou também a possibilidade de superar essa condição de dependência e subjugação onde o poder arbitrário impera, com a difícil tarefa de

construção de uma teoria global do subdesenvolvimento e do desenvolvimento.¹⁵

O autor mostra que, com a industrialização e a urbanização ocorridas após 1930, a economia brasileira superou parcialmente seu caráter eminentemente colonial caracterizado por um elevado grau de especialização na fabricação de produtos primários de exportação e passou a diversificar-se modificando seu padrão de consumo nas regiões mais industrializadas do país. Mas o país não logrou com isso eliminar as heranças da condição periférica que expressam institucionalmente na arquitetura da Federação uma estrutura de poder que preserva a posição dominante dos grupos tradicionais. A preservação do *status quo* trouxe consigo a reprodução e a amplificação de diferentes e profundas formas de desigualdades, sejam elas entre os níveis de desenvolvimento regional, de distribuição da renda, como também de distribuição do poder político. Ademais, reproduziu noutra patamar as relações de dependência externa da nação, tornando visível para os autores estruturalistas que os laços de dominação externa tinham uma fonte cultural para além da dependência tecnológica já apontada nos textos originais de Prebisch.

A respeito desse aspecto, Furtado salientou que:

A reação contra o caráter determinista ou teleológico das idéias de evolução e progresso, caras ao século XIX, fez surgir no campo da antropologia o conceito de mudança social. Concebendo a cultura como um processo, em que surgem modificações em um fluir permanente, os antropólogos passaram a preocupar-se com os fatores responsáveis por essas mudanças, estudando em detalhe, para uma determinada cultura, os elementos mais sujeitos à mudança. Esses estudos tanto restabeleceram o interesse pelos aspectos *históricos* da herança social como levaram a uma compreensão mais aguda da interdependência entre os distintos elementos materiais e não materiais que integram uma cultura. Demais, a percepção dessa interdependência funcional levou à compreensão da cultura como um *sistema* e abriu a porta às tentativas de aplicação de instrumentos de análise mais aperfeiçoados no estudo do comportamento

¹⁵ Sobre isso, ver o capítulo 3 – A formação de um intelectual republicano: 1920-1965.

desses sistemas, seja no condicionamento de formas hipotéticas de equilíbrio, seja nos seus aspectos propriamente dinâmicos (FURTADO, 1964, p. 26).

Furtado colocou a ênfase no conceito de cultura para compreender a mudança social pela qual a sociedade brasileira passava. Mas para o autor, as inovações são os meios através dos quais essa mudança vai sendo efetuada. Além disso, ele deixou claro que não se introduz inovações sem que se produza uma resistência que se manifesta na maioria das vezes por meio de conflitos sociais. Segundo Furtado,

“O conflito resulta da busca consciente, pelos membros de uma sociedade, de valores que se excluem. Na busca desses valores, os indivíduos ou grupos rivais usam as armas mais variadas, indo da violência à persuasão, do terror ao ridículo” (FURTADO, 1964, p. 29).

A compreensão do contexto histórico brasileiro do início dos anos sessenta, através de uma progressiva incursão no campo da sociologia política e da tradição republicana, é o significado mais importante da obra de Furtado que se espera ressaltar no presente trabalho. O resultado dessa mudança teórica que se considera mais importante aqui destacar, é a valorização do *conflito* como fonte de mudança social e renovação. Em um texto escrito muito tempo depois daquele contexto, o autor escreveu:

Os governos autoritários são necessariamente centralizadores, portanto, tendem a privilegiar a racionalidade econômica, perdendo de vista que a sociedade não é um mecanismo e sim um processo multiforme que se alimenta de iniciativa e criatividade. Os governos autoritários, mesmo quando motivados pelas melhores intenções, são parcos de imaginação, pois pretendem ignorar que a vida social é em grande parte conflitiva e que é nos conflitos que, com frequência, estão as sementes da renovação (FURTADO, 1981, p. 145).

Essa mudança resultou em uma nova leitura dos textos iniciais de Raúl Prebisch mediante uma abordagem mais complexa do subdesenvolvimento, que admitia que a mera industrialização não conduziria à autonomia no processo decisório e ao desenvolvimento

autossustentado. Fatores de ordem sociológica e política estavam se tornando essenciais componentes da análise por parte da teoria do subdesenvolvimento, e Furtado foi um dos artífices dessa transformação de natureza teórica.

Parte dessas mudanças teóricas será fruto de trabalhos realizados após o Golpe de 1964 no Brasil, mas resultam claramente do confronto com as adversidades políticas e econômicas enfrentadas por Furtado no governo brasileiro do período anterior à ruptura autoritária. Celso Furtado recuperou a tradição republicana da teoria política e afirmou claramente que, no Brasil, o subdesenvolvimento só poderá ser enfrentado pelo do reconhecimento de que um cidadão só pode ser livre num Estado livre. Dada a interdependência dos termos dessa equação, é também consequente a mensagem inversa: o Estado só pode ser livre desde que constituído por cidadãos livres. As transformações do estruturalismo cepalino adquirem assim um significado político se interpretadas como resultantes da atividade pensante de Furtado enquanto imerso num conflito político que erodia as bases institucionais debilitadas da República incapaz de sustentar um conjunto de reformas em regime democrático. O que se investiga é como e em que medida a percepção de que a iminência de uma ruptura autoritária levou Celso Furtado a buscar refúgio e armas de luta numa antiga tradição do pensamento político como a tradição republicana.

* * *

No **Capítulo 1**, apresenta-se a fundamentação teórica do presente trabalho, discutindo-se os conceitos mais importantes que definem a tradição republicana desde Maquiavel e orientam o debate teórico entre os pensadores que atuam no campo. No **Capítulo 2** procura-se problematizar nosso tema dialogando com algumas contribuições essenciais para o estudo do pensamento político de Celso Furtado no Brasil. Não se faz uma revisão exaustiva da literatura existente sobre o pensamento de Celso Furtado, mas procura-se selecionar os trabalhos que dedicam sua atenção aos elementos de ligação entre sua teoria do subdesenvolvimento e o seu pensamento político. O **Capítulo 3** é biográfico, com o intuito de perseguir a formação intelectual do economista brasileiro. Aqui se procura mostrar como em sua trajetória, Furtado foi levado tanto a estudar economia quanto a alargar seus limites e seu horizonte na direção do que ele chamou de “visão global” dos processos econômicos.

No **Capítulos 4** procura-se traçar um panorama geral da teoria prebischiana do subdesenvolvimento para poder compreender a participação e contribuição específica de Celso Furtado no lançamento dos fundamentos de uma economia política republicana. No **Capítulo 5** investiga-se o caminho através do qual Celso Furtado, lidando com os problemas brasileiros, constrói os pilares de sua teoria do subdesenvolvimento. Procura-se discutir em que medida a obra de Furtado pode ser interpretada à luz da teoria política republicana e em que medida ele tem, nessa tradição do pensamento político, um de seus pontos de partida para realizar uma série de mudanças conceituais no histórico-estruturalismo fundado por Prebisch e ele mesmo. Defende-se que os problemas que Celso Furtado enfrentou no Brasil no período entre 1956-1965 proporcionou-lhe grande fertilidade teórica graças à sua percepção de que desenvolvimento e liberdade política não podem ser redutíveis um ao outro. Por outro lado que os “conflitos”, nas sociedades democráticas, como na tradição republicana inspirada em Maquiavel, são a matéria-prima de onde seu povo cria leis capazes de proteger sua liberdade e minimizar os efeitos do subdesenvolvimento, da pobreza e da dominação.

Por fim, nas **Considerações Finais**, retomamos o argumento dessa tese procurando sintetizar algumas das ideias centrais que permitem relacionar Furtado com a Tradição Republicana. Considera-se que Furtado, a partir de Prebisch, foi responsável por uma obra intelectual que lança os fundamentos de uma economia política republicana.

CAPÍTULO 1 – A TEORIA NEO-REPUBLICANA E O CONCEITO DE LIBERDADE COMO NÃO-DOMINAÇÃO

No centro da teoria neo-republicana se situa o conceito de liberdade e o debate travado na teoria política contemporânea em torno do termo explicitou a coexistência de pelo menos três significados relevantes em diálogo entre si.

Um deles tem em Thomas Hobbes a origem do conceito atualmente advogado pelos representantes mais célebres do liberalismo político; tem uma conotação negativa e é marcado pela idéia de ausência de interferência; nesse sentido, um homem é livre na medida em que não haja nenhum tipo de interferência externa na sua vontade de agir dentro de sua capacidade de agir. Outro significado atribuído ao conceito de liberdade liga-se à tradição aristotélica que atribui à virtude cívica e à participação na vida política e na esfera pública o principal atributo da idéia de liberdade do cidadão e a principal arma na sua defesa. O terceiro significado do termo tem sido recentemente desenvolvido por autores que participam ativamente do debate neo-republicano, como Phillip Pettit e Quentin Skinner, entre outros. Trata-se do conceito de liberdade como não-dominação, segundo o qual a liberdade consiste na ausência de interferência arbitrária sobre um cidadão ou um grupo de cidadãos por parte de um agente individual ou coletivo. Antes de avançar na discussão do conceito de liberdade são importantes algumas considerações a respeito do que é o republicanismo hoje e sua relação com a tradição republicana clássica.

Foi na Itália Renascentista tardia, justamente quando já triunfavam os governos dos príncipes, que os valores republicanos da antiguidade tornaram a emergir e a teoria política republicana gerou algumas de suas contribuições mais importantes até os dias de hoje. Neste contexto, foi Veneza que preservou mais consistentemente os valores ligados àquela tradição de pensamento político, especialmente os valores de independência e autogoverno. A constituição do governo veneziano erigido no final do século XIII fundava-se no princípio do governo misto, sustentando-se em três elementos: o *Consiglio Grande*, incumbido da eleição dos magistrados; o Senado, encarregado das finanças e relações externas; e o Doge, chefe eleito do governo (SKINNER, 1996, p. 160).

A longevidade da República Sereníssima foi relacionada pelos próprios venezianos do Quatrocentos com estas instituições, dando à cidade a segurança e a liberdade invejadas por várias cidades italianas

da época. A combinação de características monárquicas, aristocráticas e democráticas atraiu a atenção dos juristas e constitucionalistas de fins do século XIV e início do século XV.

Mas foram os florentinos, procurando respostas para os problemas que vinham enfrentando diante da ditadura dos Médici e com os atritos e ameaças provindas dos anseios dominadores das outras potências, que passaram a refletir sobre as razões pelas quais Veneza havia obtido aquele sucesso e acabaram por desenvolver uma visão da liberdade na República que deu origem ao terceiro significado acima mencionado, o de liberdade como não-dominação.

Quentin Skinner, reconstituindo o ambiente político e intelectual de Florença no início do século XVI, mostra que foi Donato Giannotti (1492-1573) quem, em seu *Diálogo sobre a República dos venezianos*, escrito no exílio após 1530, analisou a feliz combinação de liberdade e segurança dos venezianos como fruto de duas instituições fundamentais: de um lado, o equilíbrio entre o poder de um, o de poucos e o de muitos, resultante da fórmula do governo misto representado pela articulação entre o Doge, o Senado e o Grande Conselho; de outro lado, o complexo sistema de votação adotado para garantir que os magistrados fossem eleitos com o objetivo de representar o bem comum (SKINNER, 1996, p 161-162).

Para John Pocock, outro estudioso do republicanismo e da renascença italiana, Giannotti pode ser considerado entre aqueles que deram as mais originais contribuições à tradição aristotélico-polibiana¹⁶ da teoria do governo misto, que Veneza exemplifica, embora não haja claras evidências de que a sua interpretação da estrutura constitucional de Veneza apresente a cidade como um balanço polibiano entre monarquia, aristocracia e democracia. Mas Giannotti utilizou-se do seu profundo conhecimento das instituições venezianas para construir um modelo de governo para Florença marcadamente popular e fundado na milícia dos cidadãos. Reconhecedor de seu débito em relação a Aristóteles e a Políbio, Giannotti foi também desde jovem amigo e admirador do próprio Maquiavel. Conviveram nas sessões de conversas e debates no *Orti Oricellari* - jardins do aristocrata Bernardo Rucellai e seu sobrinho Cosimo - nos arrabaldes de Florença, com um grupo de humanistas e *literati* que tinham em comum sua oposição ao regime dos

¹⁶ Para um breve apanhado da análise de Aristóteles e de Políbio sobre as formas de governo e a superioridade do governo misto, ver Bobbio (1985, p. 55-73).

Médici, além do interesse pela literatura e pela história.¹⁷ Skinner considera este fórum de debates políticos o mais importante núcleo intelectual onde as idéias republicanas da renascença foram discutidas.

Giannotti foi um pensador mais formalmente acadêmico do que Nicolau Maquiavel ou Francesco Guicciardini. Lecionou na Universidade de Pisa de 1520 a 1525, e após esse período até 1527, permaneceu entre Pádua e Veneza, numa espécie de exílio voluntário quando escreveu boa parte do seu *Libro della Repubblica de' Vineziani*, sua obra mais conhecida. Voltou a Florença após a queda dos Médici e assumiu um posto que era antes ocupado por Maquiavel, a Secretaria dos Dez da Guerra, e, como o próprio Maquiavel, se envolveu na organização de uma milícia cívica. Expulso de Florença em 1530, Giannotti amargou o exílio por todo o restante de sua vida o exílio, onde escreveu seu segundo mais importante livro, chamado *Della Repubblica Fiorentina* (que só veio a ser impresso em 1721) (POCOCK, 1975, p. 273).

Uma das mais relevantes contribuições de Giannotti se encontra na análise da estrutura constitucional da República de Veneza. Concentrou sua atenção na organização eleitoral do *Consiglio Grande* de Veneza, apontando a fascinante rotinização do processo eleitoral que sempre impressionou os visitantes da República. Demonstrou que os venezianos promoveram o que Pocock chamou de uma “mecanização” da *virtù*: foi criada uma série de dispositivos físicos como, por exemplo, as tribunas onde os homens escolhiam seus assentos aleatoriamente, mas levantavam-se em uma ordem fixa para depositar seus votos; recipientes de onde os nomes e números podiam ser retirados aleatoriamente, mas onde votos contra e a favor podiam ser depositados secretamente. Conforme Pocock, eles combinaram os elementos de acaso e escolha de tal forma que os votantes tinham um claro conjunto de alternativas e as deliberações eram protegidas das pressões e das tentações que podiam induzi-los a favorecer alguém ao invés de declarar sua racional escolha ao melhor candidato. Para este autor, se se concebe a *virtù* como a tomada de decisões direcionadas ao bem público, e se se pensa a sala do *Consiglio Grande* como um enorme dispositivo físico para eliminar pressões externas e assegurar – quase coagindo – racionalidade nas escolhas em prol do bem público, então se pode pensar o governo veneziano de uma forma tal que promoveu uma “mecanização” da *virtù*.

¹⁷ Sobre esse assunto, ver: Gilbert (1949); Skinner (1996), “A contribuição do humanismo”, pp. 172 e seguintes; Skinner (1988): capítulo 3 – “O filósofo da liberdade”, pp. 78 e seguintes; Virolli (2002), capítulo XVIII – “O sabor da história”, pp. 215-230.

Para Pocock, essa crença de que os venezianos conseguiram obter algo próximo do equilíbrio de poderes perfeito de Políbio era o poderoso elemento que estava por trás do chamado *mito di Venezia* (POCOCK, 1975, pp. 284-285).

Como se viu, Giannotti foi um entre vários grandes pensadores republicanos que se reuniram durante longa data nos jardins da casa de Bernardo Rucellai. Encontrava-se ainda entre eles, além de Maquiavel, Francesco Guicciardini (1483-1540), que diferentemente dos outros não mostrava tanto entusiasmo ou compromisso pelo ideal de liberdade política. Segundo Skinner, Guicciardini adverte em suas *Máximas* que se deve ter cuidado com os que “pregam a liberdade com um tal fervor”, pois quase todos têm em mente seu próprio interesse e que, “se pensassem que desfrutariam de mais vantagens sob um governo absoluto, prontamente se poriam a seu serviço” (SKINNER, 1996, p. 175). De qualquer forma, o círculo criado no Horto Oricellari foi composto por republicanos convictos que, por longo período, conviveram com os temas mais caros ao republicanismo e ao humanismo renascentista.

De acordo com Felix Gilbert, há uma controvérsia sobre o período em que se iniciaram os encontros nos jardins de Bernardo Rucellai, que geralmente é identificado com o retorno dos Médici em 1512. Mas Gilbert encontra evidências de que entre 1502 e 1506 pelo menos já havia adquirido alguma importância tais encontros graças ao testemunho de Petro Crinito (ou Pietro Del Riccio Baldi - 1475-1507), filósofo humanista florentino que disse, em seu livro publicado em 1504, ter participado destas reuniões (GILBERT, 1949).

A despeito disso, não há dúvida de que o período mais importante de existência de tais reuniões promovidas por Cosimo Rucellai e seu tio Bernardo foi a segunda década do século XVI, tendo seu fim em 1522 com a malograda conspiração articulada por alguns destes republicanos membros do fórum contra o Cardeal Giulio de’ Médici (SKINNER, 1988, p. 80). Isso tem significação no sentido de que os encontros nos *Orti Oricellari* não eram apenas meras reuniões intelectuais e literárias, mas se constituíam em espaço de articulação política e reflexão no qual obras importantes da teoria e do pensamento político moderno foram concebidas e gestadas. O caso mais célebre é justamente o de Maquiavel, que parece ter ali discutido os seus rascunhos do *Discorsi*.¹⁸

¹⁸ No presente trabalho, utilizamos a 4ª edição brasileira publicada pela Editora da UnB, intitulada *Comentários sobre a Primeira Década de Tito Lívio*.

Maquiavel foi de fato o mais importante pensador a frequentar o círculo dos jardins dos Rucellai, mas vários outros contribuíram para o pensamento republicano moderno. Gilbert (1949) relata que os participantes eram uma mistura heterogênea de jovens e de velhos homens com interesses distintos, como os próprios Cosimo e Bernardo Rucellai, ou Giovanni Canacci e mesmo o citado Crinito, Zanobi Buondelmonti, Luigi Alamanni, Antonio Brucioli, Francesco e Jacopo da Diacceto. Maquiavel dedicou o *Discorsi* a Cosimo Rucellai e a Buondelmonte, indicando que ele pertenceu por muito tempo a este grupo. O autor ressalta a importância da influência da leitura que Maquiavel fazia da história e de suas aulas de política sobre o conjunto dos participantes do círculo do Horto. Quando Bernardo Rucellai teve que se exilar voluntariamente em 1502, afastando-se da política florentina após um conflito com Soderini, seu jardim tornou-se um fórum conhecido para as reuniões dos cidadãos florentinos e em particular para o jovem grupo de homens que iniciaram uma oposição contra o *Gonfaloniere*¹⁹.

Para estes teóricos há um ideal superior a ser perseguido: o da liberdade política. Assim é para Maquiavel, o grande teórico republicano, para quem esse conjunto de valores tem extrema importância em seu *Discorsi* e aquele conceito adquire o status de centro teórico do seu republicanismo. Embora seja pelo *Príncipe* que Maquiavel seja mais popularmente conhecido, sua obra mais significativa continua sendo o *Discorsi*. Em ambas as obras seu compromisso com os valores republicanos estão presentes e são centrais. Os dois destacam a polaridade entre *virtú* e fortuna, dão “a mesma ênfase no papel que cabe à força bruta para vencer a inimidade da Fortuna; e a mesma moralidade política original e revolucionária, fundada numa mesma distinção – radical – entre a *virtú* e as virtudes.”²⁰

¹⁹ Gonfaloneiro: magistrado municipal de certos estados, especialmente nas repúblicas italianas da Idade Média.

²⁰ Maquiavel opera uma re-significação do conceito de *virtù*, se comparado ao conceito de virtudes, próprio do vocabulário cristão e católico da época. Ele contesta as teses que prevaleciam entre os autores de espelhos para os príncipes quanto ao papel da *virtù* na vida política: originadas na tradição humanista do pensamento moral e político, uma delas asseverava que a *virtù* é a qualidade que capacita um príncipe a realizar seus mais nobres fins; a outra identifica a posse da *virtù* com a posse das principais virtudes. O resultado disso é que os autores dos espelhos para os príncipes entoavam em uníssono o mesmo conselho para os soberanos que desejariam manter seu estado: deveriam cultivar o conjunto das virtudes cristãs e morais. É justamente essa conclusão que Maquiavel rejeita. Sobre esse ponto, ver: Skinner (1996, p. 151-159).

Mas no *Príncipe*, o argumento central gira em torno da segurança, pois o principal conselho ao soberano dado por Maquiavel é sobre como conservar o seu Estado e só depois disso é que as metas da honra, glória e fama são levadas em consideração. Nos *Discorsi*, o valor fundamental é a liberdade.

Maquiavel trata nos seus *Discorsi*, tanto da liberdade dos indivíduos dentro de uma república quanto da liberdade da nação em relação a outras potências. Ele afirma logo no início do seu livro que vai tratar apenas daquelas repúblicas que nasceram “livres de qualquer dependência estrangeira, tendo sido autogovernadas, desde o início, como repúblicas ou como monarquias” (MAQUIAVEL, 2000, p. 23).

O importante é notar nessa perspectiva de Maquiavel é que é justamente o conflito entre a aristocracia e o povo que representa a causa da força e potência de uma república perfeita. Ele deixa clara a relação entre de interdependência entre a inexistência de poder arbitrário entre os cidadãos de uma república e a autonomia dessa república em relação a outras potências. E diz que a “fonte desta perfeição, todavia, foi a desunião do povo e do Senado” (MAQUIAVEL, 2000, p. 27). Maquiavel inspira-se no exemplo da República Romana para apresentar sua visão a respeito de como a liberdade deve ser assegurada.

A interpretação da obra de Maquiavel que se difundiu e hoje ainda é dominante é aquela que deriva de uma leitura clássica que se fez de *O Príncipe*, segundo a qual o teórico florentino procurava orientar o governante (“maquiavélico”) a manipular o povo para assegurar sua sobrevivência no poder do Estado. O que os teóricos republicanos contemporâneos têm afirmado convincentemente é que, em sua obra mais importante e original, os *Discorsi*, Maquiavel faz justamente o oposto do que se supõe, advertindo o príncipe quanto ao modo de controlar as elites. Essa visão permite que se interprete o próprio *Príncipe* diferentemente. Na verdade, estaria Maquiavel recomendando ao príncipe que baseie seu poder no povo e não nas elites, porque estas o veem como apenas um entre elas e podem não precisar mais dele e dispensá-lo muito mais rapidamente do que ele poderia prescindir delas.

No capítulo quarto dos *Discorsi*, Maquiavel vai direto ao ponto que é de extrema importância para interpretar a obra de Celso Furtado. Ele mostra como em Roma o conflito entre a aristocracia e o povo se transformava em um diálogo entre as duas partes que se converte em leis capazes de preservar a liberdade dos cidadãos. Discorda daqueles que consideram Roma uma república tumultuada e desordenada e por isso inferior aos governos onde reinava uma aparente paz e tranquilidade característica da estabilidade. Afirma que as leis apropriadas para

proteger a liberdade nascem da desunião entre o povo e o Senado. Diz Maquiavel:

De fato, se se examinar com atenção o modo como tais desordens terminaram, ver-se-á que nunca provocaram o exílio, ou violências prejudiciais ao bem público, mas que, ao contrário, fizeram nascer leis e regulamentos favoráveis à liberdade de todos (MAQUIAVEL, 2000, p 31).

O que se depreende dessa passagem é que o conflito entre os interesses dos pobres e dos ricos, do povo e da aristocracia, não é uma anomalia que se deve evitar a qualquer custo, mas, ao contrário, é a regra em qualquer república livre e mais que isso a verdadeira fonte de sua potência e liberdade. Isso porque é na oposição do povo e no seu poder de veto aos intentos do Senado na elaboração de leis que se encontra a possibilidade de resguardar os direitos de liberdade. A opinião pública e o acesso à informação adquirem uma importância crucial nessa visão. Para Maquiavel:

O desejo que sentem os povos de ser livres raramente prejudica a liberdade, porque nasce na opressão ou do temor de ser oprimido. E se o povo se engana, os discursos em praça pública existem justamente para retificar suas idéias; basta que um homem de bem levante a voz para demonstrar com um discurso o engano do mesmo (MAQUIAVEL, 2000, p. 32).

É no capítulo quinto de seu *Discorsi* que Maquiavel desenvolve um ponto essencial nessa reflexão sobre a liberdade. Ele pergunta a quem se deve confiar com mais segurança a defesa da liberdade, se aos aristocratas ou ao povo. Maquiavel responde que ao povo por aquela razão já apresentada acima, ou seja, a de que só o povo traz consigo o desejo de não ser dominado. Sua interpretação da política romana em comparação com o que enfrentava em Florença o leva a concluir que é na aristocracia que se encontra o desejo de dominar, a sede do domínio e no povo o desejo de não ser degradado, portanto,

uma vontade mais firme de viver em liberdade, porque o povo pode bem menos do que os poderosos ter esperança de usurpar a autoridade.

Assim, se os plebeus têm o encargo de zelar pela salvaguarda da liberdade, é razoável esperar que o cumpram com menos avareza, e que, não podendo apropriar-se do poder, não permitam que outros o façam (MAQUIAVEL, 2000, p. 33).

Maquiavel mostra então que tanto o temor de perder o que se tem quanto o desejo de adquirir são paixões causadoras de grandes desastres. Mas lembra que as dificuldades são em geral criadas por aqueles que já possuem e que, quanto mais um indivíduo possui, mais aumenta seu poder, podendo ele provocar alterações da ordem.²¹ Mas se o resultado desses conflitos é a resolução através de sua transformação em um diálogo que se transmuta em leis, isso não quer dizer que a liberdade seja um meio de satisfazer os desejos dos dois pólos do conflito. Segundo Bignotto, a “... liberdade, mais do que uma solução permanente para as lutas internas de uma cidade, é o signo de sua capacidade de acolher forças que, não podendo ser satisfeitas, não deixam de buscar meios de se exprimir” (BIGNOTTO, 1991, p. 86). Esse autor salienta esse ponto em torno no papel do conflito e analisa sua importância dentro da obra maquiaveliana. Ele aponta que: “Se considerarmos ainda o conjunto da obra maquiaveliana, veremos que o quarto capítulo dos *Discorsi* encontra ecos em quase todos os seus escritos sobre a liberdade” (BIGNOTTO, 1991, p. 87).

Bignotto avança afirmando que detectar o conflito como origem da liberdade não dispensa a necessidade de analisar as relações entre as leis e as formas constitucionais, nem a natureza das instituições republicanas. De acordo com ele, Maquiavel opera uma revolução não só na forma de pensar a liberdade, mas na forma de analisar a política. Essa relação se encontra no mencionado capítulo quinto dos *Discorsi*. Tal visão está no conflito teórico e ideológico diante das outras interpretações do conceito de liberdade.

Os dois significados alternativos de liberdade, na teoria política moderna, são os de liberdade positiva e liberdade negativa (BERLIN, 2002), que aparecem assim pela primeira vez formulados por Benjamin Constant como “liberdade dos antigos” em contraposição à “liberdade dos modernos” (CONSTANT, 1985). Seguindo a tradição liberal do século XIX-XX, Berlin consolidou essa dicotomia e optou pelo conceito

²¹ Ver a esse respeito em Furtado a sua interpretação das dificuldades da democracia nos Estados Unidos em “A trajetória da democracia na América”, onde discute a burocratização do Estado e das empresas capitalistas e a centralização de poder econômico e político decorrentes como forma de abalar os alicerces da democracia e da república.

de liberdade definido em seu sentido negativo. Como ele expõe, “sou considerado livre na medida em que nenhum homem ou grupo de homens interfere com a minha atividade” (BERLIN, 2002: p. 229). Este conceito definido pela ausência de interferência é o que dá sentido à visão do liberalismo moderno sobre a liberdade do indivíduo. A liberdade positiva, associada à experiência ateniense de participação na democracia direta (BERLIN, 2002: p. 229). Por sua vez, provém, segundo o autor, “do desejo que o indivíduo nutre de ser seu próprio senhor” (BERLIN, 2002, p. 236-237).²²

Mas é em Hobbes, segundo Skinner, que se encontra pela primeira vez a afirmação de que “o Estado é o nome de uma pessoa artificial ‘levada’ ou representada por aqueles que detêm poder soberano, e que seus atos de representação são tornados legítimos pelo fato de serem autorizados por seus próprios súditos” (SKINNER, 1999b, p. 18). Mais que isso, Hobbes relacionava o poder do Estado e a liberdade de seus súditos. Para ele, um indivíduo livre, como membro de uma comunidade política, não estaria impedido de exercer as capacidades na busca de seus objetivos. O papel do Estado seria impedir que um indivíduo invadisse os direitos de ação de seus concidadãos através da força coercitiva da lei sobre todos igualmente. Nesse caso, para Hobbes, onde termina a lei começa a liberdade, e a liberdade dos súditos “está apenas naquelas coisas que, ao regular suas ações, o soberano permitiu” (HOBBES, 2004, p. 160). A liberdade civil é assim definida pela ausência de limites impostos pela lei, cuja única fonte legítima é o poder soberano na figura do rei. Desse modo, a autonomia de um homem consiste em não estar impedido de agir conforme seus poderes. Hobbes define liberdade em termos muito abrangentes. Segundo o autor, a liberdade significa, “a ausência de oposição entendendo por oposição os impedimentos externos do movimento” (HOBBES, 2004, p.158).

Quando se diz que um homem agiu livremente, é porque realizou uma ação que tinha vontade de realizar e que não teve impedimento externo em seu movimento e em sua vontade dentro de sua capacidade para agir. Diz-se que um homem carece de liberdade quando uma ação ao alcance de suas capacidades encontra-se impedida por força externa qualquer. A lei pode ter efeitos psicológicos sobre os indivíduos fazendo-os desistir de suas vontades diante das consequências da desobediência e da transgressão. Elas seriam grilhões artificiais

²² Para uma análise aprofundada ,ver PETTIT (1997), Capítulo 1, “Before Negative and Positive Liberty”.

semelhantes aos grilhões reais e têm a finalidade de constrangê-los. Sua conclusão é a de que, desde que não seja física ou legalmente coagido o homem permanece livre como súdito.

Hobbes procurava assim contrastar sua posição com aquela tradição de pensamento em que o conceito de liberdade civil era ligado ao ideal clássico de Estado livre. Antes de Hobbes o termo liberdade (*freedom*) era compreendido no discurso Anglófono como designação para um *status* e não simplesmente um predicado de ações individuais. Além disso, para os escritores ingleses dessa época, viver em liberdade era necessariamente viver em um Estado no qual o aparato do poder permanece completamente nas mãos do povo. Esta era a forma de governo que eles designavam por um Estado livre, porque estaria livre da sujeição à vontade de tiranos ou conquistadores estrangeiros.²³

Foi no período entre 1642 e 1770 que a teoria republicana foi reafirmada nos debates públicos ingleses. E foi também com o surgimento do utilitarismo clássico no mesmo período que ela começou a ser desafiada e repudiada. O contexto da guerra civil inglesa iniciada em 1642 conduziu a um debate constitucional em torno de uma vigorosa oposição à monarquia, protagonizada por um grupo de parlamentares ingleses. Um dos mais influentes defensores da oposição ao regime de Carlos I era Henry Parker que afirmava que toda fonte e causa do poder é o povo, de forma que “os representantes eleitos do povo tem o direito de ‘julgar da necessidade pública sem o Rei, e lançar mão de qualquer coisa’ quando a liberdade e a segurança do povo estão em jogo.” (SKINNER, 1999b, pp. 15-16).

Autores monarquistas reagiram afirmando que a autoridade do rei não poderia ser questionada, pois estava legitimada pelas escrituras. Outros mais cautelosos afirmavam que a soberania deveria residir no corpo do rei-no-parlamento (idem p. 16). Os fundamentos da teoria rival àquela perspectiva defendida por Hobbes já havia sido formulada, como mencionado, no Renascimento italiano, especialmente na obra de Maquiavel. Assim que Hobbes e outros monarquistas expuseram sua visão, vários parlamentares opositores recorreram a esse entendimento clássico da liberdade proveniente da tradição Romana do pensamento

²³ Vê-se com isso uma preocupação que esteve presente no debate econômico e político do qual Celso Furtado foi um dos protagonistas principais, num contexto completamente diferente daqueles em que essa teoria republicana re-emergiu. Ainda assim, sua argumentação sobre a dependência e o subdesenvolvimento aponta para a interdependência entre a liberdade dos indivíduos e a liberdade da nação, ou, nos termos estruturalistas, a superação da dependência (dominação externa) e do subdesenvolvimento (relações de dominação internas), tal qual aponta Skinner no caso da teoria neo-romana dos Estados livres (SKINNER, 1999b).

político. Entre o início da década de 1650 até 1656 um grupo de intelectuais deflagrou uma verdadeira campanha pública procurando difundir e legitimar um novo significado de um estado de liberdade. Através de diferentes publicações Marchamont Nedham, John Milton e finalmente James Harrington, recorriam a idéias clássicas sobre a liberdade, seja em editoriais, livros ou panfletos. Harrington publicou o que foi considerado o mais importante dos tratados ingleses sobre os Estados livres, chamado “A Comunidade de Oceana”.²⁴

Embora a república livre não tenha sobrevivido, tendo sido restabelecida a Monarquia no início da década de 1660, a década anterior deixou uma importante e enorme quantidade de escritos neo-romanos da Inglaterra do século XVII. Skinner chama de “teoria neo-romana dos Estados livres” aquela que se afirmou após a eliminação da monarquia e o estabelecimento de um “Estado livre” em 1649. Prefere tal denominação em relação ao termo republicanism, pois alguns destes autores, como Sidney e Nevile, consideravam que não era necessariamente incompatível uma monarquia e a liberdade civil, desde que o rei estivesse limitado em sua capacidade de agir arbitrariamente em relação aos seus súditos limitando-lhes a liberdade. Este ponto é importante para se compreender a idéia de liberdade como “ausência de poder arbitrário” (SKINNER, 2006), ou como “antipoder” (PETTIT, 1996), “ausência dependência da vontade arbitrária de um homem ou de alguns homens” (palavras de Maurizio Viroli em BOBBIO & VIROLI, 2002), ou simplesmente com “não-dominação” (PETTIT, 1997).

A maneira de estes autores conceberem a idéia de liberdade civil tinha raízes na Roma antiga, repassada através dos tempos para a modernidade pelos escritos de autores romanos como Cícero, Tito Lívio e Salústio. A noção de liberdade como não dominação foi inscrita pelo imperador Justiniano no direito romano por meio do *Digesto*, no ano de 533, e dali foi que os autores neo-romanos ingleses buscaram elementos argumentativos para enfrentar os conflitos políticos e jurídicos contra os monarquistas. No texto do imperador romano a liberdade consiste no fato de um cidadão não se encontrar dominado por outro ou por nenhum grupo de outras pessoas.

A diferença marcante entre esses autores e a perspectiva de liberdade concebida por Hobbes vem da forma como Maquiavel interpreta a liberdade dos cidadãos em uma república. Maquiavel é o autor que serve como referência mais importante na origem do republicanism moderno, e é a partir da retomada de sua teoria política

²⁴ No original, *The Commonwealth of Oceana*. Sobre esse ponto ver SKINNER, 1999b.

que autores como Pettit e Skinner atualmente vêm desenvolvendo um esforço de recuperação da teoria neo-republicana.

Pettit afirma que a liberdade como não-dominação é um tema unificador das preocupações de pensadores em períodos e com bases filosóficas muito diferentes. O autor sugere que o compromisso com esse tema gera preocupações institucionais compartilhadas entre tais pensadores. Conforme Pettit,

concerns about the character of law and government, about the checks and controls on public authorities, and about the cultivation of virtue and the avoidance of corruption” (PETTIT, 1997, p. 10-11).

Isso permite investigar os diferentes usos e feições adquiridos pelos atores republicanos e pelo conceito de liberdade. Em outras palavras, trata-se da manifestação, em contextos distintos, da própria tradição republicana que se originou em outro tempo e lugar. Além disso, essa possibilidade só se torna viável porque essa forma de fundamentar a abordagem conta com a segurança de que, nesse caso, não se corre o risco de incorrer em anacronismo. Como se pretende demonstrar, as relações de dependência e o fenômeno do subdesenvolvimento podem ser interpretados sob a chave de leitura do republicanismo. As demandas e as lutas populares adquiriram nestes contextos, sob essa ótica, feições autenticamente republicanas e são interpretadas aqui como lutas pela liberdade dos cidadãos e das nações em relação às classes dominantes internas e às potências externas.²⁵

Uma janela adicional para essa possibilidade interpretativa foi aberta por Quentin Skinner e John Pocock, que fundamentam seus

²⁵ É com base nisso que se pode aqui defender a hipótese segundo a qual Celso Furtado, no Brasil da crise dos anos sessenta, assume uma postura essencialmente republicana, diante das opções políticas disponíveis. Esse ponto será discutido mais adiante, mas por enquanto é importante mencionar que a forma como Furtado concebe o papel da lei no Brasil naquele momento está em perfeita consonância com o papel atribuído por Pettit à lei num Estado republicano, como mecanismo a ser utilizado com o fim de limitar a capacidade dos grupos dominantes e mesmo do Estado, concebido como estrutura de dominação ocupada por certos grupos no poder, e com capacidade de exercer poder ou interferência arbitrária sobre os grupos dominados. No caso de Celso Furtado, o exemplo dessa sua atuação republicana é dado pela SUDENE e todo o processo de luta empreendida pelo economista brasileiro no caso do Nordeste, onde ele procura limitar o poder das oligarquias regionais para usufruir dos recursos federais em proveito próprio através da indústria da seca. As reflexões do autor sobre esse ponto e suas iniciativas propondo uma lei da irrigação e depois a criação da SUDENE vão se transformar inclusive em um dos pilares da sua teorização do subdesenvolvimento a partir dessa época, promovendo assim uma transformação do estruturalismo da CEPAL.

estudos sobre o republicanismo e a teoria da liberdade na transferência da tradição republicana da renascença italiana, para a Inglaterra e os Estados Unidos, respectivamente. Skinner o faz ao apresentar uma recuperação de uma tese radical da teoria neo-romana dos Estados livres segundo a qual “só é possível ser livre num Estado livre” (SKINNER, 1999b, p. 56). Conforme essa teoria política, só é possível desfrutar plenamente de liberdade civil vivendo como cidadão de um Estado livre. O autor se preocupa com essa questão ao analisar o modo como a teoria republicana foi transportada a partir de Maquiavel dos *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio* para a tradição neo-romana de língua inglesa, cujas obras estavam escrevendo no contexto da guerra civil na Inglaterra a partir de 1642. Entre os principais protagonistas dessa transferência de valores republicanos para a Inglaterra revolucionária estiveram Harrington, Milton, Sidney, Nedham, entre outros.²⁶

Tanto Skinner quanto Pocock e Pettit defendem a idéia de que a influência de Maquiavel sobre os teóricos da *commonwealth* na Inglaterra do século XVII cruzou o Atlântico e exerceu seu papel no embasamento necessário teoricamente para fundamentar a revolução e a elaboração da Constituição norte-americana.

Os teóricos neo-romanos ingleses trataram a liberdade civil a partir da clássica idéia do corpo político representado pelo conjunto dos cidadãos. Para eles, Estados livres, como pessoas livres, são definidos pela sua capacidade de se autogovernar. “Um Estado livre é uma comunidade política na qual as ações do corpo político são determinadas pela vontade dos membros como um todo” (SKINNER, 1999b, p 33). Um Estado é livre, portanto, porque seus cidadãos são livres, e como tais, têm em suas mãos as rédeas que comandam as decisões públicas e o destino da nação externa e internamente. Externamente, no sentido de que podem encontrar meios e recursos de poder para enfrentar as tendências dominadoras de outras potências. Internamente, porque detêm um sistema constitucional capaz de ao menos limitar o poder arbitrário das classes dominantes.

Embora esses autores estejam unicamente preocupados com a liberdade civil de seus súditos em relação ao Estado e seus governantes, dada a especificidade da situação revolucionária na Inglaterra da época, há na passagem de Skinner acima, uma referência direta à forma como Maquiavel define uma república livre: a centralidade do conflito político canalizado por instituições, o papel positivo das “desordens”,

²⁶ Sobre esse assunto ver: SKINNER (1999b), “A teoria neo-romana dos Estados livres”, pp. 15-54.

contestações e “distúrbios” causados pelas lutas entre o povo e a aristocracia, um sistema legal justamente resultante destes conflitos, capaz de proteger e garantir a liberdade do conjunto dos indivíduos em relação à arbitrariedade dos mais fortes.

Esta questão das relações entre a república, a liberdade, as leis e as formas constitucionais é desenvolvida no republicanismo contemporâneo por Phillip Pettit de forma bastante aprofundada. Boa parte da literatura considera Pettit hoje o principal representante do pensamento neo-republicano, cuja contribuição tem sido inestimável para o debate em torno do republicanismo, da teoria da democracia e do conceito de liberdade na teoria e na filosofia política.²⁷ O autor, em seu *Republicanism*²⁸, mostra que o constitucionalismo e a democracia são as formas que mais se aproximam das tentativas republicanas de defesa da liberdade como não-dominação dos cidadãos e do próprio Estado republicano.

Há duas modalidades de interferência arbitrária, identificadas por ele como o *dominium* e o *imperium*. A primeira destas formas refere-se à dominação de indivíduos ou grupos de indivíduos sobre outros indivíduos. A segunda diz respeito à dominação ou à interferência arbitrária que um Estado e os detentores do poder podem exercer sobre seus cidadãos ou grupos de cidadãos.

No capítulo intitulado *Republican aims: Causes and policies*, o autor trata das formas de interferência arbitrárias que os indivíduos ou grupos de indivíduos podem gerar entre si, e mostra que há diferentes níveis de recursos utilizados por eles que conduzem a diferentes níveis de *dominium*. Essa diferença é importante no debate republicano contemporâneo e no debate em torno da teoria da democracia e das formas de participação popular na política institucional (PETTIT, 1997).

Pettit ressalta que não há grande diferença entre ser dominado por um indivíduo, por um grupo de indivíduos ou pelo Estado. Mas há uma diferença crucial entre *dominium* e *imperium* ilustrado pelo fato de que, quando um indivíduo exerce interferência arbitrária sobre outro, há a possibilidade de o agente dominado apelar para o próprio Estado em sua defesa, contestando aquela relação de poder. Isso não é o que se dá

²⁷ Sobre Pettit, ver: SILVA, R. (2007a). “Participação como contestação: a idéia de democracia no neo-republicanismo de Phillip Pettit”; SILVA, R. “Liberdade e lei no neo-republicanismo de Skinner e Pettit”. *Lua nova*, São Paulo, 74: 151-194, 2008; ELIAS, M. L. G. G. R. (2008). “Democracia e participação política no novo republicanismo: um estudo sobre o pensamento de Philip Pettit”. Dissertação de Mestrado, PPGSP, CFH, UFSC.

²⁸ PETTIT, Phillip. *Republicanism: a theory of freedom and government*. New York: Oxford University Press, 1997, 304p.

quando o agente que exerce a interferência arbitrária é o próprio Estado. Este ponto leva Pettit a apresentar ressalvas à ideia de democracia como resultado da vontade da maioria, pois os direitos e a liberdade das minorias não estarão garantidos num tal regime político.

Pettit procura mostrar que há formas constitucionais através das quais os objetivos republicanos, a garantia de que a liberdade como não-dominância se faça efetiva, podem ser obtidos. O interessante nessa reflexão é que o autor sempre discute a noção de liberdade como não-dominância em contraposição ao conceito de liberdade como ausência de interferência. Há uma natureza desigual na liberdade como não-interferência. Alguns indivíduos podem interferir mais provavelmente em outros, na falta de uma interferência legal sobre a ação dos primeiros. Alguns podem sofrer mais interferência que outros, na falta de uma interferência legal na ação desses últimos. Alguns podem ser mais perigosos, outros mais vulneráveis. E isso pode levar à constatação de que um Estado de direito tente maximizar globalmente a não-interferência concentrando seus esforços restritivos sobre aqueles que mais provavelmente podem interferir, ou concentrando esforços protetores sobre aqueles que podem sofrer interferência arbitrária. Isso pode levar a uma situação na qual a liberdade como não-interferência pode ser maximizada sob um regime que elimine a liberdade como não-interferência de quem mais provavelmente possa converter-se em agressor – prendendo-os, por exemplo - e deixe de investir recursos na proteção daqueles que provavelmente possam se converter em vítimas.

O caráter desigual da liberdade como não-interferência, afirma Pettit citando John Rawls (um dos mais célebres representantes da concepção liberal da democracia na teoria política contemporânea), é reconhecido pelos próprios devotos dessa concepção, que insistem, diante disso, que o objetivo não é tanto a liberdade em si, mas uma mesma proporção de liberdade (PETTIT, 1997, p. 111). Conforme observa Silva:

Não surpreende que um pensador como Isaiah Berlin não esteja disposto a reconhecer na democracia a forma de regime mais adequada para assegurar a liberdade. Nada na estrutura lógica do conceito de liberdade como ausência de interferência impediria que um “déspota de inclinações liberais” cumprisse melhor a função de guardião da liberdade.” (SILVA, 2007).

Berlin acredita que “a liberdade nesse sentido não é incompatível com alguns tipos de autocracia ou pelo menos com a ausência de autogoverno” (BERLIN, 2002, p. 235). Por isso, segundo Phillip Pettit e Quentin Skinner, a idéia de liberdade como não-dominação não deve ser confundida com o conceito de liberdade como ausência de interferência, como também não se confunde com o conceito de liberdade positiva. Para Pettit, um homem é livre quando ninguém tem a capacidade de interferir arbitrariamente nas suas escolhas (idem: 67), o que não ocorre em regimes autoritários ou tirânicos.

O poder arbitrário é aquele que se manifesta em sociedades onde não está assegurada a liberdade. Logo, se vivemos em uma forma de governo em que as leis não governam e o povo não é o corpo político que faz suas leis, então vivemos como objeto de um poder arbitrário ou discricionário detido por um governante ou por um grupo no poder. Viver em tal sistema é estar em parte na *dependência* da vontade dos outros. E viver em tal dependência é ter o *status* de escravo. (SKINNER & SEBASTIÁN, 2007, p. 109).

É comum nessa literatura o exemplo da relação entre o senhor e seu escravo para designar a forma paradigmática mais extrema de poder arbitrário em que aquele último não desfruta do *status* de homem livre. Esse exemplo permite enfatizar a idéia de liberdade como produto da ausência de alguma coisa, que é a relação de dominação. Nesse sentido, percebe-se que se trata também de uma forma negativa de conceber o conceito de liberdade e guarda, por isso, com a concepção hobbesiana definida pela ausência de interferência, afinidades que não são suficientes para unificá-las em uma única concepção, uma vez que há aquela diferença crucial que é o critério da ausência de dominação ou poder arbitrário.

Se a idéia de liberdade como ausência de interferência não previne o desenvolvimento de formas de poder arbitrário e portanto traz consigo uma natureza desigual, a liberdade como não-dominação, por seu turno, revela para Pettit uma natureza consideravelmente igualitária, superando o dilema apresentado por Berlin. O autor procura mostrar que é pouco provável que medidas como a prisão seletiva ou a subproteção seletiva possam vir a ser benéficas em termos de conferir uma expansão da liberdade como não-dominação. O governo que é capaz de agir dessa forma com os cidadãos perigosos ou com os vulneráveis se institui a si mesmo como um agente coletivo com capacidade de interferir arbitrariamente sobre os assuntos de qualquer indivíduo. Institui a si mesmo como uma presença dominadora, compromete a liberdade como não-dominação de todo e qualquer indivíduo membro desta sociedade.

O *imperium* implícito nessa ação torna-se muito mais abusivo e pernicioso que o abuso de poder privado implícito na relação de dominação identificada pelo autor como *dominium* e que se pretende reduzir. Na concepção de Pettit, poucas são as chances de se obter vantagens resultantes dessas medidas de prisão seletiva ou subproteção seletiva que compensem a perda de liberdade como não-dominação delas resultante (PETTIT, 1997, p. 112).

Para o autor, essa perspectiva possibilita entrever que iniciativas que conduzam a distribuições desiguais de não-dominação podem representar atos estatais de dominação ou de *imperium*. Para Pettit, um regime republicano que procura maximizar a liberdade como não-dominação deve evitar medidas que tolerem uma desigual intensidade de não-dominação, mas não há restrição alguma que impeça de tolerar um desigual alcance da não-dominação, ou tolerar desigualdades de recursos materiais. Neste momento, o autor inclui uma noção de intensidade e abrangência de dominação, afirmando que certas iniciativas podem conferir a alguns agentes um leque maior de opções ou escolhas não-dominadas, aumentando sua abrangência em um número maior de assuntos ou temas. Por outro lado, certas iniciativas podem conferir a certos indivíduos ou grupos de indivíduos um grau maior de liberdade como não dominação, permitindo que desfrutem de uma mais intensa não dominação.

Para Pettit, não é imperativo que o republicanismo abrace um igualitarismo material, o que o leva a afirmar que o que chama de “consequencialismo republicano” vem em apoio ao que denomina de “igualitarismo estrutural”. Segundo o autor, é razoável que o republicanismo defenda a diminuição da desigualdade material, mas sua conexão com o igualitarismo material é menos explícita que aquela conexão com o igualitarismo estrutural.

Sua defesa da concepção de igualitarismo estrutural deve-se ao fato de que a intensidade da liberdade como não-dominação de que uma pessoa desfruta numa sociedade é uma função tanto dos poderes detidos pelos outros como de seu próprio poder. Estes poderes incidem sobre o tecido político, jurídico, financeiro e social (PETTIT, 1997, p.113). A intensidade da liberdade como não-dominação de alguém não está apenas em função dos recursos que o capacitam a rejeitar ou dissuadir a interferência arbitrária dos outros, mas está em função dos poderes que estes outros também possuem. Para Pettit, o valor absoluto da intensidade de liberdade como não-dominação de que alguém desfruta depende do valor relativo dos poderes, ou como ele salienta, é

determinado pela taxa de poder no conjunto da sociedade (PETTIT, 1997, p. 113-114).

É esse ponto que nos leva a relacionar a teoria republicana da idéia de liberdade com a obra de Celso Furtado. Por enquanto basta referir, sobre isso, que Furtado persegue o mesmo intento no contexto histórico da crise do início dos anos sessenta: encontrar uma fórmula capaz de garantir que os conflitos entre o povo e as forças dominantes se resolvam institucionalmente ou constitucionalmente. Para ser mais preciso e objetivo, republicanamente. Para ele, a supressão do papel das instituições democráticas e republicanas por meio da ruptura autoritária no Brasil seria fatal para as possibilidades de superação dos entraves próprios da situação de subdesenvolvimento. O que ele preconizava era justamente aquilo que denominou de modernização institucional, mas que não se confunde com o que chamou de “modernização de uma fachada, à margem da qual permanece a grande massa da população do país” e que não se confunde com “desenvolvimento” (FURTADO, 1975, p.122). Ou seja, a realização das demandas populares representadas nas lutas pelas reformas de base e a ampliação da democracia através da inclusão crescente da população urbana e rural no sistema político eram uma condição para o que chamou de verdadeiro desenvolvimento. Para o objetivo do presente trabalho, é imprescindível deixar claro que Furtado tratou o problema da potência econômica da República brasileira não apenas a partir da teoria e da política econômica. Ele também desnudou a interdependência da dimensão propriamente econômica dos problemas do subdesenvolvimento em relação às leis. Há para Furtado uma interdependência entre relações de poder internas e as relações internacionais da economia brasileira com o sistema mundial, ou seja, entre nações em conflito numa estrutura de poder abrangente. Mostra com clareza a especificidade histórica das situações de subdesenvolvimento na América Latina, como repúblicas que não nasceram livres – para utilizarmos aqui uma distinção elaborada por Maquiavel no seu *Discorsi* –, mas ao contrário, que surgiram na condição de Colônias do centro dominante da civilização industrial, apresentando uma incapacidade enorme para superar os problemas que as caracterizam como dependentes e subdesenvolvidas.

Nesse sentido, é útil mostrar que Maquiavel identificava esse problema no caso de Florença e que são muitas as semelhanças entre os procedimentos de Furtado e de Maquiavel. Por exemplo, as preocupações comuns em investigar os casos ou o caso de uma República que se torna uma potência livre e dominante em relação a outras por longo período e que assegura a liberdade interna aos seus

cidadãos a partir de suas leis: se Maquiavel o faz olhando para Roma com o objetivo de extrair lições para compreender Florença, Furtado, como se verá adiante, olha para os Estados Unidos com o mesmo objetivo de extrair lições para compreender o Brasil. Ambos olham para as leis e as formas através das quais foram sendo constituídas e comparam com o que ocorre na sua terra natal, Florença e Brasil, respectivamente.

Reverendo a trajetória de Celso Furtado no período em análise, pode-se afirmar que tais preocupações estavam nitidamente presentes em sua atuação política, administrativa e intelectual. É o que se procura apresentar como hipótese principal desta pesquisa, ou seja, que na obra de Celso Furtado, no período que antecede o Golpe de Estado em 1964, é possível encontrar claramente formulada uma versão muito semelhante àquela apresentada por Quentin Skinner da relação entre a teoria dos Estados livres e a liberdade individual (SKINNER, 1999b).

CAPÍTULO 2 – CELSO FURTADO E O PENSAMENTO BRASILEIRO

Este capítulo destina-se ao estudo da literatura que busca abordar o autor do ponto de vista da sociologia e da ciência política. Nela se podem encontrar ricas visões a respeito do autor e de sua obra. Procura-se apresentar, contudo, uma leitura destes trabalhos que valorize aqueles textos que captam na obra de Furtado uma contribuição para a compreensão do sistema político brasileiro, para além da teoria econômica e do conhecimento dos problemas econômicos no Brasil.

Procura-se mostrar que, embora nessa literatura encontremos referências à sua luta em prol da república, da democracia, do caráter público da atuação do Estado através do planejamento, é possível e necessário fundamentar esse ponto de vista com uma conexão mais explícita de sua obra com a teoria neo-republicana que serve de embasamento teórico para o presente trabalho. Poucos autores se referiram a Celso Furtado como republicano, mas não chegaram a levar adiante a investigação das bases desse seu republicanismo. Como o presente trabalho pretende investigar em que medida é possível encontrar em Furtado a construção de uma economia política republicana, começa-se, assim, por rever os estudos que deram as primeiras contribuições para compreendê-lo não exatamente como economista, mas como alguém que deu uma contribuição para o conhecimento da política no Brasil e para a construção de um pensamento político brasileiro.

Celso Furtado foi sistematicamente estudado como economista, mas não o foi suficientemente em sua dimensão sociológica e política. Recentemente esse interesse tem se renovado e motivado vários estudiosos de sua obra, permitindo que seja iluminada por perspectivas diferentes daquelas que até então estávamos acostumados a apreciar. Um dos seus mais célebres comentadores, como já se apontou anteriormente, Francisco de Oliveira, destacou que Furtado pode ser incluído entre os “intérpretes do Brasil”, que, segundo ele, escreveram “obras que explicaram o Brasil aos brasileiros” (OLIVEIRA, 1983, p. 13). Dessa forma, Furtado passa a ser visto como parte do pensamento social brasileiro empenhado na construção de uma idéia de nação. Vários outros analistas têm concordado com Oliveira.²⁹ Assim:

²⁹ Belluzzo, 2005; Fiori, 2000; Nabuco, 2000; Guimarães, 2000; Guimarães, 2001; Paulani, 2001; Brandão, 2003; Ricupero, 2003, entre outros.

Para além da economia, o principal livro de Celso Furtado, *Formação Econômica do Brasil*, tem sido com justiça considerado capaz de figurar ao lado de *Casa-Grande & Senzala*, de Gilberto Freyre, *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda, e *Formação do Brasil Contemporâneo*, de Caio Prado Júnior, escritos nas décadas anteriores, como um dos que “inventaram o Brasil”. Como esses e outros clássicos, o autor conecta economia, cultura, ideologia e instituições, apreendidas historicamente, para dar conta da evolução da formação nacional brasileira (BRANDÃO, 2003, p. 3).

Dentro dessa tradição de pensadores brasileiros, Furtado integra na sua estrutura crítica e interpretativa do Brasil a necessidade de uma tomada de consciência por parte dos brasileiros com relação aos seus próprios problemas. Propositivamente, portanto, além da influência de tradições de pensamento transmitida por autores estrangeiros, tem o cuidado de valorizar a produção intelectual brasileira, como o faz em sua tese de doutoramento. Conforme Ricupero:

Uma das mais interessantes possibilidades oferecidas pela leitura de *Economia colonial do Brasil no século XVI e XVII* é, precisamente, a de permitir o início do desvelamento do diálogo implícito de seu autor com o pensamento social brasileiro (RICUPERO, 2003, p. 2).

E nessa perspectiva da necessidade de tomada de consciência por parte do povo brasileiro em relação aos seus próprios problemas, Furtado percebe, como Caio Prado Jr., que “não completamos ainda hoje a nossa evolução da economia colonial para a nacional” (PRADO JR., 2000: p. 3). Nessa perspectiva, Furtado se empenha teórica e politicamente para construir “as providências para a construção na nação brasileira”. Para Paulani:

Nesse ponto, convém observar que as descobertas de Furtado encontram evidente paralelo com outros processos formativos, descobertos por outros clássicos do pensamento nacional, a maioria deles girando em torno da questão da

necessidade de superação da existência colonial e confluindo para a conclusão de que – não importa em que plano seja, se no material, se no do ideário – não se pode falar de vida “nacional” antes que seja determinado internamente o impulso em que ela se assenta. Em outras palavras, que a Nação não se constitui apenas pela identidade vernacular, territorial ou econômica; que, em qualquer caso, é preciso que a dinâmica do movimento desses planos seja domesticamente fixada (PAULANI, 2001, p. 147).

Quanto ao reconhecimento das relações entre a economia e o papel das instituições sociais, foi decisiva a influência proporcionada pelo contato com a sociologia norte-americana e com a teoria antropológica da cultura transmitida pela obra de Gilberto Freyre. É importante destacar, de acordo com Bernardo Ricupero, que,

a partir de sugestões do sociólogo pernambucano, Furtado não deixa de notar, como já havia feito Caio Prado Jr., que a análise da família patriarcal é um dos aspectos que se pode estudar a partir de referências maiores dadas pela economia de plantação articulada com o mercado mundial (RICUPERO, 2003, p. 2).

Assim se desenvolvia desde cedo em Furtado uma visão sociológica e política da economia brasileira que culminará numa crítica do contexto histórico dos debates em torno das reformas de base. As reformas emergiram naquele contexto como uma necessidade intrínseca na luta pela construção da nação e representavam um meio de incorporar, nas políticas públicas, as demandas populares por inclusão social e participação nos frutos da acumulação de capital. Mas, para isso, era preciso, na sua visão, transformar as estruturas sociais, políticas e institucionais que estão na base do subdesenvolvimento. Sua visão reformadora conflui através de uma duplicidade de atividade teórica e política que até meados dos anos 60 desempenhou intensamente. Para Vieira, a tríade composta por esta,

convicção reformadora, isenção científica e formação teórica cosmopolita [...] persistirá em múltiplas recombinações e, de modo especial, orientará a narrativa de Celso Furtado quando ela

se ocupar do processo de construção do economista. Tratar-se-á nesse caso, sobretudo, da tarefa de demarcar as diferenças de sua formação econômica estruturalista ante o campo neoliberal: a orientação multidisciplinar de cientista social, o recurso à história para o enquadramento das questões econômicas e a defesa da intervenção do Estado para controle das forças cegas do mercado, de modo a colocá-las a serviço do desenvolvimento capitalista periférico (VIEIRA, 2001, p. 161).

Essa perspectiva se desenvolve em Furtado na base de influências decisivas sobre sua formação intelectual, declaradas por ele em sua Obra Autobiográfica, especialmente em “Auto-retrato intelectual” e em “A Fantasia Organizada”. Ainda para Vieira:

Totalmente estranha à visão do mundo econômico como um conjunto de automatismos – marca, por excelência, do pensamento neoliberal –, a concepção de Celso Furtado, quanto às decisões econômicas, pressupunha a questão do exercício de poder. E, quanto a isso, teria sido decisiva a influência de Keynes (VIEIRA, 2001, p. 162).

Digna de nota é a observação feita por Vieira segundo a qual a constatação da inoperância dos princípios neoliberais diante do subdesenvolvimento, que justifica o recurso a Keynes e Schumpeter, convive com a inexistência, nesse “Auto-retrato intelectual”, de qualquer referência a Raul Prebisch. Na concepção da autora, esse procedimento denota uma preocupação com uma releitura de sua própria formação de modo a “moldar a imagem de pensador cosmopolita, intelectual livre das limitações regionalistas periféricas”, já que esse texto se destinava a um público europeu.³⁰ Essa perspectiva de sua obra evidencia sua intenção, explícita, de assumir “o postulado da ciência neutra” na base de uma “convicção reformadora do planejador isento”, “imbuído de razão técnica”, que, conforme a autora, permite vislumbrar

³⁰ Trata-se de “As aventuras de um economista brasileiro” escrito a pedido da UNESCO, para um número comemorativo de *International Social Sciences Journal* dedicado a uma seleção de perfis de cientistas sociais do mundo todo. Conforme: FURTADO, C. *Obra Autobiográfica de Celso Furtado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997, Tomo II, pp. 9-26.

a imagem da “*intelligentsia* socialmente desvinculada” de Mannheim: intelectuais que resumem em si todos os interesses que permeiam a vida social e que, acima dos particularismos das classes e dos partidos, podem ser os portadores dos anseios coletivos (...). Em outras palavras, planejadores ou técnicos sociais, capazes de uma intervenção racional nas esferas irracionais da vida social, nos moldes sugeridos por Furtado (VIEIRA, 2001, p. 164).

Essa visão de sua obra deu origem a fortes críticas vindas da ciência política brasileira. Por exemplo, Moraes (1995, p. 89) apreende as elaborações de Furtado como ideologia e força política em luta com atores que atuam no mesmo campo político: outros economistas, outras correntes de pensamento, e outros interesses materiais estruturalmente acomodados no sistema econômico.

Tomamos suas elaborações como ideologia, não apenas como reflexo de um objeto real, supostamente dado, mas enquanto atividade que operacionaliza o mundo de determinada maneira, constituindo objeto. Ela é, nesse sentido, uma força. Isso inclui afirmar que a astúcia de insinuar-se como “reflexo verdadeiro” da “realidade” – e os autores criticados, em contrapartida, como reflexos distorcidos – é parte da luta política que constitui seu próprio vigor (MORAES, 1995, p. 60).

Celso Furtado, seguindo Mannheim, em seu “planejamento democrático”, estava convencido da necessidade de condicionar as formas de agir:

Ação consciente e deliberada visando criar relações estruturais e condicionar formas de comportamento capazes de engendrar um processo social do qual o desenvolvimento econômico seja componente necessário (FURTADO, 1968: p. 89).

A partir disso, Moraes se pergunta:

... o que é e como se produz a educação dos educadores? Quem “sente o social” e representa os interesses “gerais”? Como se constitui essa vanguarda que ao mesmo tempo capta os sinais emitidos pelo presente e antecipa a forma do futuro? Não temos em Furtado transmissão por herança ou geração automática pelo mercado. Não temos, tampouco, nenhuma alegoria, de inspiração platônica sobre “homens de ouro”, ou magistrados selecionadores e educação dos governantes. A constituição das elites aparece, ao modo de Mannheim, garantida pelo treino e pelo equipamento intelectual. Quem treina e quem diz qual o equipamento adequado? A lógica de Furtado habita uma razão que precisa definir a si mesma, ocupar o poder, antecipar a forma do consenso e preparar o caminho para sua realização plena e efetiva, “organizando a opinião pública para que ela se manifeste organicamente (MORAES, 1995, p. 92).

Moraes procura identificar um parentesco entre as idéias de Furtado e aquelas dos teóricos autoritários no Brasil, Oliveira Vianna em particular, por meio da filiação comum à condenação da abstenção política dos intelectuais e em particular da ciência econômica que já aparecia em Comte (MORAES, 1995, p. 84). O autor lembra que Comte dizia que a concorrência era insuficiente para conter o egoísmo nos limites aceitáveis ao interesse do Ser Social. Seria preciso uma educação nova e um governo forte. Houvesse Moraes apreendido a natureza republicana do pensamento de Furtado não chegaria a estas conclusões críticas. Pois não se trata de educar os educadores a partir do Estado ou de elites altruístas dotadas de virtudes cívicas semelhantes àquelas que o conceito cristão de virtude ou a concepção positiva de liberdade advogava. A educação dos governantes e educadores para o republicanismo se faz através da democracia contestatória, como defende Pettit, ou seja, mediante a canalização dos conflitos e demandas sociais pela via dos canais democráticos de representação política, como defendeu Furtado.

Para Moraes, ao qualificar o planejamento como ferramenta puramente técnica e neutra:

Furtado e Prebisch adotam uma estratégia persuasiva na qual a *intelligentsia* dotada de

Razão atuaria como mediadora entre grupos antagonicos na sociedade, coordenando-os rumo a um consenso comum. Edificariam assim *uma ideologia política da conciliação*, conferindo plena autoridade aos planejadores: a elite intelectual que, situada acima dos interesses particulares e controlando os *centros de poder político* – postos-chave no aparelho de Estado –, poderia levar a cabo tal coalizão de expectativas, isolando politicamente as forças responsáveis pelo atraso. Propiciam, desta maneira, sustentação ideológica aos governos que se propõem a efetuar suas estratégias de desenvolvimento (MORAES, 2005, p. 4).

Com exceção da expressão “conferindo plena autoridade aos planejadores”, não haveria como discordar dessa passagem se a isolássemos das conclusões a respeito do caráter tecnocrático e autoritário do pensamento de Furtado e de Prebisch. Mas a “ideologia do Estado autoritário” no Brasil, conforme conceituação proposta por Silva (2004), tem seu fundamento, nos anos cinquenta e sessenta do século XX, justamente na vertente do pensamento econômico criticada pelos estruturalistas exatamente por essa razão: a pretensão de deter o monopólio do saber científico sobre o desenvolvimento econômico, o sentido de universalidade que atribuem aos seus modelos de análise, ao caráter ideológico que opera em favor de um “autoritarismo desmobilizador”. Envolviam as duas correntes de pensamento econômico justamente posições opostas quanto a uma visão global da sociedade e uma decisão quanto ao seu futuro.

Houvesse também Moraes compreendido as insistentes afirmativas de Furtado de que a economia não passa de um instrumento de ação e que os objetivos dos economistas ao utilizar esta ferramenta não são determinados por ela, mas pelo conjunto de valores dominantes em uma sociedade, talvez não tivesse chegado a tais considerações. De acordo com Celso Furtado, como para Prebisch, o planejamento não é uma ferramenta puramente técnica e neutra, mas passível de ser utilizada e manipulada para diferentes fins, dependendo do agente que a comanda. A questão que se coloca aqui, importante que se diga, é que estes autores eram também políticos. Mesmo no caso de Furtado que não aceitava participar do que ele chamou de arena política convencional.

Vendo esse diálogo com os teóricos autoritários do Brasil sob um ponto de vista diferente, Oliveira (1997) parte da idéia de que a concepção da formação do Estado no Brasil pós-30, em Celso Furtado, estabelece um diálogo especialmente com Alberto Torres e Oliveira Vianna. Foram os teóricos autoritários os primeiros a desenvolver uma visão sistemática do Estado brasileiro e depois deles Furtado foi quem melhor teorizou sobre seu papel.

O autor nota, entretanto, que não há referências àqueles pensadores em sua obra devido ao seu “estilo”, resultado de um “esforço civilizatório, sua contribuição para superar, no Brasil, a discussão estéril e bacharelesca, opiniática” (OLIVEIRA, 1997, p. 7). Segundo Oliveira, Furtado reestrutura as relações entre economia, sociedade, política e Estado ao interpretar a crise dos anos 30 com base na observação da forma como os interesses das classes sociais fundamentais, dos proprietários, dos produtores, dos exportadores “levam o governo às medidas de salvaguarda dos preços – impossível frente à conjuntura internacional – e da renda, finalmente, com estocagem e queima de café” (OLIVEIRA, 1997, p. 16).

Oliveira também identifica as influências teóricas importantes nessa interpretação do Brasil e do Estado: Keynes, Mannheim e Marx, além do positivismo. E mostra como Furtado responde à problemática da nação. Para Furtado, a nação não é produto do Estado, “... como pensavam os clássicos do autoritarismo, ou pelo menos não é recriada do alto”. Mas ela é uma meta viável que as “três raças tristes” são capazes de atingir (OLIVEIRA, 1997, p. 17).

Nesse ponto, a interpretação de Oliveira é oposta à de Moraes, para quem, em Furtado e Prebisch o Estado e a tecnocracia serão dotados da racionalidade ausente na sociedade (os de baixo). Para Oliveira, a concepção de Furtado sobre o Estado escapa ainda outra vez à tentação autoritária ao dar resolução diferente daquela oferecida por Oliveira Vianna e Alberto Torres à questão da autonomia/descentralização dos estados da Federação. Para estes últimos, a descentralização se faria sem autonomia, pois o risco embutido na autonomia das oligarquias era o movimento centrífugo de uma “república dos coronéis” que levaria ao enfraquecimento do Estado central.

A resposta de Furtado se apresenta na ocasião da Operação Nordeste e da criação da Sudene, como este trabalho tentará mostrar mais adiante. Segundo Oliveira, Furtado constrói uma alternativa inovadora, democratizante, renovadora do federalismo e da Federação para o problema do crescimento industrial do Sudeste. A saída era a

industrialização do Nordeste, que, na opinião de Oliveira, era uma estratégia política de altíssima temperatura e elevada capacidade simbólica num país que agora tinha a industrialização como seu fetiche. Celso Furtado, ao criar um órgão regional de desenvolvimento, propôs um federalismo regionalizado e com isso soldando os estados num “novo pacto federativo, de caráter regional, para assim refazer todo o pacto federativo nacional” (OLIVEIRA, 1997, p. 19).

É importante mencionar a advertência deste autor segundo a qual ele não está afirmando a existência de filiações entre Furtado e os autoritários clássicos brasileiros. Para ele, Furtado elaborou uma interpretação do Brasil e ofereceu à ciência social uma teoria do subdesenvolvimento.

Isso conduz a outra avaliação de Furtado na literatura recente brasileira. Trata-se de vê-lo como representante de um pensamento republicano. De acordo com Guimarães (2001), a ação é que dá o tom da obra de Furtado. Para a autora, a ciência como força organizadora do conhecimento é o primeiro movimento na obra do autor, que já se manifesta desde seus primeiros escritos ao lado do papel da razão. Desse modo:

A idéia de tempo histórico que Furtado nos oferece nesse ensaio de juventude³¹ [...] tangencia o liberalismo devido a essa noção de tempo histórico, mas sobretudo à razão republicana da liberdade e da democracia, que se esboça nas esferas política, econômica e social. Coloca em causa os dois pilares da modernidade: a política e a economia – e por extensão a liberdade, o mercado e a democracia (GUIMARÃES, 2001, p. 130-131).

Consoante a autora, a influência de pensadores como Montesquieu, Rousseau, Tocqueville, Weber e Mannheim se desnuda no tratamento naquele trabalho de questões como a burocratização, a democracia, a soberania popular e a opinião pública, bem como a própria possibilidade de reconstrução da democracia pelos mecanismos de controle social. Para a autora, Furtado escolhe a partir daí o pensamento humanista como “companheiro de viagem”. Os federalistas Hamilton, Jay e Madison se apresentam para Furtado para mostrar como

³¹ Trata-se de “Trajetória da democracia na América”. *Revista do Instituto Brasil-Estados Unidos* Rio de Janeiro, 1947.

conciliar liberdade e democracia num grande Estado sob o domínio comercial. Assim:

Para proteger a democracia, é necessário um controle institucional. [...] Essa interpretação de Furtado dá o tom Republicano de sua produção posterior, pois é a fé na razão, na ciência, no progresso e nas técnicas de controle social que constitui a base de seus valores, do método seletivo de análise e de seu projeto político, democrático e econômico (GUIMARÃES, 2001, p. 142).

A referência ao humanismo como “companheiro de viagem” nos aproxima mais do objetivo desta tese, que é o modo como Furtado se utilizou de conceitos provindos de tradições que exerceram influências sobre o seu pensamento político. Oliveira (2001) considera Furtado como republicano, enfatizando sua atuação administrativa e sua produção intelectual como um esforço que significa a proposição da refundação do pacto federativo. Conforme o autor, Furtado seria talvez o

único clássico do pensamento social brasileiro que colocou a questão da federação no centro de suas preocupações teórico-práticas, propondo, no fim da década de 1950, a refundação do pacto federativo, mudando-lhe a escala e os recortes, para uma espécie de federação regionalizada. Essa era a natureza da Sudene, de que foi seu criador e primeiro dirigente (OLIVEIRA, 2001, p. 218-219).

Furtado teria superado, com sua proposta, a sugestão corrente de mudar a representação na câmara dos deputados, para favorecer os estados mais populosos. Em sua avaliação, Oliveira considera que Furtado ousou propor a mudança na forma da articulação federativa e uma gestão compartilhada dos recursos nacionais entre a União e os estados, propondo também uma nova representação que não substituíra aquela inspirada nos princípios democráticos, mas acrescentava-lhe a dimensão regional. (OLIVEIRA, 2001, p. 219). Esse ponto denota a importância da preocupação constitucional de Furtado na conformação do quadro institucional da formação do Brasil e suas influências sobre o

problema do desenvolvimento.³² São estes traços de seu pensamento que permitem que se possa fundamentar sua perspectiva distintiva justamente a partir do republicanismo como teoria política. Para Oliveira:

Seguindo as matrizes teóricas de Weber e Mannheim, Furtado na verdade desloca a centralidade para a política; o que é surpreendente num autor que é lido como economista: a nova função do Estado no capitalismo contemporâneo, com ênfase na periferia, em Celso Furtado repousou sempre na razão democrática (OLIVEIRA, 2001, p. 219).

Vemos que há um esforço de diferentes intérpretes para compreender o papel da política em sua forma de interpretar teoricamente o subdesenvolvimento. As pistas estão sendo perseguidas, mas não se pode encontrar ainda uma forma sistemática e teoricamente orientada de abordar sua obra a partir da teoria política. Os autores não chegaram a desvendar acuradamente o vínculo de sua interpretação do Brasil com o republicanismo como uma tradição de pensamento político. Ainda assim, essa dimensão política, da obra de Furtado, conduz outros estudiosos a abordá-lo a partir da ciência política, dada a riqueza e a versatilidade de suas interpretações dos vários fenômenos associados a uma situação de subdesenvolvimento como o caso brasileiro, desde as formas de formação e distribuição da renda até a estrutura do sistema político, institucional e legal.³³

É nesse sentido que Sento-Sé procura em Furtado elementos de uma teoria política. O autor afirma explicitamente que:

É possível extrair das análises econômicas de Celso Furtado uma teoria política. Mais do que isso, é possível verificar a existência de uma teoria política extremamente sofisticada, ainda

³² O ordenamento legal e institucional da República é, para Celso Furtado, essencial componente para compreender e atuar sobre os entraves ao desenvolvimento. Isso fica claro em seus esforços em torno da construção da SUDENE, na sua configuração como órgão regional de planejamento e mesmo antes a partir da tentativa de aprovação de uma lei de irrigação para o Nordeste. Fica claro também em sua atuação posterior na participação da Comissão Preparatória do projeto de Constituição que antecedeu a promulgação da Constituição de 1988. Sobre esse ponto, ver p. ex: Furtado (1999, pp. 45-67) “Nova concepção do Federalismo”.

³³ GUIMARÃES (2000) também enfatiza a dimensão republicana do pensamento de Celso Furtado.

que atravessada por tensões e ambivalências (SENTO-SÉ, 2005, p. 99).

Para o autor a atuação de Furtado já desde os anos 50 e 60 na CEPAL e no governo brasileiro é marcada pelo entendimento de que as dinâmicas econômicas devem ser compreendidas à luz dos processos históricos, das interações de atores sociais interessados que disputam o acesso e o controle dos canais de poder político e dos centros privilegiados de tomada de decisão. Há, segundo ele, uma teoria sociológica na abordagem de Furtado, uma espécie singular de historicismo.

Para Furtado, os processos econômicos resultam da combinação de contingências históricas e decisões de atores cujos comportamentos são racionalmente orientados. Sendo assim, as decisões políticas, bem como os próprios arranjos institucionais e correlações de forças que as enquadram, são decisivos, ainda que não propriamente determinantes, para a configuração de certos rumos econômicos tomados em detrimento das outras tantas possibilidades não realizadas (SENTO-SÉ, 2005, p 99).

Este autor também reafirma o que já foi revisto acima com outros estudiosos. As influências básicas de Furtado estão nas tradições de pensamento que vêm desde a economia política clássica, à qual dirige duras críticas, do keynesianismo e do estruturalismo de Prebisch, da história e da teoria sociológica de Weber, à sociologia do conhecimento de Mannheim. Como Furtado mencionou e vários outros autores frequentemente comentam, Marx e o positivismo encontram-se também entre estas influências decisivas.

Sento-Sé toca num ponto de extrema significação para o presente trabalho, a partir de uma breve análise do livro *Formação Econômica do Brasil*. Mostra que na segunda fase da formação da economia brasileira, que vai de 1775 a 1850, é que se define e enraíza o subdesenvolvimento de acordo com Furtado. É nesse momento que a economia norte-americana dá um salto industrializante tornando-se uma nação moderna economicamente, enquanto o Brasil permanece estagnado. De fato, Furtado se pergunta o porquê dessa situação e seus argumentos apontam para: a desconexão com os mercados internacionais; a subordinação das nossas elites exportadoras à metrópole; a falta de consciência das

referidas elites em relação à necessidade do desenvolvimento das forças produtivas e da autonomia decisória, a inexistência de instituições próprias autônomas, para o caráter extensivo, escravagista e exportador da economia brasileira e para a predominância do *laissez-faire* como ideologia econômica.

Sento-Sé interpreta, acertadamente, o subdesenvolvimento segundo Furtado como um fenômeno de dominação, ou seja, de natureza política. De fato, só na segunda metade do século XIX a emergência de uma nova elite política ligada à produção cafeeira daria início a um processo de mudança estrutural que poderia vir a significar uma reversão desse quadro de atraso. A existência de novos grupos de pressão, tema do último capítulo da quarta parte do livro, dá uma nova dinâmica ao conflito político internalizando-o, gerando fricções (conflitos) sociais capazes de produzir nessa nova elite uma vontade de definir seus interesses e articular-se para defendê-los, participando dos processos de formulação e execução de escolhas políticas. Isso significou o início de um processo longo de internalização dos centros de decisão, e é a isso que Furtado chamará de autonomia no livro *Formação Econômica do Brasil*.

Para Sento-Sé, a “autonomia não é somente a base normativa a fundamentar as prospecções de Furtado, mas, sobretudo, o princípio de sua própria definição de liberdade política” (SENTO-SÉ, 2005, p. 106). A nova elite cafeeira traz consigo a novidade de internalizar as decisões, transformando-se num ator com consciência de seus interesses. De acordo com o autor, essa passagem para a política é que torna plausível a tese de que há, efetivamente, uma teoria política em Furtado.

Há ainda uma série de outros valiosos trabalhos que abordam os elementos não-econômicos da obra de Furtado. Destacando a presença do ideal democrático em sua obra do início dos anos sessenta, Cepêda afirma que:

Nesse momento, Furtado eleva-se como uma voz que defende a democracia vinculando-a ao processo de resolução de um passado colonial emperrado, renitente, incômodo. [...] A democracia aparecia em Furtado como o meio mais apropriado para canalizar as tensões geradas pelo processo de desenvolvimento da economia e da sociedade brasileira, portanto como forma de superar o subdesenvolvimento e de realizar o velho sonho de constituir de fato a Nação Brasileira (CEPÊDA, 2001, p. 183-184).

O ideal democrático aparece, assim, na leitura que Vera Cepêda faz da obra de Furtado, como o caminho para a superação do subdesenvolvimento e construção da nação. Vê-se também que é de extrema relevância para Celso Furtado a idéia de que os conflitos advindos da intensificação da industrialização devem ser canalizados pela institucionalidade de um Estado democrático.

Silva, por sua vez, enfatizando o caráter persuasivo da obra de Furtado e a relevância das instituições do Estado na condução das reformas estruturais, afirma que:

Celso Furtado, em suas obras do início dos anos sessenta, insiste no caráter imperioso das reformas estruturais para a superação dos males do subdesenvolvimento, destacando a reforma agrária de caráter distributivo, a reforma tributária - que deveria inverter a regressividade do sistema fiscal -, além de outras, como a reforma administrativa, a reforma política e a reforma bancária (SILVA, 2004, p. 213).

Assim, Silva procura contextualizar o envolvimento de Furtado no debate econômico e as relações com o conflito político e ideológico que se acirra com o desenvolvimento da crise do início dos anos sessenta, a qual desemboca na reconstituição de um regime autoritário no Brasil. Furtado combatia ao mesmo tempo as forças autoritárias representadas por amplos setores sociais conservadores, que iam desde as oligarquias exportadoras, aos militares, passando pelo capital estrangeiro, até a ideologia do pensamento econômico conservador representado especialmente pela figura de Eugênio Gudín (FURTADO, 1962a; 1962b; 1964).

É esse contexto de crise e os debates nele travados que explicam a mudança conceitual que ocorre em torno da teoria da Cepal. Octavio Rodríguez (1981) indica a mudança no arcabouço teórico da Cepal promovida nos anos 1960, mudanças relativas ao longo prazo, “cujas origens se acham relacionadas com uma série de fatos destacados nos primeiros anos dessa década.” (RODRIGUEZ, 1981, p. 193). Entre os fatores que levam às mudanças estão as análises do desequilíbrio externo, da inflação e das reformas de base. Acrescente-se que mais importante que essas análises é a interpretação da crise e do conflito empreendida por Furtado e sua relação com as transformações teóricas.

Mallorquin (1999; 2005) sugere a existência de uma sociologia econômica na obra de Furtado, e também está preocupado em seus trabalhos com a mudança conceitual do estruturalismo empreendida por Celso Furtado nesses textos do final dos anos 50 e início dos anos 60, como demonstra na citação a seguir:

O passo final para constituir o objeto teórico do subdesenvolvimento como um caso específico do discurso não-convencional será dado nos próximos anos, e para isso veremos surgir toda uma série de conceitos que conformarão o estruturalismo, um dos mais importantes legados de Furtado à ciência social latino-americana (MALLORQUÍN, 2005, p. 136).

Nisso as preocupações do presente trabalho se assemelham às do autor citado. No entanto, estão orientadas metodologicamente de modo diferente. Pode-se constatar no empreendimento de Mallorquín um procedimento conhecido na história das idéias e tratado criticamente por Quentin Skinner pela primeira vez em seu texto clássico de 1969. Trata-se de uma das duas abordagens ortodoxas na história das idéias, ou seja, aquela que aborda os textos exclusivamente. Para Skinner, essa abordagem supervaloriza a autonomia do texto, desprezando o estabelecimento das conexões entre as modificações teóricas empreendidas pelo autor analisado com o contexto histórico-social e com o contexto ideológico e linguístico no qual o autor se insere. Skinner justamente inicia seu artigo criticando a postura metodológica segundo a qual

el *texto* mismo debería constituir el objeto autosuficiente de investigación y comprensión, dado que éste es el supuesto que sigue rigiendo la mayor parte de los estudios, planteando los problemas filosóficos más amplios y dando origen a la mayor cantidad de confusiones (SKINNER, 1969: p. 150).

Mallorquin analisa de maneira muito rica e detalhada as modificações conceituais a partir da comparação dos textos de Furtado em suas várias edições, incorporações em livros posteriores, apontando inclusive as supressões de expressões, substituições de termos e vocábulos, indicando o aprofundamento de sua visão estruturalista e

superação progressiva do discurso econômico convencional. Mas, por outro lado, concentra seu estudo nos textos quase que exclusivamente, afastando-os das suas conexões com os problemas políticos que Furtado enfrentava em cada momento em que escrevia. Passa ao largo dos embates de idéias econômicas que vinha travando e que lhe serviram de ponto de partida para empreender o desenvolvimento dos estudos que resultaram nos textos que escreveu.

Furtado não é reconhecido como um grande pensador porque suas idéias são reveladoras ou originais simplesmente. A originalidade de suas idéias tem relação com a realidade da qual surgiram. É essa relação que se quer aqui desvendar. Nesse sentido, é pertinente relembrar o que fazia Furtado e, a partir de seus próprios enunciados, quais suas intenções ao escrever tais textos, quando afirmava, por exemplo, em *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*:

É indispensável não esquecer que uma teoria só se justifica quando nos arma para conhecer a realidade e atuar sobre ela. A aplicação de qualquer teoria exige um trabalho preliminar de identificação de problemas. Em economia a falsidade nem sempre está nas teorias, as quais são formuladas com uma série de qualificações que se olvidam. O erro está na identificação do problema. Admite-se, por exemplo, em abstrato o princípio do livre-câmbio; em seguida se condena a industrialização de um país subdesenvolvido porque, dado o baixo nível de produtividade relativa das novas indústrias, estas não resistiriam à concorrência externa. O erro aí não está em aceitar ou não o princípio do livre-câmbio e sim na identificação do problema, o qual não consiste em saber se, dadas as condições de livre-câmbio, é ou não vantajosa a instalação de certa indústria em certo país. (...) Quem estuda a história econômica se surpreende a cada passo com a luta do sentido comum contra a falsa ciência. Tivessem os governantes de muitos países, e entre estes o Brasil, seguida à risca os conselhos daqueles que se supunham conhecedores da Ciência Econômica, e esses países provavelmente se teriam desenvolvido muito menos (FURTADO, 1963: pp. 108-109).

Essa é uma das muitas passagens em que Celso Furtado se refere à luta política e ideológica em que estava empenhado, que se desdobrava em ramificações de ordem teórica, política e administrativa. Essa passagem esclarece também a natureza do erro de Reginaldo Moraes que não viu que, conforme Furtado, o planejamento não é uma técnica neutra em si, mas que depende da identificação do problema, o que, por sua vez, não é definido pelo plano ou pela “ciência”, mas nas relações de poder entre as forças políticas. Essa passagem denota o uso que pretendia fazer dos conceitos e teorias. No campo teórico, um primeiro empreendimento tratava especificamente do aprofundamento dos estudos e interpretação do fenômeno histórico do subdesenvolvimento, fazendo-o com base no material existente, criticando a teoria econômica convencional, a economia keynesiana, procurando instrumentos capazes de serem utilizados como ferramentas para atuar sobre a realidade dos países latino-americanos, em particular o Brasil. Parecia fazer isso desde muito cedo, mas aprofundou esse empenho a partir da Cepal, especialmente trabalhando na tarefa de desenvolver uma metodologia de planejamento econômico.

Pensando no uso dos conceitos, podemos com Skinner considerar que “o que é possível fazer depende daquilo que você pode esperar legitimar, de forma que a relação entre o princípio e a ação nunca pode ser puramente instrumental” (SKINNER & FERNÁNDEZ, 2007, p. 105). A partir desse enunciado, pode-se entender que a relação entre os textos de Furtado e suas ações políticas não é instrumental.

CAPÍTULO 3 – A FORMAÇÃO DE UM INTELLECTUAL REPUBLICANO: 1920-1965

Quando em 1932 iniciou seus estudos secundários no Liceu Paraibano, e no Ginásio Pernambucano, em Recife, Celso Monteiro Furtado já havia presenciado importantes episódios da história política e social brasileira e já havia tido uma prova das dificuldades da vida do povo do Nordeste brasileiro. Testemunhou em Pombal, onde nasceu em 26 de julho de 1920, a presença dos cangaceiros, entre os quais um primo que lhe contava as histórias do cangaço e dos perigos vividos no sertão da Paraíba pelo povo e por aquele movimento errático misto de banditismo e de reação à ordem social caótica e desigual estabelecida no Nordeste do país. Certamente presenciou os adultos preocupados com a passagem de integrantes da Coluna Prestes por perto da sua cidade em 1924.

Quando a Coluna Prestes passou por perto, ouvi os adultos dizerem que era como uma praga de gafanhotos, que tomavam as reses dos ricos, para comer, e deixavam, como pagamento, papéis rabiscados. Poucos sabiam o que queriam aqueles homens, vistos como desertores do Exército comandados por um capitão de 26 anos³⁴

Aos quatro anos de idade escapou de um incêndio provocado na sua residência por um desmoronamento causado pela enchente, que por vezes chegava com violência para alterar o quadro da também violenta seca com que estavam acostumados. Mesmo assim, como lembra, ficou alguns meses de cama em recuperação por causa das queimaduras provocadas pelo incidente. Mudando-se com a família em 1927 para a cidade da Paraíba, como era chamada a capital do Estado na época, viu o impacto do assassinato de João Pessoa em 1930 na cidade do Recife, candidato a vice-presidente na chapa de Getúlio Vargas, evento que detonou o processo revolucionário conhecido como Revolução de 1930. De acordo com Furtado, João Pessoa “fundia as imagens de *chefe* e do *milagreiro*” que se dirigia ao povo como um protetor e mobilizava a população de forma semelhante aos movimentos religiosos.

³⁴ Citação extraída do site do Centro Celso Furtado. (www.centrocelsofurtado.org.br).

Eu ouvia crédulo, das domésticas de minha casa, as histórias desse homem que se disfarçava “numa pessoa qualquer” para praticar o bem nos bairros mais humildes. O assassinio brutal desse homem (exatamente no dia em que eu completava os meus dez anos) provocou uma tal angústia coletiva que ainda hoje não posso me recordar sem me emocionar. Diversas vezes acompanhei aquelas domésticas em longas procissões pelas ruas da cidade, seguindo um andor sobre o qual ia uma fotografia de João Pessoa de corpo inteiro. Creio que no espírito do povo havia mais tristeza do que revolta. A perplexidade diante de forças que pairam por cima de tudo e uma resignação que raia pelo masoquismo e se traduz na frase “alegria de pobre não pode durar” foram as impressões mais profundas que me ficaram das conversas que ouvia ao acompanhar essas procissões (FURTADO, 1997c, p.13).

Estes episódios, fenômenos e processos, como a seca, a ruptura revolucionária e as transformações estruturais dos anos 1930, o esfacelamento da república oligárquica e a progressiva transferência do eixo do poder político e econômico para o Centro-Sul do país, além da industrialização, foram mais tarde por ele muito bem compreendidos e inseridos num contexto de mudanças muito mais amplo que envolve um complexo de fatores político-institucionais, econômicos, sociais e culturais. A clara compreensão desses eventos e desse contexto lhe permitiu interpretar o Brasil e sua formação política e econômica a ponto de ser hoje considerado mais um entre os intérpretes do Brasil ao lado de Gilberto Freyre, Caio Prado Júnior, Sérgio Buarque de Holanda, ou como diz Francisco de Oliveira, *demiurgo do Brasil*, referindo-se à categorização enunciada por Antonio Candido de Mello e Souza em seu livro *Formação da literatura brasileira* (OLIVEIRA, 2003a, p.19).

O Nordeste e Celso Furtado se confundem. Para ele a região tem uma significação importante, e para o leitor compreender sua obra, requer a compreensão de sua relação com o Nordeste e principalmente sua própria interpretação do Nordeste como parte do país subdesenvolvido que é o Brasil. Como afirmou Miguel Arraes, a ele “o Nordeste deve a formulação de propostas para superar a situação de dominação por oligarquias que se revezavam no poder desde sempre” (ARRAES, 1995, p. 111).

Arraes remete Furtado imediatamente ao fulcro do problema que este trabalho se destina a investigar: a crítica de Furtado às estruturas de poder e dominação no Brasil e a relação desta crítica com a teoria do subdesenvolvimento. Em sua autobiografia, diz que o Nordeste brasileiro,

onde nasci e vivi até aos vinte anos, constitui o mais antigo núcleo de povoamento do Brasil. Após uma fase de prosperidade que se estende pelos séculos XVI e XVII, a região conhece um longo declínio, o que explica que as estruturas sociais aí sejam mais rígidas que em qualquer outra área do país (FURTADO, 1997c, p. 11).

E ainda no mesmo texto, lembrando da sua infância, mostra o quanto foi marcado na memória pelas estruturas oligárquicas que durante tantos séculos retardaram o desenvolvimento político, econômico e social da nação:

A política absorvia parte importante da vida dos chefes das grandes famílias. Mas essa atividade política só remotamente estava ligada ao que ocorria no país: ela consistia essencialmente em rivalidades e conflitos, com apelo corrente à violência, entre famílias e grupos de famílias locais. As incursões dos cangaceiros eram frequentes. As histórias de violências, relacionadas a pessoas conhecidas e não simples mitologia, povoaram a minha infância. Essas violências referiam-se mais a atos de *arbitrariedade*³⁵, prepotência e crueldade que a gestos de heroísmo à *western* (FURTADO, 1997c, p. 11).

Vê-se por essas palavras o quanto “poder e arbitrariedade” para Celso Furtado são mais que conceitos ou palavras. Designam uma condição social e política de um povo, sob a qual se encontram os habitantes de uma nação marcada pelo subdesenvolvimento, conceito que ajudou a cunhar. Nesse sentido, subdesenvolvimento e

³⁵ Destaca-se aqui o termo *arbitrariedade*, utilizado pelo autor mais de uma vez nesse e noutros trabalhos porque o termo tem uma significação particular em função do conceito de liberdade como não-dominação, ou como ausência de interferência arbitrária, que é aqui evocado para interpretar o republicanismo de Celso Furtado.

desenvolvimento não se referem exclusivamente à dimensão econômica da vida social, mas requerem, para que se lhes compreenda o alcance, uma visão multidisciplinar da vida em comunidade, e um manejo adequado das ciências sociais, a política e a economia em particular.

Celso Furtado destaca a influência dessa atmosfera sobre seu espírito e sua formação, marcando sua personalidade e sua conduta por toda a carreira de intelectual e homem público. Suas próprias palavras descrevem com clareza o significado que essa memória teve na sua trajetória:

Esses elementos se manifestam sob a forma de idéias-força, que enquadram o meu comportamento na ação e também minha atividade intelectual criadora. A primeira dessas idéias é a de que a arbitrariedade e a violência tendem a dominar no mundo dos homens. A segunda é a de que a luta contra esse estado de coisas exige algo mais que simples esquemas racionais. A terceira é a de que essa luta é como um rio que passa: traz sempre águas novas, ninguém a ganha propriamente e nenhuma derrota é definitiva (FURTADO, 1997c, p. 13).

Vê-se que Furtado tem a perspectiva de um cético em relação ao mundo dos homens, onde o conflito é inevitável, pois “arbitrariedade e violência tendem a dominar no mundo dos homens”, mas ao mesmo tempo é otimista quanto à existência de meios que tornem possível a libertação dos homens em relação ao poder arbitrário de seus concidadãos ou do Estado, quando diz que “nenhuma derrota é definitiva”. Vários foram os filósofos e pensadores que definiram a natureza humana como essencialmente má e chegaram a conclusões distintas sobre os meios de conquistar a liberdade constantemente ameaçada num mundo como esse. Para tomar aqui três exemplos bastante conhecidos, Thomas Hobbes (1588-1679), Adam Smith (1723-1790) e Maquiavel (1469-1527), cada um a seu modo, partiram desse princípio, em que o homem é egoísta e tende ao conflito e à guerra com seus concidadãos. Para o primeiro as paixões humanas conduzem os homens a uma guerra de todos contra todos que só um poder soberano poderia evitar. Para Smith, as mesmas paixões os impelem à troca, mas resultam em harmonia social, prescindindo para este fim daquele poder soberano se os homens tiverem liberdade para persegui-las. Maquiavel, ao contrário, mostra que o conflito é a fonte da liberdade e da segurança,

uma vez que a partir dele é que os homens criam as leis que regem a vida em comunidade e constituem a garantia da liberdade dos cidadãos de uma república. Furtado se aproxima muito mais de Maquiavel quando é otimista em afirmar que nenhuma derrota é propriamente definitiva e também ao ver o conflito como algo não necessariamente negativo, pois passou a crer, como se verá, que o homem pode se autogovernar desde que as instituições e estruturas políticas e sociais forem concebidas para esse fim.

Nesse sentido, a influência de sua família e sobretudo de seu pai foi também marcante, em função da educação humanista que recebeu desde muito cedo. Seu pai, Maurício de Medeiros Furtado foi juiz que, na tradição de uma família de magistrados que desempenhavam funções públicas, também exerceu a profissão de professor primário. Seu avô também foi juiz na época do governo monárquico. Furtado conta que sem fortuna pessoal, seu pai sempre manteve uma distância segura em relação à política, e segundo seu relato, lhe marcou a idéia de que a política e os políticos estavam sempre dispostos à trapaça e à corrupção. Graças ao pai, franco-maçom que estava sempre aberto às novas idéias, Furtado teve acesso desde cedo à literatura e à história. Leu na infância Swift, Defoe, R. L. Stevenson e teve acesso a uma vasta biblioteca que permitiu que acalentasse desde jovem o desejo de trilhar pela História e Literatura. Sua mãe, Maria Alice Monteiro, é de uma família de proprietários de terra. Celso é o segundo dos oito filhos do casal.

A literatura foi uma marca profunda em sua formação, sua segunda paixão após a História. Por essa razão provavelmente tenha se dedicado tanto ao estudo do latim durante os sete anos do estudo secundário, o que lhe permitiu o acesso ao que chamou de uma cultura superior, o humanismo. Estudou profundamente os autores de língua portuguesa e até os trinta anos de idade acreditou que a ficção seria o seu campo de atuação e sua forma natural de expressão criativa. Publicou aos 25 anos um primeiro livro de contos, e, através do jornalismo, desde os 20 anos procurou cultivar como meio de vida uma atividade que o estimulasse. Quando aos 23 anos de idade se engajou na função pública, seguindo a tradição familiar, começou a perceber um campo aberto de atuação que aos poucos foi direcionando sua atenção para os problemas sociais e políticos (FURTADO, 1997c, p. 14).

Furtado formaliza as principais influências intelectuais sobre sua formação a partir de três tradições de pensamento. A primeira influência foi do positivismo, que sobre o Brasil foi extensa. Conta em sua autobiografia que um militar reformado, da família de sua mãe, deixou em sua casa uma série de livros de autores positivistas, quando tinha

apenas 15 anos de idade. Daí tirou a lição de que a primazia da razão e do conhecimento, que em sua forma superior se apresenta como ciência, tem uma relação inexorável com a idéia de progresso, que se lhe apresentou como evidente. Com isso, Furtado vai encontrar uma razão e uma justificativa para seu ateísmo, o que parece tê-lo reconfortado, uma vez que cresceu sob uma atmosfera onde a religião e o misticismo imperavam.

A segunda influência demarcada pelo autor foi a de Karl Marx (1818-1883), especialmente em virtude do interesse que tinha pela História. Furtado adquiriu com a leitura de Marx uma responsabilidade social e moral, segundo conta em *As Aventuras de um Economista Brasileiro* (FURTADO, 1997c p.15), pois pôde perceber que as formas sociais são *históricas* e que podem ser superadas. Mais que isso, notou que podem ser *modificadas* pela ação do homem já que, em conjunção com sua crença na idéia de que a relação intrínseca entre conhecimento e progresso, produto da influência positivista, permitiriam ao homem agir sobre as estruturas sociais subvertendo-as. Superava assim a visão turva que desembocava no fatalismo e no absurdo, que seria o resultado da vivência numa região onde o tempo parecia não transcorrer e as relações de poder pareciam imutáveis.

A terceira influência sobre sua formação foi a da sociologia norte-americana, principalmente a antropologia cultural. Foi através de Gilberto Freyre (1900-1987), em seu *Casa-Grande & Senzala*, que teve contato com a antropologia e as novas possibilidades interpretativas da formação do Brasil que se descortinavam a partir daí. Furtado é enfático em afirmar que não estava tanto impressionado com o conteúdo substantivo da obra de Freyre, mas muito mais com o método de análise por ele utilizado e todo instrumental de trabalho que ele mobilizava. Gilberto Freyre trouxe como contribuição fundamental, pelo contato que teve com Franz Boas (1858-1942), antropólogo radicado nos Estados Unidos, a diferença entre os conceitos de *raça* e *cultura*, e pôde Furtado perceber que os fenômenos ligados à mudança cultural são incontornáveis como fonte explicativa da especificidade do subdesenvolvimento. Sobre o fundamento racista como explicação do nosso atraso, Furtado lembrou que

desde cedo houve uma reflexão contrária a essas idéias. Gilberto Freyre é o seu vetor: teve a oportunidade de estudar nos Estados Unidos no momento em que a antropologia social avançava com Franz Boas. Gilberto herdou de Boas uma

visão muito moderna do problema racial. Foi a que trouxe para o Brasil. Guardei dele algumas influências, como guardei de Roberto Simonsen o conhecimento factual da economia brasileira na época colonial³⁶

Furtado teve assim clareza no que se refere à importância da dimensão cultural com esse contato intelectual. Percebeu que a dimensão cultural não era dependente da raça ou da etnia e que os pensadores brasileiros e estrangeiros que interpretavam o Brasil estavam presos a estes preconceitos. Mostra que Euclides da Cunha, por exemplo, também era vítima dessa sujeição mental ao preconceito de raça. Como diz:

O próprio Euclides da Cunha sofreu essa tirania doutrinária do racismo. Entretanto, ele a superou – fugindo um pouco à tirania da ciência da época, quase como num passe de mágica -, porque *Os Sertões* foram resultado de contato direto com o povo brasileiro. Foi quando ele percebeu que esse povo em nada era inferior e, impressionado, começou a acreditar no Brasil. Estudar o Brasil, nessa época, era algo complicado, pois ainda havia quem acreditasse em “raça degenerada”, um típico entulho intelectual (VIEIRA, 2007, p. 411).

Furtado sabia que se tratava de interpretações que tinham consequências políticas ao definir o atraso do país como resultado do atraso ou da inferioridade do povo em relação às outras nações. Isso fica claro quando afirma, em relação às teorias raciais, que:

Elas eram aceitas como a ciência mais sofisticada. Entretanto, era, na verdade, uma forma de submeter-se ao imperialismo europeu, em época que a Europa dominava o mundo... (VIEIRA, 2007, p. 411).

Estava livre o caminho para uma interpretação das estruturas que caracterizam o subdesenvolvimento como um fenômeno de dominação. O subdesenvolvimento não seria mais interpretado como fruto da

³⁶ Entrevista concedida a Rosa Maria Vieira em 6 de agosto de 2001: VIEIRA, R. M. (2007). *Celso Furtado: reforma, política e ideologia (1950-1964)*. São Paulo: Educ, p. 410.

inferioridade do povo brasileiro, das condições climáticas subtropicais, nem da abundância e fartura dos recursos naturais, e nem do resultado direto da incapacidade de nossa burguesia para capitanear o desenvolvimento. Estas lições o economista brasileiro foi colhendo em sua trajetória intelectual, aqui e acolá, formando um pensamento complexo e original, sem dogmatismos ou filiações teóricas acriticamente subordinadas às teorias importadas da Europa.

Importante em sua compreensão como intelectual republicano e homem público é lembrar sua própria opinião sobre essas influências e o modo como as obteve. Furtado diz que nenhum professor diretamente o influenciou transmitindo-lhe tal conhecimento, pois nenhum deles era positivista, marxista ou tinha contato direto com a sociologia ou a antropologia norte-americana da época. Ele mostrou que o estudante convive em uma comunidade intelectual alheia aos professores e aí é que se formam as influências através do contato com os livros e publicações, o que explica que a vida intelectual dos estudantes pode ser rica mesmo num país onde as escolas sejam pobres ou mal equipadas. Para Furtado, o mais importante é que “os estudantes tenham acesso à informação e que em torno deles exista *um mundo aberto ao debate*” (FURTADO, 1997c, p. 16).³⁷

Celso Furtado foi ainda professor de geografia, de português e diretor de curso noturno de escola pública antes de se transferir para o Rio de Janeiro, onde foi estudar Direito na Faculdade Nacional de Direito. Foi aí, como parece, que teve início sua leitura de Karl Mannheim (1893-1947) e da sociologia do conhecimento. Segundo o autor, Mannheim permitiu relacionar a atividade intelectual criadora do homem à história, confirmando e reafirmando as influências anteriores. Seu interesse pelas ciências sociais ligava-se ao desejo de “vincular a atividade intelectual criadora à história”, formando aí uma vontade de atuar sobre o mundo, buscando instrumentos que fossem necessários para essa tarefa.

Assim foi sua entrada nos estudos de ciências sociais e o início de sua busca por esses instrumentos. Na Universidade do Brasil no Rio de

³⁷ Destacamos aqui em itálico essa passagem, *um mundo aberto ao debate*, pois sua conduta intelectual e política será profundamente marcada por essa certeza, e como se verá adiante, em momentos cruciais da sua trajetória política e da história política do Brasil, ele vai lançar novamente essa idéia. A interpretação que aqui se fará de sua obra e sua trajetória liga-se diretamente a esse enunciado, pois para Furtado sua defesa da institucionalidade democrática e da República como meio de superação do fenômeno do subdesenvolvimento está associada com a *liberdade* que tem o povo de acesso à informação e à cultura e à sua livre capacidade de expressão política.

Janeiro, começou a cursar Direito, o que foi, segundo a tradição familiar, o caminho para sua entrada numa carreira pública. Não havendo ainda no Brasil curso de Economia, o que seria o principal instrumento por ele descoberto para efetuar aquela tarefa de intervenção na realidade brasileira, Furtado dedica-se ao estudo da história da sociologia e da política. Conforme o próprio autor:

Meu primeiro interesse foi a ciência política. Daí fui para as ciências sociais em geral, e daí é que fui para a economia. Se você não tem idéias claras e evidentes sobre a economia na sociedade, fica sempre um pouco no superficial. Para entender a vida da sociedade, é preciso saber como é que se mata a fome, primeiro. No último ano de faculdade, já estava mesmo quase que só com a economia. Já tinha me desinteressado pelo direito, que me parecia ser algo para legitimar o que existia³⁸

Aos poucos começou a estudar administração pública e a teoria das organizações, tanto no que diz respeito ao Estado quanto ao mundo empresarial, motivado pela constatação de que era possível agir sobre as estruturas sociais modificando-as. A partir daí é que começa a se interessar pelo planejamento como meio de atuação, e nesse campo Mannheim foi um dos pilares de sua concepção a respeito da programação e do planejamento econômico nacional. Mas foi especialmente importante na formação da sua visão do papel do que Mannheim chamou de *intelligentsia*, os intelectuais e também os técnicos do setor público. Furtado ressalta ter se concentrado mais na leitura de *Ideologia e Utopia*, e também no *Man and Society in an Age of Reconstruction*, embora tenha tido acesso ao seu livro *Liberdade, Poder e Planificação Democrática*. Furtado salienta que Mannheim foi fundamental para ele, tirando-o do tecnicismo e percebendo que

há valores, que o planejamento não decorre apenas de uma boa estratégia. Há que estar iluminado por valores para ser democrático. Mannheim me ensinou a ver a sociedade como um sistema de valores (Apud VIEIRA, 2007, p. 411).

³⁸ Citação extraída do site do Centro Celso Furtado (<http://www.centrocelsofurtado.org.br/>).

O que é importante observar é que sua formação não se fez através da leitura exclusiva dos economistas, o que transparece claramente em toda sua obra e não apenas pela constante crítica ao que chamou de economia pura. Quanto ao argumento aqui defendido, sua formação interdisciplinar permite identificar as conexões conceituais do autor com as tradições de pensamento e pensadores. Isso explica a exigência da liberdade republicana frequentemente apresentada por Furtado em dois sentidos: como o outro lado da crítica às estruturas de poder no Brasil e na sua teoria do subdesenvolvimento, os dois lados de uma só moeda.

Afirma-se, portanto, que sua crítica às estruturas de poder no Brasil é uma crítica republicana, e a sua teoria do subdesenvolvimento tem uma dimensão normativa que tem fundamento republicano. Sua teoria não resulta apenas na recomendação de uma maior intervenção do Estado e do planejamento. Requer muito mais que isso, uma complexa rearticulação estrutural do conjunto das instituições políticas, sociais, econômicas e culturais, e que tem como fundamento básico a idéia de liberdade. E a noção de liberdade que Furtado apresenta contém todos os elementos do conceito de liberdade como não-dominação formulado na teoria neo-republicana. E nesse sentido que a economia como uma ciência social era um instrumento que visava atingir objetivos que estão além do campo econômico. O planejamento, por sua vez, era uma ferramenta que, como política pública, podia cumprir um papel decisivo no intento de agir sobre o mundo.

Dessa maneira, sua concepção a respeito do papel da ciência social e da razão se completa com a visão que Mannheim lhe confere sobre o planejamento como uma *técnica social* que permitiria ampliar a racionalidade das decisões que comandam complexos processos sociais. No tocante à sua disposição de formular um pensamento voltado para a ação, Celso Furtado relata que:

Fixou-se, assim, no meu espírito a idéia de que o homem *pode* atuar racionalmente sobre a História. Hoje me pergunto se não existe uma grande arrogância nessa atitude: imaginar que estamos preparados para *dar* um sentido à História (FURTADO, 1997c, p. 18).

Nesse sentido, Furtado interpretou Mannheim segundo seus próprios objetivos mostrando que este estava convencido de que “um amplo esforço de *reconstrução institucional* tornara-se indispensável, se

o objetivo era *preservar a liberdade do homem*” (FURTADO, 1997b, p. 99).³⁹

Consolida-se aos poucos em Furtado a idéia de que existe uma relação possível entre *ação, instituições e liberdade*. Inconformado com a violência e a persistência de estruturas de poder rígidas e autoritárias no Brasil, passou a apostar, apesar do ceticismo revelado na citação anterior, na certeza de que era possível exercer sobre o *sentido da história* uma influência decisiva. Referindo-se à ditadura de Vargas, de acordo com Furtado:

A violência e a arbitrariedade desencadeadas pelo governo ditatorial se confundiam no meu espírito com o mundo absurdo de minha infância. A extrema angústia intelectual que sofri nessa época e que me levou a buscar na música e na literatura um refúgio quase obsessivo começou a dissipar-se quando cristalizou-se no meu espírito essa idéia de que o homem virá a ser dono de seu próprio destino numa sociedade cujas estruturas hajam sido concebidas com esse fim. Aqueles que alcançam esse ponto, isto é, que pensam que o homem pode conduzir a História, quase sempre já estão preparados para dar o passo seguinte, ou seja, pensar que ele *deve* fazê-lo. O problema que se coloca então é o de saber *como* fazê-lo (FURTADO, 1997c, p. 18).

Por um lado, se destaca nessa passagem a sua busca constante dos meios para agir. Por outro, importa enfatizar que esta aversão ao autoritarismo pela esterilização que ele provoca na cultura política de uma nação marcou Furtado desde seus estudos universitários no Rio de Janeiro. Demonstrava desde cedo ter a intuição clara de que os sistemas jurídicos e institucionais, e porque não dizer constitucionais, são peça fundamental tanto para capacitar o homem a atuar sobre o rumo da história de um povo quanto para libertá-lo da arbitrariedade dos donos do poder político e econômico.

Não é por acaso que seus primeiros trabalhos acadêmicos foram sobre a estrutura organizacional e administrativa do governo norte-americano. A democracia estado-unidense passou a ser apresentada ao mundo por seus apologistas no pós-guerra como lugar da liberdade dos

³⁹ Itálico inserido pelo autor do presente trabalho.

seus próprios cidadãos e por isso deveria servir de modelo para o mundo. É claro que Furtado não apreendeu o fenômeno da potência norte-americana nesse sentido apologético, mas não deixou de observar que havia algo de distintivo ali naquela nação, que adquiriu a posição de império no século XX. Nesse sentido escreveu uma série de trabalhos que tratam sobre a democracia moderna, sobre a democracia nos Estados Unidos, sobre a administração pública, sobre a teoria das organizações e teoria da administração e que foram publicados entre os anos de 1944 e 1946.⁴⁰ Estes textos se inseriram no quadro de suas atividades profissionais no Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), uma vez que em 1943, através de concurso, entrou para o funcionalismo público federal, passando a ocupar o cargo de Assistente de Organização do DASP e Técnico de Administração do DSP-RJ, trabalhando em Niterói até o ano de 1944, quando foi convocado para a Força Expedicionária Brasileira. Um destes textos foi agraciado com o prêmio Franklin D. Roosevelt do Instituto Brasil-Estados Unidos: o ensaio “Trajetória da democracia na América”, publicado na Revista do IBEU em 1946.

Tais trabalhos são também fruto das novas influências desse período no Rio de Janeiro, a partir das leituras de autores como Max Weber (1864-1920), com seu *Economia e Sociedade*, Alfred Weber (1868-1958) e seu livro *História da Cultura* (que afirma tê-lo impressionado bastante, pois, apesar do alcance limitado da obra, teria aberto novos horizontes), bem como pelo acesso a uma imensidão de obras de economistas propiciado pelas publicações do *Fundo de Cultura Econômica*, de extrema importância para o público brasileiro e latino-americano. Segundo Furtado,

... não li somente sociologia, li muita economia também, que a Fondo de Cultura publicava abundantemente. Essa editora foi uma revolução cultural na minha geração. Nós, que estávamos

⁴⁰ “A feição funcional da democracia moderna”. *Cultura Política* (jan. 1944). Rio de Janeiro, ano IV, 36, pp.55-58; “Notas sobre a administração de pessoal no Governo Federal Americano”. *Revista do Serviço Público*. Ano VII, Vol. 3, número 1, julho de 1944, pp.49-53; “A estrutura da Comissão do Serviço Civil dos EE.UU”. *Revista do Serviço Público* (fevereiro 1944). Rio de Janeiro: DASP, v. 1, ano 7, nº 2, pp. 66-69; “Trajetória da democracia na América”. *Revista do Instituto Cultural Brasil-Estados Unidos* (1946). Rio de Janeiro. (Prêmio Franklin D. Roosevelt, outorgado pelo IBEU); “Teoria da estrutura em organização”. *Revista do Serviço Público* (fevereiro 1946), Rio de Janeiro, DASP, ano IX, v. 1, 2, pp. 1-30. “Teoria do Departamento de Administração Geral”. *Revista do Serviço Público* (maio 1946). Rio de Janeiro: DASP, v. 2, ano IX, nº 2, pp. 25-32.

limitados a uma bibliografia francesa, tivemos acesso a uma profusão de obras de autores de outras línguas (VIEIRA, 2007, p. 412).

Furtado não deixa de lembrar que esse trabalho de divulgação da editora Fondo de Cultura deveu-se ao sociólogo José Medina Echavarría, que ele mais tarde convidaria para integrar os quadros da Cepal. Echavarría vinha publicando sobre *Sociologia da Cultura*, além de ter dirigido a tradução de *Economia e Sociedade* de Weber, e Furtado mostrou-se muito interessado no seu trabalho, ressaltando que sua atuação “fora sem par para elevar o nível dos estudos de sociologia na América Latina” (FURTADO, 1997b, p. 223). Note-se, sobretudo, o interesse e a perspectiva semelhante dos dois estudiosos em relação à construção de um pensamento latino-americano pelo título de um dos livros de Echavarría publicado em 1943 pela Fondo de Cultura Económica, México: *Responsabilidad de la Inteligencia: Estudios sobre nuestro tiempo*. Para Furtado, a entrada de José Medina na Cepal, o primeiro indicado por ele na lista dos convidados que preparara para integrar a Comissão, seria uma estratégia pessoal para “defender-nos contra o empirismo e o funcionalismo reducionista que irradiavam na época das universidades norte-americanas” (FURTADO, 1997b, p. 223).

Este cuidado com a importação acrítica de idéias e com a criação de formas de combatê-las, Furtado vai demonstrar em toda sua obra. Para ele, atuar sobre a história requer capacidade de interpretá-la criticamente e autonomamente com criatividade. Isso significa abrir mão de simplesmente reproduzir aqui os conhecimentos produzidos no centro da civilização ocidental, criando assim uma teorização própria para apreender a realidade brasileira e latino-americana. Essa autonomia adquire também uma dimensão política e não apenas intelectual, já que se trata de criar meios materiais e humanos de agir por meio do planejamento para superar os problemas causados pelo processo de industrialização rápida que ocorre no Brasil no período de 1930 em diante, principalmente nos anos 50. É a preocupação que vai demonstrar após a sua participação na Segunda Guerra Mundial quando volta ao Brasil e se integra ao governo brasileiro.

Acerca da referida experiência na Guerra, Celso Furtado, numa das poucas vezes que falou sobre o assunto, revela que serviu na Itália como pracinha no ano de 1945. Foi ferido em um dos olhos em um acidente de carro que rolou montanha abaixo de uma estrada que havia sido bombardeada. Operado em um hospital de campanha norte-americano, ficou por algum tempo com um problema de visão, mas

totalmente recuperado mais tarde. Tinha apenas 24 anos de idade, porém, isso nunca o fez se sentir um herói, nem sequer desfilou no Rio de Janeiro como fizeram vários outros pracinhas. Perguntado sobre tal experiência e sobre por que nunca falou a respeito, ele foi enfático:

Porque eu tinha consciência, quando se formou a Força Expedicionária Brasileira, de que aquilo tinha muito mais a ver com a luta contra a ditadura no Brasil,⁴¹ do que com a guerra contra o nazismo na Europa. A FEB⁴² foi uma conquista dos brasileiros que lutavam contra o nazismo dentro do Brasil. Éramos progressistas, achávamos que o Brasil devia participar. Quando aceitamos aquela participação, o que queríamos era mudar o Brasil. É evidente que, em 1944, a guerra já estava decidida, sobretudo depois de Stalingrado e, portanto, ter uma bandeira a mais ou a menos não mudaria nada. Evito dizer isso porque posso ofender os meus colegas, até mesmo os que morreram nos campos de batalha, e não foram poucos. Eu percebia que o Brasil não aportava nada de significativo para a vitória contra o nazismo na Europa. Mas tinha um enorme valor para nós, porque era uma afirmação nacional e permitia fortalecer as forças democráticas que queriam renovar o Brasil. Foi nesse sentido que participei da Guerra (BUARQUE, 2007, p. 13-15).⁴³

Vê-se com esse depoimento que Furtado remete sempre todas as suas experiências para a busca da consolidação da República no Brasil e da afirmação nacional diante do mundo. Falar sobre a sua participação na Guerra apresenta-se como uma oportunidade para falar sobre o histórico problema político de consolidação da democracia e da liberdade no país e sobre a luta contra o autoritarismo. Estas preocupações de ordem política e institucional não se desvanecem durante o período posterior à sua participação na Guerra e ao seu crescente envolvimento com a economia como campo de atuação profissional. Ao contrário, como se pretende demonstrar nesta tese, o

⁴¹ Destaque inserido pelo autor desta tese.

⁴² Força Expedicionária Brasileira.

⁴³ Depoimento concedido a Cristovam Buarque em janeiro de 1991 em Paris.

eixo de sua interpretação do subdesenvolvimento se assenta sobre a clara visão política que tinha do sistema de poder vigente na sociedade brasileira e no sistema jurídico-político. Sua opção pela economia como profissional obedece esta diretriz, pois, para Furtado, a economia como ciência social é uma arma de luta e ação política que tem como fim a mudança social e a subversão das relações de poder no país.

Furtado reafirmou inúmeras vezes o quanto os estudos sobre organização abriram a porta para a economia. Começou como autodidata ainda nos dois últimos anos do curso de Direito na Universidade do Brasil, tendo até então apenas dois cursos de Economia que não lhe tinham chamado a atenção e o interesse. Segundo seu depoimento, estes dois cursos

havam deixado a impressão de que era uma ciência menor, para gente sem imaginação. Dos malabarismos verbais com que o professor procurava transmitir a idéia de utilidade marginal (o último pedaço de pão, o último copo de água) [...] ficou-me uma vaga impressão de jogos de espírito pueris (FURTADO, 1997c, p. 19).

Partindo, portanto, de uma visão crítica sobre a disciplina, a economia lhe chega à atenção indiretamente através dos estudos de administração que o conduziram às leituras aprofundadas de sociologia, principalmente a sociologia alemã. Max Weber, Ferdinand Tönnies (1855-1936), Hans Freyre (1887-1969), Georg Simmel (1858-1918) são os autores lembrados por Furtado nesse campo. Mas será Henri Pirenne (1862-1935) o autor de importância decisiva para conduzi-lo definitivamente para o estudo de economia, pois, por meio deste autor começou a estudar a história da Europa medieval e do capitalismo, aprofundando seus estudos com as leituras de Werner Sombart (1863-1941) e Henri Sée (1864-1936) (historiador francês), além de Antonio Sérgio (de Souza) (1883-1969), que escreveu sobre a história portuguesa. Como diz Furtado, “cheguei ao estudo da economia por dois caminhos distintos: a história e a organização. Os dois enfoques levavam a uma visão global, a macroeconômica.” (FURTADO, 1997c, p. 19-20).

Furtado sempre destacou que a economia pura tinha possibilidades muito limitadas. No prefácio do seu primeiro livro chegou mesmo a dizer que “dentre os estudiosos da sociedade humana, o economista é o menos capacitado para observar o processo histórico

em seu conjunto” (FURTADO, 1954, p. 13). De fato, durante toda sua vida vai se tornar um militante em prol da formação do estudante de economia no Brasil e, porque não dizer, na América do Sul, no sentido de ampliar os horizontes da profissão em direção às outras ciências sociais. Afirma isso em várias ocasiões e chega mesmo a dizer que,

a economia não chegaria a ser para mim mais que um instrumental, que me permitia, com maior eficácia, *tratar* problemas que me vinham da observação da História ou da vida dos homens em sociedade. Pouca influência teve na conformação do meu espírito. Nunca pude compreender a existência de um problema *estritamente econômico*. Por exemplo, a inflação nunca foi em meu espírito outra coisa que a manifestação de conflitos de certo tipo entre grupos sociais; uma empresa nunca foi outra coisa que a materialização do desejo de poder de um ou vários agentes sociais, em uma de suas múltiplas formas etc. (FURTADO, 1997c, p. 20).

Esta passagem tem significado extremamente importante para a presente tese, que afirma que a teoria econômica e o conceito de subdesenvolvimento, desenvolvidos por Furtado, não podem ser compreendidos por completo e em todas as suas dimensões sem o auxílio da teoria política. Em outras palavras, a sua atuação como economista e suas obras adquirem um significado especial na história do pensamento político e econômico brasileiro quando contextualizadas no processo histórico brasileiro a partir de uma pergunta subsidiária quanto à intencionalidade do autor *ao escrever* as obras que escreveu no momento em que o fez. O significado de uma obra escrita no passado depende, em grande medida, dos *usos* que o autor fez dos conceitos e teorias que mobilizou, e não tanto dos significados semânticos dos mesmos. Nessa perspectiva, torna-se útil a pergunta sobre as intenções de Furtado no contexto histórico em que atua, considerando que tais intenções são, por sua vez, apreendidas, pela investigação do que o autor estava fazendo *ao escrever* os textos que escreveu.

Em 1946 Furtado muda-se para Paris com o objetivo de observar de perto o processo de reconstrução, diante do fascínio que se lhe abateu com o que estava ali se passando, em amplitude e complexidade, sem precedentes na história da humanidade. “Não é sempre que se pode testemunhar a gestação do futuro de toda uma geração. O fato é que me

empolgava o desejo de observar as transformações em curso” (FURTADO, 1997b, p. 96). Conta Furtado que tinha o intuito de fixar-se na Inglaterra onde estava, em Londres, Karl Mannheim, criador da sociologia do conhecimento, no quadro de professores de uma famosa escola de economia. Não conseguiu realizar seu desejo, visto que a Inglaterra estava sob o impacto da Guerra e as escolas superiores tinham como prioridade os veteranos do combate armado. Os ingleses, conforme Furtado, não percebiam as mudanças na posição no sistema de poder mundial a que estava sendo submetido o seu país. Faziam um esforço admirável para aumentar a taxa de investimento procurando recuperar sua posição de grande exportador de produtos industriais, mas o serviço da dívida contraída durante a Guerra era enorme. Pouco a pouco a Inglaterra foi sendo submetida ao poder crescente dos Estados Unidos, que impôs um acordo de liberalização cambial que era de difícil efetivação em razão da enorme dívida de curto prazo acumulada durante a Guerra. Furtado ainda conta que a independência da Índia impôs a desagregação do antigo Império, e os gastos militares que não podiam ser reduzidos eram uma garantia de uma saída segura da frente colonial. O resultado disso tudo para Furtado era que os obstáculos para sua fixação em Londres eram enormes e, como saída, resolveu mudar-se para Paris e encontrar uma razão que justificasse sua permanência na Europa por algum tempo.

Por essa época Furtado colabora com a *Revista Cultura e Política*, escreve para a *Revista da Semana*, onde já havia trabalhado, para o semanário *Panfleto*, que tinha como alvo um público jovem e numeroso com ampla motivação política e também para o *Observador Econômico e Financeiro*, que tinha ampla circulação no mundo empresarial e governamental. Por essa época ainda mantinha seu interesse e atuação no campo da ficção, o que se nota pela publicação nesse ano, de 1946, do seu *De Nápoles a Paris – Contos da Vida Expedicionária*, seu primeiro livro. A Economia, para Furtado, é um “instrumento para penetrar no social e no político, e avançar na compreensão da História, particularmente quando esta ainda se exibia como presente em nossos olhos” (FURTADO, 1997b, p. 98).

Pretendia com isso se manter na Europa, e seus planos iniciais eram de viajar pelo continente observando e seus planos iniciais eram de viajar pelo continente observando as experiências de reconstrução e, sobretudo as formas de intervenção que se esboçavam. Seu interesse na planificação, como afirma, era até maior que pela economia como disciplina, o que o fez imaginar poder visitar, em particular, a União Soviética, onde aquele instrumento vinha demonstrando resultados nada desprezíveis. Furtado observa que a

Guerra já havia demonstrado que a regulação do sistema econômico era mais do que necessária e podia trazer frutos ao desenvolvimento. “Estava convencido que o fascismo era uma ameaça que pairava sobre as sociedades democráticas”, onde as economias de mercado estavam sempre sujeitas à instabilidade e à crise e onde as classes sociais dominantes detinham meios para manipular as massas,

impondo uma nova ordem onde cada um encontra segurança ao renunciar a suas aspirações mais nobres. Nesse espaço confinado medrava e florescia o poder burocrático, como previra Max Weber.

Estava convencido de que a inescapável *concentração de poder econômico produziria uma redução do espaço em que se move o indivíduo*, uma atrofia da vida política, conduzindo a alguma forma de totalitarismo (FURTADO, 1997b, p. 98-99).⁴⁴

Vê-se com isso que as motivações de Furtado e sua busca por apreender o fenômeno econômico e o instrumento do planejamento têm um fundamento claramente político. Não foi por acaso que, no mencionado artigo premiado pelo Instituto Brasil-Estados Unidos em 1946, dedicou-se a interpretar a trajetória da democracia nos Estados Unidos, justificando esse intento com a afirmativa de que ali, mais do que em qualquer outro lugar, o controle democrático tinha uma raiz comunitária que permanecia viva. Naquele texto, Furtado destaca que a industrialização conduz à concentração do poder econômico e político e discutia a configuração das empresas capitalistas à semelhança das instituições militares, difíceis de compatibilizar com a democracia por serem difíceis de serem regidas democraticamente. Segundo Furtado:

A capacidade de concentração de poder atingiu tão elevado grau que os mecanismos de controle democrático dos governos se tornaram inoperantes. Cumpre acrescentar que o homem da sociedade industrial, por ser muito mais dependente da conjuntura social, é por isso mesmo muito mais vulnerável. A criação de uma situação permanente de insegurança pode ser o suficiente para desorganizar-lhe a personalidade,

⁴⁴ Itálico inserido pelo autor do presente trabalho.

anular sua capacidade de autocontrole e transformá-lo num brinquedo. Em uma sociedade assim vulnerável, toda associação altamente integrada representa um perigo potencial de domínio pela força. Lindsay refere-se a esse perigo com relação às associações militares: “Um exército não pode reger-se democraticamente, já que em tal caso não seria um instrumento eficiente. Tem que operar à base de princípios de disciplina e autoridade. As ordens devem ser obedecidas sem discussão. Como pode a democracia assegurar-se que os chefes de tal organização não sejam tentados a governar o Estado?”. Este problema, que constitui um quebra-cabeça desde a Roma Imperial, reproduz-se agora com nova fisionomia e de forma mais dramática na sociedade industrial. Como pode assegurar-se a democracia que as forças econômicas, organizadas militarmente, não tentem assenhorear-se do Estado? Foi o problema que a América teve de enfrentar para salvar a democracia (FURTADO, 1946, p. 20).

Numa abordagem tipicamente maquiaveliana, Furtado está aí discutindo a revolução burocrática moderna, levada a cabo por um processo de aprofundamento da racionalização das estruturas governamentais e da indústria moderna nos Estados Unidos, e avaliando o perigo que esse processo representou para a democracia e para a liberdade política. Analisa o fenômeno através da sociologia do conhecimento com o intuito de evidenciar a crescente vulnerabilidade da sociedade democrática aos golpes de força e aos apelos aos ditadores. Ele mostra que essa revolução democrática significou, nos Estados Unidos, uma corrida pela eficiência e um movimento em prol do *more business in administration* que anulou a antiga significação democrática do governo local.

À proporção que o governo passa a ser estritamente uma organização de prestação de serviços, o cidadão se desinteressa pelos problemas políticos. A vida política é uma forma de atividade social. Em seu aspecto polêmico é uma chance de afirmação pessoal. Quando se subtrai ao homem essa oportunidade de afirmação, a política perde o seu valor como

experiência superior do espírito. Submetê-la às dimensões da eficiência é desvitalizá-la (FURTADO, 1946, p. 18).

O tema desta obra é eminentemente afeito ao campo da teoria política. Se se tratava de buscar mecanismos institucionais para evitar o perigo permanente do autoritarismo, era preciso então buscar instrumentos para operar tais estruturas institucionais. Sua aproximação à economia e ao planejamento fez parte dessa busca.

Nesse sentido, sua ida para Paris e sua fixação através de uma matrícula no Doutorado em Economia no Instituto de Ciências Políticas deveram-se a um contato com o Professor Maurice Byé que esteve no Brasil como integrante da missão francesa na Faculdade de Filosofia do Rio de Janeiro. Discípulo assumido de François Perroux, Byé era estudioso do comércio internacional, via a realidade econômica em sua dinâmica nacional e internacional entrelaçadas. Foi um dos primeiros a teorizar sobre os conglomerados transnacionais. Em sua residência campestre em Clamart, recebeu Furtado “de braços abertos” e aconselhou-o a preparar uma tese sobre o Brasil na área de economia, argumentando que os interesses do jovem estudioso brasileiro certamente encontrariam ali um abrigo seguro.

Furtado reafirma sua busca existencial de meios para agir sobre o mundo ao enfatizar que:

A verdade é que, na época, em nada me atraíam os títulos, particularmente universitários. Não via sentido em perder tempo estudando para preparar exames, desviando a atenção do mar de coisas importantes que estavam ocorrendo no mundo real diante de meus olhos. Não me atraía ser um “profissional”, uma peça que busca ajustar-se numa engrenagem. Estudara economia, sociologia, filosofia na busca de subsídios para entender o mundo, convencido que essa é uma maneira de sobre ele agir. Pode ser a maneira menos eficaz, mas quiçá seja a de efeitos mais duráveis. (...) Por isso, ademais de preparar o Diploma de Estudos Superiores em economia, matriculei-me no Instituto de Ciências Políticas, onde havia cursos e seminários abrangendo um vasto horizonte. Fascinava-me estudar a história das idéias, da técnica e da política no século XIX, pois estava a pensar que o descarrilamento da

humanidade aí tivera início (FURTADO, 1997b, p. 102).

Furtado encontrou então, por indicação de Paulo Emílio Sales Gomes, no Museu do Homem que integra, em Paris, o Museu Nacional de História Natural, uma coleção de livros sobre o Brasil doada pelo governo brasileiro. Decidiu de imediato estudar a economia colonial brasileira na época do açúcar, quando a Colônia tinha um papel importante no comércio internacional. Byé aprovou a idéia acrescentando-lhe outra: traçar um paralelo com a produção açucareira nas Antilhas francesas, concorrente da brasileira. Furtado afirma que essa comparação o ajudou a “ver com mais clareza as relações entre economia e sociedade no Nordeste brasileiro” (FURTADO, 1997b, p. 113).

Furtado dedicou-se intensamente às atividades no Instituto de Ciências Políticas. Frequentou inúmeros seminários, entre os quais o curso sobre marxismo ministrado pelo professor Cornu, um prestigiado professor naquela universidade. Cornu fundamentava seu curso muito mais em filosofia do que em economia, mas ajudou-o a ir a fundo no estudo da obra de Marx e se preocupava muito com o que Furtado chamou de um “marxismo vivo”, voltado para a ação. De acordo com Celso Furtado:

Cornu afirmava que não existia moral em si mesma, independente da estrutura de classes. O mesmo se podia dizer da noção de “liberdade”, cuja origem no mundo moderno seria o princípio da liberdade de produção e circulação de riqueza. Contudo, reconhecia ele, na sociedade burguesa os intelectuais podem liberar-se de toda regra adotando uma idéia de liberdade que se aproxima do conceito de anarquia – forma de rejeição de toda autoridade. Disso ele partia para justificar as restrições à liberdade dos indivíduos nos países socialistas, contrapondo as exigências da ordem econômica e social às aspirações de um “individualismo egoísta” (FURTADO, 1997b, p. 117).

Por essas memórias, constata-se a importância que teve em sua obra a idéia de *liberdade*, que vai aparecer em vários dos seus textos e especialmente nos livros e artigos escritos no auge da crise dos anos

sessenta, antes e depois do golpe. A leitura da obra de Marx contribuiu decisivamente para isso. Sua leitura de *O Capital* aconteceu quando o seu conhecimento da economia ricardiana e keynesiana já era avançado. Sobre estes estudos, Furtado disse que a “formidável vista que descortina Marx sobre a gênese da história moderna não deixa indiferente nenhum espírito curioso” (FURTADO, 1997b, p. 116), conquanto a contribuição para a compreensão da economia não tinha o mesmo peso para quem já conhecia Ricardo e a moderna macroeconomia.

O autor destaca algumas idéias que permaneceram centrais na sua própria forma de apreender os processos econômicos. A primeira delas é o papel da tecnologia, o que mais tarde se confirmará com a leitura de Schumpeter (1883-1950). A outra idéia é a de que os capitalistas acumulam capital *compulsivamente*, fazendo de tudo para romper os obstáculos que se interpuserem a esse desígnio. Para Furtado, a tomada de decisão econômica envolve sempre uma forma de poder, o que derivou das leituras de Marx. Furtado atribui a isso o seu estranhamento do dogma dos economistas neoclássicos de que o mundo econômico é movido por um conjunto de automatismos. “Nada é tão esterilizante, para o economista que se interessa pelos problemas do subdesenvolvimento, quanto essa visão” (FURTADO, 1997c, p. 21).

Sua visão de mundo é completada com a leitura de Keynes, que permitiu ao economista brasileiro concluir que o “poder também deve existir como um sistema” para além da compulsão do capitalista. Diz Furtado:

E, na economia capitalista, os centros de decisão mais importantes desse sistema se situam no Estado. Essa idéia de que a economia capitalista não poderia operar sem um certo grau de centralização de decisões, ou seja, sem uma estrutura superior de poder (todo capitalismo é em certo grau um capitalismo de Estado), derivei-a da leitura de Keynes. Graças a ela, pude compreender muito cedo o fenômeno da dependência econômica em sua natureza estrutural (FURTADO, 1997c, p. 21).

Se a liberdade se encontrava ameaçada pela centralização do poder econômico e político nos países avançados, como discutia o autor no seu premiado texto, o que se poderia dizer de uma economia subdesenvolvida marcada por toda sorte de problemas econômicos,

políticos e sociais? O quadro só se agrava quando se inclui no ângulo de observação o fenômeno da dependência em sua natureza estrutural, mencionado na citação anterior. Como prescindir de um grau de centralização das decisões nas mãos do Estado numa economia subdesenvolvida? Na sua tese de doutoramento, Furtado analisou a economia colonial do Brasil, estudando o ciclo econômico açucareiro e delimitando os problemas de pesquisa que iriam ocupá-lo por toda sua carreira.

Antes de voltar ao Brasil, na linha de seu plano de viagem pela Europa, visitou a *London School of Economics* e integrou uma brigada de jovens de todos os lugares da Europa que participou na reconstrução de uma ferrovia na Bósnia e também participou de um Festival da Juventude em Praga. Seu intuito era entrar em contato com pessoas, especialmente jovens, de todas as partes do continente europeu com o objetivo de travar contato direto com aquela gente que havia sofrido os horrores da guerra e então se esforçava para pôr de pé um continente inteiro devastado pela pior das catástrofes humanas.

Quando então retorna ao Brasil, em 1948, ano em que defende sua tese de doutorado, casa-se com Lucia Tosi, com quem vai ter seus dois filhos, Mario e André. Esse retorno é marcado pelo seu ingresso no quadro de economistas da Fundação Getúlio Vargas, onde trabalhará na revista *Conjuntura Econômica*. Ali permanece por pouco tempo, pois em 1949 passa a integrar o corpo de profissionais do órgão das Nações Unidas, a CEPAL, recém-criada no Chile. Quando em 1950 Raúl Prebisch chega a Santiago para se juntar a Furtado e assume a Secretaria Executiva da Cepal, imediatamente nomeia Celso Furtado para ocupar a posição de Diretor da Divisão de Desenvolvimento. Dali em diante, viaja praticamente toda a América Latina, efetuando pesquisas na Argentina, Costa Rica, Venezuela, no Equador e no Peru. A partir de então ,começa a publicar sobre o tema do desenvolvimento econômico, aprofundando seus estudos de economia e da realidade latino-americana.

Seu primeiro ensaio de análise econômica, “Características gerais da economia brasileira”, é publicado em 1950 na *Revista Brasileira de Economia*, definindo alguns dos problemas estruturais com que se ocupará durante longo período: a tese prebischiana da piora nas relações de troca, a elevação da taxa de câmbio e a inflação crônica. Neste ensaio também apresenta a sua conhecida tese da socialização das perdas e concentração dos benefícios.

Este ensaio, no qual Furtado analisa o processo de crise de 1929 e os impactos sobre o Brasil, que está na base do processo de industrialização, marca o início de um período de grande fertilidade

criativa em que publica uma série de artigos e livros de grande importância na formação do seu pensamento e na própria história do pensamento econômico brasileiro. Essa fase inclui sua passagem pela Cepal e pelo governo brasileiro no BNDE, na SUDENE e no Ministério Especial do Planejamento no Governo de João Goulart.

Nesse sentido, publica, em 1952, na *Revista Brasileira de Economia*, o artigo “Formação de capital e desenvolvimento econômico”, traduzido para o *International Economic Papers*, órgão da Associação Internacional de Economia que veicula contribuições à teoria econômica apresentadas em outras línguas. Tal trabalho é uma discussão das conferências de Ragnar Nurkse⁴⁵, economista estoniano que havia trabalhado na Liga das Nações, com experiência farta em relação aos problemas da economia internacional e profundo conhecedor da teoria econômica. Nurkse trabalhava na Universidade de Columbia, nos Estados Unidos, onde se despertava o interesse pelas questões do desenvolvimento e sua relação com a economia internacional. Na mesma época o departamento econômico das Nações Unidas onde estava o professor Hans Singer publicava estudos sobre o intercâmbio com países industrializados e produtores de matérias-primas.

Furtado conta que a contribuição de Nurkse deveu-se menos à originalidade do que à forma elegante e convincente que, em linguagem acadêmica, apresentou o problema. Nurkse apresenta um círculo vicioso da estagnação econômica que chamou de “equilíbrio do subdesenvolvimento, mostrando que não há estímulo à aplicação do capital em função da baixa renda da população que decorria da pouca aplicação de capital. Essa tese tem sua raiz em Schumpeter, que afirma que o desenvolvimento é produto da ruptura do equilíbrio estático provocado pelas inovações dos empresários, que concentram os investimentos numa determinada fase do ciclo econômico. Esse raciocínio, que está na base da idéia de “desenvolvimento equilibrado”, foi apresentado pela primeira vez em 1943 por Paul Rosenstein-Rodan, em seu “Problemas de Industrialização da Europa Oriental e Sul-Oriental”.⁴⁶ Para Rosenstein-Rodan, qualquer empreendimento isolado

⁴⁵ As conferências de Nurkse foram recentemente publicadas pelo Centro Celso Furtado, juntamente com o texto de Celso Furtado e uma réplica de Nurkse.

⁴⁶ Ver a esse respeito a coletânea de ensaios sobre o subdesenvolvimento publicado originalmente em língua inglesa em 1958 (*The economics of underdevelopment*, Oxford, Oxford University Press, 1958), e traduzido para o português em 1969, chamado *A economia do subdesenvolvimento*, organizado pelos economistas indianos A. N. Agarwala e S. P. Singh. O livro foi agora republicado pelo Centro Celso Furtado sob a coordenação de Carlos Vidotto e João Sicsú com o título: *Economia do Desenvolvimento -Teoria e Políticas Keynesianas*. Rio de Janeiro: Campus, 2008.

estaria fadado ao fracasso, o que requer certo número de investimentos conjugados simultaneamente aplicados, assegurando assim um mercado ampliado para o processo de industrialização (ROSENSTEIN-RODAN, 1969). Nurkse mostrou que os obstáculos ao desenvolvimento são enormes para uma economia subdesenvolvida que tem uma demanda global reduzida, que se agrava se se considera a influência dos padrões de consumo dos países industrializados exercida sobre os países pobres (NURKSE, 1969).

Nurkse teve um papel importante no debate econômico brasileiro por ter inaugurado um diálogo em torno de idéias para uma teoria do subdesenvolvimento, abrindo a oportunidade para Celso Furtado exercer um primeiro ensaio de intervenção pública com maior repercussão no debate de idéias. Furtado escreveu um artigo comentando as conferências do ilustre economista sueco apenas com o pretexto de expor um conjunto mais articulado de idéias sobre o subdesenvolvimento.⁴⁷ Mas, pelo visto, Nurkse sobrevalorizou a importância da crítica de Celso Furtado – que na verdade não mais do que discordava da perspectiva shumpeteriana sobre o desenvolvimento – e escreveu uma réplica ao texto do economista brasileiro, contribuindo para chamar mais atenção do que o próprio Furtado pretendia para seu trabalho.

Em “Formação de Capital e Desenvolvimento Econômico”, Celso Furtado apresenta uma visão estruturalista do problema do subdesenvolvimento que, embora concorde, em grande medida, com Nurkse, alarga consideravelmente o campo de visão ao incorporar no argumento fatores históricos e institucionais que afetam os países periféricos como o Brasil. Parafraseando Marx, para quem “a humanidade só se propõe as tarefas que pode resolver”, tarefas que só surgem “... quando as condições materiais de sua solução já existem, ou, pelo menos, são captadas no processo de seu devir” (MARX, 1978, p. 130), Furtado afirma que uma teoria do desenvolvimento econômico não existe porque os homens não reconheceram a existência do problema, e se não o fizeram é porque o “... desenvolvimento econômico não chegou a constituir ‘problema’, senão praticamente em nossos dias” (FURTADO, 1952: p. 8).

Para se ter uma idéia de como Furtado alarga o campo de visão do problema do desenvolvimento em relação à economia pura, é preciso ter em conta que ele sempre vê o fenômeno econômico como parte de

⁴⁷ Sobre esse episódio ver FURTADO, 1997b, capítulo X.

um fenômeno mais amplo, que é o processo de mudança social. Nesse sentido descreve que:

Em realidade o problema do desenvolvimento econômico é um aspecto do problema geral de mudança social em nossa sociedade, e não poderá ser totalmente compreendido se não se lhe devolve o conteúdo histórico. Seria necessário considerar todo o complexo cultural que se formou na Europa, com seus elementos de racionalidade, sua mobilidade social, sua escala de pretígio em grande parte refletindo a escala da riqueza pessoal, para explicar a dinâmica do processo econômico capitalista (FURTADO, 1952, p. 13).

Para Furtado, o processo de desenvolvimento é uma parte do fenômeno e precisa ser compreendido. A teoria econômica é importante por isso, pois como diz o autor, a análise econômica pode precisar o mecanismo do desenvolvimento econômico, mas não se basta. Furtado relata que a “... teoria do desenvolvimento econômico não cabe, nos seus termos gerais, dentro das categorias da análise econômica”, e enfatiza inúmeras vezes em sua obra o fato de que a “análise econômica não nos pode dizer por que uma sociedade se desenvolve e a que agentes sociais se deve esse processo” (FURTADO, 1952, p. 14). Para comprovar essa limitação da análise econômica, Furtado cita o seminário sobre desenvolvimento econômico ocorrido na Universidade de Chicago em 1951 em que estiveram presentes antropólogos, historiadores e sociólogos, além dos economistas, para mostrar que no mundo avançado já se haviam rompido as amarras que limitavam o problema do desenvolvimento econômico dentro das fronteiras da “ciência econômica”.

A ênfase de Furtado na mudança cultural e na sua relação com o desenvolvimento econômico estava de acordo com as descobertas da época, que animavam o espírito de uma geração heterogênea de pesquisadores que compuseram o programa de pesquisa e participaram dos debates em torno do que se chamou de economia do desenvolvimento. O Seminário de 1951 foi organizado por Bert Hoselitz e resultou na publicação de uma coletânea intitulada *The Progress of Underdevelopment Areas* (University of Chicago Press, 1952) e teve como desdobramento a criação de um importante periódico, o *Economic Development and Cultural Change*. O artigo que Furtado dirige às

palestras de Nurkse é incluído num outro volume intitulado *The Economics of Underdevelopment*⁴⁸, reunindo os principais participantes do debate em torno da economia do desenvolvimento. No espírito da época, constituiu-se numa obra com o objetivo de divulgar ao público dos países subdesenvolvidos as reflexões teóricas que vinham sendo feitas nas universidades dos países industrializados, especialmente nos Estados Unidos e na Europa.

Nesse trabalho Furtado distingue ainda as economias avançadas das atrasadas, mostrando que naquelas o crescimento depende de novos conhecimentos aplicáveis na produção e nestas é dependente da assimilação da técnica prevalente na época, o que torna os países subdesenvolvidos. Tais países são marcados por uma deficiência estrutural na utilização dos fatores, já que o capital é escasso. Afirma ainda que um mercado ampliado graças ao impulso externo permite aos países subdesenvolvidos elevar a produtividade econômica sem prévia acumulação e que a renda gerada nessas condições pode ser o início da acumulação. Nestes países, com o aumento da produtividade, os lucros se elevam antes dos salários, mas a composição dessa demanda depende de fatores institucionais. A concentração dos aumentos em poucas mãos bloqueia o desenvolvimento porque só uma minoria desfrutará das modernas formas de consumo de produtos industriais, pois “... os benefícios resultantes do comércio exterior revertem totalmente em favor de pequenos grupos que buscam no exterior boa parte dos bens que consomem (FURTADO, 1952, p. 20). Furtado inclui a dimensão histórica afirmando que seria preciso estudar “como historicamente foram eliminados os fatores institucionais que impediam a ampliação do processo de desenvolvimento” (FURTADO, 1952, p. 20).

Estuda ainda no texto como o ritmo do desenvolvimento depende da produtividade do capital e da taxa de investimento. Mas a produtividade não pode ser estudada fora do contexto histórico, o que explica que a renda *per capita* não passa de uma aproximação do nível de acumulação em uma sociedade. A taxa de investimentos também é afetada por fatores institucionais que agem sobre a propensão ao consumo. As referências sobre esses temas para Furtado são autores como Weber e Veblen, que, em crítica à economia neoclássica e à hipótese do *homo oeconomicus*, desenvolvem uma perspectiva

⁴⁸ Citado na nota 14.

institucionalista através da sociologia econômica para explicar o funcionamento dos mercados.⁴⁹

Desse debate entre Furtado e Nurkse restou o reforço da idéia de que o Estado, nos países subdesenvolvidos, tem um papel decisivo no desenvolvimento industrial, e que este não pode ser obtido baseando-se no livre funcionamento das forças do mercado. Na visão de Nurkse, havia um círculo vicioso composto pela reduzida dimensão do mercado, baixa especialização e mecanização, baixa produtividade, reduzida poupança, pouca acumulação e pequeno crescimento da produtividade. O papel do Estado incrementaria o ritmo dos investimentos produtivos capazes de elevar a produtividade.

Formava-se no pós-guerra um diálogo em torno da teoria do desenvolvimento que correspondia ao desafio que as tarefas da industrialização periférica impunham aos gestores das políticas públicas nestes países, particularmente no Brasil. Nesse contexto, em 1953, Celso Furtado presidiu o Grupo Misto CEPAL-BNDE, que elaborou um estudo sobre a economia brasileira fundado nas novas técnicas de planejamento econômico desenvolvidas por Prebisch e Furtado na CEPAL. O documento que resultou desse Grupo Misto foi intitulado “Esboço de um programa de desenvolvimento, período de 1955-1962”, e serviu de base para a elaboração do Plano de Metas do governo de Juscelino Kubitschek.

Como se disse anteriormente, a volta de Celso Furtado à América Latina depois de seu doutoramento é marcada pelo início de um período de grande fertilidade teórica e política. Tratava-se de um contexto de mudanças tão profundas que, para um estudioso atento a elas como foi Furtado, não poderia deixar de refletir o entrelaçamento entre as transformações institucionais, econômicas e políticas no poder mundial e aquelas que dizem respeito à industrialização no Brasil em todas as suas consequências.

No plano internacional, a Guerra Fria levou os Estados Unidos a um assédio aos países latino-americanos que foi marcado pelo uso de todos os recursos disponíveis ao governo daquele país. Como Furtado conta em *A Fantasia Organizada*, os países latino-americanos não

⁴⁹ Para uma apreciação crítica sobre a relação entre o papel das instituições e a teoria da dependência, ver: RAUD, C. (2002). “Uma análise crítica da teoria da dependência: a noção de progresso e o papel das instituições formais e informais”. *Política e Sociedade*, n. 01, setembro. E sobre Max Weber e o papel das instituições na sociologia econômica, ver: RAUD, C. (2003). “A construção social do mercado em Durkheim e Weber. Uma análise do papel das instituições na sociologia econômica clássica”. Estágio pós-doutoral, Universidade de Dauphine-Paris X.

responderam com muito entusiasmo graças aos “ressentimentos causados pela exclusão da generosa ajuda que os Estados Unidos haveriam de proporcionar a aliados europeus e ex-inimigos na fase de reconstrução” (FURTADO, 1997b, p. 265). George Frost Kennan (1904-2005), Secretário de Estado do governo dos Estados Unidos até 1950, diante do quadro de mudanças e pressões em que o Brasil se encontrava, e com a volta de Vargas à presidência, agora legitimado pelas eleições, viu no nacionalismo emergente um risco para os negócios norte-americanos no Brasil e propôs uma fórmula conciliatória para satisfazer o país. Sugeriu a reconstituição da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, que deveria tratar de propor projetos de investimentos em infraestrutura, nas áreas de transporte, energia elétrica, alimentação e agricultura.

Getúlio Vargas manifestou sua disposição de apoiar os Estados Unidos diante da contrapartida oferecida pela potência norte-americana em termos de estabilidade dos preços dos produtos exportados pelo Brasil, ajuda financeira e suprimento de equipamentos para a industrialização (FURTADO, 1997b, p. 266). Furtado interpreta o episódio como dotado de uma ambiguidade perante a ofensiva varguista em querer tirar o maior proveito possível da posição em que se encontravam os Estados Unidos, que, por sua vez, esperavam concentrar seus investimentos em obras de infraestrutura. Com experiência no trato internacional e uma clara visão do quadro de possibilidades que se apresentavam para o país, Vargas foi levado a elaborar uma política de industrialização aproveitando-se da conjuntura externa favorável.

A criação do BNDE foi uma peça-chave nesse processo que dotou o país de capacidade de financiamento de médio e longo prazos e aparelhou o governo brasileiro com um organismo para elaborar política industrial e um corpo técnico capaz de pensar a industrialização, o planejamento e o desenvolvimento econômico.⁵⁰ Nesse sentido é que o Brasil se torna palco privilegiado para o florescimento dos debates sobre a teoria do desenvolvimento econômico que se irradiam a partir do centro e da periferia do capitalismo. Furtado percebeu que não se tratava apenas de um mero debate de idéias, no sentido restrito do termo, mas que havia profundas transformações sociais em curso que envolviam a emergência dos setores médios e setores populares na cena política, num contexto de transição de um regime autoritário para um regime representativo. Certo é que envolveria mudanças nos sistemas de

⁵⁰ Ver MARTINS, 1976, capítulo VII, pp. 359-405.

decisões e na administração do governo e o Estado adquiriria um papel determinante nos rumos da industrialização.

A redistribuição dos recursos políticos no interior do universo das elites e a reorientação dos comportamentos diante da situação internacional foram dois fatores de mudança destacados por Luciano Martins, que afirma que:

L'interaction de ces deux variables – expressions même de la transition du regime autoritaire vers le regime de représentation et de l'effort d'adaptation de la société au nouveau contexte mondial – conditionne aussi bien la performance des acteurs que celle du système de décisions (MARTINS, 1976, p. 229-230).

Como diz o autor citado, parecia que os próprios atores políticos não estavam ainda acostumados com as mudanças no regime político, pois se, por um lado, a margem de manobra no sistema decisório era menor que no Estado Novo, por outro, o alargamento súbito nos canais de representação e reivindicação populares provocava defasagens no sistema decisório. A criação do BNDE, o surgimento da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, o Grupo Misto BNDE-Cepal foram algumas das tentativas de superar essas defasagens. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico adquiriu inclusive o *status* de principal espaço de “conflito e debate intratecnocrático” na década de 1950 (SOLA, 1998, p. 89).

A mudança no comportamento dos atores e as mudanças institucionais em curso foram imediatamente interpretadas por Furtado como parte de um processo maior de mudança social, tendo a mudança cultural um lugar privilegiado. Como costumava dizer, uma sociedade pode e deve ser preparada para enfrentar mudanças dessa magnitude. Sua convicção de que a razão podia se sobrepor à improvisação tinha origem numa análise minuciosa do processo de transição da economia colonial para a industrialização, caracterizada por Prebich e Furtado como espontânea, induzida pelas exportações de produtos primários (SUZIGAN, 2001). Os dois teóricos estruturalistas sabiam que esse processo podia ter uma direção e isso requeria certo grau de centralização das decisões apoiadas por uma estratégia teoricamente fundamentada numa teoria do subdesenvolvimento.

As oportunidades para intervir começaram a surgir para Furtado. Ele havia se preparado para isso, embora ainda tivesse muito a fazer

nesse sentido. No ano de 1953, apresentou o seu estudo chamado *Estudo preliminar sobre a técnica de programação do desenvolvimento econômico*⁵¹, na Conferência de Quitandinha, no Rio de Janeiro. Foi um verdadeiro embate político com os representantes do pensamento monetarista, o que Furtado sabia que ocorreria quando decidiu atribuir este que chamou de defensivo título à sua *Técnica de Planificação*. Os monetaristas dirigiam seus ataques tanto ao intervencionismo cepalino quanto ao nacionalismo implícito no planejamento e que se difundia pelo sistema político. Furtado assim o concebeu. Afirmou por isso que

[t]ratava-se de ocupar um espaço no mundo das idéias e de influir em círculos onde se tomavam decisões. O que eu dizia tinha repercussão em São Paulo, mas no Rio de Janeiro o que se ouvia era a ressonância dos artigos de Gudin (FURTADO, 1997b, p. 275).

Furtado referiu-se acima ao debate que se sucedeu à conferência, travado por ele e Prebisch com Eugênio Gudin e Otávio Gouveia de Bulhões nos jornais do Rio de Janeiro e São Paulo. Gudin chamou de “A mística do planejamento” a série de cinco artigos veiculados pelo *Correio da Manhã*, nos quais criticava duramente a técnica de programação de Furtado. Gudin procurou desqualificar o tipo de política econômica sugerida pela Cepal e completava afirmando que aos economistas não cabe fabricar modelos de progresso econômico para o Brasil. Bulhões também atinge o planejamento, mas de forma mais sutil, explicando no *Jornal do Comércio* que a programação serve para programar a estabilidade que conduziria, sim, a um desenvolvimento espontâneo. Para Bulhões, o desenvolvimento comandado pelo plano e pelo Estado seria necessariamente totalitário.

Prebisch e Furtado respondem, respectivamente, no *Diário de Notícias* e no *Jornal do Comércio*, e deram maior repercussão ao evento e à sua *Técnica de planejamento*. Envolvendo-se cada vez mais nos negócios de Estado e no debate econômico brasileiro, marcado por seu diálogo crítico como monetarismo, Furtado continuou a dar seguimento a suas publicações individuais de modo a formar uma interpretação do Brasil que correspondesse aos anseios de condução da mudança estrutural que o estruturalismo cepalino advogava. Segundo Bielschowsky:

⁵¹ Ver CEPAL (1955) “Introdução à técnica de planejamento”. In: BIELSCHOWSKY, R. (2000). *Cinquenta anos de pensamento na CEPAL*. Rio de Janeiro: Record, pp. 263-291

Ao longo de toda a década de 50, Furtado reafirmou e aprimorou o ponto de vista estruturalista, assumindo a liderança dos economistas nacionalistas na argumentação contra as posições consideradas contracionistas (BIELSCHOWSKY, 1988, p. 176).

Tratava-se de divulgar uma nova interpretação do subdesenvolvimento, calcada em argumentos teóricos e históricos autênticos e originais, construídos a partir da observação dos nossos próprios problemas. Nesse sentido, publicou em 1954 o seu primeiro livro de economia, chamado *A economia brasileira: (contribuição à análise do seu desenvolvimento)*. Além desta, também continuou a empreender sua outra estratégia de intervenção na realidade, combinando estas atividades essencialmente acadêmicas com iniciativas de ordem política e atividades administrativas. No ano de 1955, criou o Clube dos Economistas e a *Revista Econômica Brasileira*, que se tornou espaço de atuação de parte da elite técnica desenvolvimentista e nacionalista ligada ao governo federal. O objetivo explícito era criar uma “base ideológica para o projeto desenvolvimentista, através da participação no debate econômico do país” (BIELSCHOWSKY, 1988, p. 158; FURTADO, 1997b, p. 290).

Com esta iniciativa, estava claro para Furtado que era preciso criar um fundamento teórico e histórico para uma ideologia do desenvolvimento, legitimando e congregando forças políticas em torno de um projeto desenvolvimentista de política econômica. Mas como fazer isso senão tentando convencer os pares de que essa era a estratégia correta para o país. É nesse sentido que aproveita com o mesmo espírito todas as oportunidades para dirigir sua palavra para os mais importantes e relevantes atores sociais. Aceitando a um convite para proferir uma palestra na Escola Superior de Guerra sobre o planejamento, Furtado teve a certeza de que havia uma possibilidade de intervir por meio de “uma instituição dedicada a influenciar as elites militares e civis” (FURTADO, 1997b, p. 279). Procurou mostrar nesta conferência na ESG, onde voltaria outras vezes nos anos seguintes, que o planejamento era um meio para reduzir o atraso do país, e defendendo a tese apresentada no seu artigo dirigido a Nurkse, segundo a qual o problema do desenvolvimento no Brasil era de formação de capital. Enfatizou ainda o caráter concentrador da renda da industrialização brasileira e defendeu-se das críticas dos monetaristas mostrando que o planejamento

pode ser uma técnica “neutra” e que o enfoque monetarista era insuficiente como matriz de política econômica. Nesse ponto, Furtado argumentou que não havia contradição entre estabilização e desenvolvimento, pois se os monetaristas observavam o sistema econômico como um processo de ajustamentos e desajustamentos do ponto de vista estático, Furtado via o processo de formação de capital dinamicamente ao mostrar que só quando a economia cresce é que se ajustam a oferta de poupança e a demanda de capital para o investimento.

Aprofundando seus estudos sobre o Brasil, no Rio de Janeiro Furtado travou contato com um grande número de intelectuais que gravitavam em torno da revista *Cultura Brasileira*. Hélio Jaguaribe foi um deles quando, ao criar o Instituto de Estudos Brasileiros, que viria mais tarde a ser o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), convidou Furtado a proferir conferências sobre o desenvolvimento e o Brasil, o que lhe rendeu a oportunidade para formalizar suas idéias e até mesmo para reformular sua visão do processo de desenvolvimento (FURTADO, 1997b, p. 284). O texto resultante desse estudo compõe o capítulo terceiro do seu livro de 1961, chamado *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*, no qual Furtado argumenta que o Brasil vivia naquele momento um processo de mudança cultural, a “força criadora das civilizações”. Nesse trabalho, Furtado pressupõe que a mudança estrutural requer um excedente e procura reconstituir uma teoria do excedente social que havia caído de moda com o surgimento da teoria do equilíbrio geral do pensamento neoclássico. Era preciso compreender o excedente social, sua origem e o comportamento dos grupos sociais que dele se apropriam, pois o capitalismo é um modo de produção em que as formas de dominação prevalecentes encaminham o excedente para a acumulação.

Estas foram reflexões que também se pode encontrar no seu primeiro livro publicado no ano seguinte, em 1954, *A economia brasileira – contribuição à análise de seu desenvolvimento*, em que Furtado vê o Brasil no quadro histórico inserido no sistema mundial e a partir da teoria do desenvolvimento econômico. Aí ele afirma logo na introdução do seu primeiro capítulo que:

Por maior que seja o apego dos homens às formas de vida nas quais se criaram e adquiriram seus padrões de comportamento, por mais intensas que sejam as tendências conservadoras em determinados tipos de sociedade, o processo de

mudança cultural aparece por toda parte como a força criadora das civilizações.

A transformação dos padrões culturais resulta do fato mesmo de que a cultura é uma coisa viva, em inter-relação permanente com o meio e com outras culturas. É de observação corrente, entretanto, que as mudanças culturais não se realizam com igual facilidade em todos os setores da atividade social. Existe, em toda cultura, uma área de atividade ou crenças onde se polarizam as atenções dos indivíduos, onde se entrecrocavam com maior frequência os pontos de vista, onde se observa uma diferenciação estrutural mais larga. Em torno dessa área se estabelece um processo de permanentes entre-choques pessoais, pois a mesma está aberta à curiosidade, ao interesse e à imaginação criadora dos indivíduos.

Repetidas vezes se há observado que o campo de mais rápida mudança na sociedade moderna é o da técnica (FURTADO, 1954, p. 21).

Furtado aqui segue de perto os passos de Prebisch, atribuindo ao papel do progresso técnico e sua difusão desigual pelo sistema econômico mundial uma das fontes da disparidade entre os níveis de desenvolvimento das nações. Mas vai além de Prebisch, alargando o campo de visão em direção à História, mediante a aplicação do referencial teórico estruturalista elaborado pelo economista argentino ao caso latino-americano e especialmente brasileiro e também em direção ao papel da cultura e das instituições no processo de construção histórica do subdesenvolvimento. O próprio autor descreve esse contexto conflituoso no campo político e no campo das idéias mostrando que a publicação do seu primeiro livro promovia um ensaio de enfrentamento ideológico e teórico com a escola monetarista, ao afirmar que:

A publicação de *A economia brasileira* difundia uma linha de pensamento em clara oposição à escola ortodoxa que, dominando as publicações da Fundação Getúlio Vargas, pretendia monopolizar o enfoque “científico” dos problemas econômicos. Partindo das posições de Prebisch, a quem era dedicado o livro, eu tentava ampliar o horizonte de reflexões em várias direções (FURTADO, 1977b, p. 290).

Pouco antes disso, no ano de 1953, Furtado estava envolvido com a elaboração de um diagnóstico da situação econômica do país e de um panorama das tendências consideradas a partir de possíveis ações do governo no campo de política econômica. Ocupava então a direção do Grupo Misto BNDE-CEPAL, que teve a conclusão do relatório adiada para 1955 por Prebisch e Furtado por causa da renúncia de Roberto Campos e vários de seus seguidores, provocada pela nomeação de Maciel Filho pelo próprio Getúlio Vargas. De acordo com Furtado:

Eu tinha consciência de que o país vivia momentos cruciais de que a causa básica das tensões eram transformações provocadas pelo surto de industrialização. Considerava importante poder seguir de perto a mutação histórica. Não contara com a hipótese de ter de afastar-me da cena, tanto que comprara um apartamento e me instalara convenientemente (FURTADO, 1997b, p. 288-289).

Furtado estava certo de que queria participar do sistema decisório, apesar dos obstáculos que sabia que encontraria pela frente. Um novo óbice surgiu com a morte de Getúlio, quando Gudin assumiu a pasta de ministro da Fazenda e toda a agenda de atividades do BNDE perdeu o sentido dentro da política governamental. Não havia esperança de que o esforço ali despendido pudesse ser aproveitado pelo governo para a elaboração de políticas.

Assim, ainda na Cepal, Furtado foi para o México, onde permaneceu todo o ano de 1956 dirigindo um grupo de trabalho que elaborou um estudo sobre a economia daquele país. Uma das razões de sua mudança para o México teria sido, conforme relata o autor, uma mudança aparente na política da ONU, a partir de sua sede central em Nova York, com relação à Cepal. Furtado recebeu uma carta do subdiretor da organização, Louis Swenson, advertindo-o quanto à publicação individual do seu livro *A economia brasileira*, e logo em seguida houve uma instituição de normas regulamentando os trabalhos sob responsabilidade pessoal. Estimulados por convites feitos por universidades, Juan Noyola e Regino Boti, colegas de Furtado na Cepal, tomaram a decisão de sair da organização, mas diante da possibilidade de permanecer no México por algum tempo, Noyola aceitou o convite de Furtado para integrar a equipe no estudo que foi elaborado.

Após esse evento, Furtado passou a acalantar a vontade de rumar para os estudos universitários, o que o levou a decidir se transferir para

o King's College na Universidade de Cambridge para fazer mais um curso de pós-graduação. É então que elabora o *Formação Econômica do Brasil*, seu livro mais difundido e traduzido em nove idiomas. Sua decisão de se afastar da Cepal era “menos fruto da decepção do que da consciência de esgotamento do projeto que me empenhara oito anos atrás” (FURTADO, 1997b, p.327), procurando libertar-se da “tirania das circunstâncias” que o estavam sufocando. Em Cambridge, assistiu a seminários e aulas de Kaldor, Piero Sraffa e Joan Robinson, que vinha fazendo uma crítica áspera do pensamento ortodoxo. Estimulado pelos pedidos do editor de sua primeira obra, *A Economia Brasileira*, para organizar uma nova edição da mesma, Furtado convenceu-se da importância de ordenar seu pensamento sobre o seu país, o que o fez organizar a pesquisa que resultou em sua obra mais conhecida e traduzida em nove idiomas: o livro *Formação Econômica do Brasil*.

A ideia de elaborar o citado livro utilizando a abordagem histórica e global da análise econômica veio do contato que teve com o livro de Roberto Simonsen, *História Econômica do Brasil*⁵², que é rico em informações quantitativas e factuais sobre a economia brasileira do período colonial. *Formação econômica do Brasil* não é uma obra de história econômica, mas um texto de análise teórica da formação econômica do país. Analisa momentos específicos daquela história, aos quais dirigiu um conjunto de hipóteses, perguntas e respostas relativas às razões dos êxitos e fracassos dos subsistemas econômicos açucareiro, mineiro e cafeeiro. Furtado compara, ao longo do livro, os efeitos sobre as estruturas internas das atividades exportadoras dos diferentes ciclos econômicos analisados e com isso procura realizar seu compromisso pessoal de compreender a formação do Brasil em sua dimensão econômica, mostrando que a industrialização inicial foi um subproduto da defesa do setor exportador.

A realização desta pesquisa define sua agenda de trabalho para os próximos anos, pois uma das conclusões mais importantes do livro, que resulta no aprofundamento do estruturalismo cepalino e na inclusão de novos temas na órbita da teoria do subdesenvolvimento inaugurada por Prebisch, era que a industrialização da primeira metade do século XX resultou na integração e articulação das diferentes regiões do país, ampliando as disparidades entre os níveis regionais de renda. Ao chegar a essa conclusão, depreendeu outra:

⁵² SIMONSEN, R. (2005). *História econômica do Brasil: 1500-1820*. Brasília, Edições do Senado Federal, Vol. 34.

A solução desse problema constituirá, muito provavelmente, uma das preocupações centrais da política econômica no correr dos próximos anos. Essa solução exigirá uma nova forma de integração da economia nacional, distinta da simples articulação que se processou na primeira metade do século (FURTADO, 2000, p. 251).

Furtado estava sendo guiado pelo seu compromisso histórico de encontrar formas de intervenção, mas, para isso, era preciso ter um diagnóstico claro e consistente, além de convincente dos problemas econômicos e sociais do país. Mais do que isso, seu livro compõe também nas entrelinhas um diagnóstico das estruturas políticas do Brasil, pois, levado a sério, percebe-se que constitui uma crítica das relações de poder vigentes desde a era colonial que com muita dificuldade vinham se modificando ao longo do período industrializante. Defende-se nesta tese a opinião de que o diagnóstico econômico não pode ser claramente compreendido independentemente da sua análise das estruturas de poder no país, o que fica patente em seu depoimento expresso no documentário biográfico realizado pelo cineasta José Mariani, no qual Furtado afirma:

Quem lê depois o livro completo, percebe que a lógica do processo histórico brasileiro é levar à concentração de renda, e portando, é levar ao subdesenvolvimento. Você reproduz sempre as estruturas subdesenvolvidas. (...) Tanto assim que eu nunca me interessei em desenvolver essa parte final do livro. (...) Essa parte final do livro poderia ser uma análise de como sair disso, sair pra rua, (...) gritar. A verdade é que (...) ao assumir esse comportamento, nós teríamos que ter uma [interpretação] completa do desenvolvimento, globalmente, do subdesenvolvimento e do desenvolvimento, uma visão histórica muito mais (...) e essa visão histórica levava a uma concentração do poder. Quem manda? Quem distribui a renda no Brasil? (...) Eu não estou disposto a entrar nessa briga agora. Naqueles anos cinquenta, eu não posso abrir o peito e me lançar numa briga (...) porque vão me acusar de esquerdista, vão me acusar de marxista disfarçado e isso prejudica o avanço das idéias. Para evitar essa dificuldade, que era pura [rixa] ideológica,

mas era real, eu disse assim: vou ficar por aqui! E assim (...) o livro (...) é inconclusivo deste ponto de vista, porque as fases se sucedem e todas elas chegam à mesma coisa, não se consegue um fio de avanço. (...) O estudo do subdesenvolvimento está por ser feito, essa coisa que eu insisti muito, é preciso ter uma teoria do subdesenvolvimento, isto é, das estruturas que são dominadas e que, portanto, a distribuição da renda está controlada por esse “efeito de dominação. E isso é muito difícil”⁵³

Vê-se que, por um lado, o próprio autor, recentemente, interpretou o seu livro a partir do ponto de vista da política e, por outro, essa interpretação foi conduzida pela memória de que seu anseio na época era o de intervir na política e nos rumos do desenvolvimento econômico do país naquele momento histórico crucial. Isto não se viabilizaria se levasse às últimas consequências as conclusões da obra, quais sejam, que o processo de aprofundamento do capitalismo no Brasil em suas diferentes etapas conduziu o país à reiteração dos padrões de concentração de renda e reprodução das relações de poder político e econômico. Levar às últimas consequências significava conduzir abertamente a crítica àquelas estruturas de poder, enfrentá-las “de peito aberto”. Dada a tradição golpista e autoritária vigente no país, o autor sabia que isso provavelmente o impediria de ter acesso àquelas instâncias de poder político e administrativo que permitiram que interviesse procurando, através da elaboração de políticas, alterar as estruturas econômicas, sociais e também políticas, como aconteceu no caso da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste até o Golpe de 1964.

Com essa perspectiva, Furtado retorna ao Brasil após sua passagem por Cambridge e é recebido no aeroporto do Rio de Janeiro por Cleantho de Paiva Leite e Evaldo Correa Lima, dois dos diretores do BNDE, com um convite da presidência do Banco para integrar a equipe de direção daquela instituição. Furtado não teve dúvida em propor ao presidente do Banco a criação de uma diretoria especializada para estudar especificamente o problema do desenvolvimento regional do Nordeste. Uma vez aceita a proposta, Furtado iniciou suas incursões à região nordestina, tendo se desligado definitivamente da Cepal para

⁵³ Citação transcrita do documentário sobre Celso Furtado realizado por José Mariani: *O Longo Amanhecer – Cinebiografia de Celso Furtado*. Rio de Janeiro, 2007.

agora dedicar-se diretamente ao estudo do Brasil e à elaboração de políticas, cumprindo seu desígnio de atuar e realizar com isso seu propósito de construir um pensamento voltado para a ação. O que fez foi definir as bases de uma verdadeira política inovadora de desenvolvimento regional dentro do espírito das conclusões do seu livro de 1959, no qual, como se disse citando essa obra, era necessária “uma nova forma de integração da economia nacional, distinta da simples articulação que se processou na primeira metade do século”.

Como resultado dos trabalhos realizados no Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), diretoria criada no âmbito do BNDE, Furtado escreveu “Uma política de desenvolvimento para o Nordeste” (1959c), que deu origem ao Conselho de Desenvolvimento do Nordeste (CODENO), e em seguida publicou, também em 1959, *A Operação Nordeste* (1959a). Já havia publicado no ano anterior, como resultado de conferências proferidas no ISEB, o Instituto Superior de Estudos Brasileiros, e de seus estudos aprofundados sobre a economia do país, *Perspectivas da Economia Brasileira* (1958a).

Furtado estava numa fase muito criativa nesse período, como já foi afirmado anteriormente, e a primeira edição do seu livro chega ao público naquele ano de 1959, gerando um grande impacto na comunidade intelectual brasileira e internacional. Os próprios intelectuais da Cepal se surpreenderam com o alcance analítico da teoria do subdesenvolvimento de Prebisch demonstrado por Furtado na sua obra, Furtado realizou uma historicização do estruturalismo do economista argentino.

No ano seguinte, Furtado avança em seu projeto de desenvolvimento de uma teoria do subdesenvolvimento e de uma política para o desenvolvimento no Nordeste, criando, sob o comando e o apoio de Kubitschek, a Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste, sediada em Recife. Na diretoria da SUDENE permaneceu durante os governos seguintes de Jânio Quadros e de João Goulart, dela saindo para, por um período curto, ocupar a pasta de Ministro Especial do Planejamento no Governo de Jango, na qual elaboraria e executaria o Plano Trienal para o Desenvolvimento Econômico e Social – 1963-1965 (1962b).⁵⁴ No ano de 1961 publicou um dos seus livros mais importantes, *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*, e no ano de 1962 publicou *Subdesenvolvimento e Estado democrático e A Pré-Revolução Brasileira*, que inclui o texto anterior. O ano de 1963 é marcado por sua

⁵⁴ Optou-se por citar o Plano Trienal como sendo de autoria de Furtado.

rápida passagem no Ministério do Planejamento do governo Goulart, e em 1964 integra a lista dos que são exilados pelo Golpe de Estado levado a efeito pela corporação militar com o apoio das forças conservadoras.

Estes três primeiros anos da década de sessenta são caracterizados pelo acirramento da crise econômica e política, com a aceleração do processo inflacionário e com a radicalização das lutas entre as várias forças sociais. É o período em que o debate sobre as reformas de base emerge e a reação conservadora dos setores sociais dominantes se impõe diante da emergência, na cena política, dos movimentos sociais que clamavam por maior distribuição da renda e pela afirmação de direitos sociais e políticos.

Nesse contexto histórico de acirramento da crise institucional, econômica e política, as publicações de Furtado vão assumindo progressivamente um caráter político mais acentuado, a ponto de escrever textos eminentemente de análise política, como: *Reflexões sobre a pré-revolução brasileira* (1962a); *Subdesenvolvimento e Estado Democrático* (1982), último capítulo do livro com o mesmo nome⁵⁵; *Dialética do desenvolvimento* (janeiro de 1964); “Obstáculos políticos ao crescimento econômico del Brasil” (1965); “Em busca de uma ideologia do desenvolvimento” (1965), primeiro capítulo de *Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina*); *Brasil: da República Oligárquica ao Estado Militar* (de 1967), além de sua atividade administrativa e política na qual escreveu, por exemplo, o “Projeto do ‘Manifesto’ das forças progressistas”, procurando conclamar tais forças diante do quadro de polarização e radicalização política que se apresentou pouco antes das eleições para a renovação do Congresso no final do ano de 1962.

Esse é o panorama que Furtado tem diante de si e que o conduz a tomadas de posição política que se fundamentam, segundo defende-se nesta tese, numa tradição republicana. A característica fundamental desse republicanismo foi sua defesa do Estado de Direito, da sobrevivência das instituições democráticas e da permanência do conflito como fonte de diálogo mediado por estas instituições representativas. Como se sabe, o resultado imediato de sua luta foi infrutífero e os avanços obtidos foram poucos e frustrados pelo Golpe, que impôs um retrocesso enorme para o desenvolvimento das instituições políticas no Brasil. Mesmo com o exílio, Furtado não deixou

⁵⁵ Escrito em 1961, publicado em 1962: a edição que está citada acima é de 1982.

de se apresentar coerente com essa perspectiva que chamamos republicana, que continuou cultivando nas obras posteriores.

O núcleo teórico e político desse republicanismo é a defesa de uma determinada visão da liberdade política. Trata-se, no caso de Celso Furtado e de sua obra política e teórica, tanto da liberdade do cidadão diante do anseio dominador de classes e grupos sociais que se situam em posições de privilégios nas estruturas sociais, econômicas e políticas; quanto da liberdade da nação em relação às outras potências, ou seja, da liberdade no sentido de superação da dependência externa da nação. É, portanto, com o conceito de liberdade na obra de Furtado que se ocupa esta tese.

CAPÍTULO 4 – AS BASES DE UMA ECONOMIA POLÍTICA REPUBLICANA: A TEORIA HISTÓRICO-ESTRUTURALISTA DE PREBISCH E FURTADO

Este capítulo destina-se a apresentar o esquema conceitual da teoria estruturalista da Comissão Econômica para a América Latina, órgão da Organização das Nações Unidas para estudos da economia latino-americana, e discutir o significado desta teoria que constituiu um dos pilares sobre os quais Celso Furtado funda o que chamaremos de “economia política republicana”.⁵⁶

4.1 O contexto histórico após a Segunda Guerra e a economia do desenvolvimento

A economia política da CEPAL surgiu no contexto histórico do pós- II Guerra Mundial, quando um clima intelectual e político propício para o debate em torno de teorias e estratégias de desenvolvimento se configurou nos países centrais do Ocidente, notadamente Estados Unidos e Inglaterra, assim como no mundo subdesenvolvido. A partir de então, economistas e cientistas sociais passaram a eleger a problemática do desenvolvimento e do subdesenvolvimento do Terceiro Mundo como objeto de interesse de suas pesquisas.

As três grandes crises da primeira metade do século XXI, ou seja, a Primeira Guerra, a depressão dos anos 30 e a Segunda Guerra Mundial, foram acompanhadas pela falência da tradição liberal e livre cambista. Esse contexto foi marcado pelo surgimento do keynesianismo e do intervencionismo estatal através de uma regulamentação dos fluxos de capitais e do sistema econômico mundial e do planejamento. A ciência econômica ortodoxa capitulava diante de sua incapacidade de explicar e propor caminhos para a superação dos impasses causados, tanto pela falência das instituições do século XIX, como o padrão-ouro, quanto pelas transformações produtivas, sociais, políticas e culturais que o capitalismo provocava na civilização ocidental, com suas nefastas consequências sociais. Segundo Polanyi, para os economistas liberais o padrão-ouro era uma instituição exclusivamente econômica e “se

⁵⁶ Esta expressão tem sua inspiração em: DAGGER (2006), que cunhou o termo “neo-republican civic economy” ao refletir sobre o que teria o republicanismo a dizer sobre questões econômicas no mundo contemporâneo; ver também GAUS (2003) e PETTIT (1997).

recusavam a vê-lo, sequer, como parte do mecanismo social” (POLANYI, 1980, p. 39). As três crises do século vinte acima mencionadas ainda fariam, nesse sentido, parte do século XIX, pois os obstáculos à paz e à estabilidade após Primeira Guerra Mundial se encontravam nas mesmas fontes das quais ela brotara. Embora todos pensassem que o início do século XX se tratava de uma era revolucionária, a intenção generalizada era conservadora e expressava a idéia de que o restabelecimento do sistema anterior a 1914 em novas e sólidas bases seria o melhor meio de restaurar a paz e a prosperidade.

Somente nos anos 1930 que elementos realmente novos foram introduzidos na história ocidental. Entre 1930 e 1940, a civilização ocidental tratou de sepultar e superar o século XIX. Foram eles o abandono do padrão-ouro pela Inglaterra no início dos anos 1930, os planos quinquenais na União Soviética, o New Deal, a Revolução Nacional-Socialista na Alemanha, o colapso da Liga das Nações exemplos de transformações e iniciativas que contribuíram para a construção de um contexto histórico que passaria a apresentar novos desafios e tarefas para a humanidade.

A causa fundamental das crises foi a erosão das instituições do sistema econômico internacional que na virada do século já não eram capazes de dar conta de acomodar os enormes volumes das trocas internacionais e os interesses envolvidos, crescentemente contraditórios e complexos. Segundo Polanyi, os estudantes de política agrupavam os países não em termos de continentes, mas de acordo com o grau de adesão a uma moeda estável. Para o autor:

O prestígio de Genebra deveu-se ao seu sucesso em ajudar a Áustria e a Hungria a restaurarem suas moedas, e Viena tornou-se a Meca dos economistas liberais em virtude de uma operação brilhantemente bem sucedida no *krone* austríaco, à qual o paciente, infelizmente, não sobreviveu (POLANYI, 1980, p. 42).

A sequência de crises monetárias que ligavam os países dos Balcãs, passando pela Europa Ocidental até chegar aos Estados Unidos, provocou o desaparecimento de várias moedas. As políticas de estabilização de corte ortodoxo não apenas foram incapazes de salvar as moedas de vários destes países europeus, como contribuíram para disseminar a crise para todo o sistema internacional. Ao mesmo tempo em que a alta finança internacional acumulava enormes fortunas, a

classe trabalhadora de vários países sofria com a pauperização e a fome. A política ortodoxa levada a efeito pela maioria dos países ocidentais, uma vez que “a crença no padrão-ouro tornou-se a religião daquele tempo” (POLANYI, 1980, p. 43), impediu aos Estados Unidos de manter baixas as taxas de juros, obrigando o país, finalmente em 1933, a abandonar o padrão-ouro. A última centelha do velho sistema econômico tradicional estava liquidada.

A tese central de Polanyi é a de que a origem das crises e dos distúrbios na primeira metade do século XX decorre da reiterada tentativa do liberalismo para pôr em funcionamento um mercado autorregulável. Para o autor, tanto o liberalismo, quanto o equilíbrio de poder e o padrão-ouro eram os três pilares sobre os quais se sustentaram a civilização ocidental do século XIX. Mas, fundada na economia, em que a motivação gerada pelo lucro só foi superada na História pelo fervor religioso, ruiu com a crise que dissolveu de uma vez por todas a instituição fundamental do sistema econômico internacional, o padrão-ouro.

Os países centrais e periféricos participantes do comércio mundial haviam acumulado perdas consideráveis durante estas crises, obrigando-lhes a um processo de reconstrução de suas cidades, dos seus parques produtivos e industriais, o que exigiu um esforço intenso de planejamento e organização da produção que abriu as portas para a coordenação estatal da economia. A exceção evidente eram os Estados Unidos, que passam à condição de potência hegemônica na geopolítica ocidental, estimulados pelo processo de acumulação que as guerras e a própria reconstrução da Europa e do Japão lhes proporcionou após a Segunda Guerra Mundial.

Paralelamente, os países periféricos, particularmente alguns países da América Latina, aceleraram seus processos de industrialização iniciados no final do século XIX. Tal aceleração foi produto, em parte, destas crises externas que interromperam o comércio mundial do qual dependiam como exportadores de produtos primários e importadores de manufaturas e, em parte, em função de políticas de defesa da renda do setor exportador que tiveram como resultado não premeditado o início de um processo de substituição de importações. Prebisch, acompanhado por Furtado, denominou esse movimento de industrialização espontânea, no qual o desenvolvimento voltado para fora se deu não por ser fruto de nenhuma política consciente de industrialização, mas de respostas defensivas aos estímulos provindos do centro dinâmico situado fora dos mercados internos destes países. A partir da década de 1930, quando se tornou evidente a falência das instituições monetárias do padrão-ouro,

países como o Brasil transitaram para um modo de desenvolvimento que Prebisch chamou de “desenvolvimento voltado para dentro”, internalizando o centro dinâmico do processo de acumulação de capital apoiado agora não exclusivamente nos mercados externos, mas no mercado interno.

Diante desse processo de mudança social, ficou patente para parte da intelectualidade dos setores dirigentes das economias subdesenvolvidas, mas também para intelectuais e governos do centro do capitalismo, que as teorias ortodoxas não davam conta nem de explicar nem de propor soluções satisfatórias para os problemas gerados por essa industrialização que agravava os efeitos e sintomas perversos e característicos das economias primário-exportadoras. Tais problemas diziam respeito a crises recorrentes no setor externo e nos balanços de pagamentos, inflação, concentração da renda e do poder de decisão e suas várias consequências políticas e sociais como a pobreza, miséria, exclusão social. Desse quadro apresentava também a recorrência de crises políticas que eram enfrentadas com a implantação de regimes autoritários ou pelo reforço do poder oligárquico que reagia a cada momento em que as forças políticas ligadas ao mercado interno procuravam espaço entre os que se beneficiavam dos frutos do crescimento econômico e da ampliação dos direitos políticos. O caso brasileiro tornou-se paradigma para os estudos sobre o subdesenvolvimento, por essa razão e também porque passou a ser conhecido como um dos processos de industrialização rápida mais bem sucedidos entre os países periféricos, com todas as contradições típicas de uma economia dependente.

Curioso notar que essa preocupação passou a fazer parte da agenda não apenas dos programas de pesquisa dos próprios países periféricos e subdesenvolvidos, mas também de parte da intelectualidade, especialmente dos economistas, dos países centrais. A economia do desenvolvimento emerge nesse contexto, como um programa de pesquisa que se desdobra de um debate intelectual a partir da constatação da impossibilidade de as teorias tradicionais responderem às mudanças na realidade do capitalismo mundial e das nações em particular. Além disso, emerge baseada na esperança de que a coordenação da industrialização pudesse ser capaz de conduzir tais países para a rota do desenvolvimento.

Essas pesquisas partem de duas teses básicas enunciadas por Hirschman da seguinte forma:

1) a estrutura econômica dos países subdesenvolvidos apresenta certos traços específicos que tornam uma boa parte da análise econômica ortodoxa inoperante e enganosa; 2) é possível articular as relações entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos de modo a que elas sejam reciprocamente vantajosas e a que os primeiros contribuam para o desenvolvimento dos segundos (HIRCHMAN, 1986, p. 54-55).

Hirschman desenvolveu essa reflexão em meio à tarefa de responder à questão do “por que, apesar dessas circunstâncias propícias, a economia do desenvolvimento não conheceu mais do que uma breve floração?” (HIRCHMAN, 1986, pp. 51). Reconstituindo esse debate em torno das teorias do desenvolvimento que configuram a chamada “economia do desenvolvimento”, Hirschman mostrou que o desenvolvimento dessa disciplina jovem no ramo da ciência econômica nasceu nesses anos 40 e 50 do século XX e se desenvolveu com fecundidade por um curto período, embora as condições dadas na realidade dos países subdesenvolvidos fossem favoráveis ao desenvolvimento da própria disciplina. O autor chega mesmo a afirmar que o balanço desse época “foi bem mais positivo para a economia do desenvolvimento do que para o objeto de suas pesquisas, ou seja, o desenvolvimento econômico das regiões desfavorecidas do planeta” (HIRCHMAN, 1986, 50). E complementa ironicamente que, se depois de algum tempo essa distância diminuiu, isso se deveu muito menos ao desenvolvimento das economias em questão do que ao retrocesso acumulado pelas teorias relativas ao programa de pesquisas da economia do desenvolvimento. O autor, um dos protagonistas do referido debate intelectual, inicialmente como consultor do Banco Mundial na Colômbia, procurava então delimitar o objeto da disciplina que havia elegido como plano de carreira⁵⁷, e as razões pelas quais ela não se desenvolveu.

Esse o espírito que embalou gerações de pesquisadores dentro e fora dos países subdesenvolvidos numa busca da construção de uma teoria do subdesenvolvimento, alguns com mais, outros com menos ênfase e afinco. Hirschman reflete sobre as duas teses expostas na citação anterior afirmando que a primeira era a condição para a criação de um “edifício teórico” distinto. Na base disso está a ideia acalentada por gerações de intelectuais latino-americanos de construção de uma

⁵⁷ MORAES, 2004, nota 12.

teorização própria, com conceitos formulados com base na observação da história e situação destes países, abrindo mão de importar teorias com pretensão grau de universalidade. Salienta também que, quanto à segunda tese, os economistas do centro, embora não se pudesse esperar que se interessassem pelos casos dos países subdesenvolvidos, deviam ter razões para “ter esperanças de que seus próprios países seriam capazes de desempenhar um papel positivo no processo de desenvolvimento” (HIRSCHMAN, 1986, p. 55).

A reflexão de Hirschman sobre a primeira proposição nos parece condizente com o desenvolvimento das ciências sociais e especialmente da ciência econômica na América Latina, que foi estimulada pela tomada de consciência por parte dos estudiosos de que era necessário pensar com a própria cabeça para poder andar com os próprios pés escolhendo soberanamente seu próprio caminho ao desenvolvimento. Com relação à segunda reflexão, não parece plausível que os economistas e governos do centro pudessem pensar em contribuir de forma altruísta para o desenvolvimento destes países.

Outros autores forneceram diferentes explicações para tais razões, ligadas ao desenvolvimento de uma configuração bipolar do poder mundial representado pela guerra fria. Talvez seja mais plausível pensar que as duas potências protagonistas da guerra fria entraram numa disputa pela autoridade e legitimidade de suas perspectivas e propostas de saída do impasse representado pelo subdesenvolvimento. Na esteira da afirmação dos direitos universais e da noção de autodeterminação dos povos, duas ideologias opostas acenavam para a periferia com a possibilidade de autoafirmação pela via do desenvolvimento econômico nacional. União Soviética, do seu lado, apresentava a saída socialista para a periferia mundial como a via libertadora no processo de emancipação das classes trabalhadoras do mundo capitalista e das nações periféricas. Os Estados Unidos, por seu turno, apresentavam a ideologia liberal e sua noção de liberdade como o caminho para um processo de descolonização que desembocaria na afirmação da soberania e do desenvolvimento econômico (WALLERSTEIN, 2002).

O tema do desenvolvimento apresentado como objeto da disciplina chamada economia do desenvolvimento atenderia àquele anseio de emancipação e passagem para um grau de desenvolvimento superior, pois não bastava mostrar o caminho, e sim fornecer os instrumentos com os quais esse caminho devia ser construído e pavimentado. Isso talvez explique que a maior parte dos protagonistas desse movimento intelectual denominado economia do desenvolvimento foram, com exceções, economistas que se formaram como herdeiros da

tradição clássica e neoclássica das escolas de economia do mundo anglo-saxão, conhecido berço da ortodoxia em economia. Mas como afirmou Hirschman, tratava-se de economistas progressistas que acreditavam honestamente que *all good things go together* (todos os bens andam juntos), embora aqui não concordemos com esta proposição e procuremos mostrar que tampouco Prebisch e Furtado concordam com ela. Para estes, como veremos, o desenvolvimento do capitalismo, como a difusão da tecnologia comportavam profundas desigualdades entre os sistemas econômicos nacionais e só faziam aprofundá-las.

Como corretamente, a nosso ver, Hirschman enfatizou, as feridas infligidas à economia do desenvolvimento por seus críticos neomarxistas e neoclássicos não foram jamais curadas pelos economistas do desenvolvimento dentro do programa de pesquisas representado por esta subdisciplina da ciência econômica. Isso se deveu, e nisso concordamos com este autor, a uma sucessão de crises políticas que conturbaram o ambiente social, político e intelectual que até hoje não foi, podemos afirmar, completamente recuperado, tendo em vista o efervescente e criativo contexto que o campo de estudo encontrou após a Segunda Guerra Mundial. Ademais, os acontecimentos que se abateram sobre a civilização capitalista na segunda metade do século XX retardaram a retomada do debate em torno do problema do subdesenvolvimento.

Mas discordamos de que uma resposta e um caminho não tenham sido encontrados ou formulados, embora, por razões diversas, não se tenha dado atenção devida à sua importância e profundidade. Pois se foram as crises políticas que se apresentaram como o obstáculo final ao desenvolvimento da disciplina, a resposta não poderia se restringir ao campo específico da economia do desenvolvimento. Mas não só por isso, já que as referidas crises políticas interromperam um processo real de lutas e transformações que se expressava através de conflitos que atravessavam o sistema social, dividindo a nação brasileira entre ricos e pobres, entre donos do poder e excluídos dos direitos, entre oligarquias e povo.

Assim como uma resposta eficaz às críticas não poderia se dirigir exclusivamente às críticas às estratégias de industrialização, vindas da perspectiva da “má alocação de recursos” ou da “lógica do capital na periferia”. Primeiro, porque, embora se deva reconhecer que a aplicação dos investimentos em políticas de planejamento comandados pelo Estado ou não deva obedecer a critérios transparentes e públicos, o problema do subdesenvolvimento envolve evidentes relações de poder

interna e externamente, que consolidam historicamente a dependência e a dominação, próprias desses sistemas. Portanto, uma visão a-histórica que fundamenta sua abordagem nas premissas do *homo-oeconomicus* e da eficiência e automatismos dos mercados nada explicam e suas consequências práticas só complicam as disparidades relativas aos países pobres. Em segundo, porque a história, mesmo a história do capitalismo, não comporta uma “lógica” imanente, portanto não apenas inevitável, mas identificável e por isso previsível. Como o curso da história é determinado por homens, que, embora sejam seus agentes, não sabem como nem por que a fazem, esse curso da história está aberto às possibilidades e limites impostos pelas relações de poder e não tem nada de pré-determinado por uma suposta lógica de desenvolvimento.

Tanto Prebisch quanto Furtado, principalmente este, forneceram os elementos de uma crítica política do capitalismo e de uma resposta à altura para os críticos da economia do desenvolvimento, programa com o qual nenhum dos dois, sob a ótica que escolhemos, se identifica completamente. O primeiro formulando os elementos centrais de uma teoria do subdesenvolvimento a ser completada. O segundo ao dar a este arcabouço seu devido caráter histórico e aplicabilidade prática, interpretando a história do Brasil e fazendo dela os usos próprios de uma arma de luta política. Ambos conferiam-lhe caráter retórico e político evidente, assentando esse caráter na dimensão normativa da sua elaboração analítica. Por isso mesmo, insistimos, os textos de Furtado escritos nos anos 1950 e primeira metade dos 1960 não são e não devem ser concebidos como textos de história econômica como muitas vezes se fez, mas de teoria e análise.⁵⁸ O próprio autor refere-se mais tarde a esse aspecto de sua obra quando, comentando o processo de industrialização no Brasil após 1930, afirma que:

O fato é que não havia política de desenvolvimento no Brasil, e tampouco consciência do que se passava. O Brasil era um país de vocação industrial reprimida, por incapacidade de sua classe dirigente. [...] Havia

⁵⁸ Szmrecsányi, referindo-se comparativamente à tese de doutorado de Celso Furtado, *A Economia Colonial e ao seu Formação Econômica do Brasil*, corretamente afirma: “E nisso não podemos deixar de levar em conta que a segunda obra já é sobejamente conhecida por todos os estudiosos de história econômica do Brasil, embora nem sempre nos pareça ter sido devidamente interpretada. De qualquer maneira, cabe frisar desde já que nem ela e tampouco a tese de 1948 constituem a rigor trabalhos historiográficos de síntese, sendo ambas na verdade obras originais, e nisso se distinguindo da *História econômica do Brasil* de Roberto Simonsen e de Caio Prado Jr.” (SZMRECSÁNYI, 2004, p. 33)

potencial, o que não havia era política, o que demonstra a importância desta em um país em construção. [...] Foi após todos esses anos de reflexão sobre o nosso país que escrevi em 1958, a *Formação econômica do Brasil*, onde sintetizei essas idéias. É dos meus livros o mais traduzido, o mais conhecido. Pode ser lido como história, mas é fundamentalmente de análise econômica. De-me conta da veracidade das palavras do clássico que afirmou: a anatomia da sociedade é a economia (FURTADO, 1999, p. 75).

É nesse sentido que se pode compreender que a resposta não poderia senão se dar num campo que necessariamente ultrapassa os limites da análise econômica e avança para a esfera própria da teoria política, pois os problemas econômicos deixaram seu caráter exclusivamente econômico e se converteram em problemas políticos de grande monta.⁵⁹ Mas é importante que percebamos que se a dimensão econômica da realidade brasileira adquiriu, como na formulação de Marx acima citada, proeminência numa explicação da civilização industrial, Furtado não poderia deixar de partir do debate teórico e político que se estabeleceu no campo econômico, como recurso retórico inclusive, de penetrar no debate. Dessa forma passa a utilizar uma linguagem própria do campo econômico, apropriando-se de suas convenções, informando-se a partir de suas tradições de pensamento transformando-as com sua intervenção. Era esse o único meio de entrar no debate e ser ouvido, convencendo seus pares, interlocutores e adversários intelectuais de que teria algo a dizer sobre a matéria com que se ocupavam estes profissionais. Uma economia do desenvolvimento não seria mais suficiente para dar conta de diagnosticar os problemas do Brasil e da América Latina. É aqui que surge a economia política republicana de Prebisch e Furtado.

Tais acontecimentos conduziram ao movimento pendular de retorno à ideologia liberal, que por sinal encontrou cedo seu

⁵⁹ Ver Furtado, “Industrialização e Inflação”, quando em 1960, ao tentar aplicar as ideias formuladas em 1958 sobre “Os elementos de uma teoria do subdesenvolvimento” e sobre “O desequilíbrio externo nas estruturas subdesenvolvidas”, se depara necessariamente com os problemas de ordem política que se acumularam em “tensões” sociais decorrentes das mudanças estruturais provocadas pela industrialização recente; neste texto Furtado se dá conta da gravidade da situação ao afirmar: “É, portanto, perfeitamente possível que estejamos entrando numa daquelas fases decisivas em que os problemas tipicamente políticos adquirem forte ascendência sobre os demais, inclusive os econômicos” (FURTADO, 1963, p.266).

esgotamento, mas não sem deixar sérios danos aos países subdesenvolvidos. Se, por um lado, esse movimento retardou a retomada do debate, por outro, a história recente forneceu elementos de sobra para uma reconstituição da história das idéias do desenvolvimento e do subdesenvolvimento econômico com o objetivo de revigorar as concepções acerca do problema ao fornecer respostas aos dilemas apresentados durante essa segunda metade do século XX. Mas este é um problema de pesquisa que foge do objeto do presente estudo. Nem por isso deixa de estar com este relacionado, uma vez que, como apontamos, Celso Furtado fornecerá chaves importantes para a releitura dos problemas relativos à matéria no que diz respeito ao caso brasileiro. Em determinado momento de sua trajetória, formulará a ideia de que houve uma construção interrompida. Completamos afirmando que se tratou, na sua visão, de interrupção na construção republicana no Brasil, pois para Furtado não era a indústria que importava, nem os mercados, nem a propriedade privada, muito menos a tecnologia. O assim chamado desenvolvimento das forças produtivas era para nosso autor algo incontornável que poderia ser tratado pelo método da ciência, onde governa uma lógica, aqui sim, da racionalidade instrumental. No que concerne à construção que se interrompeu, Furtado afirmou várias vezes que só uma racionalidade substantiva poderia nos orientar.

Ao destacarmos que a teoria de Prebisch e Furtado fornece uma resposta aos problemas não resolvidos pela economia do desenvolvimento através de proposições de caráter político que escapam da alçada da então constituída economia do desenvolvimento, como também da maior parte dos seus críticos, dizíamos que as respostas não poderiam senão ser formuladas no plano político. Isso significa que as próprias perguntas estavam sendo formuladas de modo desfocado. Isso por razões que os dois economistas sul-americanos insistentemente repetiam: é preciso formular uma teoria do subdesenvolvimento autenticamente latino-americana, ou seja, histórica e estruturalista. Nenhum esquema teórico e interpretativo, quer seja de “direita” (com que normalmente se identificam as forças políticas que estão supostamente por trás da economia neoclássica e monetarista) ou de “esquerda” (com que normalmente se identificam as forças políticas que estão por trás das críticas ao *status quo*), nem de centro (com que normalmente se identifica as forças políticas que estiveram por trás da economia do desenvolvimento) é capaz de explicar ou propor soluções para o Brasil, no contexto histórico dos anos 1950 e 1960.

Isso se deve, em grande medida, à consciência que tinha de sua possibilidade individual de intervir efetivamente no processo político

por meio do debate econômico. Foram atores políticos na cena, efetivos personagens que protagonizaram importantes debates políticos e intervieram na reconfiguração das práticas e instituições. A influência da Cepal sobre o Plano de Metas, a criação da SUDENE são apenas dois de seus exemplos nada insignificantes.

4.2 A Comissão Econômica para a América Latina (Cepal)

A Cepal foi fundada no início do ano de 1948, fixando sua sede na capital do Chile, país que deu origem à proposta e se empenhou na sua realização.⁶⁰ No seu relato sobre a criação da Cepal, no livro *A Fantasia Organizada*, Celso Furtado afirma que o *staff* técnico inicial da organização era composto por sete pessoas. Jorge Alcázar, boliviano, e Francisco Aquino, salvadorenho, ambos com formação em universidades norte-americanas; Jorge Rose, peruano, também criado e formado nos Estados Unidos; dois argentinos, Raúl Rey Alvarez e Alizón Garcia, economistas; Regino Boti, cubano formado em Harvard. De volta ao Brasil em 1948, depois de seu doutoramento na França e trabalhando no DASP, Furtado se juntou aos economistas da Fundação Getúlio Vargas e passou a colaborar na revista *Conjuntura Econômica*. Foi então que o economista Otávio Gouveia de Bulhões, diretor da Seção de Estudos Econômicos e Financeiros do Ministério da Fazenda e professor da FGV, o encarregou de recepcionar Martinez Cabanas, secretário-executivo da Cepal, de quem Furtado recebeu pessoalmente o convite para integrar a Comissão.

A estes veio se juntar Raúl Prebisch em fevereiro de 1949, com o objetivo de realizar um estudo, como consultor, sobre a economia latino-americana. Todos previam que sua estadia seria temporária, tendo sido poucos os contatos daqueles jovens economistas com o criador e diretor geral do Banco Central da Argentina de 1935 a 1943, nas primeiras semanas após sua chegada a Santiago. Furtado conta que Prebisch retirou-se para escrever o primeiro dos trabalhos que será denominado por Albert Hirschman de “Manifesto Latino-Americano”.⁶¹

⁶⁰ FURTADO (1997b), p. 141.

⁶¹ Trata-se de “O desenvolvimento da América Latina e alguns de seus problemas principais”, escrito em 1949 para compor, como introdução, um estudo maior denominado *Estúdio económico de la América Latina, 1948 (E/CN. 12/89*, publicado em 1962 em CEPAL. *Boletim econômico de América Latina*, vol. VII, nº 1, Santiago do Chile. Ver sobre isso BIELSCHOWSKY, 2000, p. 69, nota.

Raúl Prebisch nasceu em Tucumán, em 17 de abril de 1901, como sexto filho de Albin Prebisch e de Rosa Linares Uriburu de Prebisch. O avô materno de Prebisch, Segundo Linares y Sansetenea, não era advogado, mas conhecia as leis, além de ser possuidor de uma vasta biblioteca, e chegou a ser ministro de Governo de Salta e também Senador. Por razões políticas, Segundo emigrou para Jujuy, Província do noroeste argentino, com sua família no final da década de 1870, onde exerceu o cargo de Professor de latim no Colégio Nacional e de consultor legal.

Celso Furtado foi um dos mais próximos colaboradores de Prebisch e é frequentemente apontado como um dos responsáveis pelo desenvolvimento da teoria histórico-estruturalista do subdesenvolvimento latino-americano. Como o objeto do presente trabalho são as transformações teóricas promovidas por Celso Furtado no estruturalismo cepalino em sua aplicação ao caso brasileiro, trata-se aqui, por conseguinte, de discutir o conjunto de ideias fundamentais constitutivas dessa teoria econômica e especialmente de ressaltar os elementos de sua dimensão política. Isso se deve ao fato de que as propostas de políticas econômicas e de planejamento elaboradas com base no diagnóstico dos problemas econômicos dos países subdesenvolvidos envolvem necessariamente reformas nas estruturas sociais, econômicas e políticas. Tais reformas alterariam os requisitos básicos para a superação destes problemas, como a composição das relações de poder entre as classes sociais. Da teoria cepalina do subdesenvolvimento emerge uma crítica decisiva à dominação arbitrária dos setores oligárquicos e agrário-exportadores, especialmente, mas também dos novos integrantes do pacto político que compõem os setores dirigentes beneficiários da industrialização: a burguesia industrial e as classes médias.

Serão analisados os primeiros e mais importantes textos do estruturalismo cepalino escritos por Prebisch e apresentadas as contribuições de Celso Furtado na construção desse arcabouço teórico. Os trabalhos de Prebisch são: *O Desenvolvimento Econômico da América Latina e Alguns de Seus Problemas Principais*, escrito em 1949; o *Estudo Econômico da América Latina, 1949*, publicado pela Organização das Nações Unidas em 1951; e *Problemas Teóricos e Práticos do Crescimento Econômico*, originalmente publicado em 1952

como documento da Cepal; e ainda *Dinâmica do Desenvolvimento Latino-Americano*, publicado originalmente em espanhol em 1963.⁶²

Não se pretende avançar na exposição de toda a obra da Cepal até os dias de hoje, mas concentrar esforços nas décadas acerca das quais se dedica o presente estudo, os anos cinquenta e primeira metade dos anos sessenta. Além disso, também não é o objetivo deste capítulo escrutinar e avaliar com profundidade as ideias econômicas de Prebisch, uma vez que este trabalho já foi realizado com maestria por diferentes intelectuais e estudiosos do pensamento econômico.⁶³ Como bem mostrou Ricardo Bielschowsky⁶⁴, a história da Cepal é constituída por cinco fases importantes, delimitadas por suas “mensagens” transformadoras ou ideias-força que foram determinadas de acordo com o contexto histórico e os problemas econômicos enfrentados pela América Latina em cada etapa correspondente.

Na primeira fase, de 1948 a 1960, a ideia-força que comanda a orientação dos estudos da Cepal é a “industrialização”. Na segunda fase, relativa aos anos sessenta, é o tema das “reformas” para desobstruir a industrialização que orientará o pensamento da Cepal. Nos anos setenta, há a emergência da ideia-força dos “estilos” de desenvolvimento com vistas à homogeneização social na direção da industrialização pró-exportadora. Os anos oitenta marcarão o pensamento da Cepal com a preocupação com o problema do “endividamento externo”. Os anos noventa serão caracterizados pela ideia-força da “transformação produtiva com equidade”. Sendo assim, o presente estudo se concentra nos dois primeiros momentos do pensamento da Cepal, aqueles em que os temas da industrialização e das reformas comandaram as preocupações mais importantes dos economistas latino-americanos e especialmente de Celso Furtado e Raúl Prebisch.

⁶² Estes trabalhos podem ser encontrados na coletânea já citada organizada por Ricardo Bielschowsky. Ver: PREBISCH (2000a). “O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais”, pp. 69-136; PREBISCH (2000b) “Estudo econômico da América Latina”, pp. 137-178; PREBISCH (2000c). “Problemas teóricos e práticos do crescimento econômico” pp. 179-215; ver: BIELSCHOWSKY (Org.) *Cinquenta anos de pensamento na CEPAL*. Rio de Janeiro: Record; Cofecon.

⁶³ É vasta a bibliografia sobre o assunto. Entre as referências mais difundidas no Brasil, veja-se: RODRÍGUEZ (1981). *Teoria do subdesenvolvimento da Cepal*. RO de Janeiro: Ed. Forense Universitária; RODRÍGUES (2006). *El estructuralismo latinoamericano*. México: Siglo XXI ; CEPAL; BIELSCHOWSKY (1988). *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Capítulo II. Rio de Janeiro: PNPE ; IPEA / INPES; BIELSCHOWSKY (2000). “Cinquenta anos de pensamento na CEPAL – uma resenha, pp. 13- 68; CARDOSO (1995). “A originalidade da cópia: a Cepal e a idéia de desenvolvimento”. In: *As idéias e seu lugar: ensaios sobre as teorias do desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes, pp. 27-80.

⁶⁴ BIELSCHOWSKY (2000).

Em todos estes momentos, a unidade do pensamento da Cepal permanece orientada pelo método histórico-estruturalista e pelas ideias-força que determinaram a produção das teses centrais da organização em cada um dos períodos. No eixo do estruturalismo cepalino estão os conceitos de centro e periferia, ou a ideia de que a América Latina padece de uma condição periférica no capitalismo mundial determinada pelo tipo de inserção externa no sistema mundial como fornecedor de matérias-primas tradicionais e importador de tecnologia e bens industriais. E como ressalta Bielschowsky na sua introdução aos dois volumes da obra que reúne textos significativos de cada uma das etapas da existência da organização, os dois primeiros eixos temáticos se encontram no contexto histórico marcado pelo ciclo expansivo do pós-II Guerra Mundial.⁶⁵

Na visão de Prebisch e seus seguidores, o centro do capitalismo e a periferia formam um sistema único, e sua dinâmica baseia-se nas relações entre os dois pólos, nas quais se reproduzem e desenvolvem características de desigualdades de renda e das estruturas produtivas. Mas isso não significa, como alguns autores puderam supor a partir disso, que a explicação dada pela Cepal à dinâmica do subdesenvolvimento latino-americano repouse exclusivamente nas relações de dependência econômica e subordinação política estabelecidas entre a América Latina e o centro da economia mundial. Como se poderá ver pela recuperação da análise da Cepal a ser aqui empreendida, as especificidades internas dos países periféricos estiveram no centro das preocupações destes economistas, que se debruçaram sobre a dimensão estrutural das relações sociais, econômicas e políticas internas aos países da América Latina. Essa é uma das grandes novidades fartamente conhecidas e repetidas na proposta teórica e metodológica da Cepal, ou seja, olhar para dentro da América Latina procurando compreender suas estruturas sociais e instituições, abrindo mão de reproduzir nessa análise de maneira acrítica os modelos de análise dos sistemas econômicos nacionais produzidos a partir da observação da realidade dos países centrais.⁶⁶

⁶⁵ Sobre isso, ver Bielschowsky (2000), p. 18-19.

⁶⁶ No caso da análise de Celso Furtado isso fica evidente em todas as suas obras. A título de exemplo, O capítulo terceiro de sua obra intitulada *Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina*, denominado “Fatores estruturais internos que impedem o desenvolvimento”, é um trabalho que gerou polêmica por seu diagnóstico estagnacionista para a América Latina, mas se baseia justamente na observação detida daquilo que é específico nas estruturas econômicas e sociais dos países que compõem o continente latino-americano. Ver a esse respeito Furtado (1968, pp.49-89).

Foi, portanto, olhando para as especificidades do subdesenvolvimento, comparado com o desenvolvimento dos países centrais, que na análise da formação econômica da periferia latino-americana, Prebisch distinguiu uma primeira fase em que o “tipo de desenvolvimento”, como chamou, era voltado “para fora”. Nesta fase, o sistema se constituiu e a periferia caracterizou-se por um altíssimo grau de especialização em poucos produtos exportáveis. Segundo Prebisch:

Em épocas passadas, antes da grande depressão, os países da América Latina cresceram ao serem impulsionados, de fora para dentro, pelo crescimento persistente das exportações. (...) Já não existe a alternativa entre continuar crescendo dessa maneira, vigorosamente, ou crescer para dentro, através da industrialização. Esta última passou a ser o modo principal de crescimento (PREBISCH, 2000a, p. 78).

O que Prebisch identificou nessa observação é que, na etapa anterior à Segunda Guerra Mundial, o avanço da industrialização ocorreu de maneira espontânea, impulsionado pela dinâmica do centro irradiada através da difusão da tecnologia para a periferia do sistema mundial. A demanda por produtos primários se constituiu no elemento dinâmico fundamental que impulsionava o processo de formação da renda dos países latino-americanos. Mas a partir da grande depressão, principalmente, somado às interrupções do comércio mundial provocadas pelas duas grandes guerras, alguns países da América Latina se voltam para dentro e passam a satisfazer a demanda por produtos manufaturados com produção interna.

No caso do Brasil, como Furtado demonstrou em seu clássico *Formação econômica do Brasil*, o ciclo de produção e exportação de açúcar, mais tarde o ciclo do ouro e no século XIX até 1930 o ciclo do café, representam essa fase de desenvolvimento voltado para fora. Após 1930 inicia-se o período de desenvolvimento voltado para dentro, através do início do processo de industrialização periférica proporcionado pela internalização do centro dinâmico da economia brasileira. O mercado interno passou a ocupar crescentemente o papel que a demanda externa antes representava como fonte de dinamismo para a economia interna do Brasil. Mas este acontecimento não teria superado as características fundamentais que a condição periférica conferia à economia brasileira. Ao contrário, a existência de um crescente fluxo de renda e de uma economia monetária na economia

urbano-industrial em expansão, bem como o surgimento de um núcleo de industrialização que elevava o nível da renda dos chamados setores ligados ao mercado interno, contribuíram para amplificar e não para superar os desequilíbrios decorrentes da heterogeneidade estrutural e da especialização na exportação de produtos primários.

A Cepal desenvolveu uma abordagem para os estudos da realidade latino-americana baseada no exame das tendências econômicas e sociais de médio e longo prazos que se pôde identificar no continente. A observação das relações de intercâmbio comercial que a América Latina estabelece com o centro do capitalismo permitiu que Prebisch pudesse detectar uma tendência fundamental que denominou de deterioração das relações de intercâmbio em desfavor da periferia latino-americana.⁶⁷ Esta deterioração decorre do fato de que a evolução dos preços dos produtos primários exportados pelos países latino-americanos não acompanha a elevação mais intensa dos preços dos produtos manufaturados importados pela periferia. As análises de longo prazo das relações comerciais estabelecidas pelos países latino-americanos com o resto do mundo, realizadas por economistas ligados à Cepal, puderam comprovar que as perdas que se acumulavam eram enormes, a ponto de impedir que o continente retivesse internamente os frutos do crescimento econômico, dos ganhos de produtividade e da difusão tecnológica em sua estrutura produtiva.

Na base dessa teoria da deterioração das relações de intercâmbio se encontra o problema do tipo de tecnologia consumida e difundida na periferia. Trata-se da tecnologia criada e exportada pelos países industrializados e que se distribuía desigualmente na periferia do capitalismo. A difusão desigual da tecnologia se fazia na medida em que os países latino-americanos a assimilavam prioritariamente e quase exclusivamente nos setores exportadores, realizando assim a sua condição periférica de produtores e exportadores de matérias-primas e outros produtos primários e, inversamente, importadores de produtos manufaturados. Segundo Prebisch:

Dentro dessa periferia, o progresso técnico só se dá em setores exíguos de sua imensa população, pois, em geral, penetra unicamente onde se faz necessário para produzir alimentos e matérias-primas a custo baixo, com destino aos grandes

⁶⁷ Sobre esse tema, ver itens de seu “Estudo econômico...”: “Nova etapa na propagação do progresso técnico” e “A propagação do progresso técnico e os termos de intercâmbio”, Prebisch (2000b), p. 139-162.

centros industrializados (PREBISCH, 2000b, p. 139).

A produção extensiva baseada em uma oferta abundante de mão-de-obra barata e de terras destinava-se a abastecer as economias industriais do centro. O resultado disso é que os países da América Latina se caracterizam por uma permanente transferência de riqueza para o centro do capitalismo, incrementando o processo de acumulação de capital nos países industrializados e, inversamente, reproduzindo aqui as características do subdesenvolvimento, como a pobreza, a desigualdade interna de renda e riqueza, a concentração regional da industrialização, a heterogeneidade estrutural, a desigual difusão interna do progresso técnico, além do desequilíbrio entre os níveis de renda de que desfrutam as populações trabalhadoras do centro e da periferia do capitalismo mundial.

Entre estas características, quatro são fundamentais na teoria estruturalista: o desemprego estrutural, o desequilíbrio externo, a inflação estrutural e a já mencionada deterioração dos termos de intercâmbio. As três últimas estão diretamente relacionadas, pois o desequilíbrio externo se deve à incapacidade de a América Latina fazer frente à enorme demanda por importações que, enfrentadas através de políticas de desvalorização, provocam o fenômeno inflacionário. O poder de compra das exportações de produtos primários é insuficiente para dar conta das crescentes necessidades de importação de produtos manufaturados, bens e matérias-primas industriais, especialmente na fase de desenvolvimento voltado para dentro, quando a economia latino-americana passa a industrializar-se.

O pano de fundo teórico do pensamento de Prebisch é o diálogo que estabelece com o pensamento econômico dominante, que sustentava que a velha divisão internacional do trabalho distribuía os benefícios econômicos dos aumentos de produtividade auferidos no centro. Logo no início de um de seus primeiros trabalhos na Cepal, Prebisch afirma:

Mas é comum esquecer-se que ele se baseia numa premissa que é terminantemente desmentida pelos fatos. Segundo essa premissa, o fruto do progresso técnico tende a se distribuir de maneira equitativa por toda a coletividade (...). Todavia, se o conceito de coletividade também é estendido à periferia da economia mundial, essa generalização passa a carregar em si um grave erro. Os imensos benefícios do desenvolvimento da produtividade

não chegaram à periferia numa medida comparável àquela de que logrou desfrutar a população desses grandes países. Daí as acentuadíssimas diferenças nos padrões de vida das massas destes e daquela, assim como as notórias discrepâncias entre as suas forças de capitalização, uma vez que a massa de poupança depende primordialmente do aumento da produtividade (PREBISCH, 2000, p. 71-72).

O próprio Celso Furtado aponta as vantagens e desvantagens dessa abordagem de Prebisch sobre o problema do subdesenvolvimento como a seguir:

Abordando a questão no plano prático, da experiência vivida, Prebisch escapava ao emaranhado de pressupostos sobre os quais está construída a teoria dos custos comparativos, simples exercício de lógica cujas conclusões estão contidas nas premissas. É certo que abria o flanco ao contra-ataque fácil do mundo acadêmico, que exigiria um rigor conceitual que ele não tinha. Mas seu poder de convencimento em esferas muito mais amplas era considerável, pois se as “vantagens comparativas” são uma construção abstrata, os preços do que se exporta e se importa são coisas reais (FURTADO. 1997b, pp. 154-155).

Conforme Celso Furtado, Prebisch não fazia exatamente uma crítica à teoria clássica ou neoclássica do comércio internacional. Fazia Prebisch muito mais enfaticamente uma abordagem do movimento real de organização da economia mundial e seus efeitos sobre a periferia, como diz Furtado, da “experiência vivida” nestes países, e com isso atingia um dos seus objetivos centrais, que era uma consequência do caráter retórico e político de sua economia política. Para Furtado, Prebisch ainda não tinha uma explicação conveniente para a degradação da relação de troca, embora elaborasse a hipótese de que essa era uma consequência necessária do comportamento cíclico da economia capitalista. Prebisch mostrava que, na fase ascendente do ciclo, os preços tendem a se elevar por conta de uma demanda superior à oferta de bens. Como resultado, os salários monetários nos centros se elevam com mais intensidade do que a produtividade por causa do maior grau

de organização política dos trabalhadores nestes países industrializados. Em contraste, na periferia, as massas de trabalhadores eram caracterizadas pela desorganização política e social que resultava numa assimetria entre centro e periferia no processo de formação dos custos produtivos.

Para Prebisch, não era suficiente, embora necessário, organizar as classes trabalhadoras na periferia, visto que, mesmo que isso pudesse melhorar a distribuição de renda, não neutralizaria os efeitos da tendência de deterioração das trocas. Isso se deve ao fato de que aos países centrais bastaria responder com redução das importações ou provocar reduções mais acentuadas nos preços dos bens primários. A conclusão de Prebisch era de que a única saída para os países exportadores de produtos primários era industrializarem-se seguindo o caminho de absorção mais intensiva dos avanços e dos frutos do progresso técnico.

De acordo com Celso Furtado, Prebisch incluía outro argumento que debilitava o primeiro que resultava nesta conclusão. Prebisch também fazia concessões, segundo Celso Furtado, ao falar em “limites da industrialização”, em que argumentava que a industrialização “não é incompatível com o desenvolvimento eficaz da produção primária”, pois não se tratava de crescer à custa do setor exportador e do comércio exterior, e sim de saber com aproveitá-lo em benefício dos países periféricos.

Sendo assim, Prebisch abriu uma frente de trabalho no pensamento econômico latino-americano que teve consequências práticas em termos de políticas econômicas de industrialização com desdobramentos numa luta de caráter político e ideológico, tanto no campo da ciência econômica em particular, inicialmente, e nas ciências sociais em geral mais adiante, quanto no terreno das lutas entre as forças sociais em confronto no sistema político de vários países do continente. A Cepal passou inclusive a ser identificada com os setores sociais cujos interesses estão ligados à industrialização, como a burguesia industrial, trabalhadores da indústria e trabalhadores do campo que lutavam pela reforma agrária. A Cepal, para obter projeção, chegou até mesmo a se utilizar, de maneira perspicaz, dessa condição ao propor as bases de um programa político de reformas estruturais que abrangiam as dimensões econômicas, sociais e políticas da América Latina, como veio a ser, por exemplo, o contexto de lutas pelas Reformas de Base no Brasil. Prebisch, bem como os outros economistas da Cepal, tinha consciência desse fato e de suas implicações políticas para além das importantes implicações teóricas no campo do conhecimento econômico. Tinha

consciência das dificuldades que se apresentavam a essa tarefa de dimensões dramáticas. A primeira apontada por ele era a ausência de economistas na América Latina capazes de levar adiante tal tarefa de investigação sistemática da realidade do continente. Como então afirmou Prebisch:

Por uma série de razões, não se consegue suprir a carência deles com a formação metódica de um número adequado de jovens de alta qualificação intelectual. Enviá-los às grandes universidades da Europa e dos Estados Unidos já representa um progresso considerável⁶⁸, mas não o suficiente, pois uma das falhas mais visíveis de que padece a teoria econômica geral, contemplada a partir da periferia, é seu falso sentido de universalidade. [...] Compete primordialmente aos nossos próprios economistas latino-americanos o conhecimento da realidade econômica da América Latina. Somente se viermos a explicá-la racionalmente e com objetividade científica é que será possível obtermos fórmulas eficazes de ação prática.

Nem por isso se deve entender, todavia, que esse propósito seja movido por um particularismo excludente. Pelo contrário, só será possível realizá-lo mediante um sólido conhecimento das teorias elaboradas nos grandes países, com sua grande profusão de verdades comuns. Não se deve confundir o conhecimento ponderado do que é do outro com uma submissão mental às idéias alheias, submissão essa de que estamos muito lentamente aprendendo a nos livrar (PREBISCH, 2000a, p. 80, nota 1).

Pode-se compreender que Prebisch propôs uma rebelião teórica⁶⁹ que viria adquirir, no caso do Brasil, significado político no contexto histórico do pós-guerra até o início dos anos sessenta, e que geraria manifestações contrárias a esse pensamento por parte dos economistas

⁶⁸ A esse respeito, ver trabalho de Afrânio Garcia, “Circulation internationale et formation d’une ‘école de pensée’ latino-américaine (1945-2000) *Information sur les Sciences Sociales*, 2005. SAGE Publications (Londres, Thousand Oaks, CA et New Delhi) <<http://ssi.sagepub.com/cgi/reprint/44/2-3/521.pdf>> Acesso em 14/03/2007.

⁶⁹ Sobre essa ideia de “rebelião” em contraposição à ideia de “revolução” científica, ver Villarreal, R. (1984). *A contra-revolução monetarista*. Rio de Janeiro: Record.

latino-americanos adeptos do pensamento liberal, de um lado, e por parte das forças políticas tradicionalistas ligadas às oligarquias agrárias e demais forças sociais conservadoras contrárias às reformas de base, à redistribuição da renda e do poder político. Prebisch viu que essa rebelião teórica implicava conflitos políticos e ideológicos com setores sociais que, de alguma forma, se relacionavam, direta ou indiretamente, com interesses provindos de um tipo de inserção na estrutura econômica, política e social. Por isso, anos mais tarde, reafirma a necessidade de um “novo sistema de idéias e novas atitudes” em relação ao problema do desenvolvimento econômico latino-americano. Diz claramente que era preciso encarar esse problema político de frente, como segue na seguinte passagem:

Hoje avançamos suficientemente ao ponto de elaborar um sistema de idéias, uma concepção dinâmica do desenvolvimento econômico e social que conduz à ação prática. Temos, agora, que promover sua discussão pública e chegar especialmente aos dirigentes políticos e sindicais. É necessário superar a diligência ideológica predominante em nossos países nestas matérias, essa tendência secular de recolher fora o que é estranho em grande parte à realidade latino-americana e às suas exigências (PREBISCH, 1963, p. 24).

Essa dimensão política do pensamento econômico da Cepal fica progressivamente mais evidente na medida em que a crise social se aprofunda no final dos anos cinquenta e início dos anos sessenta. Esta citação foi extraída do livro que Prebisch publicou em 1963, denominado Dinâmica do desenvolvimento latino-americano, no qual aponta novamente para a necessidade de buscar na especificidade histórica da América Latina as próprias soluções para seus problemas econômicos e políticos. Nesse texto, além de reafirmar sua discordância com o pretense sentido de universalidade da ciência econômica ortodoxa, o autor ressalta a emergência da necessidade de distribuir a renda e promover as reformas estruturais, inclusive propondo uma ampla reforma agrária. A oposição das elites oligárquicas no Brasil à agenda de reformas propostas pela Cepal tornou tenso o clima político. Mas não expressava essa oposição, apenas uma discordância no plano das idéias abstratas da ciência econômica, como queria fazer crer a

ortodoxia Essa discordância revelava uma dissidência política e social que atravessava o Brasil. Segundo Prebisch:

Apresentava-se, em tudo isso, e pela primeira vez em nossos países, um campo muito dilatado para a formação da consciência popular do desenvolvimento. Não se trata apenas das grandes idéias, dos grandes desígnios que cativam a imaginação das massas. A prática do desenvolvimento oferece possibilidades muitas diversas de orientar o impulso coletivo para a realização de numerosas tarefas concretas, de um plano de desenvolvimento. Há manifestações perceptíveis em nossos países de um enorme caudal latente de entusiasmo e iniciativa que não está tão movido pelo interesse pessoal, como por um sentido coletivo, que a mulher latino-americana está demonstrando também com sua crescente participação na vida política e social. Além disso, a ação comunitária – como o movimento cooperativo – permitirá simplificar a ação do Estado, cingindo-a ao manejo eficiente dos recursos do sistema, sem penetrar em tudo aquilo que os indivíduos podem realizar melhor com sua própria iniciativa e responsabilidade, pois o Estado já está tomando sobre si funções muito delicadas no planejamento do desenvolvimento. Não se encontram, geralmente, preparados para cumpri-las os países latino-americanos e aqui também se impõem grandes transformações, se o Estado assumir novas e difíceis responsabilidades (PREBISCH, 1963, p. 26).

Prebisch expõe seu ponto de vista afirmando claramente a necessidade irrevogável de redistribuir a renda social como condição para a manutenção do processo de acumulação de capital e crescimento econômico. Na opinião do autor:

A prova da validade dinâmica de um sistema está em sua capacidade de imprimir celeridade ao ritmo de desenvolvimento e melhorar progressivamente a distribuição da renda. [...] Aqui se impõe a primeira medida transformadora da estrutura social, pois esta taxa de crescimento

não poderia ser alcançada sem uma forte compressão do consumo dos grupos de rendas elevadas (PREBISCH, 1968, p.13).

Fica claro que as propostas dos estruturalistas passaram a ser vistas com extrema desconfiança pelas elites dominantes e demais grupos sociais que começaram, a partir do processo de industrialização, a desfrutar de privilégios ligados à composição da pirâmide social. É também um contestação direta à conclusão da “filosofia social” de Keynes em torno da relação entre a sua “teoria geral” e os dois principais defeitos que ele aponta na sociedade capitalista: “A incapacidade para proporcionar o pleno emprego e a sua arbitrária e desigual distribuição da riqueza e das rendas” (KEYNES, 1996, p. 341). Prebisch é contundente em relação a esse imperativo redistributivista que implica uma transformação radical da estrutura social latino-americana:

Com efeito, enquanto que 50% da população recebe dois décimos, aproximadamente, do consumo total das pessoas, no outro extremo da escala distributiva, os 5% dos habitantes desfrutam quase dos três décimos daquele total, segundo as estimativas conjeturais. Uma política severa, que domina todo este grupo social, bem como a contribuição complementar de recursos internacionais, permitiriam aumentar a acumulação de capital e alcançar o objetivo de crescimento da renda por habitante, enquanto que a política redistributiva se encarregaria de fazer chegar o aumento da renda assim obtido, às camadas inferiores do conjunto social (PREBISCH, 1968, p. 13).

Para Prebisch não é possível superar a insuficiência dinâmica do capitalismo latino-americano sem estas transformações na estrutura social. O quadro conflituoso se agrava ao se levar em consideração que, além de tocar nos conflitos entre os interesses internos entre as classes sociais na América Latina, suas propostas tocam em outra contradição de grande porte, aquela que diz respeito aos interesses das empresas estrangeiras e de outros países interessados no enorme mercado consumidor latino-americano de manufaturas com um precioso e cobiçado espaço de valorização do capital. Prebisch procura mostrar que a industrialização periférica tornou-se uma

exigência indispensável do desenvolvimento econômico [e que,] todavia, subsiste o esquema anacrônico de intercâmbio, inerente a esse conceito peculiar da divisão internacional do trabalho que prevaleceu até pouco tempo: o intercâmbio de produtos primários por manufaturas (PREBISCH, 1968, p.15).

Subverter esta ordem de coisas era a proposta da Cepal, e mais grave e urgente tornava-se o problema na medida em que os argumentos da teoria estruturalista apontavam a imperiosa necessidade de industrialização substitutiva de importações. Mas como diz Prebisch, esse desígnio de atuar sobre as forças que impulsionam o desenvolvimento não exige apenas

transformações das estruturas, como também mudanças de atividades, de modos de ver, de formas de atuar. Porém, conserguir-se-ão estas mudanças em nossos países? Perguntá-lo demonstra, frequentemente, um sentido de ceticismo que desalenta a ação; é mister empenhar-se destemidamente em fazê-lo, porque não há outra solução. Não há solução pelas forças do mercado, apenas, a iniciativa privada estrangeira e o Estado omissos (PREBISCH, 1963,p. 27).

O problema econômico se converte em problema político e a teoria estruturalista da Cepal subverte o pensamento econômico dominante resgatando o caráter histórico da teoria econômica. A economia política da Cepal funda, dessa forma, o chamado pensamento crítico latino-americano. Considerada a Cepal em sua dimensão política, a hipótese do presente trabalho é que ela formula as bases de uma economia política republicana não exatamente porque, por um lado, preconiza a ampliação do nível de vida da população latino-americana e da institucionalização democrática, além de fazer disso a condição para a superação do subdesenvolvimento; e, por outro lado, preconiza a eliminação dos laços de dependência e subordinação externa. Mais do que isso, principalmente porque a teoria econômica da Cepal se converte numa ideologia do desenvolvimento auxiliar na busca da constituição de

Nações livres compostas por cidadãos livres.⁷⁰ Nesse sentido que Prebisch afirma que:

É, todavia, muito forte, na América Latina, a propensão a importar ideologias; tão forte como a propensão dos centros de exportá-las. Elas são um resíduo manifesto dos tempos de crescimento para fora; isto é, não é questão de fechar o intelectual no que se pensa e faz em outros países. Por sorte, nos grandes centros há um interesse crescente pela teoria e os problemas do desenvolvimento e seria grave erro não aproveitar a valiosa contribuição que assim nos prestam. Entretanto, nada nos exime da obrigação intelectual de analisar nossos próprios fenômenos e encontrar nossa própria imagem no empenho de transformar a ordem de coisas existentes. Valhamo-nos inteligentemente do que se pensa fora e da experiência que ali se tem, porém só como elemento formativo do próprio pensamento.

Não se circunscreve isto ao campo econômico. Nosso problema vital é muitíssimo maior, pois não podemos esquecer o próprio assunto do desenvolvimento nem poderíamos deixar de projetar também a imagem do que quiséssemos que fosse o homem latino-americano nas próximas gerações (PREBISCH, 1963, p. 28).

A teoria do desenvolvimento, ou neste caso, do subdesenvolvimento, converte-se numa ideologia voltada para a ação transformadora e numa arma de luta política, onde o próprio povo, em luta com os setores dominantes pela preservação de sua liberdade e contra a dominação exercida por estes, tem consigo disponíveis os canais institucionais para dar origem a leis e constituições capazes de proporcionar condições para a construção de uma república livre. Podemos concluir previamente que a superação do subdesenvolvimento e da dependência externa significa para a Cepal, politicamente, a constituição do Estado livre de dominação e da dependência interna e externamente. Isso não é contraditório com uma interdependência econômica entre os sistemas econômicos nacionais que compõem o sistema econômico mundial. Isso se expressa na ideia defendida por

⁷⁰ Sobre o conceito de ideologia ver: Silva, 2004.

Prebisch da necessidade de interpretar a realidade latino-americana e atuar sobre ela com um pensamento econômico próprio, em bases que levem em consideração a sua própria história. Significa compreender a desigualdade das estruturas, que compõem o que Prebisch chamou de heterogeneidade estrutural, e atuar sobre elas por meio do Estado no sentido de amenizar os efeitos perversos dessas desigualdades. Não se trata nem de um nacionalismo radical e xenófobo, nem de uma adesão às ideias e práticas provindas de fora. Trata-se de uma concepção soberana de discutir os problemas dos povos que habitam o continente. Por isso consideramos a obra de Prebisch a base para um modo republicano de encarar a economia e a política, já que se trata de construir repúblicas, o que implica tomar nas mãos as rédeas do processo decisório que governa as relações de dominação.

O caráter normativo dessa teoria é evidente e se impõe como meio de superar a incapacidade de o mercado promover o crescimento econômico. Isso requer o que Furtado insistentemente, seguindo Prebisch, chamou de internalização dos centros de decisão, colocando nas mãos dos setores sociais relevantes que participam do sistema político as decisões fundamentais que afetam e exercem influência sobre o crescimento econômico (FURTADO, 1982). Internalizar os centros de decisão é a condição básica para superar a condição reflexa que subordina a economia da América do Sul aos interesses dos centros do capitalismo mundial. Em outras palavras, significa na nossa visão, a partir da chave de leitura fornecida pela teoria republicana, tornar os países sul-americanos livres da dominação estrangeira e soberanos na condução da política pública enquanto determinada pelos interesses internos a estes países.

Mas como se apresenta nessa teoria seu caráter republicano? Como se afirmou no início deste capítulo, o que chamamos de economia política republicana relaciona-se com o questionamento feito por Prebisch da exaltação que faz o liberalismo econômico das virtudes do mercado como *locus* onde por excelência surge e se realiza a liberdade dos indivíduos.

Prebisch mostra inicialmente que o comércio internacional e o livre câmbio não apenas fracassaram na distribuição da riqueza e dos ganhos de produtividade promovidos pelo progresso técnico no centro do sistema mundial, mas também aprofundaram o fosso que separa os países ricos dos países pobres ao criar profundos e insuperáveis desequilíbrios estruturais.

Parte-se aqui das contribuições teóricas fornecidas pela retomada do debate republicano moderno no campo da teoria política e suas

críticas ao mercado para compreender, em chave republicana, como Prebisch e Furtado desenvolvem uma perspectiva autenticamente latino-americana de uma economia política republicana. Nesta, nossos economistas apresentam, por um lado, uma abordagem da relação de poder e dominação entre Estados e economias nacionais. Deste diagnóstico é desenvolvida uma perspectiva normativa em termos de políticas para superar essa condição de dependência (dominação) através de mecanismos institucionais e legais capazes de fornecer ao poder público e à sociedade civil aqueles instrumentos que Pettit chamou de anti-poder (PETTIT, 1996). Ou seja, criar condições para a ampliação da liberdade concebida como anti-poder ou, caracterizada pela ausência de dominação, ou ainda, como dirá Skinner, caracterizada pela ausência de poder arbitrário pela via de uma democracia contestatória (SKINNER, 2006, PETTIT, 1999). Por outro lado, essa economia política republicana envolve uma compreensão dos problemas econômicos internos aos países periféricos, o que evidencia as relações de dominação existentes entre as classes sociais internas aos países periféricos da América Latina, oligarquias, capital estrangeiro e burguesia industrial, de um lado, e trabalhadores camponeses e urbanos, de outro.

É nesse sentido republicano que adquire coerência a crítica de Prebisch e Furtado à economia monetarista e sua visão livre-cambista no Brasil como incapaz de fornecer saídas para o problema do subdesenvolvimento. E é neste mesmo sentido que adquire significado e sentido a insistência de Furtado, ao se aprofundar a crise dos anos sessenta, em re-significar o conceito de liberdade, combatendo a noção (negativa) de liberdade econômica dos liberais de sua época e a busca, pela esquerda do espectro político, da liberdade (em sua conotação positiva) através da revolução.

Vista dessa maneira, a economia política republicana de Prebisch e de Furtado fornece os elementos para a compreensão do conceito de desenvolvimento como produto da superação da dominação e dependência, externa e internamente. Em outras palavras, a condição para a superação do subdesenvolvimento seria, na visão dos estruturalistas da Cepal, a obtenção de “autonomia” (soberania) decisória na condução das estratégias de desenvolvimento, que conduziriam a supressão destas relações de dependência e dominação externas tanto quanto internas entre as classes. Estas relações de dominação se apresentavam sob a forma desigual com que as economias latino-americanas, através do livre-comércio, se defrontavam com as economias centrais e suas empresas multinacionais. Essa desigualdade

era de ordem econômica, tecnológica e financeira e representaria o efetivo desfrute de um grau de arbítrio no modo como as decisões que afetavam as economias latino-americanas eram tomadas. Ou seja, as multinacionais sempre tomariam decisões visando ao atendimento de suas próprias estratégias e necessidades de acumulação de capital e nunca as carências dos países onde atuavam na América Latina.

Internamente, essas relações de dominação expressavam o caráter profundamente desigual da estrutura econômica, política e social sobre a qual se inseriu externamente o capitalismo periférico. A marca característica dessas economias era o seu caráter agrário-exportador de produtos primários, o que expressava e veiculava um grau de concentração da renda e do poder nas mãos de grupos oligárquicos consistentemente influentes nas políticas públicas dos governos latino-americanos. As referidas relações de dominação interna se manifestavam através do grau de arbitrariedade por meio do qual eram conduzidas as políticas econômicas e os negócios públicos. Manifestavam-se também do caráter francamente autoritário que frequentemente assumiam os governos de países latino-americanos, marcados por golpes de Estado e conspirações políticas.

Vendo, de uma perspectiva atual, esse contexto intelectual no qual Raúl Prebisch e Celso Furtado travaram sua luta em torno de idéias econômicas estabelecidas, e analisando as contribuições dos debates sobre o republicanismo que emergiram nas últimas décadas, podemos compreender o significado das intervenções realizadas por aqueles autores. Como se viu, Philip Pettit forneceu uma abordagem muito instigante do conceito de liberdade que permite compreender e atribuir significado político penetrante para aquela perspectiva histórico-estruturalista da economia política.

De que forma a idéia de liberdade como não-dominação pode ser útil para interpretar o histórico-estruturalismo latino-americano de Prebisch e Furtado? Que significado político adquire sua obra teórica e sua luta política no contexto histórico em foco no presente trabalho? Quais as implicações teóricas e práticas de uma releitura de sua obra sob essa chave republicana? Espera-se que o esforço que se empreende no conjunto deste trabalho de responder a essas perguntas possa conduzir ao estabelecimento de uma nova interpretação do pensamento econômico histórico-estruturalista de Celso Furtado e Raúl Prebisch.

A princípio, pode-se adiantar um comentário como resposta a estas perguntas. Alguns autores têm procurado mostrar que, por um lado, após a derrocada do socialismo real da União Soviética e, por outro, após a falência dos programas neoliberais de ajustamento e

reestruturação econômica na América Latina, o republicanismo veio recentemente se constituir numa espécie de crítica pós-socialista à sociedade de mercado (GAUS, 2003; PETTIT, 1997), ou mesmo a uma defesa “acuada, tão-somente, de um regime verdadeiramente constitucional e de um efetivo estado de direito (CARDOSO, 2000; CARDOSO, 2004). Outros têm promovido tentativas de discussão de uma abordagem neo-republicana da economia política como uma economia cívica (DAGGER, 2006).

Se essas análises forem consistentes, talvez, então, a obra daqueles economistas latino-americanos possa ser vista como uma antecipação de uma economia política neo-republicana em contextos históricos de países que passavam por profundas transformações econômicas, políticas e sociais através da industrialização rápida e desordenada. Pois estes países, em meados do século XX, se debatiam no esforço de construção da nação, em repúblicas frágeis com sistemas políticos frequentemente decaídos em autoritarismo e uma estrutura econômica social repleta de desigualdades.

Mas tais países se encontravam diante do que Prebisch denominou de “centro”, representado por potências econômicas e militares que ao mesmo tempo eram vistas, por alguns, como exemplos de desenvolvimento a ser imitado, e por outros como ameaça cujo modelo devia ser completamente rejeitado. O que se pretende aqui apresentar é que, na perspectiva da presente pesquisa, o estruturalismo cepalino procurava apontar uma via alternativa a estes extremos, mas que combinasse capitalismo com democracia, crescimento econômico com distribuição dos seus frutos.

Furtado forneceu a contribuição decisiva para que isso se tornasse realidade, embora apenas uma possibilidade que não pôde se realizar diante da solidez dos interesses estabelecidos. Celso Furtado forneceu essa saída tecnicamente viável, segundo ele e Prebisch, embora tenha se comprovado politicamente impossível nas condições dadas. Embora o tom de urgência com que Furtado tratou do Brasil durante aqueles anos críticos se deva ao fato de perceber a iminência do perigo autoritário que se abatia sobre a nação, deveu-se também a sua percepção de que estavam postas algumas das condições históricas necessárias para a realização da passagem de uma “república oligárquica” para uma “República”, no sentido de *res publica*.

4.3. Ciência econômica e ideologia

Neste trabalho, afirmamos constantemente que as intenções de Celso Furtado ao escrever os textos são de ordem política, mas nos deparamos com afirmações do autor que supostamente apontam para uma superioridade e imparcialidade da técnica e da ciência. Esse aspecto aparentemente fornece elementos para críticas providas tanto de vários atores presentes no mesmo contexto histórico em que se encontrava o autor, quanto de estudiosos que viram nas idéias de Prebisch e de Furtado expressão de um tecnocratismo, onde o Estado demiúrgico, com seus técnicos, se apresenta como dotado da capacidade de dirigir e iluminar o caminho para o desenvolvimento.

Já vimos anteriormente as observações críticas de Moraes a respeito da obra de Furtado. Todavia, pedimos licença ao leitor para retomá-las neste tópico porque ensejam uma consideração importante sobre o método de estudo dos processos econômicos adotados por Celso Furtado no livro *Formação Econômica do Brasil*. Como afirma, nessa linha, Reginaldo Moraes,

Também na exposição furtadeana, que se pretende empírica, racional objetiva ou pragmática, há desde o início um projeto implícito. Há orquestras desarraçadas ou evanescentes. Há um novo maestro surgindo. Pretende legitimar a presença deste último apontando sua compatibilidade com a realidade dos fatos. Furtado insiste em caracterizar uma situação crônica da sociedade brasileira, fazendo apelo, inclusive, a imagens e fórmulas recorrentes em muitas “explicações do Brasil” identificáveis no pós-guerra: estagnação, anomia, inércia, patologia, etc. Aponta contudo para o fato que há um movimento agindo sobre esta situação. O discurso parece assim articulado a partir de um diagnóstico de crise iminente. Mas, em verdade, é governado, à distância, por um projeto de vida econômica em que um novo regente de orquestra substituiria os “automatismos” anteriormente estabelecidos (MORAES, 1987, p. 185-186).

O autor concebe as “elaborações de Furtado como ideologia”, o que não podemos deixar de concordar, mas como reflexo de um objeto real, e “nesse sentido, uma força” (com o que também concordamos).

Mas sua visão de ideologia aqui exposta o leva a conceber a obra de Furtado no período como fruto de uma “astuciosa pretensão de insinuar-se como ‘reflexo verdadeiro’ da ‘realidade’” (e os autores criticados, em contrapartida, como reflexos distorcidos) que é “parte da luta política que constitui seu próprio vigor” (MORAES, 1987, p.186).

Embora concordemos aqui com algumas destas assertivas, não concordamos com as razões que as motiva: atribuir a Furtado uma pretensão tecnocrática, embutida na idéia de “intelectual-planejador” destinado a “dirigir a realidade brasileira”. Isso porque as afirmações de Furtado sobre o quanto o próprio povo deve saber formular seus próprios problemas e propor suas soluções não são mero jogo de persuasão, apesar de retórica e persuasão estarem presentes ao lado de uma atitude científica nas suas estratégias argumentativas.

Essa participação popular requer e depende de que condições sejam constituídas para que se realize plenamente em seu caráter conscientemente libertador. Na ausência de tais condições aquelas manifestações do povo não passam de irrupções de rebeldias ou revoltas irracionais destinadas a enfrentar um adversário muitas vezes inatingível porque impessoal como o “capitalismo” ou a sua lógica. Ou ainda podem desembocar em movimentos messiânicos na ausência de um horizonte onde a participação se faça no sistema político. Essa participação popular que a efervescência dos anos 1950 fez emergir, só se poderia garantir com mudanças institucionais e legais que assegurassem o direito ao trabalho, à terra, à vida e à reprodução digna, como também a participação política pela sindicalização e representação no interior do aparelho do Estado.

Já dissemos anteriormente que Furtado foi um militante pela formação profissional do economista no Brasil, e no contexto dos anos cinquenta isso adquiria significado histórico importante, pois fazia parte da luta política e ideológica que o próprio autor travava no país. Quando publicou *A economia brasileira*, seu livro de 1954, Celso Furtado chamou a atenção dos economistas brasileiros por apresentar uma linha de interpretação completamente diferente e em contraste com a abordagem dos problemas econômicos elaborada pela ortodoxia. Esta, representada pelas publicações da Fundação Getúlio Vargas, pretendia monopolizar a autoridade científica sobre os problemas econômicos do país, o que foi contestado frontalmente pelo livro de Furtado.

Como resultado desse interesse pela sua obra, ficou visível para Furtado que havia um espaço a ser ocupado nos meios universitários, com os quais ele não tinha contato próximo. Sugeri aos seus interlocutores que tal vínculo deveria ser estabelecido ampliando, em

direção à universidade, a difusão do debate que se estabeleceu num círculo muito restrito de intelectuais. Para isso, era preciso de uma organização que abrigasse os interessados nessa nova visão da formação econômica do Brasil, e decidiu-se, sob o comando de Furtado, que seria criada uma sociedade civil denominada *Clube dos Economistas*, presidida pelo próprio autor de *A Economia Brasileira*.

Estabeleceram uma meta de preencher 40 lugares na nova organização, que não deveria seguir padrões corporativistas, e elegeram a tarefa de editar uma revista científica que adquiriu o nome de *Econômica Brasileira*. O próprio Furtado, juntamente com Américo Barbosa de Oliveira, Eduardo Sobral e Sidney Latini, compuseram o comitê de direção da revista. O objetivo da revista era criar mecanismos de divulgação aos estudos de economia realizados em várias instituições, mas que não tinham visibilidade pública. Nesse sentido, o primeiro número era composto por artigos de Herculano Borges da Fonseca sobre a Superintendência da Moeda e do Crédito; de Américo Barbosa de Oliveira acerca do consumo de energia no Brasil; um estudo relativo ao balanço de pagamentos de 1954 elaborado por Sidney Latini, um cálculo do índice do produto real do Brasil no período de 1939-1954, entre outros.

Outro objetivo da revista era incentivar a produção teórica e interpretativa. De acordo com a nota introdutória do primeiro número da revista:

O economista brasileiro que, para melhor orientar-se em sua pesquisa, tenta penetrar nos problemas gerais do desenvolvimento retardado deste subcontinente, defronta-se com a insuficiência, seja de muitos dos instrumentos de análise que tem à sua disposição, seja dos esquemas teóricos interpretativos. Dessa forma, é ele impelido a perder a inibição diante da crítica dos instrumentos de análise e de interpretação com que trabalha. O interesse pela investigação teórica tende a surgir, assim, com uma manifestação de salutar independência de critério e de orientação (FURTADO, 1997b, p. 290-291).

Furtado buscou percorrer um caminho alternativo entre o conservadorismo e o populismo coma práticas dominantes no sistema político brasileiro. Isso nos remete agora, portanto, às considerações de

caráter metodológico e teórico da obra de Furtado, especialmente o enfoque por ele adotado no seu livro *Formação*.

4.4 A contribuição de Celso Furtado: o histórico-estruturalismo

Uma observação sobre o método de investigação interpretativo utilizado por Furtado se faz aqui necessária. Em primeiro lugar, é importante enfatizar essa característica do pensamento do autor. Furtado não foi um economista convencional, embora seja reconhecido como tal. Foi, na nossa concepção, um cientista social no mais amplo significado do termo. Embora sua obra mais importante tenha resultado numa contribuição para a teoria e história econômicas, foi também um historiador das idéias, como declara no prefácio do seu livro *Fantasia Organizada*:

As páginas que seguem originaram-se de notas sobre o grande desgaste dos anos 50 em torno do subdesenvolvimento, fenômeno que acabava de ser descoberto e causava perplexidades. As notas evoluíram para um ensaio de história das idéias, mas no caminho transformaram-se em reflexão sobre as circunstâncias em que uma sociedade toma consciência das opções que tem diante de si, apreendendo que o destino também depende dela mesma. (...) Assim como a história das idéias transmutou-se em reflexão sobre o papel das idéias na História, o testemunho metamorfoseou-se em vivência, compromisso pessoal com a História. Os gêneros se haviam confundido, quicá porque a idéia central fosse abrangente: especular sobre a relação entre a História e os indivíduos que, movidos pelo acaso ou pela necessidade, a alimentam com idéias (FURTADO, 1997b, p. 93-94).

Vemos que sua obra é resultado de um interesse pessoal que vai muito além da economia como ciência social. Como já foi citado anteriormente, Furtado afirmou na obra citada que lhe fascinava “estudar a história das idéias, da técnica e da política do século XIX”. Essa ampla formação teórica e histórica permitiu que desenvolvesse um método muito próprio para analisar o Brasil. Seu ponto de partida são as tradições do pensamento econômico que encontraram em Raúl Prebisch

um marco a partir do qual os fundamentos de uma economia política do subdesenvolvimento tornaram-se uma possibilidade. Como declarou Celso Furtado:

Em vez de reduzir a realidade a um modelo, esforcei-me em adotar um enfoque histórico, abarcando o que cabia e o que não cabia no marco explicativo do economista. A visão de Prebisch era essencialmente sincrônica: assinalava uma descontinuidade estrutural no sistema capitalista, geradora de dinâmicas distintas nos segmentos central e periférico. [...] Interessava-me captar o desenrolar dos acontecimentos no tempo, o encadeamento dos fatores que perpetuavam o atraso clamoroso da economia brasileira. Esse atraso era fenômeno global, estava em tudo, não requeria prova. O que interessava era desvendar o seu encadeamento na história.

Não observei a economia primário-exportadora brasileira como “periférica”, e sim como de “tipo colonial”, o que me permitia reinseri-la em seu quadro histórico. A degradação da relação de trocas podia ser vista como decorrência natural da vinculação de uma economia de tipo colonial com a metropolitana, sendo um aspecto da tendência à concentração do poder econômico que caracteriza a evolução do capitalismo (Furtado, 1997b, p. 163).

Esse método se reflete na própria organização do livro *Formação Econômica do Brasil*, onde o que foi conhecido como histórico-estruturalismo, se apresenta através de um cruzamento de uma análise sincrônica e uma análise diacrônica dos processos econômicos na História do Brasil. O Brasil passa a ser visto como uma colônia, ou seja, um Estado que foi “criado”, fundado por um outro Estado em processo de expansão imperial. O capitalismo é visto como sistema mundial e o Brasil nele integrado como colônia, portanto subordinado como dependente, o que significa dizer, dominado. A visão global essencialmente histórica permitiu ao autor apresentar uma visão coerente da formação histórica de uma nação dependente, e ao compreender e conferir sentido a essa formação, “interpretou” o processo de mudança social como fenômeno ligado à mudança cultural

em amplos termos e não redutível aos processos econômicos. Segundo o próprio autor:

O meu enfoque dos processos econômicos, no qual se combina uma visão histórica global com um corte sincrônico para o qual se utilizam todos os recursos da análise econômica, alcançou a forma que para mim passou a ser definitiva quando cristalizaram em meu espírito duas idéias: a de estrutura e a de centro de decisão (FURTADO, 1997c, p. 23).

Furtado está mostrando neste texto citado que a origem de sua abordagem metodológica dos processos econômicos repousa sobre seu interesse nos “problemas reais”, e por isso a “pesquisa econômica foi sempre para mim um meio de preparar a ação, minha ou de outros” (FURTADO, 1997c, p. 22). Os conceitos de estrutura e de centro de decisão são centrais para compreender a importância que veio a ter a inclusão que Furtado fez dos conceitos de liberdade e de conflito político na sua teoria do subdesenvolvimento alterando inclusive seu significado. Esse processo de mudança conceitual possa conduzir a uma perda da elegância e coerência interna da teoria do subdesenvolvimento de Raúl Prebisch, mas compreende-se que mesmo de Furtado era provável que assim ocorresse, pois suas reflexões teóricas durante o período em foco são todos produzidos ao enfrentar os dilemas apresentados no dia-a-dia da elaboração e execução de política econômica. Era como se Furtado precisasse parar e pensar no plano teórico e histórico para orientar-se nos meandros da política brasileira.

Acima de tudo, para Celso Furtado estava claro, portanto, que os “fins últimos devem estar sempre presentes no espírito”. Por essa razão, suas opções metodológicas decorrem da explicitação que fez ao longo de toda sua carreira, das suas discordâncias em relação às abordagens alternativas disponíveis. No entanto, no momento da crise, a urgência era infinitamente maior, pois, sendo a ciência econômica um instrumento, e embora somente um instrumento, contém, na sua visão, um enorme potencial voltado para a ação. Resta saber como direcioná-la para uma ação transformadora na direção da ampliação da liberdade e emancipação humana, e não para a reprodução de relações de poder estabelecidas ou estabelecimento de novas formas de dominação. Nesse sentido afirma:

As divergências sobre método não eram relevantes, pois a eficácia destes se comprova utilizando-os. Minhas divergências com os economistas neoclássicos vieram sempre de que os problemas que a eles interessavam me pareciam irrelevantes ou simplesmente falsos. Minhas divergências com os economistas marxistas vieram de que estes pretendiam abandonar *a priori* os instrumentos da economia neoclássica, mesmo quando obviamente não existiam outros para substituí-los (FURTADO, 1997c, p. 23).

Estas observações do autor são da extrema importância no presente trabalho, pois remetem não apenas à sua concepção das ciências sociais e da economia em particular, mas ao panorama de fundo que embasa sua visão de mundo. Assim, para Furtado,

Não há dúvida de que se os colocamos num plano estritamente ideológico, a diferença entre fins e meios é em grande parte ilusória. Mas se admitimos que existe uma ciência social, dois planos de racionalidade se definem nitidamente. Limitar-se à racionalidade formal (concernente aos meios) é a vocação do tecnocrata. Mas, ignorar que essa racionalidade existe e que é independente dos juízos de valor com respeito aos fins é fechar a porta ao avanço de uma ciência social. Combater esta simplesmente porque pode ser eficaz nas mãos daqueles que têm como objetivo consolidar as estruturas sociais que não aprovamos é desconhecer que, para construir novas estruturas, ela não é menos indispensável (FURTADO, 1997c, p. 23).

Furtado valoriza sua formação interdisciplinar como origem dessa visão das ciências sociais e afirma que seus estudos de direito e de organização permitiram que percebesse a diferença entre instituições e estruturas. Afirma ele que ,

Graças a essa distinção pude me dar conta de que a mudança no quadro institucional poda ser irrelevante ou permanecer no plano formal. Por outro lado, também percebi que, em certas

circunstâncias, se podia avançar em modificações estruturais sem prévias alterações no quadro institucional (FURTADO, 1997c. p. 23-24).

Daqui deriva sua percepção e justificativa de que era necessário e possível intervir sobre as estruturas sociais. Segundo Furtado,

Quanto Marx admitiu implicitamente que as forças produtivas podiam desenvolver-se sem prévia modificação na “superestrutura” (para ele, essencialmente o complexo de instituições), estava fazendo uma constatação similar. Segundo ele, as modificações superestruturais viriam depois, por rupturas violentas. Ora, não se trata apenas de forças produtivas. Todas as estruturas podem modificar-se dentro de um certo quadro institucional. Se essas modificações são *orientadas*, as transformações do quadro institucional virão subsequentemente, sem encontrar maiores resistências. Se apenas um segmento das estruturas se modifica (a acumulação, por exemplo), é possível e mesmo provável que a adaptação institucional se faça de forma cataclísmica. Mas, se ela afeta o conjunto das estruturas, o mais provável é que a adaptação institucional se faça sem maiores choques. Seria possível planejar essas modificações? Foi esse enfoque que me encorajou a aceitar as responsabilidades de direção da política econômica no Nordeste brasileiro, região onde o acúmulo de problemas econômicos e sociais supera o que se possa imaginar (FURTADO, 1997c. p. 24).

Vemos assim que, embora essas reflexões sejam retrospectivas, não nos parecem uma tentativa inapropriada de justificar ações realizadas no passado. Ao contrário, nos mostram uma dimensão do pensamento e do próprio comportamento do autor, no contexto histórico em que o *Formação Econômica do Brasil* foi escrito, final dos anos 1950. As reflexões teóricas contidas no seu livro de 1958 se manifestam claramente como reflexão sobre problemas reais, de ordem prática, como afirmou. E como se trata de uma economia dependente, dominada, o problema real que se apresentou para o autor era superar essa dependência. Se, como vimos na discussão sobre o conceito de

liberdade, a dominação é caracterizada pela ausência de liberdade por parte do dominado, e que o agente dominante exerce um poder arbitrário sobre aquele sobre quem exerce a dominação, isso significa que os indivíduos que são objetos de tal poder arbitrário não tem em suas mãos o controle sobre as decisões, arbitrárias, que afetam suas vidas. Isso vale tanto para indivíduos como para nações. Considerando esse ponto, vemos que Celso Furtado, nos anos cinquenta refletiu dessa maneira sobre a História e os destinos do Brasil. Colocou no centro de sua reflexão teórica sobre a formação do país, a idéia de centro de decisão. Nesse sentido, ainda se referindo a sua abordagem metodológica anteriormente discutida, Furtado afirma:

Graças à idéia de centro de decisão, pude escapar do ilusionismo dos *mecanismos* econômicos, os quais impedem a muitos economistas de integrar os processos econômicos nos conjuntos sociais reais. Quem *decide* atua em função de objetivos e exerce alguma forma de poder. Ver os processos econômicos como cadeias de decisões, e estas como estruturas de poder, é afastar-se dos conceitos de mecanismo e equilíbrio, que são a essência de todo enfoque neoclássico (FURTADO, 1997c, p.24).

Com isso Furtado explica a origem de sua defesa do planejamento para as economias periféricas como o Brasil, e, partindo então da idéia de que o planejamento requer e envolve “objetivos implícitos ou explícitos”, afirma que “cai por terra o mito do *laissez-faire*, o qual nas economias subdesenvolvidas tem servido para sancionar e consolidar a dependência” (FURTADO, 1997c, p.25).

CAPÍTULO 5 – DESEQUILÍBRIOS ESTRUTURAIS, REFORMAS DE BASE E MUDANÇA CONCEITUAL

Neste capítulo serão abordadas a trajetória e a obra intelectual de Celso Furtado de 1958 a 1965, período em que, até o Golpe Militar de 1964, ocupou cargos administrativos no BNDE, na SUDENE e no Ministério do Planejamento. Celso Furtado foi o formulador de uma primeira tentativa de construção da teoria do subdesenvolvimento sob uma perspectiva histórico-estruturalista. Ao concentrar sua atenção na interpretação do subdesenvolvimento do país, e através do seu olhar para a região Nordeste, Celso Furtado compreendeu não apenas o quanto o subdesenvolvimento do Brasil tem na sua raiz a herança agrária e exportadora, mas compreendeu que este país, tendo sido criado por outra nação e dominado por ela durante vários séculos na condição de colônia povoada por escravos, foi marcado profundamente em sua cultura política por aquele ethos oligárquico em que o autoritarismo e a arbitrariedade imperavam. A longevidade desse arbítrio se deve à reprodução de uma estrutura de poder e autoridade que divide a coletividade em dois grupos sociais bem distintos: de um lado, poucos, mas muito ricos; de outro a grande maioria da população muito pobre. O surgimento de novos grupos sociais que se situam entre estes dois extremos, em termos expressivos, só ocorreria no século XIX com o advento da urbanização e do trabalho assalariado. É essa extrema disparidade entre dominantes e dominados que, de acordo com Michel Debrun, está na base da reprodução da estrutura de autoridade e poder que torna recorrente o recurso às estratégias de conciliação e do autoritarismo desmobilizador comuns na história política brasileira.

Segundo Michel Debrun,

no início da História independente do Brasil, houve um tal desequilíbrio entre dominantes e dominados que esse desequilíbrio permitiu, através, primeiro do liberalismo político e, depois, das estratégias alternantes da “conciliação” e do autoritarismo desmobilizador, sua própria reprodução (DEBRUN, 1983, p. 128).

O autor refere-se ao fato de que o caráter extremamente acentuado da estratificação social no Brasil é que tem permitido que a “luta de classes tenha sido freada, em outros casos, circunscrita a

abscessos locais, facilmente domináveis” (DEBRUN, 1983, p. 129). Furtado percebe e incorpora em sua teoria o fato histórico de que os problemas econômicos não podem ser explicados e resolvidos sem o recurso da abordagem histórica e interdisciplinar ou, como afirma, através de uma “visão global”.

Particularmente, percebeu que o subdesenvolvimento, como produto dessa herança legada pelo latifúndio agrário-exportador, não pode sequer ser atenuado em seus perversos efeitos sobre a população sem o questionamento daquelas estruturas de poder oligárquicas, predominantes no sistema político brasileiro. O Nordeste, castigado pelas secas, era um exemplo claro disso e revelava, naqueles anos de 1958 e 1959, com evidência e dramaticidade suficientes, os principais problemas econômicos e políticos brasileiros dos anos que antecedem o Golpe Militar de 1964. Não por acaso a identidade e a imagem do Brasil foram buscadas não só no Nordeste, mas também no vasto sertão do país por grandes autores do pensamento brasileiro como Euclides da Cunha, Graciliano Ramos, Guimarães Rosa, Jorge Amado, Gilberto Freyre, entre tantos outros. Afora o próprio Furtado, que foi além do diagnóstico, procurando encontrar no Nordeste uma fórmula para buscar uma saída para os impasses da república. Mas este problema de natureza estrutural era apenas um entre outros, como a inflação e o desequilíbrio externo, identificados como próprios das estruturas subdesenvolvidas, os quais se ligavam claramente, na visão de nosso autor, ao processo de industrialização periférico. Para o autor, tais problemas deveriam ser tratados em seu conjunto, numa estratégia global e integrada com outra de caráter político e institucional.

5.1 A formação econômica do Brasil

Conforme um dos mais autorizados intérpretes de Celso Furtado, seu trabalho intelectual corresponde, no período que se estendeu até 1964, a um exercício criativo de “refinamento, aplicação e divulgação do pensamento estruturalista” (BIELSCHOWSKY, 1988, p. 159). Sua intenção seria consolidar entre os desenvolvimentistas nacionalistas uma interpretação do subdesenvolvimento brasileiro e com isso fornecer-lhes uma arma teórica de luta política e ideológica para enfrentar as correntes adversárias, basicamente representadas pelo monetarismo.

Celso Furtado apresentaria em sua obra do período três características básicas: uma defesa da liderança do Estado na promoção do desenvolvimento através do planejamento; uma defesa da submissão

da política macroeconômica monetária e cambial à política de desenvolvimento de longo prazo, com o objetivo de contrapor-se às recomendações estabilizadoras do Fundo Monetário Internacional; e, por último, a preocupação com as reformas de base, que vai adquirindo importância durante o período, culminando com uma defesa da reforma agrária. Vejamos então como Furtado constrói esta visão da economia brasileira.

Acrescento a estas a percepção clara de que o problema do subdesenvolvimento se encontra na relação que existe entre a dependência econômica e a dominação política e que nenhuma estratégia de desenvolvimento que se reduza a atuar sobre um dos dois fenômenos exclusivamente resultará noutra coisa senão construir maiores obstáculos para sua superação. Em outras palavras, não se pode superar o “atraso” econômico sem superar a estrutura de poder oligárquica. Por outro lado, não se pode superar a dominação sem o desenvolvimento das forças produtivas. Para Furtado, a mudança social representada pelo “desenvolvimento econômico” é um processo de mudança cultural que envolve a transformação das estruturas e instituições. A pressão sobre as instituições é exercida pelas transformações estruturais que a dimensão econômica promove, sendo esta o núcleo de onde emergem os impulsos à mudança. Mas não é essa a repetição de um determinismo econômico conhecido, pois, segundo Furtado, está claro que é o homem que faz a história pela via do conflito.

Na Cepal, convenceu-se da necessidade e da possibilidade de atuação pelo Estado e pelos intelectuais no curso da mudança estrutural. No período em que esteve no governo brasileiro durante o fim dos anos Kubitschek até o surgimento do Estado autoritário com o Golpe de 1964, se deu conta de que é no conflito aberto entre os dominantes e dominados e canalizado institucionalmente que se encontra a chave do enfrentamento das desigualdades de poder e riqueza que caracterizam o subdesenvolvimento brasileiro. Os intelectuais e o Estado adquirem outra responsabilidade, diferente daquela simbolizada pela tecnocracia: atuar em favor de mudanças institucionais que favoreçam o controle das ações dos setores dominantes. O que requer a consolidação de mecanismos legais que deem aos dominados, por meio do Estado, a capacidade para contestar e conter sobre as ações dos setores dominantes que possam ferir a sua liberdade e o interesse público.

E como os intelectuais e o Estado poderiam atingir esse objetivo? Conformando em leis e instituições (Constituição) os instrumentos necessários para que o próprio povo possa defender sua liberdade. Deve

este ter mecanismos disponíveis para conter o ávido apetite e a arbitrariedade dos grupos sociais dominantes.

Se esse raciocínio vale para as relações de poder dentro da nação, para Furtado, ele não pode ele prescindir de outra exigência e condição: o destino da nação deve repousar nas mãos do conjunto do seu povo. Isso significa, por sua vez, que o subdesenvolvimento é também produto de uma relação de dominação entre nações interdependentes com poderes desiguais. Vejamos como isso se desenvolve no pensamento de Celso Furtado.

5.2 Os “antecedentes sociais da expansão lusitana”

No seu primeiro trabalho de maior fôlego sobre o Brasil, intitulado *Economia Colonial no Brasil nos Séculos XVI e XVII: Elementos de História Econômica Aplicados à Análise de Problemas Econômicos e Sociais*, Celso Furtado antecipa muitas de suas observações que seriam apresentadas nas obras posteriores, notadamente no seu livro mais divulgado, *Formação Econômica do Brasil*. Furtado recorre a uma perspectiva histórica para contextualizar o surgimento da Colônia no âmbito do processo de transformações estruturais que se abatiam sobre o Ocidente, que tinha como epicentro a Europa. Portugal é situado nesse contexto através da explicitação do que Furtado chamou de “fundamentos sociais da expansão lusitana”. Nesta obra, que foi sua tese de doutorado, ele mostra como Portugal teria se adiantado em relação aos demais países europeus no processo de expansão marítima e comercial, graças a uma série de características históricas particulares do pequeno reino.

De acordo com Celso Furtado, a monarquia lusitana se afirmou da vitória da cidade (burguesia) sobre o campo (aristocracia feudal), o que significou o fundamento da nacionalidade em formação. Diferente do restante da Europa Ocidental, Portugal não teve, ou quase não teve, feudalismo, pois um sistema social e econômico fechado, fundamento da ordem feudal, não foi possível em Portugal, por inúmeras razões. A presença dos dois sistemas de cultura, o feudal e o comercial, na Península Ibérica por sete séculos da ocupação árabe criou condições sociais e econômicas diferentes das que gerariam a ordem feudal. Isso porque se o feudalismo, na visão do autor, era caracterizado por esse fechamento comercial e cultural, pela inexistência de contatos de cultura e de comércio, em Portugal, graças à invasão moura, jamais foi possível virar as costas para esse mundo estranho à Europa que era constituído

pela chegada dos africanos e pelos contatos efetuados com o Oriente (FURTADO, 2001, p. 21-22). Completaríamos dizendo que Portugal se virou de costas para a Europa.

Disso decorreu o surgimento de um espírito de independência nacional que favoreceu a burguesia nascente que tinha as cidades litorâneas da península como seu habitat natural. O desejo de se libertar da dominação moura e depois de Castela, unido com a inexistência das tradições feudais marcadas pela predominância na estratificação social dos laços de sangue e hereditariedade, abriu as portas para uma estratificação social demarcada pelo espírito de conquista e acúmulo de riquezas provindas do comércio. Por isso, as origens da burguesia lusitana remontam a um passado remoto, constituindo os portos da costa portuguesa, ambientes caracterizados por um natural cosmopolitismo, ponto de partida para a classe comercial (FURTADO, 2001, p. 23). Segundo o autor, a importância do comércio se pode avaliar pelo volume das embarcações utilizadas, as quais, no século XII, já eram construídas pelos portugueses em dimensões que chegavam a cem toneladas.

Apesar de não ter tradição feudal, o sistema econômico português se desenvolveu na base do latifúndio, decorrente dos direitos outorgados sobre grandes terras àqueles que viessem de toda a Europa auxiliar nas lutas contra os mouros. Esses elementos que se fixaram nessas terras representariam o Portugal medieval, ligado à Castela na luta comum contra o invasor africano. Mas será uma força conservadora contra a qual lutarão os separatistas que desejam Portugal independente.

Essa burguesia tem suas origens na Idade Média, do comércio que desde cedo (séc. XII) já se estabeleceu com Flandres e com a Inglaterra no início do século seguinte. Em 1239, os burgueses do Porto se eximiam do serviço militar na campanha de Algarve “contribuindo para ela com dinheiro”, o que denotava características ainda não presentes na Europa continental em função dos limites impostos pelo Antigo Regime ao acúmulo e o desfrute de riquezas. Assim, essa contradição entre a cidade mercantil e o campo feudal é marca do fim da Idade Média no continente. Ela é a chave para compreender a expansão marítima e o problema do tipo de colônia que Portugal inaugura na América (FURTADO, 2001, p. 23-24).

Na Europa continental, as novas classes mercantis se desenvolveram nos primeiros séculos por fora dos quadros na sociedade feudal. Um novo sistema cultural se impõe à ordem jurídica e moral da velha sociedade. O restabelecimento das várias formas de contato social resultante da intensificação do comércio acabou por subverter a velha

ordem. O feudalismo liga-se ao isolamento cultural e no campo econômico, a uma atrofia da circulação de riqueza. Houve, no entanto, forte resistência.

Em Portugal, diferentemente, o feudalismo não chegou a tomar formas definitivas. Não houve o isolamento cultural. Isso se deveu ao contato com os muçulmanos em terras libertadas pelos cristãos, à permanência de uma população livre ou escrava com elementos mestiços de mouro, com experiência em atividades artesanais e mercantis, e que procuravam se fixar nas cidades constituindo núcleos independentes dos domínios senhoriais.

Os senhores territoriais em Portugal representavam uma classe de novos ricos, formada pela Reconquista. Não poderia assim opor uma resistência semelhante àquela que a classe feudal européia iria opor às novas formas de vida e aos novos valores criados pela burguesia. Por outro lado, a herança comum dos valores culturais mouriscos constituiria um traço de união entre o elemento no campo e o habitante das cidades.

A identificação da cidade e da população marítima com o espírito de independência nacional predominou no país. Em pleno século XIII, a burguesia já ascendeu em Portugal, no mesmo contexto histórico das repúblicas italianas. O Estado português foi desde cedo dirigido por uma classe desligada daquele passado feudal, mais ligada ao espírito do ganho individualista no sentido burguês do que aos privilégios de sangue. Trouxe consigo uma grande experiência de mobilidade social, no sentido horizontal, pelo deslocamento entre formações culturais diversas, e no sentido vertical, pela ascensão de novos-ricos nas atividades mercantis. Os privilégios de sangue desde cedo desapareceram.

A monarquia encarnou o espírito de independência e conquista do Estado português e dirigiu todo o reino na grande aventura da expansão marítima. A riqueza trazida pelo comércio imperialista transformou o sistema econômico do país que se concentrou nas cidades e povoou de escravos.

As expansões marítimas portuguesas e a colonização são fenômenos ligados à ascensão do comércio no reino.⁷¹ O Estado concentrou e promoveu o negócio marítimo através de impostos e uma

⁷¹ Celso Furtado colhe em Gilberto Freyre um poema de George Buchanan, poeta inglês do século XVI, em que se tem uma dimensão da fama conquistada pelo reino: “Se porém algum dia, ao rei dos nomes / a guerra ou o mar em fúria s’inflamando / Lhe fecharem a tenda da pimenta, / Bem pode alimentar-se dessa fama / Mercadejadas em terras d’além-mar! ... / Fará pesadas dívidas. / Ou morrerá de fome” (FURTADO, 2001, p. 32).

ampla acumulação de capitais. Assim houve a identificação da monarquia com a classe comercial dominante, o que atingiu o clímax na época da grande expansão comercial marítima.

A colonização obedeceu a esse espírito que marcou a independência portuguesa e levou às empresas expansionistas. E aqui encontramos uma interpretação da Colônia extraída de Caio Prado Júnior, para quem o “sentido da colonização” é caracterizado por essa sua subordinação aos interesses dominantes no contexto europeu em que emerge o mercantilismo (PRADO JR., 2000).

Segundo Celso Furtado, há uma novidade no tipo de colonização que se empreendeu na América Portuguesa, em relação ao que antes se praticava no Oriente e na África. Anteriormente não havia envolvimento com a organização da produção, mas o mero comercialismo, uma vez que os portugueses se relacionavam com povos que já estavam organizados para o comércio. No Brasil, os portugueses tiveram que encontrar uma forma de financiar a defesa do território, tarefa difícil numa fase de expansão imperial do sistema capitalista marcada pela anexação territorial como fonte de poder político e econômico.⁷²

5.3 O processo de colonização

Em *A Economia Brasileira*, livro de 1954, Furtado retoma esse ponto afirmando que:

A colonização econômica é fenômeno comum às civilizações comerciais e industriais. Nas primeiras, a criação de colônias – como as chamaram os romanos – era a forma normal de expansão. A colônia era um simples entreposto que facilitava a penetração do comércio. Quando esse entreposto apresentava vantagens excepcionais de localização, tendia a desenvolver-se e quase sempre a emancipar-se. Passava, assim, a constituir um foco autônomo de irradiação (FURTADO, 1954, p.51).

⁷² Giovanni Arrighi, em *O longo século XX*, mostra como sucederam desde os séculos XII-XII hegemonias históricas no capitalismo mundial, cujos centro hegemônicos foram caracterizados alternadamente por formas de expansão material e territorial; ou seja, a dominação se dava ou pela submissão comercial através do domínio e controle das rotas de comércio, ou pela anexação territorial, onde territórios coloniais eram incorporados aos países em disputa no contexto do ciclo sistêmico.

Já a colonização industrial fundamenta-se na busca de matérias-primas, pois a indústria requer produtos primários em volumes crescentes produzidos “com diferentes graus de dificuldade em diferentes regiões”, o que implica “exportações de capital e técnica e [...] utilização dos fatores locais constituídos pelos recursos naturais e humanos”. Pela combinação destes e de outros elementos se diferenciarão as colônias. É importante observar que, para Furtado,

A inexistência de recursos humanos em quantidade suficiente para serem economicamente aproveitados exige a exportação, para a região a ser colonizada, de força de trabalho, além de capital e técnica. Dessa forma, a colônia tenderá a ser um verdadeiro prolongamento da economia metropolitana, cujos padrões culturais conservará. A população colonial, neste último caso, apresentará as mesmas formas de comportamento da população metropolitana e, dada a sua relativa escassez, muitas vezes encontrará maior facilidade para melhorar seu salário real que aquela. É o caso típico da Nova Zelândia e da Austrália... (FURTADO, 1954, p. 51-52).

Nesse sentido, Furtado mostra que outro tipo de colonização, em contraste com o caso anterior, se for caracterizado pela utilização de uma força de trabalho local, apresentará características muito distintas. Se para obter uma quantidade determinada de um produto primário exportável por essa colônia forem necessárias grandes quantidades de capital e técnica para que o aproveitamento dessa economia alcance um ritmo acelerado, a disparidade entre a quantidade de capital e de trabalho será enorme e crescente com o avanço da industrialização no centro.

Como a renda do capital vai para o exterior, é evidente que quanto menor seja a quantidade de trabalho absorvido, menor será a quantidade de renda que permanecerá dentro do território e que, portanto, poderá contribuir para transformar a economia estacionária preexistente (FURTADO, 1954, pp. 53).

Esse fato é da maior relevância. Veremos que, se, como dissemos, o país conserva até hoje traços claros da era colonial, nas

obras posteriores de Furtado ele aprofundará essa idéia de que a industrialização, longe de ser meramente um fim em si mesma, supondo que dessa forma leve à superação do subdesenvolvimento, na verdade só contribuiu no Brasil para aprofundar os desequilíbrios concernentes a sua condição de nação dependente, ampliando as desigualdades econômicas e sociais. Furtado cita o caso venezuelano como típico dessa forma de colonização, visto que, na mineração, as inversões externas que envolvem mínima absorção de mão-de-obra representaram não mais de 5% da sua força de trabalho. O mesmo teria acontecido no México, Peru e Bolívia, e como resultado, o impulso que veio do comércio exterior na fase de crescimento representou impacto econômico sem significação maior, dissolvendo-se nas etapas posteriores.

Outro é o caso da colonização agrícola, como o do café e do açúcar, do cacau, da borracha, porque envolvem uma grande absorção de mão-de-obra. Aqui a absorção da força de trabalho é tão grande em alguns momentos que provoca a sua falta na produção de alimentos. Por isso, comparada com a mineração, a colonização agrícola tem impactos mais rápidos e profundos.

Esta é a condição do Brasil, que, apesar do que foi observado sobre um maior impacto estrutural do comércio colonial, continuará apresentando, na argumentação de Furtado, todas as características comuns às economias coloniais. Nesse caso, diferentemente do que ocorre nas economias industriais, a penetração da técnica e do capital não transforma igualmente e totalmente o conjunto da economia, mas apenas um núcleo que “na realidade constitui uma nova economia dentro da anterior”. Ao contrário do que ocorreu nos países como a Inglaterra, esse novo setor não deu origem a um desenvolvimento continuado, resultante da reiterada insistência dos empresários em manter as taxas de lucro anteriores através do reinvestimento produtivo. Quando isso ocorre numa economia central, a pressão que se faz atraindo força de trabalho tende a pressionar os salários no sentido de elevar os custos, forçando os capitalistas a redistribuir os frutos do aumento de produtividade obtido com o avanço tecnológico. Para que as margens de lucro não se reduzam, o conjunto dos empresários tentam se situar no padrão médio das técnicas produtivas existentes sob pena de serem excluídos do processo de acumulação.

Nas colônias como o Brasil, a produção e a exportação de matérias-primas e alimentos exportáveis geram uma riqueza cuja maior parcela não é retida dentro do território, já que pertence a estrangeiros possuidores dos capitais nelas investidos. Como resultado, não há razão para que se espere que tais investimentos sejam transformados em

inversões nas próprias economias coloniais de onde provêm. Como diz Furtado:

O aumento da produtividade no núcleo industrial de natureza colonial não é, portanto, necessariamente, um elemento dinâmico tendente a absorver a economia estacionária preexistente. Esse aumento de produtividade pode ter efeitos claramente negativos, do ponto de vista do desenvolvimento da economia colonial (FURTADO, 1954, p. 56).

As melhorias técnicas podem elevar a produção com o mesmo emprego de força de trabalho ou simplesmente diminuir o emprego desta, mantendo-se a produção no mesmo patamar. No centro do capitalismo, a substituição de mão-de-obra por capital decorrente do avanço tecnológico conduz à reposição de máquinas e equipamentos que, para serem produzidos na escala requerida para o conjunto dos industriais que atuam no país, absorvem pelo menos parte da mão-de-obra liberada de outros setores. Nas economias coloniais, isso não ocorre graças ao mesmo fator anteriormente apontado, ou seja, a drenagem da riqueza aqui produzida, considerando-se, além disso, que os bens de capital utilizados na periferia são importados dos países industriais.

Por esse motivo a massa total de renda retida dentro do país se reduzirá. Neste caso, o aumento de produtividade terá efeitos totalmente inversos àqueles que observamos numa economia industrial, isto é, criará desemprego com redução da renda (FURTADO, 1954, p. 59).

Uma vez que o consumo é outro padrão de referência para estes empresários tomarem suas decisões de investir, no caso dos países exportadores de matérias primas, à diferença do que ocorre nas economias industriais, o aumento do consumo ocorre fora da sua economia. Esse comportamento teleguiado pelos mercados externos da produção colonial é um dos fundamentos da dependência destes países nas épocas em que crises ou outras causas provocam a contração do consumo de produtos primário-exportadores nos países centrais. Assim, mesmo que parte dos capitais e da riqueza acumulada na produção colonial pertença a proprietários de latifúndios residentes nestes países,

decorre dessa situação, recorrente na História dessas colônias, uma subutilização de força de trabalho, de terras férteis e de capital nessa periferia, pois não haverá o estímulo provindo de fora para acumulação local. Isso se agrava porque uma das características distintivas das economias coloniais é o alto grau de especialização produtiva, restando poucas alternativas para investimento dos excedentes provindos das exportações em função da pouca diversificação produtiva existente.

Nessa perspectiva, nos países periféricos, os estímulos à formação de capital provêm apenas de fora, e com muitas restrições, à diferença do que ocorre no centro. Como ressalta Furtado:

É neste sentido que a economia colonial não constitui, propriamente falando, um “sistema econômico” e sim parte dependente de um sistema. Mas, como não existe mobilidade total de fatores entre a colônia e a metrópole, seria impróprio considerar a economia colonial para todos os efeitos parte integrante da metropolitana. Para que cresça aquela, de maneira geral é necessário que cresça esta última. Entretanto, a recíproca não é verdadeira (FURTADO, 1954, p. 63).

Furtado argumenta ainda nesta obra em favor de um elemento que foi ponto de partida importante para Raúl Prebisch na crítica da economia ortodoxa em sua teorização do capitalismo periférico. Trata-se do fato de que, em princípio, não há contradição nenhuma entre o raciocínio exposto acima em torno da caracterização das especificidades das economias coloniais, e a hipótese da teoria tradicional do comércio sobre as vantagens comparativas da divisão internacional do trabalho. O erro do raciocínio dos defensores desta teoria é, como vimos, partirem de uma “premissa que é terminantemente desmentida pelos fatos”, como afirmou Prebisch: “Segundo essa premissa, o fruto do progresso técnico tende a se distribuir de maneira equitativa por toda a coletividade, seja através da queda dos preços, seja através do aumento correspondente da renda” (PREBSCH, 2000a, p. 71).

Furtado afirma que esse erro deriva do fato de que aquele raciocínio “toma como da mesma natureza as vantagens decorrentes de menores custos em qualquer dos fatores de produção”, ou seja, trabalho, recursos naturais ou capital. As vantagens de possuir mão-de-obra barata é sempre relativa e não absoluta e por isso a simples existência de força de trabalho a preços baixos nada garante que uma economia colonial

continue a expandir suas exportações. Como consequência, os capitais acumulados no setor exportador podem permanecer sem aplicação produtiva, ao mesmo tempo em que, no conjunto da economia, possa haver grande número de trabalhadores desempregados ou subempregados.

5.4 A condição de periferia exportadora, latifundiária e oligárquica do capitalismo no Brasil

As ideias inicialmente expostas na citada tese de doutoramento de 1948, em *A Economia Brasileira*, de 1954, e também em seu artigo de 1957 intitulado “Perspectivas da economia Brasileira” (FURTADO, 2002a), foram retomadas por Furtado no seu livro *Formação Econômica do Brasil*. Esta obra constitui um ensaio de interpretação econômica, com um caráter analítico e teórico predominante em relação, como já dissemos anteriormente, ao que frequentemente se lhe atribuiu: de ser um livro de história econômica. O livro é composto por cinco partes. Na primeira, Furtado estuda os “fundamentos econômicos da ocupação territorial”; na segunda parte, trata da “economia escravista de agricultura tropical (séculos XVI e XVII)”; na terceira parte, analisa a “economia escravista mineira (século XVIII)”; na quarta parte, aborda a “economia de transição para o trabalho assalariado”; e por fim, na quinta e última parte, a “economia de transição para um sistema industrial (século XX)”.

Não vamos nos deter numa descrição pormenorizada da obra, haja vista que esse trabalho já foi realizado em distintas ocasiões e de maneira magistral por importantes estudiosos do pensamento econômico de Celso Furtado.⁷³ Concentraremos a atenção nos aspectos políticos e sociológicos decorrentes de sua análise, bem como na dimensão normativa de sua obra.

Nesse sentido, a primeira observação importante a ser feita é com relação a este último aspecto. Se pretendermos aqui adotar uma abordagem metodológica na obra de Furtado no período dentro dos parâmetros do debate metodológico cujas linhas centrais foram discutidas no capítulo primeiro desta tese, devemos nos perguntar qual a intenção de Furtado ao escrever os textos que escreveu no período. Essa pergunta é perfeita para avaliar os efeitos e o significado de sua obra no contexto histórico da crise dos anos sessenta do século XX no Brasil.

⁷³ A esse respeito ver os já citados trabalhos de Bielschowsky, Rodríguez, Mallorquín.

Veremos que seu discurso se desloca progressivamente, em direção a uma retórica política, na medida em que entramos no contexto dos primeiros anos da década de 1960, isto é, após o governo Kubitschek. Veremos também, que estes elementos de ordem política e sociológica já estavam contidos no texto de 1958. Vejamos então como procede Furtado no livro *Formação Econômica do Brasil*.

Como dissemos no capítulo 5.4, Celso Furtado organiza o livro a partir de uma abordagem que chamou de histórica e estruturalista, ou seja, combinando uma análise histórica e global, diacrônica, portanto, da formação do Brasil, com uma análise sincrônica. Para isso, efetua quatro cortes no tempo, dedicando-se a estudar os subsistemas econômicos açucareiro, mineiro, a economia cafeeira e o processo de industrialização, respectivamente situados nos séculos XVI-XVII, século XVIII, séculos XIX e XX, este, mais precisamente na análise das transformações provocadas pela industrialização e que tem seu auge nos anos de Kubitschek.

A abordagem de Furtado em cada uma destas análises o leva a considerar sucessivamente o processo de formação da renda e de seu fluxo e mostra, com isso, que a impossibilidade de reter dentro do território a maior parte dessa riqueza é uma característica da economia colonial brasileira. As origens de tal dessa incapacidade se encontram em dois elementos: no tipo de inserção externa subordinada aos ditames da economia central, onde se localiza o centro dinâmico da economia brasileira e o centro das decisões que afetam globalmente sua trajetória; o segundo, nas estruturas e instituições internas ao país, especialmente nas relações de poder entre os grupos sociais. Neste segundo ponto, embora Furtado tenha sugerido que não contou o Brasil com uma classe dominante à semelhança da burguesia nos países avançados, aquela que inspira os modelos de análise schumpeterianos de empresário inovador, o autor deixa claro que a classe dominante não se define, em suas características comportamentais, senão em sua relação com o povo, pois é nessa relação que se encontra a fonte da mudança institucional na sua concepção. É na capacidade de o centro absorver os produtos primários que está a fonte do dinamismo e, portanto, a origem das transformações estruturais que ao longo do tempo se processam na economia brasileira.

Para empreender estas análises em cada um dos ciclos econômicos observados, Furtado atribui enorme importância ao papel dos setores dominantes na economia colonial. Efetua esta análise diversas vezes no livro, comparando inclusive com o papel das classes dominantes em outros países, especialmente no caso dos Estados Unidos, colônia constituída na mesma época que o Brasil, mas que se

tornou potência graças a uma série de condições estruturais de ordem política, econômica, cultural e social.

Quando considera o papel das classes dominantes no Brasil, Furtado utiliza com frequência o recurso da comparação entre os desenvolvimentos processados na História brasileira nos momentos dados, as decisões efetivamente tomadas e o curso dos acontecimentos como sucederam, com as possibilidades alternativas apresentadas para estas classes dirigentes nos mesmos momentos em que aquelas decisões foram tomadas.

A finalidade de Celso Furtado, ao empreender esse tipo de análise, decorre de sua intenção ao escrever o texto, já que quer convencer seus contemporâneos de que, a exemplo do que se passou na história do país, sempre há alternativas de desenvolvimento postas para os agentes históricos. Além disso, quer mostrar que um diagnóstico do subdesenvolvimento ou atraso brasileiro tem raízes históricas e estruturais que nada tem que ver com as origens étnicas e geográficas do povo brasileiro, interpretação já superada quando começa a escrever sobre economia, embora ainda tenha alguma ressonância entre os economistas monetaristas brasileiros que retem as máximas enunciadas por Oliveira Vianna em relação ao “irracionalismo do comportamento brasileiro”, destacando inclusive a ser “raridade encontrar um brasileiro remotamente capaz de ligar causa e efeito” (SILVA, 2004, p. 290-301). Para Silva, Roberto Campos

mede a irracionalidade comportamental tendo como padrão de medida o conceito de desenvolvimento econômico. A cultura de uma determinada sociedade poderia ser mais ou menos compatível com o desenvolvimento econômico. O comportamento irracional seria aquele incompatível com desenvolvimento (SILVA, 2004, p. 294).

Dois exemplos, para os que já conhecem esta obra de Furtado, são bem evidentes, como se pode ver a seguir:

Nada é mais ilustrativo dessa diferença do que a disparidade que existe entre os dois principais intérpretes dos ideais das classes dominantes nos dois países: Alexander Hamilton e o Visconde de Cairu. Ambos são discípulos de Adam Smith, cujas idéias absorveram diretamente na mesma

época na Inglaterra. Sem embargo, enquanto Hamilton se transforma em paladino da industrialização, mal compreendida pela classe de pequenos agricultores norte-americanos, advoga e promove uma decidida ação estatal de caráter positivo – estímulos diretos às indústrias e não apenas medidas passivas de caráter protecionista – Cairu crê supersticiosamente na mão invisível e repete: *deixai fazer, deixai passar, deixai vender* (FURTADO, 2000, p. 106-107).

Para Furtado, as diferenças se originam nas condições estruturais em que se formaram as duas colônias. Se o Brasil foi um sucesso comercial, como destaca o seu texto de 1954, decorre disso que Portugal, um reino débil em confronto com o progressivo avanço das economias industriais européias, dependia fortemente das riquezas geradas na sua colônia para sobreviver como um império comercial que se encontra em decadência. Comandada de fora e povoada de escravos, na colônia não havia necessidade de construir instituições capazes de fornecer aos habitantes recursos para garantir o atendimento das suas necessidades básicas, menos ainda instituições políticas para o autogoverno pelo povo e para o povo. Não havia também qualquer sombra de exigência por parte dos trabalhadores que estavam submetidos a uma situação de extrema desigualdade em relação aos senhores. Como salientou Furtado no livro escrito em 1958, sendo povoada de escravos, não havia na colônia “fricções sociais de maior vulto”.

Outro exemplo sobre o papel das classes dominantes contido no livro é sua observação da política de valorização de café. Furtado aponta que a Proclamação da República consolidou a posição dominante do latifúndio cafeicultor que só em 1930 foi deslocado do poder. Ao explicar o mecanismo de concentração da renda e da socialização dos prejuízos representado pela política de defesa da renda do setor exportador, Furtado não deixa de afirmar que estes setores manipulavam o governo da República Oligárquica em prol da defesa dos seus interesses. A política de valorização do café era uma clara defesa dos interesses do setor exportador.

Mas ao fazer isso, Furtado mostrou que havia soluções alternativas, inclusive lucrativas para os próprios cafeicultores. Vejamos. Segundo Furtado, a economia cafeeira no Brasil desfrutou da cômoda posição de ofertante de mais de três quartos da produção do café no comércio mundial no último quarto do século XIX. Isso

permitiu ao país controlar o preço de venda, o que, numa situação de superprodução como sucedeu a partir do final do século XIX, podia ser contornado mediante de política de desvalorização cambial. Como resultado, o setor exportador que lucrava em divisas estrangeiras transferia os custos da crise para o conjunto da população, cujas rendas provinham de atividades voltadas para o mercado interno, pois encareciam os bens importados que atendiam as suas necessidades, na falta de produção local.

Furtado argumentou que estavam dadas as condições para uma substituição destas importações desde que os homens públicos da época se tivessem dado conta disso, ou não fossem, por um lado, simples reprodutores locais de máximas livre-cambistas importadas e, por outro, não tivessem o terreno livre no campo político e institucional para fazer uma defesa direta dos seus interesses manipulando o governo brasileiro. Como disse Furtado,

A organização social do sul transformou-se rapidamente, sob a influência do trabalho assalariado nas plantações de café e nos centros urbanos, e da pequena propriedade agrícola na região da colonização das províncias meridionais. As necessidades de ação administrativa no campo dos serviços públicos, da educação e da saúde, da formação profissional, da organização bancária etc., no sul do país são cada vez maiores. O governo imperial, entretanto, em cuja política e administração pesam homens ligados aos velhos interesses escravistas, apresentava escassa sensibilidade com respeito a esses novos problemas. A Proclamação da República em 1889 toma, em consequência, a forma de um movimento de reivindicação da autonomia regional. Aos novos governos estaduais caberá, nos dois primeiros decênios da vida republicana, um papel fundamental no campo da política econômico-financeira (FURTADO, 2000, p. 176).

Esse fato não derivou, segundo o autor, da inexistência de forças políticas capazes de contestar as ações destas elites. Isso se deveu, por sua vez, a uma estrutura de autoridade e poder herdada dos antigos tempos coloniais e que se reproduzia então na República, onde dominantes e dominados se encontram numa situação de desigualdade extrema, que permitiu na História política brasileira a alternância entre

estratégias recorrentes da “conciliação” e do “autoritarismo desmobilizador” (DEBRUN, 1983).

Embora Furtado mostre neste capítulo, intitulado “A descentralização republicana e a formação de novos grupos de pressão”, que surgiram novas classes sociais nos centros urbanos que se identificavam como tendo seus interesses opostos aos interesses oligárquicos e exportadores, ainda não havia condições para que tal contestação ocorresse, por causa do elevado grau de desigualdade social e política que opunha as elites no poder ao povo.

Isso não significa que não houve alterações nas relações de poder. Furtado enfatiza esse aspecto ao afirmar que:

A grande depreciação cambial do último decênio do século, provocada principalmente pela expansão creditícia imoderada do primeiro governo provisório, criou forte pressão sobre as classes assalariadas, particularmente nas zonas urbanas. Essa pressão não é alheia à tranqüilidade social e política que se observa na época, caracterizada por levantes militares e botes revolucionários, dos quais o país se havia desabitado no correr do meio-século anterior. [...] Os interesses diretamente ligados à depreciação externa da moeda – grupos exportadores – terão a partir dessa época de enfrentar a resistência organizada de outros grupos. Entre estes se destacam a classe média urbana – empregados do governo, civis e militares, e do comércio – os assalariados urbanos e rurais, os produtores agrícolas ligados ao mercado interno, as empresas estrangeiras que exploram serviços públicos, dos quais nem todas têm garantia de juros. Os nascentes grupos industriais, mais interessados em aumentar a capacidade produtiva (portanto nos preços dos equipamentos importados), que em proteção adicional, também se sentem prejudicados com a depreciação cambial.

Se a descentralização republicana deu maior flexibilidade político-administrativa ao governo no campo econômico, em benefício dos grandes interesses agrícola-exportadores, por outro lado, a ascensão política de novos grupos sociais, de rendas não derivadas da propriedade – facilitada

pelo regime republicano – veio reduzir substancialmente o controle que antes exerciam aqueles grupos agrícola-exportadores sobre o governo central. Tem início assim um período de tensões entre os dois níveis de governo – estadual e federal – que se prolongará pelos primeiros decênios do século atual (FURTADO, 2000, p.176-177).

A alternativa de desenvolvimento colocada durante a República Oligárquica para as elites locais, Furtado aponta, era a de reverter os excedentes do café na direção dos investimentos industriais que atendessem a demanda representada por um mercado interno ainda incipiente, mas capaz de permitir o contorno da crise. O que se fez na verdade, como se sabe, foi a captação de recursos externos para financiar estoques reguladores do preço do café e mais tarde, quando não havia mais meios através da política macroeconômica de conter os efeitos da superprodução, queimá-lo.

Vimos que Furtado faz a defesa do planejamento e direção do processo de desenvolvimento econômico. Isso é visível no que foi exposto acima. Mas diferentemente do que é afirmado na maior parte das análises que os estudiosos têm feito de sua obra, em que sempre se enfatiza sobremaneira esse aspecto, é que na sua abordagem da formação do Brasil, vemos que, está muito claro que a dependência, os problemas políticos e econômicos estão relacionados com a ausência daquelas “fricções sociais” que mencionou o autor. Em outras palavras, e em chave republicana, não havia espaço político a ser ocupado pelo conjunto das classes dominadas, diante do poder arbitrário e absoluto das oligarquias dominantes.

Veremos como essa interpretação de sua obra se confirma na medida em que seus escritos passam a lidar com os problemas ligados à crise política que se relaciona com a crise econômica no início dos anos 1960. Não podemos deixar de observar, por isso, que o contexto histórico em que Furtado escreve o livro é aquele do fim da década de 1950. Neste, Furtado leva em consideração que, embora haja enormes limites para uma ação transformadora das estruturas, há também uma situação completamente diferente do que aquela que prevaleceu antes da Revolução de 1930, pois as forças políticas são muito mais heterogêneas e incluem amplos movimentos populares que pressionam a estrutura de poder em favor de reformas. É com essa presença que conta Celso Furtado ao crer na possibilidade de encontrar apoio para superar o

obstáculo às mudanças institucionais representado pelo poder político dos setores oligárquicos e conservadores.

5.5 O governo Kubitschek: industrialização e reformas de base

A situação política e econômica do país no final dos anos 1950 o levou a aconselhar o Presidente da República a dar uma atenção especial à região Nordeste, o que culminou com a fundação da Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste, que Furtado dirigirá como Superintendente. Os trabalhos aí desenvolvidos se orientam para a luta pela industrialização do Nordeste, numa tentativa de diminuir o fosso que separava, em termos de crescimento e nível de renda aquela região e o centro-sul.

A construção da problemática nordestina constituirá assim um eixo de suas reflexões por meio do qual Furtado desenvolve uma série de mudanças conceituais no corpo original da teoria da Cepal e na própria “ciência econômica” no Brasil, sendo um tipo muito particular de estruturalismo que inclui uma severa crítica às estruturas de poder no país. A teoria do subdesenvolvimento não poderia, nesse sentido, surgir como um tema exclusivo da teoria econômica e ter como objeto exclusivamente a dimensão econômica da realidade. Se o objetivo de Furtado, ao contrário, é apontar para caminhos que conduzam à subversão das relações de poder, como enfatizamos nesta tese, trata-se, portanto, de política. Crê o autor ser essa a única forma de superar os dilemas e problemas de uma nação desigual internamente e subordinada externamente. Ao fazê-lo, ultrapassa as fronteiras da economia e vai buscar recursos na antropologia, na ciência política, como na sociologia. O que se pode notar com clareza em praticamente toda a produção intelectual de Celso Furtado no período com que se ocupa esta tese, dos anos Kubitschek até pouco depois do Golpe de 1964, é uma reflexão constante e em transformação a respeito dos problemas reais por ele enfrentados na política econômica e na política nacional. São, por conseguinte, esforços de síntese interpretativa voltados para a ação. Furtado chegou a explicitar isso várias vezes, pois se tratava, com a ciência social, de buscar a formulação de guias para a ação. A obra de Furtado desse período é um olhar muito apurado de uma perspectiva da história política e econômica do Brasil que provém de um autor e personagem que ocupa uma posição muito peculiar no contexto histórico em foco, uma vez que foi ele um formulador de políticas públicas. Assim, devemos afirmar, com base na interpretação que aqui

desenvolvemos da obra e atuação política de Furtado, que o fim último a que pretende o autor com essa teorização é apontar para a possibilidade de alteração das relações de poder através de mecanismos institucionais capazes de controlar as ações das elites e, com isso, mostrar caminhos para a construção social de uma república.

Os anos 1959 e 1960 apresentaram as primeiras tensões mais sérias no pacto político populista que havia permitido que o Governo Kubitschek auferisse grau de legitimidade suficiente para levar adiante o Plano de Metas. A heterogeneidade da base parlamentar de apoio ao governo, representada na aliança entre o PSD e o PTB, começou a se manifestar nos referidos anos, ao lado do aumento das tensões sociais ligadas à área trabalhista e à questão agrária (BENEVIDES, 1979). Eram crescentes os conflitos entre camponeses e proprietários de terra no Nordeste. O problema do estatuto legal do trabalhador rural, bem como o regime de propriedade da terra, vêm à tona, provocando a iniciativa do Presidente no sentido de minimizar os conflitos e a instabilidade política antes que termine seu mandato (SOLA, 1998).

A saída encontrada por Kubitschek foi enfrentar diretamente o problema do Nordeste e elaborar, aconselhado por Furtado, uma estratégia de atuação na região, que na época se tornou conhecida como uma das mais problemáticas do planeta, atraindo a atenção da comunidade e imprensa internacional. De cerca de 25 milhões de pessoas que habitavam a região na época, do Maranhão à Bahia, a maioria se encontrava em situação dramática em termos de condições de vida, resultando em êxodo e, por fim, registrando-se mortes por fome e desnutrição.

Celso Furtado, por seu lado, procura mostrar que há uma diferença fundamental no papel do Estado no caso das economias subdesenvolvidas em relação às economias industrializadas. Fez a defesa do planejamento integrado do desenvolvimento e relacionou a problemática regional diretamente à problemática do subdesenvolvimento nacional. Ao tratar das desigualdades regionais no Brasil, tem como base sua convicção da possibilidade de intervenção racional sobre a realidade, modificando-a no sentido de superar a natureza do subdesenvolvimento. Sua preocupação advinha naturalmente de sua própria posição no governo brasileiro como responsável por uma política de desenvolvimento regional, responsabilidade que assumiu ao aceitar a incumbência que lhe atribuiu Juscelino Kubitschek.

5.6 A Operação Nordeste

A iniciativa de Kubitschek foi batizada “Operação Nordeste” por ele mesmo, após uma reunião no Palácio Rio Negro, em Petrópolis, em seis de janeiro de 1959, com autoridades e pessoas tidas como produtoras de idéias. Foi então convocada pelo próprio presidente, que objetivava colher subsídios para uma ação estratégica sobre a região Nordeste, flagelada pela grande seca que se estendeu de 1958 a 1959. O seu governo se encaminhava para o final e Kubitschek vinha perdendo dividendos políticos no Nordeste miserável, ao mesmo tempo em que gastava somas vultosas de recursos em Brasília, cuja construção se apressava para inaugurar antes do fim do mandato. Para agravar o problema, o Nordeste era dominado por poucos grupos políticos oligárquicos que se apropriavam dos recursos que eram enviados para combater o flagelo da seca através do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS). A situação política no Nordeste se acirrou em conflitos resultantes de um movimento organizado de defesa dos direitos trabalhistas levado a efeito pelos “galileus” de Pernambuco, das Ligas Camponesas, e que se alastrou pela região (CALLADO, 1960; FURTADO, 1997d, p. 81-97).

Celso Furtado se utilizou propositalmente do acirramento dos conflitos procurando de maneira bem sucedida mobilizar a opinião pública para pressionar os governadores da região nordestina a apoiar as iniciativas em torno da Sudene. Nesse sentido a “atuação do *Correio da Manhã* foi decisiva para transformar um simples embrião de projeto, ainda em minha cabeça em um dado novo e de peso no debate político nacional” (FURTADO, 1997d., p. 82).

No diagnóstico que Furtado desenvolve da formação do mercado interno brasileiro nas obras que já havia escrito até então (*A Economia Brasileira, A Economia Colonial nos séculos XV e XVI*, entre outros artigos) e na que viria a publicar naquele ano (*Formação Econômica do Brasil*), destacava-se a lenta articulação dos diferentes subsistemas econômicos isolados, unidos por vínculos políticos e ligados à economia internacional. Nos últimos decênios do século XIX e na primeira metade do século seguinte, o desenvolvimento econômico brasileiro “assumiu a forma de articulação cada vez maior dessas ilhas econômicas. Tal articulação se fez em torno do mercado em constante expansão da região Centro-Sul, que encontrava nas exportações de café seu impulso de crescimento” (Furtado, 1959a, p 11). Para o autor, essa articulação trazia

o germe dos problemas de desigualdade regional da metade do século XX, pois “reproduzia o mesmo esquema de divisão geográfica do trabalho que viciaria todo o desenvolvimento da economia mundial, com suas metrópoles industrializadas e colônias produtoras de matérias-primas” (Furtado, 1959a, p. 12). Furtado destaca as relações de dependência entre o NE e o Centro-Sul industrializado, que se persistissem, poderiam provocar conflitos econômicos e políticos que retardariam ainda mais o desenvolvimento econômico e social. Os obstáculos envolvem tanto formas de exploração e dominação através do uso do poder de forma arbitrária por parte das oligarquias da região, quanto a reprodução dos desequilíbrios que caracterizam o tipo de industrialização problemática e periférica: inflação, desequilíbrio externo, heterogeneidade estrutural, desigualdade econômica e social.

Assim, no texto que resulta de palestra realizada para oficiais das Forças Armadas no ISEB em 1959, Furtado afirmou que a desigualdade é um aspecto do problema que o preocupava, pois a partir de certo ponto poderia se institucionalizar e formar classes. Conforme Celso Furtado:

E quando um fenômeno econômico dessa ordem obtém sanção institucional, sua reversão espontânea é praticamente impossível. Além disso, como os grupos economicamente mais poderosos são os que detêm o comando da política, a reversão mediante a atuação dos órgãos políticos também se torna extremamente difícil (FURTADO, 1959a, p. 15).

O estudo do Nordeste brasileiro adquire um significado importante na abordagem histórico-estrutural do autor e permite que possa formular um conjunto de propostas de políticas transformadoras que apoiaram e fomentaram os debates políticos sobre os programas de reformas estruturais, entre elas a reforma agrária. Indagado sobre o candente problema de quais vantagens para a região teria uma reforma agrária, na referida reunião com autoridades e oficiais das Forças Armadas em 13 de junho de 1959, Furtado, ao lembrar que por vezes foi apontado como sendo contrário à reforma agrária, expõe cautelosamente seu ponto de vista. Mostra que, na região da caatinga, uma reforma agrária não pode ser uma simples divisão da terra redistribuindo-a para pequenos proprietários familiares, o que seria um tiro de misericórdia na economia local da época. Segundo o autor, a “unidade de produção na caatinga, para subsistir, precisa ser relativamente grande, pois as terras

são pobres e, de certo modo, têm de compensar em quantidade sua deficiência qualitativa” (FURTADO, 1959a, p. 57).

Menciona que é necessário pensar numa economia mais racional, com mais alto nível de produtividade. Demonstra profundo conhecimento sobre as condições técnicas e ecológicas da produção local ao mostrar que tais regiões não suportam uma elevada densidade demográfica, em virtude da natureza pobre do solo, do clima e a pequena carga animal que suportam os pastos. Assim, uma reforma agrária não poderia ser uma divisão da terra, mas uma “reorganização da agricultura capaz de proporcionar ao homem melhor nível de vida” (FURTADO, 1959a, p. 59). No agreste, por sua vez, as unidades produtivas já são muito pequenas e uma reforma agrária visando à reorganização da agricultura implicaria desde logo aglutinar tais unidades. Furtado assinala que no agreste, mais pobre em certos aspectos técnicos,

um homem para sobreviver, produzindo algodão, não pode ter menos de 10 hectares. Dez hectares para algodão, e mais 10 hectares para manter o gado, se quiser ter algum animal como fonte de tração. Uma unidade produtiva no agreste deve ter em média 20 hectares, o que, no caso, corresponde a uma grande propriedade (FURTADO, 1959a, p. 60).

Na Zona da Mata é onde se encontra o latifúndio açucareiro e, diz, seu mal maior não é ser latifúndio, mas a mentalidade que vigora nele, segundo a qual os proprietários da terra impedem que os indivíduos que moram nela plantem outra coisa que a cana por medo que criem qualquer benfeitoria e, ao sair, queiram indenização. Ademais, porque querem que o morador se concentre no plantio da cana, o que gera enorme resistência contra toda forma de cultura que não seja a cana de açúcar.

Desse modo, Furtado expõe o significado da posição social e da mentalidade dos proprietários, bem como dos aspectos de ordem política para a reorganização da agricultura e dos mercados locais no Nordeste. Identificou com isso a dominância dos interesses das oligarquias latifundiárias e exportadoras como obstáculos às transformações estruturais. Furtado afirma que o objetivo fundamental de qualquer reforma agrária é que a terra seja ocupada com fim social, beneficiando a coletividade, o que requer uma utilização mais racional das terras. Para o autor, seria preciso acabar com as mentalidades que vigoram, ou seja,

“acabar com a lenda de que as terras só produzem açúcar, não dão outra coisa”.⁷⁴ Continuar a introduzir a irrigação é uma forma de reduzir a extensão do plantio da cana, elevando os rendimentos por hectare que são baixíssimos no Nordeste, aumentando a disponibilidade de terra para outros fins. Conforme Furtado,

Se para tanto é necessário tomar a terra das mãos do fazendeiro, impor a apropriação ou a desapropriação pelo Estado, esse já não é um problema econômico, mas um problema político. Na solução a ser adotada e que, não é o técnico quem decide, mas o político, levando em conta as correntes de opinião e a oportunidade histórica de fazer uma coisa ou outra coisa. [...] O que não posso é acobertar, na qualidade de técnico, uma bandeira política qualquer. Antes teria de dizer que falo como simples cidadão ou aprendiz de político (FURTADO, 1959a, p. 62-63).

Esse discurso de técnico, muitas vezes visto como expressão de uma vontade tecnocrática, um recurso aparentemente astucioso, em nossa interpretação se deve, antes, à necessidade de Furtado para se proteger e enfrentar a arbitrariedade dos setores conservadores representantes do latifúndio no Congresso Nacional, arbitrariedade muitas vezes dirigida a ele próprio. Esse fato pode ser comprovado tanto no momento em que seu nome estava sendo indicado pelo Presidente da República para a Sudene, quanto no decorrer de sua gestão, quando teve

⁷⁴ José Augusto Trindade, primeiro diretor dos serviços de pesquisa e extensão da “Inspetoria de Obras Contra as Secas” (IFOCs), instituição que em 1954 mudará de nome para “Departamento Nacional de Obras contra as Secas” (DNOCS), em artigo de 1940 afirma: “A nossa experiência já mostrou que o proprietário abastado, o coronel, no seu egoísmo, dogmatismo, e teimosia, habituado a explorar o pobre em grandes áreas mal cuidadas, não tem qualidades morais exigidas para irrigação”. J. A. TRINDADE, “Os Postos Agrícolas da Inspetoria de Secas”, Apud, HIRSCHMAN, A. O., 1965, p. 58. Albert Hirschman afirma que “Trindade reforça seu argumento pela observação de que a única colheita irrigada que os grandes fazendeiros adotam facilmente é a da cana-de-açúcar, para produção de rapadura e aguardente. A cana-de-açúcar, uma vez estabelecida, juntamente com as indispensáveis instalações para o refino e destilaria, impossibilita até mesmo o novo uso da terra para o seu verdadeiro propósito social, isto é, a cultura de gêneros alimentícios em tempo de seca. A função da irrigação, segundo Trindade, é corrigir o equilíbrio social em favor do pequeno proprietário e do meeiro, as principais vítimas das secas periódicas. O grande proprietário, embora possa sofrer sérias perdas de gado, frequentemente se aproveita das secas: por exemplo, utilizando abundante mão-de-obra de refugiados para construir uma represa em sua fazenda (a maior parte das barragens particulares foi construída durante as estiagens) ou um palacete na cidade” (idem, pp. 58-59).

que enfrentar sérias resistências às políticas que propunha o órgão regional de planejamento.

Nessa perspectiva é que Furtado aborda a questão institucional e política ligada à forma agrária no Nordeste tratando o problema da Lei de Irrigação, ao mostrar que os vastos investimentos do governo em irrigação na região enriqueceram uns poucos indivíduos que deles se apropriaram. Tratava-se de fornecer um tratamento legal e institucional às formas de utilização do poder arbitrariamente por parte de elites do Nordeste em detrimento da população camponesa. Mas não se tratava de formas não identificáveis de poder, abordadas abstratamente pelos conceitos de classes dominantes em relação às classes subalternas. Era possível identificar inclusive as personagens dessa trama, como fez Antonio Callado em suas reportagens sobre a “indústria da seca”, contando a história detalhada de como essas formas de exploração ocorriam.

Na concepção de Furtado, portanto, a irrigação só se justificaria se tivesse um fim social, pois economicamente não se pode justificar, já que o custo por hectare é elevado. Nesse sentido ele vai à minúcia, preocupado que está com o problema central da oferta de alimentos para a população nordestina na época de seca, que é o fim em si mesmo e objetivo mais imediato para o qual a Sudene e as reformas institucionais e patrimoniais que envolvem são meramente um meio. Por isso que, tratando da irrigação, ele afirmou que:

A irrigação só se justifica naquelas bacias se tiver um fim social, pois não seria fácil justificá-la economicamente. O custo do hectare irrigado nas grandes bacias existentes e nas que vamos estabelecer no futuro é tão grande que nenhuma cultura justificaria o investimento. Hoje em dia se ganha muito dinheiro porque o Governo tudo fornece de graça. Se pretendêssemos recuperar a inversão, o prazo de amortização teria de ser absurdamente longo. Nenhum país faria isso senão visando a um objetivo social [...]. Essa irrigação cara, que deve ser supervisionada pelo Governo, orientada, financiada, com técnicos, só se justificará se tiver outro objetivo que não seja enriquecer algumas pessoas (FURTADO, 1959a, p. 64).

Dessa maneira, Celso Furtado enfatiza o papel preponderante do Estado (governo) na condução da “reorganização agrícola e da reforma agrária” que está propondo para a região, reconhecendo tanto o caráter institucional quanto o problema político e jurídico que envolve a reforma agrária. É por essa razão que, ao falar sobre a legislação que estava propondo para a irrigação, afirma que para isso, “é necessário que alguma autoridade possa decidir sobre o uso das terras. Ora, em nosso direito, a decisão sobre o uso da terra é prerrogativa do seu proprietário. Aí a dificuldade” (FURTADO, 1959a, p. 64-65).

É assim que ressalta a importância dos direitos de propriedade, do papel do Estado e do problema político na conformação da economia interna, para além da racionalidade do agente econômico. Furtado está convencido de que havia uma, embora difícil, possibilidade de sucesso (e necessidade, em se tratando de uma economia subdesenvolvida) com a intervenção do Estado na dinâmica econômica dos mercados, imprimindo ao Nordeste, e com isso ao próprio país, uma nova conformação das estruturas sociais. A dificuldade mencionada acima, diz, pode ser contornada pelo controle do principal fator de produção na região que é a água, mais do que a terra. Propõe que se pense numa lei de irrigação que controle a venda da água por parte do Estado. Ele afirma:

E quando estivermos com os elementos na mão para sugerir, não me faltará coragem para dizer qual seja a solução. Mas se é oportuno ou não, não posso decidir, a política está acima da técnica, evidentemente. Também compreendo que esse existe um problema político, pode ser atacado de maneiras distintas, mediante todo tipo de manobras. O político sabe perfeitamente que o que quer nem sempre é exatamente o que está dizendo. Portanto, tem todo direito de fazer discursos sobre reforma agrária, de gritar e encurralar outros, para galgar uma posição mais forte, da qual poderá fazer outra pois amanhã. Eu não sou político, limito-me, portanto, a dar informações de técnico (FURTADO, 1959, p. 65).

O diagnóstico que faz da formação econômica do Brasil situa o subdesenvolvimento do país no século XX como produto do atraso na constituição do mercado interno e esse atraso como sintoma da dificuldade de retenção de um fluxo de renda no mercado interno à

economia brasileira. A proposta de uma política de desenvolvimento para o Nordeste parece surgir claramente desse diagnóstico e de sua dimensão política e institucional. Furtado expõe o plano de ação como constituído em quatro diretrizes.

A primeira seria criar uma economia resistente à seca, sendo necessário conhecer a fundo a região, os recursos de água profunda e superficial existentes, a flora, tudo isso mobilizando crédito e assistência técnica. Essa seria uma economia de maior produtividade, que requereria a diminuição do rebanho em certas regiões, pois a sobrecarga animal prejudica a agricultura algodoeira e torna o sistema vulnerável à seca. Essa economia de maior produtividade provocaria um excedente populacional que poderia ser absorvido por uma incorporação de novas terras ao Nordeste, deslocando-se a fronteira agrícola, a segunda diretriz. Isso exigiria a abertura de estradas, a colonização, a organização de uma economia adaptada ao meio.

Mas o desenvolvimento requer também o crescimento das atividades secundárias. Esta pode ser realizada por volumes elevados de investimentos industriais na região, que seria a terceira diretriz, destinada a absorver a enorme massa da população que já sobrava nas suas zonas urbanas, estimada em mais de meio milhão de pessoas, em idade de trabalhar praticamente sem nenhuma ocupação. Essa terceira diretriz seria também uma forma de tentar resolver a disparidade do ritmo de crescimento entre o Nordeste e o Centro-Sul. Daí surgia a quarta diretriz, que advém do problema do abastecimento de alimentos nas zonas urbanas do Nordeste.

O autor argumenta que não se poderia começar simplesmente pela oferta de alimentos, já que a população não teria com que comprar uma oferta maior deles, provocando uma queda dos seus preços e inviabilizando a possibilidade de assegurar rentabilidade à economia agrícola. Seria necessário que a demanda por alimentos, ou seja, a massa de poder de compra nas zonas urbanas, se elevasse ao mesmo tempo que a industrialização. Furtado diz que se não aumentasse a produção de alimentos, os preços tenderiam a subir, frustrando o desenvolvimento industrial e provocando a perda, no Nordeste, da grande vantagem na concorrência com o Centro-Sul do país, decorrente de um nível de salários mais baixos no setor industrial.

Quando Furtado assinala que não bastaria distribuir alimentos para matar a fome da população, e que seria preciso criar condições para que continue trabalhando e produza seu poder de compra para adquirir alimentos oferecidos no mercado, baseia-se no diagnóstico desenhado em vários estudos anteriores sobre o longo e lento processo de formação

econômica do Brasil no qual o mercado interno encontra inúmeros obstáculos para se estabelecer. Estes obstáculos confluem na difícil constituição do trabalho livre e assalariado, base de uma economia monetária e de um fluxo interno de renda na economia brasileira, o que ainda caracterizava a vasta população que ocupava a região Nordeste.

A meta reformista da SUDENE era incorporar o enorme contingente de trabalhadores do campo ao sistema econômico, dando-lhes condições de sobrevivência. Isso não seria possível sem uma mudança radical no estatuto da propriedade territorial, o que não seria possível, por sua vez, sem a intervenção direta do Estado na regulação das relações de trabalho e na gestão da economia regional. Furtado obteve êxito parcial na medida em que expôs ao Brasil e ao mundo o problema explosivo em que estava se tornando o NE. Na visão de Furtado, os sindicatos rurais e as Ligas Camponesas deveriam ser integrados pela política de desenvolvimento regional, o que conduziu, no início dos anos sessenta, a um tipo de intervenção que minimizava o potencial explosivo dos movimentos sociais no campo, exacerbando o caráter populista do sistema político brasileiro. Se, por um lado, parecia ser um recurso que viabilizara a reiteração de estratégias de “conciliação” e do “autoritarismo desmobilizador”, como diria Michel Debrun, por outro, parece muito mais uma tentativa significativa de criar canais de expressão de atitudes contestatórias dos camponeses contra o poder das oligarquias.

A fórmula criada foi a constituição de um Conselho Diretor na Sudene, em que tinha assento os representantes principais dos governos estaduais do Nordeste, incluindo os governadores e principais secretários ligados às políticas econômicas, bem como os representantes do governo central. O Superintendente da Sudene deveria ter assento no Conselho Monetário Nacional, onde se fazem políticas que poderiam afetar contraditoriamente os objetivos eleitos na Superintendência do Nordeste. O resultado da implantação dessa medida de reorganização institucional foi uma alteração de caráter fundamental na própria arquitetura da Federação, transformando o equilíbrio do poder entre o Nordeste e o Sudeste.

De acordo com o próprio Furtado, o

que estávamos programando tinha o alcance de uma reforma constitucional, porquanto nosso sistema federativo estabelece nítida separação entre instâncias federal e estadual de governo. A experiência já havia demonstrado que o recorte

federal era um engodo para o Nordeste: os pequenos estados aparecem como sendo sobre-representados na Câmara, e mais ainda no Senado, mas carecem de qualquer peso político, quando o que está em jogo são problemas de economia e finanças pública. Era necessário encontrar uma maneira de unir os estados da região a fim de que esta viesse a ter algum peso nos centros nacionais de decisão (FURTADO, 1997d, p. 88).

Aqui surgem com características enfáticas tanto o conceito de “centro de decisão” quanto a ideia da “lei” no sentido da sua constitucionalidade. Furtado se pergunta como fazer o que propôs no quadro constitucional vigente. Segundo o autor:

Adotou-se o princípio de que, no texto legal, os governadores seriam “convidados” a tomar assento no conselho deliberativo do novo órgão, com direito a voto. Criava-se um complexo sistema de contrapesos. Por um lado, cada governador controlava os demais para que a repartição de recursos não o prejudicasse. Por outro, os governadores do partido da oposição exerceriam vigilância para que os ligados ao governo federal não levassem vantagem. Demais, como os planos seriam formulados tendo na devida conta o esforço realizado pelos estados, o governo federal disporia de instrumentos para influir na aplicação desses recursos, fazendo prevalecer uma ótica regional. Meu propósito era fortalecer os governadores, expressão mais legítima da vontade popular em cada estado. E, ao mesmo tempo, introduzir o espírito regional em todos os debates e libertar a aplicação dos recursos da politicagem local. Com esse fim, o conselho deliberativo do novo órgão deveria operar com absoluta transparência, seus debates sendo veiculados pela imprensa (FURTADO, 1997d, p. 88-89).⁷⁵

A visibilidade do Conselho Deliberativo da Sudene e dos debates no Congresso divulgados pela mídia, bem como a forma como a política

⁷⁵ Destaque inserido pelo autor desta tese.

de desenvolvimento recursos passaram a ser gerenciados e divididos entre os Estados do Nordeste tiveram impacto decisivo. Limitaram as decisões arbitrárias adotadas no Departamento Nacional de Obras contra as Secas (DNOCS) com relação ao destino daqueles recursos, dissolvendo assim a articulação que existia em torno de uma “indústria da seca”. Só conseguiu esse feito graças à sua habilidade em induzir as próprias oligarquias regionais a alterarem a natureza e a dinâmica de sua competição, opondo-as umas às outras de outro modo.

Para obter esse resultado Celso Furtado sabia que teria que enfrentar fortes resistências vindas das oligarquias regionais. O Senador paraibano Argemiro Figueiredo, que acusava Furtado de “astuto economista empenhado em bolchevizar o Nordeste”, manobrou no Congresso introduzindo mudanças no projeto original de criação da Sudene, apresentado pelo Executivo Federal. As emendas do Senador retiravam o DNOCS da esfera de interferência da Sudene. Enquanto no projeto de Furtado a Sudene seria uma agência de supervisão, coordenação e controle da ação do governo, o DNOCS seria responsável pela execução dos projetos relacionados com o aproveitamento da água.

No dia 4 de novembro de 1959, em reunião do Conselho Deliberativo deixou claro que só com a aprovação do projeto de criação da Sudene no Congresso é que a política de desenvolvimento do Nordeste poderia prosseguir sem mutilações. No mesmo dia, em um programa na televisão no Recife, Furtado explicitou ameaçou se demitir caso a lei de irrigação da Sudene não fosse aprovada até o fim da sessão legislativa para que o orçamento de 1960 já incluísse os recursos para essa política. A mudança proposta pelo Senador Argemiro Figueiredo “mantinham inalteradas as bases institucionais da indústria da seca” (FURTADO, 1997d, p. 127-132).

A “Operação Nordeste” e Furtado receberam apoio de diversas entidades incluindo

“manifesto” assinado por 28 presidentes de sindicatos de trabalhadores e dezenas de líderes de classe e estudantis, ao mesmo tempo que se organizava um ato público com a presença de operários, jangadeiros, estudantes, escritores, jornalistas, radialistas e o povo em geral, de onde saíram mensagens ao Congresso Nacional. No Recife, o comércio fechou em sinal de protesto e houve grande aglomeração de gente no centro da cidade, onde foi improvisado um comício que contou com a presença do governador do estado.

Os estudantes “enterraram” o senador Argemiro de Figueiredo, e o proclamaram *persona non grata* na cidade (FURTADO, 1997d, p. 130).

O próprio presidente se empenhou, então, na Câmara dos Deputados para desobstruir a votação. Os parlamentares nordestinos ainda tentaram impedir que Furtado fosse nomeado Superintendente na Sudene, mas uma vez obtida a vitória na votação, o presidente por iniciativa própria confirmou o nome do economista paraibano para o cargo. Sendo assim, impedindo que os recursos pudessem continuar sendo apropriados privadamente, conforme os recursos de poder que cada uma delas dispunha, Furtado obteve uma fórmula legal de controle e contestação das ações destas elites que, sob olhar atento da opinião pública, foram obrigadas, a partir de então, a dar satisfações sobre o destino daqueles recursos.

Celso Furtado encontrou um meio de obter formas constitucionais para canalizar os conflitos e as energias transformadores que emergem da vontade popular, o que para esta tese tem enorme significado. Isso aparece em suas reflexões comparativas sobre os regimes ditatoriais e os democráticos e constitucionais, quando afirma que lograr “formas superiores de organização política e social representa uma conquista pelo menos tão definitiva quanto haver atingido altos níveis de desenvolvimento material” (FURTADO, 1997d, p. 217).

As soluções que se apoiaram em medidas legais votadas no Congresso são de grande importância, visto que Furtado encontrou um mecanismo legal para controlar e contestar diretamente, dentro das instituições do Estado, o poder político das oligarquias no Nordeste. Tal mudança deveria ser o início de um processo com dois elementos: a sindicalização dos movimentos camponeses no Nordeste; o início de uma reforma agrária. Em novas bases institucionais o povo nordestino tanto poderia ter a oportunidade de se apresentar como ator político relevante no processo decisório, quanto seria o objeto principal das políticas do Estado para a região.

O argumento aqui se dirige para uma interpretação desse diagnóstico e suas respectivas diretrizes de políticas. Estes são produto da visão de Furtado sobre a instituição mercado interno como decorrência de uma complexa construção social balizada por aspectos institucionais e políticos, tais quais o papel do aparelho administrativo e as estruturas de classes sociais.

Sua atuação no período entre o final dos anos 50 até o golpe de 1964 destinava-se a enfrentar a luta política contra complexos interesses

regionais e internacionais em contradição com as demandas por reformas de base que o pacto populista procurava canalizar pela via do Executivo Federal. Para Furtado o Legislativo representava os interesses do setor agrário conservador, gerando um impasse político e institucional que, na falta de solução negociada, culminou com a ruptura do regime político em 1964.

O esforço de Furtado, aparentemente em vão, tanto na problemática da questão Nordeste quanto depois na sua gestão do Ministério Especial do Planejamento, foi o de procurar o “difícil caminho do meio”, entre o golpe e a revolução social, que, na sua visão, também embutia o perigo da ruptura com a democracia e as instituições (FURTADO, 1962; 1964). Não foi totalmente em vão simplesmente porque além de ter mostrado um caminho para enfrentar os problemas ligados à arbitrariedade das oligarquias nordestinas, deixou um legado intelectual que no plano teórico possui um enorme potencial analítico.

Há relação direta e necessária entre o objeto de análise e a abordagem histórica e estrutural de Celso Furtado e a escalada administrativa e política que o levou a posições importantes no primeiro escalão do governo brasileiro no período imediatamente anterior ao golpe. A peculiaridade dessa participação política e administrativa deve-se à sua visão original das relações econômicas e também à sua interpretação peculiar do processo político que se desenrolava. Esta sua interpretação da economia e da política brasileiras apresentou um diagnóstico distinto dos extremos do espectro político, o que conduziu, conseqüentemente, a proposições distintas no que diz tange aos caminhos a serem seguidos na busca da superação dos conflitos e tensões sociais políticas que tinham relação direta com a crise e os desequilíbrios econômicos.

5.7 Reformas de base e mudança conceitual

A dimensão sociológica da obra de Furtado se acentua na medida em que, com o passar dos anos, os dilemas como formulador de políticas que enfrenta no governo brasileiro lhe impõem crescentes obstáculos de natureza sócio-política. Esses obstáculos serão tanto maiores quanto mais se radicaliza a crise política acompanhada pela crise econômica e pela erosão das bases institucionais e sociais do pacto populista. A eles Furtado vai reagindo prática e teoricamente, num processo de reflexão sobre como formular e executar política econômica e planejamento. Os obstáculos encontrados nesse processo são, em

grande parte de ordem política, que dizem respeito às tarefas de negociação e aprovação nas instâncias competentes no Congresso.

Em uma de suas obras mais importantes, *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*, a dimensão institucional e o conflito político voltam ao centro de seu argumento teórico sobre a formação e a ampliação do mercado interno no Brasil. Neste livro, no item intitulado “Problemas e tendências atuais” do capítulo “Industrialização e inflação”, escrito em 1960, Furtado dedica um tópico ao problema por ele frequentemente tratado da “transferência dos centros de decisão” e ao qual dá extrema relevância (FURTADO, 1963, p.243-247). Sua atenção concentra-se sobre as lutas em torno da paridade cambial após a II Guerra Mundial, e mostra que, após um confronto agressivo com os líderes industriais, os grupos ligados ao “pensamento tradicional” fazem prevalecer seu ponto de vista. Furtado aponta para o irrealismo da medida que logo vem à tona e força a introdução dos controles quantitativos das importações, fixando critérios de seletividade que fazem prevalecer os interesses da indústria. Para Furtado, o grupo industrial passa a beneficiar-se mais acentuadamente das modificações nas relações de forças que decorrem dessa nova situação.

Celso Furtado afirma que,

A transferência dos centros de decisão teve consequências de maior alcance do que se percebe à primeira vista. É que os grupos ligados ao setor externo eram *par excellence* grupos dependentes, econômica e mentalmente⁷⁶ (FURTADO, 1963, p. 245).

Furtado, em várias obras, revela que o grau de autonomia decisória de países exportadores de produtos primários é limitado e que as decisões são necessariamente reflexas. Os grupos internacionais que controlam os mercados mundiais de produtos primários “sobrepõem seus interesses aos de cada país exportador considerado isoladamente” (idem, p. 245), sendo natural que os grupos de decisão que atuam dentro destes países o façam “em sintonia com o comando internacional”.

Quanto ao papel dos grupos industriais, Furtado procura mostrar que a internalização do centro de decisão decorrente da substituição dos mercados externos consumidores de produtos primários pelo mercado interno como centro dinâmico da economia brasileira após 1930 gera a

⁷⁶ Destaque inserido pelo autor do presente trabalho.

possibilidade (ou pelo menos a expectativa) de tornarem-se, tais grupos, capazes de participar ativamente de uma estratégia de superação da dependência e do subdesenvolvimento. De acordo com Celso Furtado,

Os centros de decisão que se apóiam nas indústrias ligadas ao mercado interno gozam, por definição, de elevado grau de autonomia. Preocupa-nos, acima de tudo, a manutenção do nível interno de emprego e a ampliação de seu mercado. Na medida em que estes grupos passaram a predominar no Brasil, firmou-se a mentalidade “desenvolvimentista”, que possibilitou a formulação de uma política sistemática de industrialização, no último decênio. O conflito entre os dois grupos ideológicos agudizou-se ao extremo no caso do petróleo (FURTADO, 1963, p. 245).

A ideologia do desenvolvimento configura-se em ideologia do desenvolvimento nacional, procurando fazer crer que há um campo dentro do qual há coincidência entre os interesses da burguesia industrial nacional e os interesses da nação. Frequentemente Furtado refere-se ao fato de que uma política de desenvolvimento requer que a sociedade esteja plenamente consciente dos problemas que tem a enfrentar. Por volta dos anos 50 e 60, considerava que o Brasil ainda não havia adquirido essa consciência para elaborar um projeto de seu futuro de modo a tornar-se apto para criar um sistema institucional capaz de executá-lo (FURTADO, 1966, p. 146). Essa ênfase no sistema decisório e institucional-legal é um dos elementos que permite especular em torno da hipótese de que se trata, para Furtado, de uma construção republicana que seria interrompida bruscamente em 1964. O outro é a sua frequente afirmação da prioridade da racionalidade substantiva sobre a racionalidade instrumental. Esta última distinção torna clara a abordagem e o uso que faz Celso Furtado das ciências sociais, a economia em particular, à qual atribui um papel instrumental, próprio de um recurso técnico disponível como “meio” para os intelectuais e dirigentes de uma nação que devem ter “fins” que são eleitos pelo povo em conflito na resolução dos problemas históricos que se apresentam para a coletividade.

A identificação da necessidade de transformações sociais e políticas das estruturas sociais para o enfrentamento do esgotamento do processo de industrialização substitutivo de importações, e do próprio

problema do subdesenvolvimento brasileiro, foi uma tomada de consciência realizada por Furtado na análise histórica do problema das desigualdades regionais no Brasil. Referente a esse aspecto, devemos afirmar, portanto, – à luz do que Bevir ensinou acerca do papel das tradições com o ponto de partida para a explicação histórica e sobre o modo como o pensamento de um autor deve ser interpretado –, que se tratava de uma crença adquirida por Celso Furtado no enfrentamento dos dilemas que o autor enfrentou em suas elaborações teóricas e tarefas políticas.

Em um artigo intitulado “Obstáculos políticos al crecimiento económico del Brasil”, escrito em 1965, Celso Furtado destaca os conflitos entre o poder Executivo como representante dos anseios populares e o Congresso Nacional como representante dos interesses das classes dominantes no país. Furtado afirma que esses conflitos foram a tônica da política brasileira nos anos anteriores, mas se tratava apenas de um sintoma mais evidente de um profundo conflito interno que corroía todo o processo político (FURTADO, 1965).

Furtado denunciava o controle exercido pelos grupos políticos dominantes e locais nas diferentes regiões do país como obstáculos intransponíveis para se dar alguma racionalidade à máquina pública. Denunciava também o conflito fundamental entre as massas urbanas sob a liderança populista e a estrutura de poder que controla o Estado. Por um lado, os líderes populistas defendiam publicamente a realização de “reformas de base” e mudanças estruturais, mas o controle efetivo do Estado, estando na mão de grupos tradicionais, impedia que essas reformas fossem adiante.

Para o autor, a luta pelo poder entre os líderes populistas e os grupos tradicionais era o miolo de um conflito político que tendia a jogar por terra qualquer esforço de planejamento coerente. Identificando este conflito como central, Furtado procurou responder teoricamente aos desafios práticos, buscando conferir à estrutura teórica, que chamou de teoria do subdesenvolvimento, consistência suficiente para legitimar as orientações sugeridas por ele nos cargos que ocupou. Isso no que diz respeito à industrialização e ao papel do Estado com o planejamento, à inflação, ao desequilíbrio externo e à desigualdade regional. Esses temas explicitaram-se no dia-a-dia do processo de elaboração de políticas e no debate travado principalmente com os economistas monetaristas como Campos e Gudín. Ambos se manifestaram contrariamente, de forma sistemática, ao desenvolvimentismo brasileiro dos estruturalistas, direcionando a Celso Furtado a maior parte das críticas.

Por seu lado, Celso Furtado sempre deixou claro nos textos sua discordância em relação à terapêutica cientificista (dotada da pretensão de universalidade) da economia neoclássica e seus porta-vozes monetaristas, Roberto Campos e Eugênio Gudin. Tratava-se de uma reflexão teórica “sincera, racional e consciente”, como diria Mark Bevir, pois Furtado pôde com isso caminhar na direção da construção do que ele chamou de uma “visão global” dos processos econômicos. Essa visão global dos processos econômicos, como vimos, é essencialmente interdisciplinar, o que o leva a rejeitar qualquer visão que negligencie os aspectos políticos e institucionais. Na base disso está sua visão da relação entre desenvolvimento e cultura, o que requer necessariamente uma abordagem histórica do subdesenvolvimento. Sua discordância no tocante aos anti-desenvolvimentistas parte justamente da falta, nestes, de uma visão baseada na história e na cultura brasileiras.

Ao analisar a fundo o debate entre Furtado e a dupla Campos-Gudin, Silva exibiu com clareza o significado político dessa disputa teórica. Ao defender a hipótese de que a ciência econômica destes últimos representou uma renovação da ideologia do Estado autoritário no Brasil, ao renovar o potencial ideológico dos clássicos do pensamento autoritário brasileiro, mostrou que Campos e Gudin não explicitaram a sua “interpretação do Brasil”. Pois, de acordo com Silva:

Se Gudin e Campos não apresentam de modo sistemático uma “interpretação do Brasil”, nos termos de seus antecessores, é porque eles absorvem e compartilham a interpretação já existente. Se a chave para a interpretação do Brasil desenvolvida pelos clássicos do autoritarismo é a visão que marca a irracionalidade e o apoliticismo do povo brasileiro, então podemos defender que Gudin e Campos elaboram suas idéias tendo como pressuposto tal interpretação; não a desenvolvendo de modo sistemático porque isso já havia sido feito. Longe de ignorá-la ou recusá-la, expandiram-na para outros domínios, não somente levando em conta a suposta falta de educação política do povo brasileiro, fato que o tornaria despreparado para a vida democrática, mantendo assim a tese de seus antecessores, como argumentando que tal irracionalidade estende-se ao comportamento econômico (SILVA, 2004, p. 293-294).

Nesse sentido, o autor discute a concepção de cultura de Roberto Campos mostrando que “o tipo cultural representado pelo homem econômico, típico dos países anglo-saxônicos, corresponde, para Campos, àquele mais adequado ao desenvolvimento” (SILVA, 2004, p.296). O tipo cultural do brasileiro é, para Campos, avesso aos requisitos básicos do desenvolvimento como se apresentou nos países avançados: excessiva propensão ao consumo, a preferência pela estética ao invés da eficácia, uma aversão ao comportamento racional e uma tendência ao emocionalismo. O que Campos chamou de “propensão antidarwinista” estaria na base do paternalismo, do clientelismo, do jeito brasileiro, do excessivo protecionismo.

Para os referidos economistas, era preciso mudar os brasileiros e não construir novas teorias para explicar o Brasil. Se a cultura é incompatível com o desenvolvimento, então é necessário mudar a cultura através de um “projeto consciente”. Pois o populismo de que acusavam os governos desenvolvimentistas se sustentava sobre estes elementos da cultura e do caráter dos brasileiros. Este projeto envolveria, conforme Silva, a proteção do “universo das elites contra a influência dos vícios de nossa cultura”. Essa proteção institucional, Silva chamou de Estado autoritário, uma “estrutura institucional que combina o máximo de poder e liberdade de movimentos para a tecnocracia do poder executivo estatal, com o mínimo de influência popular na formação das políticas públicas” (SILVA, 2004, p. 299). E segundo as propostas de Gudin e Campos, a saída seria “impedir que a população eleja seus representantes, principalmente para os altos cargos do poder executivo” (SILVA, 2004, p.299).

Tais posições decorrem da opinião de que o povo carece de educação política e com isso a democracia e o sufrágio universal são inviáveis, visto que, para Gudin, os habitantes da América Latina como um todo não receberam de suas metrópoles ibéricas as lições de *self-government* que os Estados Unidos receberam da Inglaterra. Para este economista, a falta de cultura do povo brasileiro o impede de se corrigir através da democracia representativa, e sendo este regime uma função genética do grau de educação política, não precisaria a América Latina criar uma civilização já que bastaria assimilar a européia criada nos séculos anteriores.

No auge deste raciocínio de Gudin, o modo mais eficaz de assimilar tal civilização seria difundir os princípios de funcionamento do sistema econômico e, conseqüentemente o ensino da ciência econômica, que deveria se fazer desde o ginásial, papel a ser cumprido pelo Estado.

Já vimos como Furtado aborda todos estes temas, mas suas conclusões são muito díspares. É esse o sentido que queremos captar na obra de Furtado para explicar como a mudança conceitual e a renovação teórica que empreendeu, utilizando-se do histórico-estruturalismo, continham esse caráter de luta política. Tal referência à “política” se manifesta com toda clareza em trabalhos como *Subdesenvolvimento e Estado Democrático*, *Dialética do Desenvolvimento*, *A Pré-Revolução Brasileira*, *Obstáculos Políticos ao Crescimento Econômico*, *Da República Oligárquica ao Estado Militar*.

É nesse sentido que em novembro de 1961, na Cidade de Recife, olhando para o Brasil a partir do Nordeste, portanto, ao escrever a introdução do livro *Subdesenvolvimento e Estado Democrático*, Celso Furtado afirmou que com a industrialização, o Brasil alcançou um grau de diferenciação que possibilitou a internalização dos principais centros de decisão. Conforme Furtado:

Como decorrência dessa modificação estrutural, aumentou grandemente a eficácia de nossas decisões no plano da política econômica. Se no passado não podíamos mais que perscrutar as tendências da economia internacional, como quem perscruta o tempo para defender-se de um vendaval, hoje estamos em condições de tomar as decisões mais fundamentais concernentes à atividade econômica do país. Mas não podemos tampouco fugir ao corolário: se antes os males causados pela inexistência de uma política econômica conseqüente estavam limitados pela força da corrente que vinha de fora, hoje alcançam eles muito maior profundidade. Destarte, o mais grave não é que podemos autodirigir-nos, e sim que não nos resta outra saída senão fazê-lo (FURTADO, 1982, p. 7-8).

Assim, Furtado tentou mostrar que ao Estado cabe uma responsabilidade no processo de desenvolvimento que é distinta nos países centrais e nos periféricos. Na falta de maior entrosamento entre cientistas políticos e economistas, não se esclareceu no Brasil essa diferença do papel do Estado. Para Furtado era preciso essa perspectiva interdisciplinar auxiliasse na realização da aspiração de conciliar desenvolvimento material com elevação dos níveis de vida do povo,

“com um sistema político baseado no máximo de liberdade pessoal” (FURTADO 1982, p. 48).

Furtado procurou esclarecer a falácia contida na opinião de que toda diminuição do livre comércio tem a contrapartida da redução da liberdade individual. Ao contrário, para Celso Furtado estavam dadas novas condições para um “aperfeiçoamento das instituições políticas nas sociedades democráticas” (FURTADO 1982, p. 49).

Esta referência torna-se cada vez mais explícita a partir do fim dos anos cinquenta e na primeira metade da década seguinte, mas já se encontra latente em obras anteriores. Se, por um lado, o tratamento direto da dimensão política e institucional foi efetuado nestas obras, pode ser encontrado também, como já se viu anteriormente, em trabalhos da juventude como *A Trajetória da Democracia na América*; por outro lado, Furtado tinha clareza de que sua abordagem teórica do fenômeno do subdesenvolvimento era em si mesma um instrumento mais importante de luta política de que dispunha. É nesse sentido que se pode apreender a disputa existente entre o estruturalismo e o monetarismo no debate econômico dos anos em foco.

É visível na obra de Celso Furtado que ele teve consciência do que se passava politicamente no âmbito do debate econômico e teórico. Todos os seus textos são escritos com uma permanente referência às opções teóricas alternativas, o que demonstra um esforço claro de superar as limitações dos instrumentos de ação disponíveis no campo do conhecimento econômico. Uma vez que a ideologia do Estado autoritário estava sendo atualizada pela ciência econômica, e Furtado percebeu o potencial autoritário da tecnocracia monetarista, potencial fomentado pelo cientificismo e universalismo em que se baseava, tratou o autor de registrar nos seus textos os fundamentos das suas tomadas de decisões no campo da política econômica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Retomemos aqui o argumento com as palavras do próprio Celso Furtado: “Não se coloca, portanto, a opção entre desenvolvimento e liberdade, pois estes são dois objetivos irreduzíveis um ao outro”; para o autor, “o problema fundamental consiste em desenvolver técnicas que permitem conciliar rápidas transformações sociais e padrões de convivência humana de uma sociedade aberta”. E estas transformações, segundo Celso Furtado, devem ser buscadas no conflito, pois “é nos conflitos que, com frequência, estão as sementes da renovação” (FURTADO, 1997d, p.217).

A primeira passagem foi extraída pelo autor, do seu ensaio intitulado *Reflexões sobre a pré-revolução brasileira* (FURTADO, 1962a), escrito no início da crise que se radicalizava e resultaria no surgimento de um regime político autoritário. Celso Furtado defende que não há contradição entre desenvolvimento e liberdade, mas ao contrário, como no mesmo trabalho também afirma, a “preservação de nossa autodeterminação é pré-requisito para podermos definir nossos fins, que são a liberdade e o desenvolvimento econômico”. A segunda passagem foi extraída do seu livro *O Brasil Pós-Milagre*.

De acordo com Celso Furtado, podemos verificar que desenvolvimento e liberdade “são os objetivos finais em torno dos quais devemos nos unir” e que “devem estar ligados à nossa concepção de vida”. Chega a essa formulação a partir da constatação de que não podemos nos subordinar à racionalidade formal que é totalmente independente dos “juízos de valor com respeito a fins”, de onde devem ser definidos aqueles objetivos.

Com isso caem por terra as saídas aristocráticas representada pelos interesses dominantes, e qualquer tentativa tecnocrática de solução do problema do subdesenvolvimento, como a que representava neste contexto a “ciência econômica” dos monetaristas e sua pretensão de universalidade, para a qual a irracionalidade do povo não permite que ele conviva com a democracia. Em outras palavras, crê que só o povo, em seu conjunto pode definir os fins, especialmente os dominados, pois é com a identificação de suas necessidades que se pode eleger os critérios sociais que apontam para os fins comuns a serem perseguidos pela sociedade.

Foi dessa maneira que Celso Furtado concebeu a própria teoria do subdesenvolvimento: como uma arma de luta. E só chegou a essa formulação porque estava imerso no conflito, como um dos seus

protagonistas. Por essa razão é que a própria ideia de conflito tornou-se central na sua economia política republicana, assim como a ideia de liberdade. Seu republicanismo está relacionado tanto à forma como concebe quanto como mobiliza os conceitos. Esta abordagem republicana das ciências sociais o conduz a uma concepção das instituições sociais, sobretudo da lei e da Constituição de uma nação, que está inscrita em sua teoria do subdesenvolvimento.

Na raiz desse conflito estava o processo de industrialização causador do aprofundamento dos desequilíbrios estruturais próprios da economia dependente de uma república oligárquica. Como disse Furtado no início de 1964:

O conflito resulta da busca consciente, pelos membros de uma sociedade, de valores que se excluem. Na busca desses valores os indivíduos ou grupos rivais usam as armas mais variadas, indo da violência à persuasão, do terror ao ridículo (FURTADO, 1964. p. 29).

No contexto histórico em questão, o conflito tornou claro que os interesses do povo se opunham aos interesses das elites. Dominantes e dominados se enfrentaram até o embate final em março de 1964. Num país com tradição autoritária, e na presença de forças políticas que se utilizavam da conspiração como recurso para defender seus interesses, Furtado teve presença de espírito e frieza para indicar os meios através dos quais esta nação dividida poderia enfrentar seus problemas. Suas experiências na Sudene e na crise que levou ao Golpe de 1964, foram decisivas para a emergência de uma teoria do subdesenvolvimento, que incluiu, conceitos centrais da tradição republicana.

A iminência da ruptura constitucional e da implantação de uma ditadura era visível desde o fim do governo Kubitschek, e diante disso, Celso Furtado atuou sistematicamente no sentido de apontar as saídas para superar o impasse e evitar o pior. Na Sudene, evitar o pior era, conforme Furtado, encontrar caminhos legais para permitir que o conflito entre povo e oligarquia fosse resolvido de forma a conter esta última em sua avidez por mais poder e riqueza, ampliando o espaço a ser ocupado na estrutura de poder pelo povo nordestino. Como desenvolvimento e liberdade são interdependentes, os ganhos materiais representados pela elevação das condições de vida dos camponeses seriam pré-requisitos para sua emancipação política. Assim como, inversamente, a ampliação daquele nível de vida só poderia ocorrer se os

objetivos de políticas a serem perseguidos fossem obtidos por meio de um critério social.

Além disso, as garantias da liberdade obtidas dessa forma no Nordeste seriam um mecanismo que atenderia tanto ao requisito de superar a dependência da região em relação ao sudeste, quanto à necessidade de superar a dependência do país em relação a outras nações. Como tivemos a oportunidade de ver, Furtado mostrou que há uma interdependência e similaridade nas relações de dominação (dependência) que estabelecem as regiões do país e aquelas relações de dominação que se estabelecem entre o Brasil subdesenvolvido e os países centrais.

As ideias de liberdade e de conflito foram buscadas na tradição republicana como apoio para estudar o pensamento político de Celso Furtado. Observamos que a teoria do subdesenvolvimento de Furtado, assim como sua própria posição política, é diametralmente oposta àquela ciência econômica defendida por economistas como Gudin e Campos, que traz consigo a vontade aristocrática e autoritária. O conceito de liberdade contido no pensamento político destes autores é essencialmente negativo, ou seja, próprio da tradição liberal, e que se define pela ausência de qualquer forma de interferência nas escolhas dos agentes, dentre as quais a lei. Por isso não tem nada de contraditório serem eles os representantes da ideologia do Estado autoritário, pois, como constatamos, o conceito negativo de liberdade convive bem com as relações de dominação e arbítrio. Nessa perspectiva, o homem é livre na medida em que o Estado, através da lei, não interfira na sua vontade dentro de sua capacidade, nos termos em que Thomas Hobbes definiu o conceito de liberdade.

Para o republicanismo inspirado em Maquiavel, inversamente, o homem é livre na medida em que a lei seja uma garantia de sua liberdade. Segundo Maquiavel, “há em todos os governos duas fontes de oposição: os interesses do povo e os da classe aristocrática”. Sendo assim, Maquiavel salienta que “todas as leis para proteger a liberdade nascem da sua desunião”. Por isso, Maquiavel se insurgiu contra aqueles que acusaram de desordem a república romana, porque ele concebeu a lei justamente como produto do conflito que estas desordens representavam. A lei não é mais uma limitação à liberdade, porém constitutiva da liberdade. Ele mostra que em Roma o conflito não resultou em exílio, violências prejudiciais ao bem público, mas fez “nascer leis e regulamentos favoráveis à liberdade de todos” (MAQUIAVEL, 2000, p. 31).

Para Maquiavel, ao povo é que deve ser assegurada a salvaguarda da liberdade, pois só o povo traz consigo o desejo de não ser dominado. Assim, “se deve sempre confiar um depósito a quem tem por ele menos avidez” (MAQUIAVEL, 2000, p. 33), pois a aristocracia traz consigo o desejo de ampliar o domínio que exerce mediante o uso arbitrário do poder de que desfruta.

Vimos como Pettit e Skinner são atualmente os estudiosos da tradição republicana que buscam em Maquiavel as fundações de um conceito de liberdade republicana adequado a sociedade contemporânea. Na concepção deles, a liberdade de um indivíduo se define pela ausência de dominação, entendendo por dominação a interferência arbitrária de outrem sobre esse indivíduo. Para Skinner, a liberdade individual é interdependente da liberdade do Estado em relação a outros Estados. Para Pettit, diz que a liberdade do cidadão só pode ser assegurada onde o povo, que é dominado, tenha a capacidade para contestar as ações daqueles que exercem a dominação sobre ele.

Conforme Skinner, o sistema constitucional republicano cumpriria a dupla função de controlar o comportamento corrupto e arrogante dos dominantes, quanto induzir o comportamento virtuoso dos cidadãos. O povo e as elites, adequadamente representados nas instituições do Estado republicano, exercem uma espécie de vigilância mútua que tende a servir de antídoto à ociosidade do povo e à arrogância das elites (SILVA, 2008).

Vemos assim que esse conceito é definido também pela ausência de alguma coisa, como o conceito negativo de liberdade de Hobbes, e não pela presença, como no conceito positivo de liberdade da tradição aristotélica. Mas aqui, trata-se da ausência de arbítrio e não de lei. As boas leis, nesse sentido, como para Maquiavel, só podem nascer da capacidade que o povo tem de contestar o poder arbitrário das classes dominantes, através de um sistema constitucional que torne disponíveis os mecanismos legais para isso. A função deste sistema constitucional é permitir que os conflitos que atravessam o sistema social sejam a fonte das garantias de liberdade dos cidadãos, e por meio desta, da liberdade da nação.

Esse é o sentido do republicanismo de Celso Furtado, e daí a afirmação de que na construção de sua teoria do subdesenvolvimento o economista brasileiro forneceu as fundações de uma economia política republicana. Entendemos, portanto, a teoria do subdesenvolvimento de Celso Furtado como a expressão de uma economia política republicana, como o fundamento de um esforço consistente no sentido de apontar saídas para tentativas de superação da dominação que as classes sociais

exercem umas sobre as outras, diretamente ou através do Estado, como também de superação da dominação (dependência) da nação em relação a outras nações mais poderosas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO (2000). “República e democracia”. *Lua Nova*, n 51, 5-30.

ARAÚJO, C. (2004). “Razão Pública, bem comum e decisão democrática”. In: COELHO & NOBRE (Orgs.). *Participação e deliberação: teoria democrática e experiências institucionais no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Ed. 34, pp.157-169.

ARBIX, G. & ABRAMOWAY, R. (Orgs.) (2001). *Razões e ficções do desenvolvimento*. São Paulo: UNESP/EDUSP, 2001.

ARRAES, M. (1995). “Modernização e globalização”. In: GAUDÊNCIO, F. S. & FORMIGA, M. (Orgs.). *Era da esperança: teoria e política no pensamento de Celso Furtado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

BANDEIRA, M. (2001). *O governo João Goulart. As lutas sociais no Brasil, 1961-1964*. – 7a edição – Rio de Janeiro: Revan; Brasília, DF: Ed. UnB.

BERLIN, I. “Dois conceitos de liberdade”. In: BERLIN, I. *Estudos sobre a humanidade: uma antologia de ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, pp. 226-272.

BEVIR, M. (1999). *The logic of the history of ideas*. Cambridge: Cambridge University Press.

BIELSCHOWSKY, R. (1988). *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro: IEPA/INPES.

BIELSCHOWSKY, R. (2001). “Celso Furtado e o pensamento econômico latino-americano”, in: BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos & REGO, José Márcio. *A grande esperança em Celso Furtado: ensaios em homenagem aos seus 80 anos*. São Paulo: Ed. 34, pp. 109-126.

_____. (Org.) (2000). *Cinquenta anos de pensameto na CEPAL*. Rio de Janeiro: Record, 2000, 977 p.

BIGNOTTO, N. (2001). *Origens do republicanismo moderno*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 301p.

_____. (1991). *Maquiavel republicano*. São Paulo: Loyola.

_____. (Org.) (2000). *Pensar a República*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 192p.

BOBBIO, N. (1985) *A teoria das formas de governo*. – 4ª. edição – Brasília: Editora Universidade de Brasília.

BOBBIO & VIROLI (2002). *Diálogo em torno da república: os grandes temas da política e da cidadania*. Rio de Janeiro: Campus, 130p.

BOCK; SKINNER; VIROLI (Eds.) *Maquiavelli and republicanism*. Cambridge: Cambridge University Press, 318p.

BOSCHI, R. R. (1979). *Elites industriais e democracia: hegemonia burguesa e mudança política no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Graal.

BRANDÃO, G. M. “O peregrino da ordem do desenvolvimento”. In: Gramsci e o Brasil. <<http://www.artnet.com.br/>> (acesso em 20 de junho de 2003).

BRESSER PEREIRA, L. C. (2004). “O surgimento do estado republicano”. *Lua Nova*, N. 62, pp.131-150.

BRESSER-PEREIRA, L. C. & REGO, J. M. (2001). *A grande esperança em Celso Furtado: ensaios em homenagem aos seus 80 anos*. São Paulo: Ed. 34.

BUARQUE, C. (2007). *Foto de uma conversa – Celso Furtado e Cristovam Buarque*. São Paulo: Paz e Terra.

CALLADO, A. (1960). *Os industriais da seca e os “galileus” de Pernambuco*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

CARDOSO, S. (2000). “Que república? Notas sobre a tradição do ‘governo misto’”. In: BIGNOTTO, N. (Org.) (2000). *Pensar a República*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, pp. 27-48.

_____. (Org.) (2004). *Retorno ao republicanismo*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 231 p.

CEPÊDA, V. A. (2001). “O pensamento político de Celso Furtado: desenvolvimento e democracia”, in: BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos & REGO, José Márcio. *A grande esperança em Celso Furtado: ensaios em homenagem aos seus 80 anos*. São Paulo: Ed. 34, pp. 167-184.

_____. (1998). “Raízes do pensamento político de Celso Furtado: desenvolvimento, nacionalidade e Estado democrático”. Dissertação (Mestrado Ciência Política) – FFLCH/USP, São Paulo.

COLLINGWOOD, R. G. (1972). *A idéia de história*. Lisboa: Presença.

CONSTANT, B. (1985). “Da liberdade dos antigos comparada à dos modernos”. In: *Filosofia Política*. N. 2, Campinas, L&PM Editores, 1985. Pp. 9-25.

DAGGER (2006) “Neo-republicanism and the civic economy”. *Politics, philosophy & economics*. 5(2). London: Sage Publications, pp.151-173.

DUNN, J. (1968). “The Identity of the History of Ideas”, *Philosophy*, 43, pp. 85-116.

FAORO, R. (1994) “Do pensamento político”, in: *Existe um pensamento político brasileiro?* São Paulo: Ática, pp. 7-18.

FIORI, J. L. (2000). “A propósito de uma ‘construção interrompida’”. In: TAVARES, M. C. (org.). *Celso Furtado e o Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, pp. 33-57.

FORMIGA, M. & SACHS, I. (Coord.) (2000). *Celso Furtado, a Sudene e o futuro do Nordeste*. Recife: SUDENE.

FURTADO, C. (1944). “A feição funcional da democracia moderna”. *Cultura Política* (jan. 1944). Rio de Janeiro, ano IV, 36, pp.55-58. (FFLCH)

_____. (1944). “Notas sobre a administração de pessoal no Governo Federal Americano”, *In: Revista do Serviço Público*, Ano VII, Vol 3, numero 1, julho de 1944, pp.49-53. (FFLCH e FEA)

_____. (1944). “A estrutura da Comissão do Serviço Civil dos EE.UU”. *Revista do Serviço Público* (fevereiro 1944). Rio de Janeiro: DASP, v. 1, ano 7, nº 2, pp 66-69.

_____. (1946). “Trajetória da democracia na América”. *Revista do Instituto Cultural Brasil-Estados Unidos* (1946). Rio de Janeiro. (Prêmio Franklin D. Roosevelt, outorgado pelo IBEU);

_____. (1946). “Teoria da estrutura em organização”. *Revista do Serviço Público* (fevereiro 1946), Rio de Janeiro, DASP, ano IX, v. 1, 2, pp 1-30; (o mesmo artigo em Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946).

_____. (1946). “Teoria do Departamento de Administração Geral”. *Revista do Serviço Público* (maio 1946). Rio de Janeiro: DASP, v. 2, ano IX, nº 2, pp. 25-32.

_____. (1950). “Características gerais da economia brasileira”. *Revista Brasileira de Economia*, 4(1), março.

_____. (1952). “Formação de capital e desenvolvimento econômico”. *Revista Brasileira de Economia*, 6(1), set.

_____. (1954). *A economia brasileira*. Rio de Janeiro: A Noite.

_____. (1956). *El Análisis Marginal y la Teoría del Subdesarrollo*. *El Trimestre Económico*, Cidade do México, v. XXIII, out./dez., pp. 438-447.

_____. (1956). *Ensayo de Interpretación históciro-analítica del Desarrollo Económico*. *El Trimestre Económico*, Cidade do México, v. XXII, abr./jun., pp. 151-176.

_____. (1956). *Uma economia dependente*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura.

_____. (1958a). *Perspectivas da economia brasileira*. Rio de Janeiro: ISEB, 83p.

_____. (1958b). *Ideas em Torno a la Creación de una Escuela Latinoamericana de Economía*.

_____. (1958c). *Reunión de Economistas de Oriente y Occidente. El Trimestre Económico*. Cidade do México, Vol. XXV, n. 8, Setembro, pp. 403-406.

_____. (1959a). *A operação Nordeste*. Rio de Janeiro: ISEB.

_____. (1959b). “Ninguna política esta justificada como no sea em virtud del desarrollo econômico del país”. *El Trimestre Económico*, Cidade do México, v XXVI. N 101. p 136-140, jan.-mar.

_____. (1959c). *Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional: Presidência da República, Conselho do Desenvolvimento – Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste, 94p.

_____. (1962a). *A pré-revolução brasileira*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura.

_____. (1962b). *Plano Trienal de desenvolvimento econômico e social (1963-1965): síntese*. Rio de Janeiro: Brasil-Presidência, dezembro.

_____. (1963). *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. – 2^a ed. - Rio de Janeiro: Ed. Fundo de Cultura S. A.

_____. (1964). *Dialética do desenvolvimento*. – 2^a ed. – Rio de Janeiro: Ed. Fundo de Cultura S.A.

_____. (1965). “Obstáculos políticos al crecimiento económico del Brasil”. In: VÉLIZ, C. et. al. *Obstáculos para la transformación de América Latina*. México: Fondo de Cultura Económica, pp. 145-158.

_____. (1968a). *Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina*. – 3^a. Edição – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

_____. (1968b). *Um projeto para o Brasil*. – 2^a ed. – Rio de Janeiro: Ed. Saga.

- _____. (1974). “Objetividade e ilusionismo em economia”, IN: *O mito do desenvolvimento econômico*. – 2ª. Ed. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, pp. 111-117.
- _____. (1975). *Análise o ‘modelo’ brasileiro*. – 5ª. Edição – Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira.
- _____. (1981). *O Brasil pós-milagre*. – 6ª ed. – Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- _____. (1982). *Subdesenvolvimento e Estado democrático*. Recife: Comissão de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco.
- _____. (1983a). *Economia*. São Paulo: Ática.
- _____. (1983b). *Teoria e política do desenvolvimento econômico*. – 8ª ed. – São Paulo: Ed. Nacional.
- _____. (1992a). “O subdesenvolvimento revisitado”. *Economia e Sociedade*, n. 1, Campinas, pp. 5-19.
- _____. (1997a). “Contos da vida expedicionária”. In: *Obra autobiográfica de Celso Furtado*. Tomo I. Rio de Janeiro: Paz e Terra, pp. 17-86.
- _____. (1997b). “A Fantasia Organizada”. In: *Obra autobiográfica de Celso Furtado*. Tomo I. Rio de Janeiro: Paz e Terra, pp. 87-367.
- _____. (1997c). “Aventuras de um economista brasileiro”. In: *Obra autobiográfica de Celso Furtado*. Tomo II. Rio de Janeiro: Paz e Terra, pp. 9-26.
- _____. (1997d). “A Fantasia Desfeita”. In: *Obra autobiográfica de Celso Furtado*. Tomo II. Rio de Janeiro: Paz e Terra, pp.27-312.
- _____. (1997e). “Entre o inconformismo e o reformismo”. In: *Obra autobiográfica de Celso Furtado*. Tomo III. Rio de Janeiro: Paz e Terra, pp. 9-40.

_____. (1997f). “Os ares do mundo”. In: *Obra Autobiográfica: Celso Furtado*. Tomo III. Rio de Janeiro: Paz e Terra, pp. 41-376.

_____. (1999). *O longo amanhecer: reflexões sobre a formação do Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

_____. (2000). *Formação econômica do Brasil*. – 27^a edição – São Paulo: Companhia Editora Nacional: Publifolha, 276 p. – (Grandes nomes do pensamento brasileiro).

_____. (2001). “O processo histórico do desenvolvimento”, in: BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos & REGO, José Márcio. *A grande esperança em Celso Furtado: ensaios em homenagem aos seus 80 anos*. São Paulo: Ed. 34, pp. 253-280.

_____. (2002a). *Perspectivas da economia brasileira*. In: MONTEIRO FILHA, D. C. & MODENESI, R. L. (Orgs.) *BNDES, um banco de idéias: 50 anos refletindo o Brasil*. Rio de Janeiro: BNDES, 432p.; pp. 17-45.

_____. (2002b). *Em busca de um novo modelo*. São Paulo: Paz e Terra.

_____. (2004). “Os desafios da nova geração”. *Revista de Economia Política*. São Paulo, v. 24, 4 (96), pp. 483-86.

GARCIA, A. (1998). “La construction interrompue: Celso Furtado, la guerre froide et le développement du Nordeste”. *Actes de la Recherche em Sciences Sociales*, n. 121-122, Mars.

_____. (2005). “Circulation internationale et formation d’une ‘école de pensée’ latino-américaine (1945-2000)”. *Information sur les Sciences Sociales*. SAGE Publications (Londres, Thousand Oaks, CA et New Delhi) <<http://ssi.sagepub.com/cgi/reprint/44/2-3/521.pdf>> Acesso em 14/03/2007.

GAUSS, G. F. (2003). “Backwards into the future: neorepublicanism as a postsocialist critique of market society”. *Social Philosophy & Policy*, vol. 20, issue 01, jan., pp.59-91.

GELDEREN & SKINNER (Eds.) (2002). *Republicanism. A shared european heritage*. Cambridge: Cambridge University Press, 2 Vol.

GOMES, A. C. (Org.) (1994). *Vargas e a crise dos anos 50*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.

GUIMARÃES, J. (2000). “A trajetória intelectual de Celso Furtado”. In: TAVARES, Maria da Conceição (Org.). *Celso Furtado e o Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, pp.15-32.

_____. (2006). “A crítica à razão dualista e os impasses do republicanismo”. In: RIZEK, C. S. & ROMÃO, W. M. (Orgs.). *Francisco de Oliveira: a tarefa da crítica*. Belo Horizonte: Editora UFMG, pp. 123-132.

GUIMARÃES, M. E. (2001). “Celso Furtado e a razão republicana”. In: RIBEIRO, M. T. R. (Org.). *Intérpretes do Brasil, leituras críticas do pensamento social brasileiro*. Porto Alegre: Ed. Mercado Aberto, 2001, pp. 135-141.

_____. (1999). “Celso Furtado: a utopia da razão. Um estudo sobre o conceito de subdesenvolvimento (1945-1964)”. Tese (Doutorado em Sociologia) – FFLCH/USP, São Paulo.

GUNNEL, J. (1981). “A história da teoria política como um campo de estudo”, in: *Teoria política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.

HAMPSHER-MONK, I. (2001). “The history of political thought and the political history of thought”. CASTIGLIONE, D. and HAMPSHER-MONK, I. (eds.). *The history of political thought in national context*. Cambridge, Cambridge University Press.

HIRSCHMAN, A. O. (1965). “Os Problemas do Nordeste Brasileiro”. In: HIRSCHMAN, Albert O. *Política econômica na América Latina*. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, pp. 23-111.

IANNI, O. (1986). *Estado e planejamento econômico no Brasil*. – 4ª. Edição – Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira.

IGLESIAS, F. (1981). “Celso Furtado, Pensamento e Ação”. In: *História e ideologia*. – 2^a ed. – São Paulo: Editora Perspectiva, pp. 159-234.

KELLER, V. (2001). “Eugênio Gudim”. In: ABREU, Alzira Alves [et al.] (Coord.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-30*. Rio de Janeiro: Editora FGV; CPDOC, pp.2664-2669.

KEYNES, J. M. (1996). *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda*. São Paulo: Editora Nova Cultural. (Os Economistas).

LEOPOLDI, M. A. (2000). *Política e interesses na industrialização brasileira: as associações industriais, política econômica e o estado*. São Paulo: Paz e Terra.

MAQUIAVEL, N. (2000). *Comentários sobre a primeira década de Tito Lívio: discorsi*. – 4 edição – Brasília: Ed. UnB.

MARTINS, L. (1976). *Pouvoir et développement économique: formation et évolution des structures politiques au Brésil*. Paris: Éditions Anthropos.

MARX, K. (1978). *Para a crítica da economia política*. – 2^a. Edição – São Paulo: Abril Cultural, pp. 101-257. (Os Pensadores).

MCCORMICK, J. P. (2001). “Machiavellian Democracy: Controlling Elites with Ferocious Populism”. *American Political Science Review*. Vol. 95, n° 2, June.

_____. (2006). “Contain the Wealthy and Patrol the Magistrates: Restoring Elite Accountability to Popular Government”. *American Political Science Review*. Vol. 100, n° 2, May, pp. 147-163.

_____. (2003). “Machiavelli against republicanism: on the Cambridge school’s ‘Guicciardinian Moments’”. *Political Theory*. Vol. 31, n° 5, October, pp. 615-643.

MELLO, M. A. (2002). “Republicanism, liberalismo e racionalidade”. *Lua Nova*, no. 55-56, pp. 57-84.

MORAES, R. C. C. (1987). “Planejamento: democracia ou ditadura? Intelectuais e reformas sócio-econômicas no pós-guerra”. Tese (Doutorado em Filosofia) - USP, São Paulo.

_____. (1995). *Celso Furtado. O subdesenvolvimento e as idéias da CEPAL*. São Paulo/SP: Editora Ática.

_____. (2002). “Nota sobre a economia do desenvolvimento nos ‘vinte e cinco gloriosos’ do pós-guerra”. Relatório de Pesquisa, *Reformas econômicas liberalizantes em países em desenvolvimento*. Coord.: CRUZ, S. C. V., FAPESP: São Paulo, julho de 2004.

NABUCO, M. R. (2000). “Estado e projeto nacional nas obras iniciais de Celso Furtado”. In: TAVARES, M. C. (org.). *Celso Furtado e o Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000, pp. 59-70.

OLIVEIRA, F. (1983). “A Navegação Venturosa”. In: FURTADO, Celso. *Economia*. São Paulo: Ática.

_____. (1997). “Viagem ao olho do furacão. Celso Furtado e o desafio do pensamento autoritário brasileiro”. *Novos Estudos*, 48. São Paulo, julho de 1997, pp.3-19.

_____. (2003a). “A Navegação Venturosa”. In: OLIVEIRA, Francisco de. *A navegação venturosa: ensaios sobre Celso Furtado*. São Paulo: Boitempo Editorial, pp. 117-122.

_____. (2003b). “Um republicano exemplar”. In: OLIVEIRA, Francisco de. *A navegação venturosa: ensaios sobre Celso Furtado*. São Paulo: Boitempo Editorial, pp. 117-122.

OLIVEIRA, Francisco de (2001). “Um republicano exemplar”. In: BRESSER-PEREIRA, L. C. & REGO, J. M. (Orgs.). *A grande esperança em Celso Furtado: ensaios em homenagem aos seus 80 anos*. São Paulo: Ed. 34.

PAULANI, L. M. (2001). “A utopia da nação: esperança e desalento”. In: BRESSER-PEREIRA, L. C. & REGO, J. M. (Orgs.). *A grande esperança em Celso Furtado: ensaios em homenagem aos seus 80 anos*. São Paulo: Ed. 34, pp. 139-156.

PETTIT, P. (1996). "Freedom as antipower". *Ethics*, 106, April, 576-604.

_____. (1997). *Republicanism: a theory of freedom and government*. New York: Oxford University Press, 304p.

_____. (1999). "Republican freedom and contestatory democratization". In: SHAPIRO, I. and HACKER-CORDON, C. (Eds.). *Democracy's value*. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 163-190.

_____. (2002). "Keeping republican freedom simple: on a difference with Quentin Skinner". *Political Theory*, Vol. 30, no. 3, June, pp 339-356.

POCOCK, J. G. A. (1975). *Machiavellian moment. Florentine political thought and the atlantic republican tradition*. Princeton: Princeton University Press, 634p.

_____. (1962). "The History of Political Thought: a Methodological Enquiry". In: Peter Laslett and W. G. Runciman (eds.). *Politics Philosophy and Society*, 2nd Series, Oxford, pp. 13-28.

PRADO JR. C. (2000). *Formação do Brasil contemporâneo: colônia*. São Paulo: Brasiliense; Publifolha.

PREBISCH, R. (1968). *Dinâmica do desenvolvimento latino-americano*. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura S. A.

_____. (2000a). "O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais". In: BIELSCHOWSKY (Org.). *Cinquenta anos de pensamento na CEPAL*. Rio de Janeiro: Record, pp. 69-136.

_____. (2000b). "Estudo econômico da América Latina". In: BIELSCHOWSKY, R. (Org.). *Cinquenta anos de pensamento na CEPAL*. Rio de Janeiro: Record, pp. 137-178.

_____. (2000c). "Problemas teóricos e práticos do crescimento econômico". In: BIELSCHOWSKY, R. (Org.). *Cinquenta anos de pensamento na CEPAL*. Rio de Janeiro: Record, pp. 179-215.

RAUD, C. (2002). “Uma análise crítica da teoria da dependência: a noção de progresso e o papel das instituições formais e informais”. *Política e Sociedade*, n. 01, setembro.

_____. (2003). “A construção social do mercado em Durkheim e Weber. Uma análise do papel das instituições na sociologia econômica clássica”. Estágio pós-doutoral, Universidade de Dauphine-Paris X.

RICUPERO, B. (2003). “Celso Furtado e o pensamento social brasileiro”. In: *Gramsci e o Brasil*, p. 2.
< <http://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=33>> (acesso em 20 de junho de 2008).

RODRIGUEZ, O. (1981). *Teoria do subdesenvolvimento da CEPAL*. Rio de Janeiro: Ed. Forense-Universitária.

_____. (2006). *El estructuralismo latinoamericano*. México: Siglo XXI: CEPAL.

ROMEIRO, A. R. (1981). “Os fundamentos teóricos do estruturalismo: uma análise da contribuição de Celso Furtado”. Dissertação de Mestrado, IFCH/UNICAMP, 1981.

SANTOS, M. O. (1988). “Nação e mundialização no pensamento de Celso Furtado”. Tese de Doutorado, IFCH/UNICAMP, 1998.

SCHUMPETER, J. A. (1954). *História da análise econômica*. “A história da economia é uma história das ideologias?”. 1º. volume, (Primeira Parte, 4. “A Sociologia da Economia”), pp. 60-76.

SEBASTIÁN, G. F. (2007). “Intellectual history, liberty and republicanism: an interview with Quentin Skinner”. *Contributions to the history of concepts*, 3, pp. 103-123.

SENTO-SÉ, J. T. (2005). “Teoria política e nacionalismo em Celso Furtado”. In: SENTO-SÉ & PAIVA, V. (Orgs.). *Pensamento social brasileiro*. São Paulo: Cortez, pp. 97-125.

SILVA, R. V. (1992). “Política e política econômica na crise dos anos sessenta: o Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social (1963-1965)”. Dissertação de Mestrado, IFCH-UNICAMP.

_____. (2004). *A ideologia do Estado autoritário no Brasil*. Chapecó: Argos.

SILVA, R. (2006). “Pensamento Político e História Intelectual: O contextualismo linguístico e o debate metodológico contemporâneo”. U.C. Berkeley/CFH-UFSC, “Relatório de Estágio pós-doutoral”.

_____. (2000). Planejamento econômico e crise política: do esgotamento do plano de desenvolvimento ao malogro dos programas de estabilização. *Revista de Sociologia e Política*. Curitiba - PR, n. 14, p. 77.

_____. (2007a). “Participação como contestação: a idéia de democracia no neo-republicanismo de Philip Pettit”. XIII Congresso Brasileiro de Sociologia. 29 de maio a 1º de junho, UFPE, Recife, PE.

_____. (2007b). “Liberdade e lei no neo-republicanismo de Skinner e Pettit”. 31º Encontro Anual da ANPOCS. 22-26 de outubro, Caxambu, MG.

_____. (2008). “República e Democracia em Maquiavel”. In: 32º Encontro Anual da ANPOCS, 2008, Caxambu/MG. Anais do 32º Encontro Anual da ANPOCS.

SIMONSEN, R; GUDIN, E. (1978). *A controvérsia do Planejamento na economia brasileira*. – 2ª ed. – Rio de Janeiro: IPEA/INPES. (Série Planejamento Econômico Brasileiro, n. 3).

SKINNER, Q. (1988a). *Maquiavel*. São Paulo: Editora Brasiliense S. A., 143p.

_____. (1988b). “Motives, intentions and the interpretation of texts”, in: TULLY, J. (Ed.) *Meaning and context: Quentin Skinner and his critics*. Cambridge: Polity Press, pp. 68-78.

_____. (1990). “The republican ideal of political liberty”. In: BOCK, SKINNER, VIROLI. *Machiavelli and republicanism*. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 293-309.

_____. (1996). *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo: Companhia das Letras.

_____. (1999a). “Rhetoric and conceptual change”. *Redescriptions*, Volume 3, Finland pp. 60-72.

_____. (1999b). *Liberdade antes do liberalismo*. São Paulo: Editora UNESP.

_____. (2000). “Significado y Comprensión en la historia de las ideas”, *Prismas. Revista de História Intelectual*, n. 4, pp. 149-191. Texto original de 1969: “Meaning and Understanding the History of Ideas”, *History and Theory*, 8, pp. 3-53.

_____. (2006a). “Freedom as the absence of arbitrary power”. Paper presented in the Oxford Political Thought Conference St Catherine’s College, Oxford, 2007.

_____. (2006b). “Rethinking political liberty”. *History Workshop Journal Issue*. 61.

SOLA, L. (1998). *Idéias econômicas, decisões políticas: desenvolvimento, estabilidade e populismo*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: FAPESP.

SUZIGAN, W. (2001). “Industrialização na visão de Celso Furtado”. In: PEREIRA, L. C. B. & REGO, J. M.. (Org.). *A Grande Esperança em Celso Furtado: Ensaios em homenagem aos seus 80 anos*. São Paulo: Editora 34, pp. 127-138.

SZMRECSÁNYI, T. (2004). “Retomando a questão do início da historiografia econômica no Brasil”. *Nova Economia*. Belo Horizonte, 14(1), 11-37, janeiro-abril.

TAVARES, M. C. (Org.) (2000). *Celso Furtado e o Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.

TAYLOR, C. “What’s wrong with negative liberty”. In: *Philosophy and human sciences*. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 211-229.

TULLY, J. (1988). “The pen is a mighty sword: Quentin Skinner’s analysis of politics”, in: TULLY, J. *Meaning and context: Quentin Skinner and his critics*, Oxford: Polity Press, pp. 7-25.

VIEIRA, R. M. (2001). “Celso Furtado: auto-retrato e retórica”. In: BRESSER-PEREIRA, L. C. & REGO, J. M. (Orgs.). *A grande esperança em Celso Furtado: ensaios em homenagem aos seus 80 anos*. São Paulo: Ed. 34, pp. 157-165.

_____. (2003). Celso Furtado: os intelectuais, a política e o planejamento na teoria do subdesenvolvimento. Relatório de Pesquisa, n. 14, EAESP/FGV/NPP, 152 p.

_____. (2007). *Celso Furtado: reforma, política e ideologia (1950-1964)*. São Paulo: Educ.

VILLARREAL, R. (1984). *A contra-revolução monetarista*. Rio de Janeiro: Record.

VIROLI, M. (1999). *Republicanism*. New York, Hill and Wang. 124p.

_____. (1995). *For love of country: an essay on patriotism and nationalism*. Oxford: Oxford University Press.

WALLERSTEIN, I. (2002). “O conceito de desenvolvimento nacional, 1917-1989: elegia e réquiem”. In: *após o liberalismo: em busca da reconstrução do mundo*. Petrópolis: Vozes, pp. 116-129.

WITTGENSTEIN, L. (1979). *Investigações filosóficas*. – 2ª. Ed. – São Paulo: Abril Cultural, Coleção “Os Pensadores”.

ANEXO

OBRAS DE CELSO FURTADO⁷⁷

LIVROS:

- Raízes do subdesenvolvimento* (2003). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Em busca de novo modelo – reflexões sobre a crise contemporânea* (2002). São Paulo: Paz e Terra.
- O longo amanhecer – reflexões sobre a formação do Brasil* (1999). São Paulo: Paz e Terra.
- O capitalismo global* (1998). São Paulo: Paz e Terra.
- (1999). Lisboa: Gradiva.
- Seca e poder – entrevista com Celso Furtado* (1998). São Paulo: ed. Fundação Perseu Abramo.
- Obra autobiográfica de Celso Furtado* (1997). 3 vol. São Paulo: Paz e Terra.
- Brasil, a construção interrompida* (1992). São Paulo: Paz e Terra.
- Os ares do mundo (memórias)* (1991). São Paulo: Paz e Terra.
- ABC da dívida externa* (1989). São Paulo: Paz e Terra.
- A fantasia desfeita (memórias)* (1989). São Paulo: Paz e Terra.
- Transformação e crise na economia mundial* (1987). São Paulo: Paz e Terra.
- A fantasia organizada (memórias)* (1985). Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Cultura e desenvolvimento em época de crise* (1984). Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Não à recessão e ao desemprego* (1983). Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- A nova dependência, dívida externa e monetarismo* (1982). Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- O Brasil pós- “milagre”* (1981). Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Pequena introdução ao desenvolvimento – um enfoque interdisciplinar* (1980). São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- . (2000). 3ª edição revista pelo autor. São Paulo: Paz e Terra.
- Criatividade e dependência na civilização industrial* (1978). Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- . (1978) São Paulo, Círculo do Livro.

⁷⁷ Para compor esta bibliografia foi utilizada basicamente a lista existente na página da *web* do Centro Celso Furtado, com inclusões de títulos que não constavam na relação original.

- Prefácio à nova economia política* (1976). Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- . (1976) Lisboa: Dinalivro.
- A economia latino-americana* (1976). São Paulo: Editora Nacional. Edição revista de Formação econômica da América Latina.
- O mito do desenvolvimento econômico* (1974). Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- . São Paulo: Círculo do Livro, s.d.
- . (1996). São Paulo: Paz e Terra. Edição de bolso, abreviada pelo autor.
- A hegemonia dos Estados Unidos e o subdesenvolvimento da América Latina* (1973). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Análise do “modelo” brasileiro* (1972). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Formação econômica da América Latina* (1969). Rio de Janeiro: Lia Editora.
- Um projeto para o Brasil* (1968). Rio de Janeiro: Saga.
- Teoria e política do desenvolvimento econômico* (1967). São Paulo: Editora Nacional.
- . (1971) Lisboa: Dom Quixote.
- . (1983) São Paulo: Abril Cultural. Coleção Os Economistas.
- . (2000) São Paulo: Paz e Terra. 10ª edição revista pelo autor.
- Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina* (1966). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Dialética do desenvolvimento* (1964). Rio de Janeiro: Fundo de Cultura.
- A pré-revolução brasileira* (1962). Rio de Janeiro: Fundo de Cultura.
- Subdesenvolvimento e Estado democrático* (1962). Recife: Condepe.
- Desenvolvimento e subdesenvolvimento* (1961). Rio de Janeiro: Fundo de Cultura.
- A Operação Nordeste* (1959). Rio de Janeiro: Instituto Superior de Estudos Brasileiros.
- Formação econômica do Brasil* (1959). Rio de Janeiro: Fundo de Cultura.
- . (1965) São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- . (1963) Brasília: Editora Universidade de Brasília. Coleção Biblioteca Básica Brasileira.
- . (2000) São Paulo: Publifolha/Folha de São Paulo. Coleção Grandes nomes do pensamento brasileiro.
- Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste* (1959). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional.
- Perspectivas da economia brasileira* (1958). Rio de Janeiro: Instituto Superior de Estudos Brasileiros.

- Uma economia dependente* (1956). Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura.
- A economia brasileira* (1954). Rio de Janeiro: A Noite.
- L'économie coloniale brésilienne* (1948). Paris: Universidade de Paris. Tese de doutorado apresentada à Faculté de droit et des sciences économiques, Paris.
- . tradução brasileira: *Economia colonial no Brasil nos séculos XVI e XVII* (2001). São Paulo: Hucitec/Abphe.
- Contos da vida expedicionária – de Nápoles a Paris* (1946). Rio de Janeiro: Zelio Valverde.

ANTOLOGIAS:

- Celso Furtado* (1983). Francisco de Oliveira (org.) & Florestan Fernandes (ed.). São Paulo: Ática.
- El subdesarrollo latinoamericano, ensayos de Celso Furtado* (1982). México: Fondo de Cultura Económica.
- Obras escogidas de Celso Furtado* (1982). José Consuegra (ed.). Bogotá: Plaza & Janes.

PREFÁCIOS RESENHAS E APRESENTAÇÕES

- “Objetivo maior: desconcentrar a renda”. Prefácio de *Industrialização e Desenvolvimento* (2005). António José Avelãs Nunes. São Paulo: Quartier Latin.
- “O desafio brasileiro”. Prefácio de *Globalização e integração das Américas* (2005). Theotonio dos Santos (coord.). Rio de Janeiro: PUC/Loyola.
- “Para recuperar o dinamismo”. Introdução de *Brasil em desenvolvimento*, v. 1 (2005). Ana Celia Castro, A. Licha, H. Queiroz Pinto Jr, J. Saboia (org.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Orelha de *Na trilha do golpe — 1964 revisitado* (2004). T. Velho Barreto & L. Ferreira (org.). Recife: Massangana.
- Prefácio de *Esperança e ação – a ONU e a busca de desenvolvimento mais justo* (2002). Rubens Ricupero. São Paulo: Paz e Terra.
- Apresentação de *Dinâmica econômica do capitalismo contemporâneo: homenagem a M. Kalecki* (2001). Lenina Pomeranz, Jorge Migliogi, G. Tadeu Lima (org.). São Paulo: Edusp/Fapesp.
- “Brasil: para reiniciar el crecimiento”. Prólogo de *América Latina 2020 — escenarios, alternativas, estrategias* (2000). F. López Segrera & D. Filmus (org.). Buenos Aires: Temas.

- Resenha de *O futuro do capitalismo* (1997), de Lester Thurow. Rio de Janeiro: Rocco. In “Jornal das Resenhas”, São Paulo, 9.8.1997.
- Prefácio de *O rumo perdido: a crise fiscal e financeira do Estado brasileiro* (1993), de Monica Baer. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Apresentação de *A unidade esquecida — homem-universo* (1989), de A. Barbosa de Oliveira. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo.
- Prefácio de *Amérique latine, la formation de l'économie nationale: Argentine et Mexique* (1983), de Pascal Arnaud. Paris: Publisud.
- Introdução de *Transição, socialismo e democracia* (1980), de Sérgio Bitar. São Paulo: Paz e Terra.
- Apresentação de *Distribuição de renda e empresas multinacionais* (1978), de Constantine V. Vaitsos. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Resenha de *The Strategy of Economic Development*, de Albert Hirschmann. *Econômica Brasileira*. Rio de Janeiro, vol. V, nº 1 e 2, julho-dez de 1959.
- Resenha de *The Theory of Economic Growth*, de W. Arthur Lewis. *Econômica Brasileira*. Rio de Janeiro, vol. 2, nº 1, março de 1956, pp. 51-52.
- Resenha de *Manual de Economia Política* do Instituto de Economia da Academia de Ciências da URSS. *Econômica Brasileira*. Rio de Janeiro, vol. 2, nº 1, janeiro-março 1956, pp. 52-54.
- Resenha de “Papers and Proceedings of the Sixty-eight Annual Meeting – American Economic Review”. *Econômica Brasileira*. Rio de Janeiro, vol. 2, nº 2, abril-junho 1956.
- Resenha de *Migration and Economic Growth*, de Brinley Thomas. *Econômica Brasileira*. Rio de Janeiro, vol. 1, nº 1, janeiro-março 1955, p. 51.
- Resenha de *Princípios de economia monetária*, vol.II, de Eugenio Gudín. *Econômica Brasileira*. Rio de Janeiro, vol 1, nº 2, abril-junho de 1955, pp. 120-23.
- Comentário sobre a “Exposição geral da situação econômica do Brasil (1954), do Conselho Nacional de Economia.” *Econômica Brasileira*. Rio de Janeiro, vol. 1, nº 1, janeiro-março 1955.
- Resenha de *Trusts y carteles, sus orígenes en la economía mundial*, de Richard Lewinsohn. *Revista Brasileira de Economia*. Rio de Janeiro, ano 3, nº 1, março de 1949, pp.103-06.

ENTREVISTAS E DEPOIMENTOS:

- UN Voices: the Struggle for development and social justice* (2005). Th. G. Weiss, L. Emmerij, R. Jolly (org.). Indiana: Indiana University Press. Depoimento para o Projeto “História Intelectual das Nações Unidas”.
- “Entrevista com Celso Furtado.” Rosa Maria Vieira. *História Oral*. São Paulo, nº 7, junho 2004, pp 21-40.
- “Falando sobre a atual situação econômica mundial da América do Sul e do Brasil – Entrevista com Celso Furtado.” *Revista de Economia Mackenzie*. São Paulo, ano 2, nº 2, 2004, pp.13-28.
- “O Brasil do século XX: Entrevista com Celso Furtado”. *Estatísticas do século* (2003). Rio de Janeiro: IBGE. Entrevista a Eduardo Pereira Nunes: pp. 11-24.
- Memórias do presente – 100 entrevistas do Mais!* (2003). A. Schwartz (org.). São Paulo: Publifolha. Entrevista a G. Schwartz e A. Labaki, 19.07.1992.
- Renda de cidadania: a saída é pela porta* (2002). E. Matarazzo Suplicy. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo/Cortez. Depoimento prestado em audiência pública à Comissão Mista do Congresso Nacional de Combate à Pobreza. Rio de Janeiro, dezembro de 2000.
- Celso Furtado* (2002). Coleção Pensadores Contemporâneos. Rio de Janeiro: Eduerj. Entrevista a Aspásia Camargo & Maria Andrea Loyola.
- José Pelúcio Ferreira e a pós-graduação no Brasil* (2001). A. Figueira Ferrari. Brasília: Paralelo 15 Editores. Depoimento: p. 31.
- “Estão liquidando a soberania nacional”. *Brasil: crise e destino – entrevistas com pensadores contemporâneos* (2000). C. Benjamin & L.A. Elias (org.). Rio de Janeiro: Expressão Popular. Entrevista: pp. 13-20.
- Memória viva do regime militar – Brasil: 1964-1985* (1999). Ronaldo Costa Couto. Rio de Janeiro: Record. Depoimento: pp. 194-206.
- Lições de mestres – entrevistas sobre globalização e desenvolvimento econômico* (1998). Rio de Janeiro: Campus/ABDR. Entrevista: 65-75.
- “Há risco de uma ingovernabilidade crescente”. *Visões da crise* (1998). A. Santos Mineiro, L. A. Elias, C. Benjamin (org.). Rio de Janeiro: Contraponto. Entrevista: pp. 11-31.
- Conversas com economistas brasileiros* (1997). C. Biderman, L. F. Cozac & J.M. Rego. São Paulo: Editora 34. Entrevista: pp. 61-87.
- “A longa busca da Utopia”. *Economia Aplicada*. São Paulo, vol. 1, nº 3, julho-setembro 1997, pp. 545-563. Depoimento a Leda Paulani e Armenio Rangel.
- “El declive de la influencia de los intelectuales: entrevista a Celso Furtado” (1995). Carlos Mallorquin. *Estudios latinoamericanos* nº 3, janeiro-junho. México, pp.125-144.

“El pensamiento económico latinoamericano. Entrevista a Celso Furtado (26 de abril de 1993)”. *Revista Paraguaya de Sociología*. Assunção, ano 30, nº 88, set-dez. 1993, pp. 171-86.

Brazil: Social and Economic Survey (1993). Rio de Janeiro: Insight. Depoimento: pp. 54-58.

Certas palavras (1990). C. Ferreira & J. Vasconcellos (org.). São Paulo: Estação Liberdade/Secr.Estado Cultura. Entrevista: pp.40-64.

“Somos sempre escravos da geração anterior de economistas”. *Ensaio de Opinião*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, vol. 10, 1979. Entrevista: pp. 7-12.

“Sem ciência social, economia é pura álgebra”. *Nossa História*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional; São Paulo: Editora Vera Cruz, Ano 1/ n. 12, outubro 2004, pp.58-63.

ENSAIOS EM LIVROS:

“The Political Factor in the Formation of Brazil”. *Brazil: Dilemmas and Challenges* (2002). J. Marcovitch (org.), H. Jaguaribe, C. Furtado, L.C. Bresser-Pereira et alii. São Paulo: Edusp.

“Reflexões sobre a crise brasileira”. *Razões e ficções do desenvolvimento* (2001). G. Arbix, M. Zilbovicius & R. Abramovay (ed.), F. de Oliveira, R. Ricupero, C. Furtado, P. Streeten, S. Amin, et alii. São Paulo: Unesp/Edusp.

“Raúl Prebisch: un homenaje – Las raíces de la globalización” (2001). *El desarrollo económico en los albores del siglo XXI* (2004). J.A. Ocampo (ed.). Bogotá: Alfaomega Colombiana.

“Quando o futuro chegar”. *Brasil, um século de transformações* (2001). I. Sachs, J. Wilhelm & P.S. Pinheiro (ed.). A. Garcia, C. Furtado, C. Buarque, L.C. Bresser-Pereira, P. Singer et alii. São Paulo: Companhia das Letras.

“Desarrollo y subdesarrollo (cap. IV de *Desarrollo y subdesarrollo* [1971] Buenos Aires: Eudeba)”. *Cincuenta años de pensamiento en la CEPAL: textos seleccionados* (1998). Santiago do Chile: Fondo de Cultura Económica/CEPAL.

“Underdevelopment: to Conform or Reform”. *Pioneers in development* (1987). Gerald M. Meier (org.), Th. Schultz, G. Haberler, H. Myint, A. C. Harberger, C. Furtado. Washington DC: Oxford University Press/The World Bank.

“Crisis and Transformation in the World Economy: Challenges and Options”. *The Debt Crisis in Latin America* (1986). W. Karlsson, Börje Kragh, R. Ffrench-Davis, M. Wioczek et alii. Estocolmo: Institute of

- Latin American Studies. Em espanhol: “Crisis y transformación de la economía mundial: desafíos y opciones”. *La crisis de la deuda externa en la América Latina* (1987). Miguel S. Wionczek (ed.). México: Fondo de Cultura Económica.
- “Desenvolvimento e cultura”. *Raízes e perspectivas do Brasil* (1985). C. Furtado, M. Reale, H. Jaguaribe et alii. Campinas: Papirus.
- “Crisis and change in the world economy”. *Regional integration: the Latin American experience* (1985). Altaf Gauhar (ed.) O. Sunkel, C. Furtado, E. Iglesias, A. Ferrer, J.O. Ocampo. Londres: TW Foundation.
- “Transnacionalización y monetarismo” e “Dependencia en un mundo unificado”. *La Crisis Internacional y la América Latina* (1984). Sofia Méndez (ed.), R. Prebisch, C. Furtado, A. Pinto, O. Ianni, F. Fajnzylber, D. Caputo et alii. México: Fondo de Cultura Económica.
- “From the Ideology of Progress to the Ideology of Development”. *The Transformation of the World: Economy and Society* (1984). M. Gonzalez, C. Urbano, R. Mesa (ed.), A. Abdel-Malek, C. Furtado, I. Wallerstein et alii. Londres: The Macmillan Press.
- “A Global View of the Development Process”. *Different Theories and Practices of Development* (1982). C. Furtado, J. Galtung, et alii. Paris: UNESCO.
- “A política econômica de François Mitterrand”. *O novo socialismo francês e a América Latina* (1982). F.H. Cardoso & H.Trindade (org.), C. Furtado, G. Lavau, A. Touraine et alii. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- “Entraves ao desenvolvimento”. *O Brasil na encruzilhada*. J. de Castro, M. Arraes, C. Furtado, F. Julião et alii. Lisboa: Dom Quixote, s.d.
- “Possibilidade de generalização do ‘modelo’ brasileiro”. *América Latina — ensaios de interpretação econômica* (1976). C. Furtado, A. Pinto, F. Fajnzylber et alii. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- “Unterentwicklung und Abhängigkeit. Eine globale Hypothese”. *Peripherer Kapitalismus — Analysen über Abhängigkeit und Unterentwicklung* (1974). C. Furtado, D. Seers, S. Amin. G. Arrighi et alii. Frankfurt: Suhrkamp Verlag.
- “Externe Abhängigkeit und ökonomische Theorie”. *Imperialismus und strukturelle Gewalt — Analysen über abhängige Reproduktion* (1972). D. Senghaas (org.), C. Furtado, J. Galtung, O. Sunkel et alii. Frankfurt: Suhrkamp.
- “Probleme der Industrialisierung in Lateinamerika”. *Die Aktuelle Situation Lateinamerikas* (1971). Hanns-Albert Steger (org.), M. Berger, B. Kötting, C. Furtado, F. Fernandes, G. Freyre, F. H. Cardoso, C. Rama et alii. Frankfurt: Athenäum.

- “Marx’s Model in the Analysis of the Underdeveloped Economic Structures”. *Marx and the Contemporary Scientific Thought* (1969). R. Aron, M. Rodinson, C. Furtado, R. Garaudy, E. Hobsbawm, T. Adorno, A. Sauvy, H. Marcuse, I. Sachs, J. Habermas et alii. Paris/La Hague: Mouton.
- “Förenta Staterna och Latinamerikas framtid”. *Latinamerikaner om Latinamerika* (1968). P. Schori (ed.), J. Bosch, C. Fuentes, C. Furtado, F. Julião, F. Castro, E. Che Guevara, J. de Castro, J. Figueres et alii. Oskarshamm: Prisma.
- “Da oligarquia ao Estado militar”. *Brasil, tempos modernos* (1969). C. Furtado (ed.), H. Jaguaribe, F. Weffort, F. H. Cardoso, F. Fernandes, J. Leite Lopes, O. M. Carpeaux, J. C. Bernadet, A. Callado. Rio de Janeiro: Paz e Terra. Em alemão: em *Brasilien Heute* (1971). Frankfurt: Athenäum. Em espanhol: em *Brasil hoy* (1968). México: Siglo XXI.
- “Capital Formation and Economic Development”. *The Economics of Underdevelopment* (1958). A. N. Agarwala & S. P. Singh (org.), J. Viner, P. Baran, W. W. Rostow, C. Furtado. V. Rao, P. Rosenstein-Rodan, R. Nurkse et alii. Nova York: Oxford University Press.
- Tradução espanhola: “La formación del capital y el desarrollo económico”. *La Economía del Subdesarrollo*. (1963). A. N. Agarwala & S. P. Singh (org.). Madrid: Editorial Tecnos, S. A.

ARTIGOS EM PERIÓDICOS:

- “Os desafios da nova geração”. *Revista de Economia Política* (2004). São Paulo, v. 24, 4 (96), pp. 483-86.
- “O golpe de 64 e o Nordeste”. *Tempo Brasileiro* (2004). Rio de Janeiro, nº 158, pp. 27-30.
- “A responsabilidade dos cientistas”. *Revista Brasileira* (2003). Rio de Janeiro: ABL, ano IX, 37, pp. 19-24.
- “A habitação”. *Estudos Avançados* (2003). São Paulo, v. 17, 48, p.184.
- “Metamorfoses do capitalismo”. *Boletim de Ciências Econômicas XVI* (2003). Coimbra: Universidade de Coimbra.
- “La búsqueda de un nuevo horizonte utópico”. *Ciudadanos – Revista de crítica política y propuesta* (2001). Buenos Aires, nº 2, pp. 21-29.
- “Reflexões sobre a crise brasileira”. *Novos Estudos CEBRAP* (2000). São Paulo, nº 57, pp. 3-8.
- “O fator político na formação nacional”. *Estudos Avançados* (2000). São Paulo, v. 14, 40, pp. 7-12.

- “Brasil: opções futuras”. *Revista de Economia Contemporânea* (1999). Rio de Janeiro, v. 3, 2, pp. 9-15. Em espanhol: “Brasil: opciones futuras”. *Revista de la CEPAL* (2000). Santiago, nº 70, pp. 7-11. Em livro: *Pensar Brasil* (2000). C. Arreguy (org.). Belo Horizonte: C/Arte.
- “Brasil: para retomar o crescimento”. *Cultura Vozes* (1999). Petrópolis, v. 93, 6, ano 93, pp. 3-6.
- “A reconstrução do Brasil”. *Praga* (1999). São Paulo, nº 8, pp. 9-13. Em espanhol: “La reconstrucción de Brasil” (fevereiro de 2001). *Comercio Exterior*, v. 51, 2, México.
- “El nuevo capitalismo”. *Revista de la CEPAL* (1998). Santiago, número extraordinário, pp. 17-20.
- “A ‘invenção’ do subdesenvolvimento”. *Revista de Economia Política* (1995). São Paulo, v. 15, 2, pp. 5-9. Em espanhol: *Realidad Económica* (1995). Buenos Aires, agosto, pp. 44-49.
- “Retour à la vision globale de Perroux et Prebisch”. *Economie appliquée* (1994). Paris, v. XLVII, 3, pp. 171-180. Texto da “Sixième Conférence François Perroux”, proferida em 15.06.1995 no Collège de France, Paris.
- “A superação do subdesenvolvimento”. *Economia e sociedade* (1994), no 3. Campinas, pp. 37-42.
- “Globalização das estruturas econômicas e identidade nacional”. *Estudos Avançados* (1992). São Paulo, v. 6, 16, pp. 55-64; *Política externa* (1993). São Paulo, v. 1, 4, pp. 3-10.
- “O subdesenvolvimento revisitado”. *Economia e Sociedade* (1992), no 1. Campinas, pp. 5-19.
- “As duas vertentes da visão centro-periferia”. *Revista Brasileira de Política Internacional* (1990). Ano XXXIII, pp.1-7.
- “International economic security: a global view”. *Razvoj/Development International* (1989), v. IV, 2. Zagreb.
- “La restructuration de l'économie internationale”. *Développement et civilisation* (1989). Paris.
- “Transition vers la démocratie au Brésil”. *Cahiers du Brésil contemporain* (1989). Paris, nº 6, pp. 3-8.
- “Entre inconformismo e reformismo”. *Revista de Economia Política* (1989). São Paulo, v. 9, 4 (36), pp. 6-28; *Estudos Avançados* (1990). São Paulo, v. 4, 8, pp. 166-187.
- “A situação na União Soviética”. *Novos Estudos CEBRAP* (1989). São Paulo, nº 24, pp. 59-61.
- “Política cultural y creatividad”. *Revista Nacional de Cultura* (1988). Caracas, ano XLIX, 270, pp. 32-36.

- “A crise econômica contemporânea”. *Estudos de Economia* (1987). Lisboa, v. VII, 4. *Revista de Economia Política* (1988). São Paulo, v. 8, 1, pp. 5-13.
- “Que somos? sete teses sobre a cultura brasileira”. *Revista do Brasil* (1984). Rio de Janeiro, ano 1, 2, pp. 12-19. Em francês: *IFDA Dossier* (nov-dez. 1984). Paris. Em inglês: “Culture and development: brazilian, what are we?”. *Development and Peace* (1985). Budapeste, v. 6, pp. 141-47.
- “Nordeste: reflexões sobre uma política alternativa de desenvolvimento”. *Revista de Economia Política* (1984). São Paulo, v. 4, 3, pp. 5-14.
- “Rescuing Brazil, Reversing Recession”. *Third World Quarterly* (1984). Londres, v. 6, 3.
- “Crise e transformação na economia mundial”. *Estudos Econômicos* (1984). V. 14, 1, pp. 177-90.
- “Las relaciones comerciales entre la Europa Occidental y la America Latina”. *El Trimestre Económico* (1983). México, v. L (3), 199.
- “América Latina: crisis internacional y nueva dependencia”. *Capítulos del SELA* (1983). Caracas, nº 2, pp. 51-57.
- “Brasil post milagro. El cuadro internacional, alternativas institucionales”. *Revista Interamericana de Planificación* (1982). México, v. XVI, 63- 64, pp. 108-132.
- “Transnacionalização e monetarismo”. *Pensamiento Iberoamericano* (1982). Madri, nº 1, 1982, pp. 13-44. Em inglês: “Transnationalization and Monetarism”. *International Journal of Political Economy* (1987). V. 17, 1, pp. 15-44.
- “La dette extérieure brésilienne”. *Problèmes d’Amérique Latine* (1982). Paris: La Documentation française, nº 66; *L’Amérique latine face à la dette 1982-1989* (1990). Paris: La Documentation française.
- “Uma política de desenvolvimento para o Nordeste”. *Novos Estudos CEBRAP* (1981). São Paulo, v. 1, 1, pp. 12-19. Em espanhol: “Por una nueva política para el Nordeste”. *Cuadernos de Marcha* (1980). México, ano 2, 8, pp. 5-10.
- “La structure agraire brésilienne: aspects institutionnels et écologiques”. *Économie et Humanisme* (1981). Paris, nº 260, pp. 8-12.
- “L’ordre économique international: les nouvelles sources de pouvoir”. *Revue Tiers-monde* (1980). Paris.
- “O desenvolvimento do ponto de vista interdisciplinar”. *Ensaio de Opinião* (1979). Rio de Janeiro, v. 10, pp. 13-26. Em espanhol: “El desarrollo desde el punto de vista interdisciplinario”. *El Trimestre Económico* (1979). México, nº 181.

- “Acumulación y creatividad”. *Revista de la CEPAL* (1978). Santiago do Chile: CEPAL. 2º semestre.
- “Development”. *International Social Sciences Journal* (1977). Paris, v. XXIX, no 4.
- “Le nouvel ordre économique mondial: un point de vue du Tiers-monde”. *Revue Tiers-monde* (1976). Paris, julho-setembro.
- “O capitalismo pós-nacional – uma interpretação da crise econômica atual”. *Cadernos de Opinião* (1975). Rio de Janeiro, pp 5-25.
- “Underdevelopment and Dependence: the Fundamental Connection”. *Working Papers* (1973), nº 17. *Center of Latin America Studies*. Cambridge: University of Cambridge.
- “Le modèle brésilien”. *Revue Tiers-monde* (1973). Paris, julho-setembro.
- “Aventures d’un économiste brésilien”. *Revue Internationale de Sciences Sociales* (1973). Paris, v. XXV, 1-2, Unesco. Em inglês: em *A biographical Dictionary of Dissenting Economists*, 2nd edition (2000). P. Arestis & M. Sawyer (org.), Cheltenham, UK/Northampton, Ma., USA: Edward Elgar.
- “Dépendence externe et théorie économique”. *L’homme et la société* (1971). Paris, nº 22, pp. 53-65.
- “La concentration du pouvoir économique aux Etats-Unis et ses projections en Amérique Latine”. *Esprit* (1969). Paris, pp. 568-582.
- “Un modèle simulé de développement et de stagnation” (em colaboração com A. Maneschi). *Economie et société* (1969). Paris, março.
- “Intra-country Discontinuities: towards a Theory of Spatial Structures”. *Social Science Information* (1967). Paris: UNESCO, dezembro.
- “De l’oligarchie à l’État militaire”. *Les Temps modernes* (1967). Paris, ano 23, 257, pp. 578-601.
- “Industrialization and inflation”. *International economic papers* (1967). Londres, nº 12, pp. 101-119.
- “Au Brésil: économie, politique et société”. *Revue des Annales* (1966). Paris, julho-agosto 1966.
- “Amérique Latine: développement et stagnation”. *Revue des Annales* (1966). Paris, janeiro-fev. 1966.
- “L’hégémonie des Etats-Unis et l’Amérique Latine”. *Le Monde* (janeiro 1966), Paris. Em português: “A hegemonia dos Estados Unidos e o futuro da América Latina”, *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 06.03.1966. Em espanhol: “La hegemonía de los Estados Unidos y el futuro de América Latina”, em *La dominación de América Latina* (1968). Helio Jaguaribe et alii. Lima: F. Moncloa.

“Développement et stagnation en Amérique Latine: une approche structuraliste”. *Revue des Annales* (1966). Paris, janeiro-fevereiro 1966. Em inglês: “Development and Stagnation in Latin America: a Structuralist Approach”. *Economic Growth Center* (1966), nº 95. New Haven: Yale University.

“Brazil: what kind of Revolution?”. *Foreign Affairs* (1963). Washington, v. 41, 3.

“The Development of Brazil”. *Scientific American* (setembro 1963). Nova York, v. 209.

“A luta pelo Nordeste e a estratégia da SUDENE”. *A Defesa Nacional* (1962). Rio de Janeiro, ano XLIX, nº 574-575, pp. 5-10.

“Reflexões sobre a pré-revolução brasileira”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* (1962). V. II, 1, pp. 40-56; *Estudos Universitários* (1962). Recife, julho-setembro, pp. 17-27. Em espanhol: “Reflexiones sobre la prerrevolución brasileña”. *Revista de la Facultad de Ciencias Económicas de la Universidad de Chile* (1º trimestre 1962). Santiago, ano XX, 74, pp. 1-11; Cuadernos nº 63 (agosto 1962), Paris, pp. 17-25; *El trimestre Económico* (1962). México, v. XXIX, nº 115, pp. 373-384.

“Política econômica e reformas de base”. *Revista de Ciências Econômicas* (Junho 1962). Nº 2, pp. 3-11.

“Ideas en torno a la creación de una Escuela latinoamericana de economía”. *Economía* (1961). Santiago do Chile, nº 72-73, pp. 1-7; *Econômica Brasileira* (março 1962). Rio de Janeiro, v. VII, 1, pp. 51-56.

“Análisis del desarrollo del Brasil”. *Revista de Economía Latinoamericana* (jan-março 1961). Caracas, ano 1, 1, pp. 18-52.

“Industrialização e inflação”. *Econômica Brasileira* (julho-dez. 1960). Rio de Janeiro, v. VI, 3-4, pp. 74-91.

“Fundamentos da programação econômica”. *Econômica Brasileira* (jan.-junho 1958). Rio de Janeiro, v. IV, 1-2, pp. 39-44.

“Il disequilibrio esterno nelle economie sottosviluppate”. *Rivista di Politica Economica* (maio 1958). Roma, ano XLVII, III série, nº V, pp.456-461.

“The External Disequilibrium in the Underdeveloped Economies” (abril 1958). India, *The Indian Journal of Economics*.

“Comentários sobre estudos do Prof. Rosenstein-Rodan”. *Econômica Brasileira* (julho-dez. 1958). Rio de Janeiro, v. IV, 3-4, pp. 119-125.

“Encontro este-oeste de economistas.” *Econômica Brasileira* (julho-dezembro 1957). Rio de Janeiro, v. III, 3-4, pp. 403-06. Em espanhol: “Reunión de economistas de Oriente y Occidente”. *El Trimestre Económico* (1958). México, v. XXV.

“El análisis marginal y la teoría del subdesarrollo”. *El Trimestre Económico* (out-dez. 1956). México, v. XXIII, 4, pp. 438-47.

“Setor privado e Poupança”. *Econômica Brasileira* (abril-junho 1956). Rio de Janeiro, v. II, 2, pp. 100-02. (Nota a um texto de João Paulo de Almeida Magalhães.)

“O desenvolvimento econômico – ensaio de interpretação histórico-analítica”. *Econômica brasileira* (jan-março 1955). Rio de Janeiro, v. 1, 1. Em espanhol: “Ensayo de interpretación histórico-analítica del desarrollo económico”. *El Trimestre Económico* (abril-junho 1956). México, v. XXIII, 2, pp. 151-76.

“La teoría del desarrollo en la evolución de la ciencia económica”. *El Trimestre Económico* (jul-set. 1954). México, v. XXI, 3, pp. 241-264.

“A técnica do planejamento econômico”. *Revista de Ciências Econômicas da Ordem dos Economistas de São Paulo* (1954). São Paulo, ano XI, 70, pp. 3-13; *Gazeta de Economia* (março 1954). V. VII, pp. 23-29.

“Formação de capital e desenvolvimento econômico”. *Revista Brasileira de Economia* (set. 1952). Rio de Janeiro, ano 6, 3, pp. 7-45.

Em inglês: “Capital formation and economic development”.

International Economic Papers (1954). Londres, nº 4. Em espanhol: “La formación de capital y el desarrollo económico”. *El Trimestre Económico* (jan-março 1953). México, v. XX, 1, pp. 88-121.

“Características gerais da economia brasileira”. *Revista Brasileira de Economia* (março 1950). Rio de Janeiro, pp. 7-37. Em italiano:

“Caratteristiche generale dell’economia brasiliana”. *Mondo Aperto* (dezembro 1950). Roma, ano IV, 6, pp. 286-297.

“Teoria da estrutura em organização”. *Revista do Serviço Público* (fevereiro 1946). Rio de Janeiro, ano IX, v. 1, 2, pp 1-30.

“Trajetória da democracia na América”. *Revista do Instituto Cultural Brasil-Estados Unidos* (1946). Rio de Janeiro. (Prêmio Franklin D. Roosevelt, outorgado pelo IBEU).

“A feição funcional da democracia moderna”. *Cultura Política* (jan. 1944). Rio de Janeiro, ano IV, 36, pp.55-58.

FOLHETOS:

“Política cultural I”. Brasília: Ministério da Cultura, 2/88.

“Pronunciamento do ministro de Estado da Cultura na Escola Superior de Guerra. 03.09.1986.

- “Política cultural 2”. Brasília: Ministério da Cultura, 3/86.
- “Pronunciamento do ministro de Estado Celso Furtado na abertura do Fórum de Secretários de Cultura”. Brasília, 09.04.1987.
- “Lei Sarney e Regulamento”. Brasília: Ministério da Cultura, 2/86.
- “Discurso do ministro de Estado Celso Furtado no lançamento da Lei de Incentivos Fiscais”, 04.06.1986.
- “Dia da Cultura”. Brasília: Ministério da Cultura, 2/87.
- “Pronunciamento do ministro Celso Furtado na solenidade de sanção à Lei das Fundações, em 05.11.1987.”

CONFERÊNCIAS E DEBATES PUBLICADOS

- Seminário sobre “Globalização e Regionalização na Ordem Internacional: a inserção brasileira”. Rio de Janeiro, 2.08.2001. Em *Encontro Internacional Socialista* (2001). Rio de Janeiro: Fundação João Mangabeira. Intervenção: pp. 24-28 e sg.
- Conferência proferida no Seminário Brasil 2000. Brasília, 09.06.1999. Em *Seminário Brasil – alternativas de políticas estratégicas de desenvolvimento* (2000). Brasília: Comissão de Economia, Indústria e Comércio da Câmara dos Deputados.
- “A contribuição histórica da CEPAL – Visão histórico-estrutural do desenvolvimento”. Conferência proferida no Seminário Institucional “Modelos e Políticas de desenvolvimento — Tributo a Aníbal Pinto”, Rio de Janeiro, 22.06.1998. Em *Modelos e políticas de desenvolvimento* (1998). Rio de Janeiro: BNDES/BID.
- “Le Brésil dans sa modernité”. Intervenção no colóquio “Brésils/Brésil”. Sénat de la République, Paris, 13.03.1998. Em *Actes du Colloque Bresils/Brésil, Brasils/Brasil*. Paris: SNEL.
- Debate sobre a Dívida Externa. *Revista do PMDB*, novembro 1988. Brasília, ano VIII, 13, pp. 54-58.
- “The transition to democracy in Brazil”. Intervenção na Conferência “Newly Restored Democracies (1973-1988)”. Manila, junho de 1988. Em *Manila Declaration of Democracy*. Manila: Department of Foreign Affairs, junho de 1988, pp. 23-25.
- “Crise e transformação na economia mundial”. Conferência proferida no *III Encontro Governo-Sociedade, o Brasil na virada do século*. Brasília: Presidência da República, 1986, pp. 13-30.
- “Y ahora, Brasil?”. Conferência proferida nos III Encontros de Estudos Prospectivos “Los escenarios de América Latina y el Caribe en el horizonte 2020”, Rio de Janeiro, 20-22.09.1999. Em *América Latina*

2020 — *escenários, alternativas, estratégias*. F. López Segrera & D. Filmus (org.). Buenos Aires: Temas, 2000.

“Economia e Sociedade na Constituição”. Intervenção como presidente da mesa do seminário “Constituinte, Estado e sociedade”. Em *Arquivos do Ministério da Justiça*, Ano 40, 169, julho-setembro 1987, pp. 5-49.

“Ciência para que e para quem?”. Conferência proferida na SBPC, Fortaleza, 1979. Em *Cadernos Opinião* (out-nov. 1979). Rio de Janeiro, nº 14, pp. 5-7.

“O planejamento econômico”. Série de três conferências proferidas na Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro, 1953-54. Em *Presidência da República: Escola Superior de Guerra*, documentos reservados A-22-53, C-73-54, C-74-54.

RELATÓRIOS, COMISSÕES, PLANOS (TRABALHOS COLETIVOS)

O desafio ao Sul — Relatório da Comissão Sul (1990). Porto: Edições Afrontamento. Relatório de encerramento da Comissão Sul (1987-90), presidida por J. Nyerere. Em inglês: *The Challenge to the South* (1990). Oxford: Oxford University Press.

Our Creative Diversity. Report of the World Commission on Culture and Development (1995). Paris: Egoprism. Relatório da Comissão Mundial de Cultura e Desenvolvimento, 1992-1995, presidida por J. Pérez de Cuellar. Em catalão: *La nostra diversitat creativa* (1997). Barcelona: Centre Unesco de Catalunya.

Planning for Economic Development — Report of the Secretary-General transmitting the study of a Group of Experts. (1963). A/5533/REV.1. Nova York: United Nations. Relatório do grupo de especialistas em planejamento reunidos pelo Secretário-Geral U Thant. Membros da Comissão: Paul Lemerle, M.Z.Bor, C. Furtado et alii.

Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social 1963-1965, vol. I e II. (mimeo). Brasília: Presidência da República. “Plano concebido e escrito por C. Furtado para ser apresentado pelo presidente João Goulart à nação no momento do plebiscito sobre a forma de governo, em janeiro de 1963.” Em inglês: *Three-year Plan for economic and Social Development 1963-65*. Brasília: Presidência da República. Versão abreviada: *Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social 1963-1965 (Síntese)*. Dezembro de 1962.

II Plano Diretor de desenvolvimento econômico e social do Nordeste 1963-1965. “Elaborado por C. Furtado, Superintendente da Sudene, e

apresentado ao sr. Hermes Lima, Presidente do Conselho de Ministros.”
Recife: Divisão de Documentação-Sudene.

Plano diretor em execução – Sudene, novembro 1962. Superintendente: Celso Monteiro Furtado. “A presente publicação foi preparada para esclarecer a opinião pública sobre o estado em que se encontra a execução do Plano Diretor”. Recife: Sudene.

Five-year Plan for the Development of the Brazilian Northeast (1961). Recife: Presidência da República/Sudene.

A policy for the economic development of the Northeast (1960). Brasília: Presidência da República/Sudene. “Documento apresentado à Conferência Internacional sobre Ciência no Progresso dos novos Estados, realizada em Israel, 1960.”

Primeiro Plano Diretor de Desenvolvimento do Nordeste (1960). Recife: Presidência da República/Sudene.

Analyses and Projections of Economic Development — II. The Economic Development of Brazil. (1956). “A study prepared by the Joint Working Group of the Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (Brazil) and the Economic Commission for Latin America.” E/CN.12/364/Rev. 1, April 1956. Nova York: UN. Em espanhol: *Analisis y proyecciones del desarrollo económico — II. El desarrollo económico del Brasil*.

Analyses and Projections of Economic Development — I. An Introduction to the Technique of Programming (1955). “A study prepared by the Economic Commission for Latin America.” E/CN.12/363, June 1955. Nova York. “Texto preparado sob a direção de Celso Furtado.”

Esboço de um programa preliminar de desenvolvimento da economia brasileira (período 1955-62). Segunda redação (maio de 1955). Rio de Janeiro: BNDE. Relatório do Grupo Misto CEPAL-BNDE.

Projeções do desenvolvimento da economia brasileira 1953-1962 (Redação Preliminar) (1954). Rio de Janeiro: Grupo Misto CEPAL-BNDE. Introdução de Celso Furtado (rubrica “CF”).

A cooperação internacional na política de desenvolvimento latino-americana (1954): *I. Informe preliminar da Secretaria Executiva da Comissão Econômica para a América Latina; II. Recomendações e exposição de motivos da Junta Preparatória designada pela Secretaria Executiva da Comissão Econômica para a América Latina*.

E/CN.12/358, Outubro de 1954. “Textos preparados para a reunião de ministros da Fazenda na IV sessão extraordinária do Conselho Interamericano Econômico e Social da OEA, realizada no Rio de Janeiro em novembro de 1954.” Rio de Janeiro: Nações Unidas.

Estudio preliminar sobre la Técnica de Programación del Desarrollo Económico. E/CN.12/292, 15 de marzo de 1953. Nova York: Nações Unidas, Conselho Econômico e Social. “Relatório apresentado ao Quinto Período de Sessões da CEPAL, Rio de Janeiro, 6 de abril de 1953.”

OBRAS TRADUZIDAS, PUBLICADAS EM OUTROS PAÍSES:

ALEMÃO

Akkumulation und Entwicklung – zur Logik des industriellen Kommunikation (1984) [*Criatividade e dependência na civilização industrial*]. Trad.: Rita A. Teixeira-Vilela. Frankfurt: Verlag fur Interkulturelle Kommunikation.

Die Wirtschaftliche Entwicklung Brasiliens (1975). Trad: Manfred Wöhlcke. Munich-Frankfurt: Wilhelm Fink Verlag.

CHINÊS

The Economic Growth of Brazil (original) (2002). Beijing: Chinese Academy of Social Sciences.

La economía latinoamericana (original) (1983). Trad: Su Zhenxing. Beijing.

ESPAÑHOL

Economía colonial en Brasil en los siglos XVI y XVII (2003). Trad.: Regina Crespo y Rodolfo Mata. México: Universidad de la Ciudad de México.

En busca de un nuevo modelo (2003). Trad.: Juan Ferguson. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica.

El capitalismo global (1998). Trad.: Jorge Navarrete. México: Fondo de Cultura Económica.

Los vientos del cambio (1993) [*Os ares do mundo*]. Trad.: Stella Mastrangelo. México: Fondo de Cultura Económica.

Brasil, la construcción interrumpida (1992). Trad.: Stella Mastrangelo. México: Fondo de Cultura Económica.

Economía mundial – transformación y crisis (1990). Trad.: Jorge R. Pulecio. Bogotá: Tercer Mundo Editores.

La fantasía organizada (1988). Trad.: E. Osta Ptak. Buenos Aires:

EUDEBA. Edição colombiana (1989), Bogotá: Tercer Mundo Editores.

La nueva dependencia (1985). Trad.: O. Castillo. Buenos Aires: Centro Editor de America Latina.

- No a la recesión y al desempleo* (1984). Trad.: G. Rozenwurcel & J. Dreizan. Buenos Aires: Paz e Terra.
- El Brasil después del "milagro"* (1983). Trad.: Stella Mastrangelo. México: Fondo de Cultura Económica.
- Breve introducción al desarrollo* (1983) Trad.: Stella Mastrangelo. México: Fondo de Cultura Económica.
- El subdesarrollo latinoamericano* (1982). México: Fondo de Cultura Económica.
- Creatividad y dependencia* (1979). Trad.: Martí Soler. México: Siglo XXI.
- Prefacio a una nueva economía política* (1976). Trad.: Stella Mastrangelo. México: Siglo XXI.
- El desarrollo económico: un mito* (1975). Trad.: Stella Mastrangelo. México: Siglo XXI.
- Análisis del "modelo" brasileño* (1972). Trad.: Estela dos Santos. Buenos Aires: Centro Editor de America Latina.
- El poder económico: Estados Unidos y América* (1971) [*Um projeto para o Brasil* (1968)]. Trad.: Rosa Cusminsky. Buenos Aires: Centro Editor de America Latina.
- Dos análisis de la economía latino-americana* (1971) [*Um projeto para o Brasil e Análise do "modelo" brasileiro*]. Trad.: Rosa Cusminsky. Buenos Aires: Centro Editor de America Latina.
- Los Estados Unidos y el subdesarrollo de America Latina* (1971). Lima: Campodonico.
- La hegemonia de los Estados Unidos y America Latina* (1971). Trad.: Raúl Rosenbuj. Barcelona-Madri: Edicusa.
- La economía latinoamericana — desde la Conquista Ibérica hasta la Revolución Cubana* (1970). Trad.: A. Gimpel Smith. Santiago do Chile: Editorial Universitária. Edição mexicana: *La economía latinoamericana — formación histórica y problemas contemporáneos* (1971). Trad.: A. Gimpel Smith & S. Mastrangelo. México: Siglo XXI. Edição cubana: *Breve história econômica de América Latina* (1972). Trad.: A. Gimpel Smith. Havana: Guairas.
- Teoría y política del desarrollo económico* (1968). Trad.: F. de Oliveira & M. Soler. México: Siglo XXI.
- Subdesarrollo y estancamiento en America Latina* (1966). Trad.: S. Chuahy. Buenos Aires: EUDEBA.
- Brasil en la encrucijada histórica* (1966) [*A pré-revolução brasileira* (1962)]. Trad.: O. Durán. Barcelona: Nova Terra.
- Dialéctica del desarrollo* (1965). Trad.: Benjamin Hopenhayn. México: Fondo de Cultura Económica.

Desarrollo y subdesarrollo (1964) Trad.: Ana O'Neill. Buenos Aires: EUDEBA.

Formación económica del Brasil (1962). Trad.: Demetrio Aguilera Malta. México: Fondo de Cultura Económica.

FRANCÈS

La formation économique du Brésil (1998). Trad.: Janine Peffau. Paris: Publisud.

Globalisation et exclusion – le cas du Brésil (1995) [*Brasil: a construção interrompida*]. Trad.: Abdelkader Sid Ahmed. Paris: Publisud.

Brève introduction au développement (1989). Trad.: Abdelkader Sid Ahmed. Paris: Publisud.

La fantaisie organisée (1987). Trad.: Edouard Bailby. Paris: Publisud.

Le Brésil après le "miracle" (1987). Prefácio: I. Sachs. Trad.: Cécile Tricoire. Paris: Maison des Sciences de l'Homme.

Non à la recession, non au chômage (1984). Trad.: Eddy Treves. Paris: Anthropos.

Créativité et dépendance (1981). Trad.: Janine Peffau. Paris: Presses Universitaires de France.

Le mythe du développement économique (1976). Trad.: Eddy Treves. Paris: Anthropos.

Analyse du "modèle" brésilien (1974). Trad.: Eddy Treves. Paris: Anthropos.

La formation économique du Brésil (1972). Trad.: Janine Peffau. Paris-La Haye: Mouton. Nova edição revista pelo autor: 1998, Paris: Publisud.

Théorie du développement économique (1970). Trad.: Abilio Diniz Silva & Janine Peffau. Paris: Presses Universitaires de France.

Les Etats-Unis et le sous-développement de l'Amérique Latine (1970) [*Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina e Um projeto para o Brasil*]. Trad.: C. Deniz da Silva. Paris: Calmann-Lévy.

L'Amérique latine – politique économique de l'Amérique latine (1970). Trad.: Edouard Bailby. Paris: Sirey.

Développement et sous-développement (1966). Prefácio: Maurice Byé. Paris: Presses Universitaires de France.

Le Brésil à l'heure du choix (1964) [*A pré-revolução brasileira*]. Prefácio: Pierre Massé. Trad: Jean Chouard. Paris: Plon.

INGLÊS

No to recession and unemployment (1984). Trad: Sue Branford.
Londres: TW Foundation.

Accumulation and Development (1983) [*Criatividade e dependência na civilização industrial*]. Trad: Suzette Macedo. Oxford: Martin Robertson.

Economic Development of Latin America (1970). Trad: Suzette Macedo.
Cambridge: Cambridge University Press. Edição revista pelo autor:
Cambridge University Press, 2003.

Obstacles to development in Latin America (1970). Trad: Charles Ekker.
Nova York: Anchor Books-Doubleday.

Diagnosis of the Brazilian Crisis (1965) [*Dialética do desenvolvimento*].
Trad: Suzette Macedo. Los Angeles: University of California Press.

Development and Underdevelopment (1964). Trad: Ricardo W. de Aguiar & Eric Charles Drysdale. Los Angeles: University of California Press.

The Economic Growth of Brazil (1963). Trad: Ricardo W. de Aguiar & Eric Charles Drysdale. Los Angeles: University of California Press.

ITALIANO

Introduzione alla nuova economia politica (1977). Trad.: Bruno Pistocchi, Emanuele Gamba. Milan: Jaca Book.

Teoria dello sviluppo economico (1972). Trad.: Leone Iraci. Bari: Laterza.

L'economia latinoamericana dalla conquista iberica alla rivoluzione cubana (1971). Trad: Leone Iraci. Bari; Laterza.

Gli Stati Uniti e il sottosviluppo nell'America Latina (1971). Trad.: M. L. P. de Oliveira Pivetti. Milão: Franco Angeli.

La formazione economica del Brasile (1970). Prefácio: Ruggero Romano. Trad.: Leone Iraci. Turim: Einaudi.

JAPONÊS

Análise do "modelo" brasileiro (original) (1983). Tóquio: Shinsekaisha, nº 5.

Obstacles to development in Latin America (original) (1972). Tóquio: Shinsekaisha, nº 4.

Formação econômica do Brasil (original) (1972). Tóquio: Shinsekaisha, nº 1.

Formação econômica da América Latina (original) (1969). Tóquio: Shinsekaisha.

PERSA

Development and underdevelopment (original) (1980). Teerã.

POLONÊS

Mit rozwoju gospodarczego (1982). Trad.: Halina Mirecka. Warsaw: Państwowe Wydawnictwo Ekonomiczne.

Rozwój gospodarczy Brazylii (1967). Prefácio: I. Sachs. Trad.: Janina Wrzoskova. Warsaw: Państwowe Wydawnictwo Naukowe.

ROMENO

Formarea economica a Braziliei (2000). Trad.: Fernando Klabin & Elena Sburlea. Bucareste: Editura Univers.

SUECO

Latinamerikas ekonomiska utveckling (1972). Trad.: Tom Hultgren. Stockholm: Rabén & Sjörgren.

OBRAS SOBRE CELSO FURTADO

Celso Furtado: um retrato intelectual (2005). Carlos Mallorquin. Rio de Janeiro: Contraponto.

Celso Furtado e o desenvolvimento regional (2005). J. Sydrião de Alencar Junior (org.), R. Bielschowsky, R. F. d'Aguiar, A. Furtado, P. Salama et alii. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil.

Nas sombras do subdesenvolvimento: Celso Furtado e a problemática regional no Brasil (2005). Anderson César Gomes Teixeira. Campinas: Alinea.

Planejamento regional e mudança: o projeto Furtado-JK para o Nordeste (2004). H.M. Tavares. Rio de Janeiro: H.P. Comunicação Editora.

A navegação venturosa: ensaios sobre Celso Furtado (2003). Francisco de Oliveira. São Paulo: Boitempo.

A grande esperança em Celso Furtado: ensaios em homenagem aos seus 80 anos (2001). L.C. Bresser-Pereira & J. M. Rego (ed.). I. Sachs, H. Jaguaribe, C. Cavalcanti, O. Rodriguez, R. Bielschowsky, A. Ferrer, L. Paulani, R.M.Vieira et alii. São Paulo: Editora 34.

Celso Furtado 80 anos: homenagem da Paraíba (2001). Ronald de Queiroz (ed.). João Pessoa: SEBRAE-PB.

Celso Furtado e o Brasil (2000). M. C. Tavares (ed.), F. de Oliveira, J. L. Fiori, J. Guimarães, T. Bacelar, W. Cano. São Paulo: ed. Fundação Perseu Abramo.

Celso Furtado, a SUDENE e o futuro do Nordeste (2000). M. Formiga & I. Sachs (ed.). R. Bielschowsky, C. Buarque, O. Rodríguez, R. Ricupero, D. Nayyar, S. Amin, P. Streeten, A. Bagnasco, E. Iglesias, R. Queiroz et alii. Recife: Sudene.

Entre a nação e a barbárie: os dilemas do capitalismo dependente em Caio Prado, Florestan Fernandes e Celso Furtado (1999). P. de Arruda Sampaio Junior. Petrópolis: Vozes.

Prebisch y Furtado: el estructuralismo latinoamericano (1999). Carlos Mallorquin & Jorge Lora (ed.). J. Love, O. Rodríguez et alii. Puebla-México: Benemérita Universidad Autónoma de Puebla/Instituto de Ciencias Sociales y Humanidades.

Le développement: qu'est-ce? L'apport de Celso Furtado (1998). I. Sachs & A.Garcia (ed.). Paris: Cahiers du Brésil Contemporain no 33-34, MSH.

Era da Esperança – teoria e política na obra de Celso Furtado (1995). M. Formiga & Francisco S. Gaudêncio (ed.). A. Mariz, J. Farias, R. Queiroz, I. Rangel, T. Bacelar, M. Santos et alii. São Paulo: Paz e Terra.

Celso Furtado – o subdesenvolvimento e as idéias da CEPAL (1995)
Reginaldo Moraes. São Paulo: Ática.

ENSAIOS/ARTIGOS ACADÊMICOS (SELEÇÃO)

“La prerrevolución brasileña”. André Gunder Frank (1980). *América Latina: subdesarrollo o revolución*. – 3ª. Edição em espanhol – México: Ediciones Era, S. A.

“The contributions of Celso Furtado (1920-2004) to development economics”. Tamás Szmrecsányi. *The European Journal of the History of Economic Thought* (2005), v. 12, 4, pp. 689-700. Abingdon: Routledge, Taylor & Francis.

“*Pensata Especial Celso Furtado: Desenvolvimento como missão*, de Luiz Carlos Bresser-Pereira; *Revista de Administração de Empresas* (2005). São Paulo, v. 45, 2.

Estado, racionalidade e planejamento, de Rosa Maria Vieira”. *Revista de Administração de Empresas* (2005). São Paulo, v. 45, 2.

“Homenagem a Celso Furtado”. *Revista da Academia Paraibana de Letras* (set. 2005). Ronald de Queiroz, Clemente Rosas, Juarez Farias, J. Octávio de Arruda Mello. João Pessoa, ano LVI, 21.

“Dossiê Celso Furtado, 1920-2004”. *Comunicação e Política* (jan-abril 2005). Rio de Janeiro, v. 23, 1, pp. 115-193.

“Celso Furtado e o pensamento social brasileiro”. Bernardo Ricupero. *Estudos Avançados* (jan-abril 2005). São Paulo, v. 19, 53.

“Método y pasión en Celso Furtado”. Luiz Carlos Bresser-Pereira. *Revista de la CEPAL* (dez. 2004), nº 84, pp. 19-34. Santiago: CEPAL.

“Celso Furtado: formação e ação”. Vamireh Chacon. *Revista Brasileira* (jan-março 2004). Rio de Janeiro: ABL, ano X, 38.

“Desarrollo y Cultura: notas sobre el enfoque de Celso Furtado”. Oscar Burgueño & Octavio Rodríguez. *Trayectorias* (set-dez. 2003), ano 4, 10. Monterrey: Universidad Autónoma de Nuevo León.

“Meio ambiente, Celso Furtado e o desenvolvimento como falácia”. Clóvis Cavalcanti. *Ambiente e Sociedade*. Vol. V, 2, agosto-dezembro 2002; vol. VI, 2, janeiro-julho 2003. Campinas: Universidade de Campinas.

“Celso Furtado e o início da industrialização no Brasil”. Tamas Szmrecsányi. *Revista de Economia Política* (2002). São Paulo, v. 22, 2 (86).

“Invitación a una lectura de Celso Furtado”. Carlos Mallorquin. *Comunicação e Política* (jan-abril 2001). Rio de Janeiro, v. VIII, 1.

- “El institucionalismo norteamericano y el estructuralismo latinoamericano, discursos compatibles?”. Carlos Mallorquin. *Revista Mexicana de Sociología* (jan-março 2001). México, ano LXIII, 1, pp. 71-108.
- “Celso Furtado”. Tamas Szmrecsányi. *Estudos Avançados* (2001). São Paulo, no 15 (43).
- “Celso Furtado y el problema del desarrollo” (fevereiro 2001). Gregorio Vidal. *Comercio Exterior*. México, v. 51, 2.
- “Celso Furtado: o mito do desenvolvimento”. Clóvis Cavalcanti. *Vozes do Nordeste* (2001). Natal: Ed. UFRGNorte.
- “A Don Celso Furtado, a sus ochenta años. La Sociología Económica Posdesarrollista de Celso Furtado” (verão 2000). Carlos Mallorquin. *Revista de História Regional* 5(1).
- “Celso Furtado: *Formação econômica do Brasil*”. Francisco de Oliveira. Em *Um banquete no Trópico* (1999). Lourenço Dantas Mota (ed.). São Paulo: Senac.
- “Sobre a formação de *Formação econômica do Brasil* de Celso Furtado”. Tamás Szmrecsányi. *Estudos Avançados*, dossiê Memória (set-dez 1999). São Paulo, v. 13, 37, pp.207-214.
- “Las vicisitudes teóricas en la sociología económica de Celso Furtado”. Carlos Mallorquin. *Revista Mexicana de Sociología* (abril-junho 1999). México, v. 61, 2, pp. 213-241.
- “Celso Furtado y la problemática regional: el caso del nordeste brasileño”. Carlos Mallorquin. *Revista de História Regional*, 4(1):81-128, verão 1999.
- “A don Celso Furtado, a sua ochenta años. La sociología económica pordesarrollista de Celso Furtado”. Carlos Mallorquin. *Revista de História Regional*.5(1):69-109, Verão 2000.
- “Furtado, las ciencias sociales y la historia”. Joseph L. Love. *Estudios sociológicos de El Colegio de México* (jan-abril 1999). México, v. XVII, 49, pp. 3-21.
- “Teoría e interpretación del estructuralismo en Celso Furtado”. Carlos Mallorquin. *Estudios sociológicos de El Colegio de México* (jan-abril 1999). México, v. XVII, 49.
- “*La Construction Interrompte - Celso Furtado, la guerre froide et le développement du Nordeste*”. Afrânio Garcia. *Actes de la recherche en sciences sociales* (março 1998). Paris, 121-122, pp. 52-61.
- “*Formação econômica do Brasil*, um laboratório de teoria econômica aplicada”. Fernão Pompêo de Camargo Neto. *Cadernos da FCECA* (julho-dez. 1998). Campinas, v.7, 2, pp.145-150.

“El joven Furtado y el pensamiento económico de su época”. Carlos Mallorquín. *European Review of Latin American and Caribbean Studies* (julho 1998), nº 64.

“Celso Furtado: uma homenagem”. Gérard Destanne de Bernis. *Estudos Avançados* (jan-abril 1997). São Paulo, v. 11, 29, pp. 195-201.

“Furtado e o estruturalismo”. Joseph L. Love. Em *A construção do Terceiro Mundo — teorias do subdesenvolvimento na Romênia e no Brasil* (1998). São Paulo: Paz e Terra, 1998. Original: “Furtado and Structuralism”. Joseph L. Love, em *Crafting the Third World* (1996). California: Stanford University Press.

“O pensamento de Celso Furtado”. Ricardo Bielschowsky. *Pensamento Econômico Brasileiro* (1995), R. Bielchowsly. Rio de Janeiro: Contraponto.

“Economic Ideas and Ideologies in Latin America since 1930”. Leslie Bethell. *Cambridge History of Latin America* (1994), Cambridge, v. 6.

“Celso Furtado”. *La Pensée économique depuis Keynes – historique et dictionnaire des principaux auteurs* (1993). Michel Béaud & Gilles Dostaler. Paris: Seuil (Verbete: pp. 309-10.)

“Celso Furtado: Doctor Honoris Causa”. Wilson Cano. *Revista de la CEPAL* (abril 1991). Santiago, nº43, pp.167-70.

“Formação econômica do Brasil: uma obra-prima do estruturalismo cepalino”. Ricardo Bielschowsky. *Revista de Economia Política* (1989). São Paulo, v. 9, 4.

“Celso Furtado e o pensamento econômico brasileiro”. Guido Mantega. *Revista de Economia Política* (out-dez 1989). São Paulo, v. 9, 4 (36), pp. 29-37.

“Celso Furtado: apóstolo do desenvolvimento”. M. Jacinto Nunes. *Estudos de Economia* (jul-set 1987). Lisboa, v. VII, 4, pp. 339-51.

“Celso Furtado e a teoria do subdesenvolvimento”. Guido Mantega. Em *A economia política brasileira* (1987), G. Mantega, São Paulo-Petrópolis: Polis/Vozes.

“Celso Furtado e o pensamento econômico brasileiro”. Francisco de Oliveira. Em *Inteligência brasileira* (1986), R. Moraes, R. Antunes & V. Ferrante (org). São Paulo: Brasiliense.

“*Economic Development of Latin America* (review)”. John T. Hartman. *Contemporary Sociology* (março 1985). Washington, v. 14, 2.

“*No to Recession and Unemployment: an examination of the Brazilian economic crisis*”. *Foreign Affairs* (1984). Washington, v. 63.

“Celso Furtado, pensamento e ação”. Francisco Iglesias. Em *História e ideologia* (1981). São Paulo: Perspectiva.

“Furtado Revisited”. Werner Baer. *Luso-Brazilian Review* (verão 1974).

- “Furtado on Development: a Review Essay”. Werner Baer, *Journal of Developing Areas* (jan. 1969). Western Illinois University, v. 3, 2.
- “Celso Furtado, SUDENE and USAID”. Joseph A. Page. Em *The Revolution that Never Was* (1972), de Joseph A. Page. Nova York: Grossman Publishers. (Edição brasileira: PAGE, J. (1972). *A revolução que nunca houve*. Rio de Janeiro: Editora Record.
- “*Economic Development of Latin America* (review)”. Thomas Skidmore. *The Hispanic American Historical Review* (fev. 1972), v. 52.
- “Brazil’s Northeast”. Albert Hirschmann. Em *Journeys toward Progress* (1963), de A. Hirschmann. Nova York: The Twentieth Century Fund.
- “O plano e a luta nacional: o Plano Trienal, de Celso Furtado”. *Tempo Brasileiro* (março 1963). Rio de Janeiro, ano II, 3, p. 3.
- “O Plano Trienal e a marcha da revolução burguesa”. José de Souza Martins. *Revista Brasiliense* (set-out. 1963). São Paulo, 49, pp. 41-52.
- “Desenvolvimento e Marxismo — Comentário sobre *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*, de Celso Furtado.” Renato Guimarães. *Estudos Sociais* (set. 1962). Rio de Janeiro, 14, pp. 109-134.
- “Celso Furtado, *A pré-revolução brasileira*” (resenha). Paulo Sá. *Síntese política, Econômica, Social* (out-dez. 1962). Rio de Janeiro, 16.
- “Celso Furtado. *A pré-revolução brasileira*”. *Revista de Ciências Sociais* (jul-dez. 1962). Rio de Janeiro, Universidade do Brasil, v.1, 2, pp. 182-186.
- “*A pré-revolução brasileira*.” (resenha). Félix Athaide. *Tempo Brasileiro* (dez. 1962). Rio de Janeiro, ano 1, nº 2, pp. 237-239.
- “O 1º Plano Diretor de Desenvolvimento do Nordeste”. Clélio Lemos. *Estudos Sociais* (dez. 1961). Brasília, v. III, nº11, pp. 319-27.
- “Nota bibliográfica a *Formação econômica do Brasil*”. David Ibarra. *El Trimestre Económico* (out.-dez. 1959). México, v. XXVI, nº 104, pp.711-715.
- “Crítica a *Formação econômica do Brasil*”. Pe. Fernando Bastos de Ávila. *Síntese Política, Econômica, Social* (jul-set. 1959). Rio de Janeiro, ano 1, 3, pp. 102-108.
- “Celso Furtado. *A Economia Brasileira*” (resenha). Juan Noyola Vazquez. *Econômica Brasileira* (jul-set. 1955). Rio de Janeiro, v. 1, 3, pp. 191-95.
- “Notas sobre o trabalho do Sr. Furtado relativo a ‘Formação de capitais e desenvolvimento econômico’”. Ragnar Nurkse. *Revista Brasileira de Economia* (março 1953). Rio de Janeiro, ano 7, 1, pp. 67-87.
- “Subdesenvolvimento, Revolução e Ideologia”. Simon Schwartzman. *Revista Latinoamericana de Sociologia* (1967). Buenos Aires, N. 1.
- TESES

Ares do Brasil: Celso Furtado, o lugar do desenvolvimento (2005).

Andréia Ribeiro Ayres. Tese de doutorado em engenharia de produção apresentada à Universidade Federal do Rio de Janeiro/COPPE. Rio de Janeiro.

O Nordeste de Celso Furtado: sombras do subdesenvolvimento brasileiro (2003). Anderson Cesar Gomes Teixeira Pellegrino.

Dissertação de mestrado apresentada ao Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas. Campinas.

Celso Furtado: Reforma, Política e Ideologia (1950-1965) (2003). Rosa Maria Vieira. Tese de doutorado em história social apresentada à Pontifícia Universidade Católica. São Paulo.

Progresso técnico no pensamento de Celso Furtado (2001). Renata C. D'Arbo. Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista. Araraquara.

Celso Furtado : história e Estado na teoria do subdesenvolvimento (2001). Rosa Maria Vieira Berriel. Dissertação de mestrado apresentada à Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getulio Vargas, Núcleo de Pesquisas e Publicações.

O lugar da Nação: estudo da abordagem da nação do dual-estruturalismo de Celso Furtado e nos estudos sobre a dependência de Fernando Henrique Cardoso (2000). Fábio Ricardo Kalvan. Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

Celso Furtado, a utopia da razão – um estudo sobre o conceito de subdesenvolvimento (1945-1964) (1999). Maria Eugenia Guimarães.

Tese de doutorado em sociologia, apresentada à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade de São Paulo.

A problemática desenvolvimento-subdesenvolvimento no pensamento de Celso Furtado: os fundamentos de um pensamento original (1999). José Adalberto Mourão Dantas. Tese de doutorado apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

As relações inter-regionais no Brasil na visão de Celso Furtado (1998). João Salmito Filho. Dissertação de bacharelato em ciências sociais apresentada à Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza.

Nação e mundialização no pensamento de Celso Furtado (1998). Maria Odete Santos. Tese de doutorado apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas.

Raízes do pensamento político de Celso Furtado: desenvolvimento, nacionalidade e Estado democrático (1998). Vera Alves Cepêda.

Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo.

- Entre a nação e a barbárie: uma leitura das contribuições de Caio Prado Jr., Florestan Fernandes e Celso Furtado à crítica do capitalismo dependente* (1997). Plínio Soares de Arruda Sampaio Junior. Tese de doutorado apresentada ao Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas. Campinas.
- Pensamento econômico de Celso Furtado nos anos 70 e 80* (1996). Wilson Vieira.
- Dissertação de bacharelato em ciências econômicas apresentada à Faculdade de Economia. Universidade Federal Fluminense. Niterói.
- Modernização brasileira no pensamento de Celso Furtado* (1993). Maria Eugênia Guimarães. Dissertação de mestrado em sociologia apresentada à Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas. Campinas.
- La idea del subdesarrollo: el pensamiento de Celso Furtado* (1993). Carlos Mallorquin. Tese de doutorado em economia apresentada à Faculdade de Ciências Políticas e Sociais. Universidad Nacional Autónoma de Mexico. México.
- Os fundamentos teóricos do estruturalismo: uma análise da contribuição de Celso Furtado* (1981). Ademar Ribeiro Romeiro.
- Dissertação de mestrado apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas. Campinas.
- Plano Trienal – o canto do cisne do nacional-desenvolvimentismo* (1979). José Carlos da Rocha Miranda. Tese de mestrado apresentada ao Instituto de Economia. Universidade Estadual de Campinas. Campinas.
- Política e política econômica na crise do início dos sessenta: o plano trienal de desenvolvimento econômico e social (1963-1965)*. Ricardo Silva (1992). Dissertação de Mestrado em Ciência Política – IFCH/UNICAMP, Campinas, SP.
- Crise regional e planejamento: o processo de criação da Sudene* (1972). Amélia Cohn. Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)